

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Comunicação

“PATRIMÔNIO DOS PRÓPRIOS JORNALISTAS”:
o Prêmio Esso, a identidade profissional e as relações entre imprensa e
Estado (1964-1978)

Marcio de Souza Castilho

RIO DE JANEIRO
Março - 2010

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Comunicação

“PATRIMÔNIO DOS PRÓPRIOS JORNALISTAS”:
o Prêmio Esso, a identidade profissional e as relações
entre imprensa e Estado (1964-1978)

Marcio de Souza Castilho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação. Linha de pesquisa: Mídia e Mediações Socioculturais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Paula Goulart Ribeiro

RIO DE JANEIRO
Março - 2010

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro
(Orientadora/ ECO – UFRJ)

Profa. Dra. Liv Sovik
(ECO - UFRJ)

Profa. Dra. Marialva Barbosa
(PPGCOM - UFF)

Prof. Dr. José Antônio Martinuzzo
(Dep. de Comunicação Social - UFES)

Profa. Dra. Herica Lene Brito
(Dep. de Arquivologia – UFES)

“Venho aqui, com humildade profissional, receber o Prêmio Esso, mas, se me permitirem uma confidência, eu digo a vocês francamente: o prêmio a que poderia aspirar um repórter brasileiro, neste ano de 1969, seria algo de mais elementar: a liberdade de imprensa”

(Trecho do discurso de Luís Edgar de Andrade, jornalista da *Última Hora*, na cerimônia de entrega do Prêmio Esso, no Hotel Glória, em dezembro de 1969)

RESUMO

Este trabalho se propõe a refletir sobre o Prêmio Esso de Jornalismo, o mais tradicional da imprensa brasileira, no período compreendido entre 1964 e 1978. Percebido como instância de consagração de um certo padrão de jornalismo praticado no Brasil, orientando a produção noticiosa quanto aos temas abordados e aos modos de atuação do repórter, o concurso oferece, ao nosso ver, um campo de exploração amplo para verificar a questão da identidade profissional do jornalista. A partir da pesquisa sobre o prêmio, vamos verificar se este momento histórico representou um déficit de autonomia interpretativa do produtor de notícias no plano político. Ao considerarmos que as identidades são organizadas dentro de um permanente processo de interação e intercâmbios sociais, estabelecendo, de acordo com os processos históricos, novas relações de poder, buscaremos identificar outros valores em torno dos quais os jornalistas negociaram sentidos sobre sua profissão no período da ditadura militar. Não obstante, investigaremos as escolhas do campo jornalístico, o conjunto de valores que guiavam o julgamento do prêmio e a leitura que as matérias premiadas faziam do Brasil num período de forte repressão aos conteúdos informativos. Importa afirmar que a pesquisa foi conduzida de forma a situar o discurso em sua historicidade. Dessa forma, as diferentes categorias de análise do objeto empírico bem como as entrevistas com julgadores e jornalistas premiados dialogam com a conjuntura histórica mais ampla. Neste percurso, remontamos o ambiente político, econômico e social, desde a instauração do regime (1964-1968), passando pelo controle mais rigoroso da censura (1968-1975), até o início do processo de abertura política (1975-1978).

Palavras-chave:

Autoridade jornalística, identidade, imprensa e narrativa

ABSTRACT

This work intends to reflect on the Esso Journalism Prize, the most traditional award of the Brazilian press, in the period between 1964 and 1978. Perceived as a consecration's instance of a certain journalism standard practiced in Brazil, conducting the news production as to the covered issues and the modes of reporter's action, the award offers, in our view, a wide exploration field to verify the question of the journalist's professional identity. From the research on the prize, we will check if this historical moment represented an interpretative autonomy deficit of the news producer on the political sphere. Assuming the identities are organized into a permanent process of interaction and social exchanges, establishing, in accordance with the historical processes, new power relations, we will seek to identify other values on which journalists have negotiated the meanings about their work during the military dictatorship. Nevertheless, we will investigate the journalistic community choices, the set of values that guided the prize's judgement and the reading which the awarded materials made about Brazil in a time of intense repression of the informative content. It is important to affirm the research was conducted in order to place the discourse in its historicity. Thereby, the different categories of the empirical object analysis as well as the interviews with judges and prizewinners dialogue with the broader historical context. We reassemble the political, economic and social environment, since the regime establishment (1964-1968), passing through censorship tighter control (1968-1975), until the beginning of the political opening process (1975-1978).

Keywords:

Journalistic authority, identity, press and narrative

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho, especialmente:

Aos jornalistas entrevistados Alberto Dines, Carlos Lemos, Celso Japiassu, Guiimarães Padilha, José Itamar de Freitas, João Máximo, Luís Edgar de Andrade, Murilo Melo Filho, Ney Peixoto do Valle, Raimundo Rodrigues Pereira, Ruy Portilho, Vital Battaglia, Walter Firmo e Zevi Guivelder, pela gentileza com que me receberam e disponibilidade em abordar questões que ajudaram a enriquecer a pesquisa.

Ao historiador Israel Beloch por sua colaboração para que eu pudesse localizar as matérias premiadas por datas de publicação e acesso ao trabalho “Os filhos proibidos”, da revista *Fatos e Fotos*, de 1965.

Aos profissionais da RP Consultoria, organizadora do Prêmio Esso de Jornalismo.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do setor de arquivo dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.

Ao jornalista Fortunato Mauro, chefe da Coordenadoria de Comunicação da UFRJ, pelo apoio e compreensão decisivos para conclusão desse trabalho.

Aos colegas, amigos e professores, com quem pude dividir alegrias e aprendizado; a Dayse, Fernanda e Teresa pelas contribuições.

A minha orientadora, prof^a Ana Paula Goulart Ribeiro, pela confiança, incentivo e pelo constante aprendizado nos últimos quatro anos.

Ao CNPq, que através da bolsa permitiu maior dedicação à pesquisa;

Aos professores José Antônio Martinuzzo e Marialva Barbosa, incentivadores que acompanharam desde o início a minha trajetória acadêmica e com quem estou sempre aprendendo.

Agradecimentos muito especiais também a pessoas queridas que compartilharam comigo, em diferentes momentos, todas as dúvidas e conquistas em cada fase da pesquisa: Marcelo, Afonso, Érika, Maria (tia), Adriana, Claudia e sobrinhos. A todos, agradeço a paciência e a torcida.

A Alcyr e Onette, pais queridos, por transmitirem ensinamentos valiosos, como humildade, força de vontade e honestidade. A vocês, minha profunda gratidão.

A Deus, responsável por todas as nossas realizações.

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	12
<i>CAPÍTULO 1 - A ESSO E A IMPRENSA</i>	22
<i>1.1 A origem da empresa</i>	22
<i>1.2 A Esso no Brasil</i>	23
<i>1.3 As estratégias de aproximação com o campo jornalístico</i>	24
<i>1.3.1 O "Repórter Esso"</i>	24
<i>1.3.2 A operação publicitária</i>	27
<i>1.3.2.1 O processo de modernização da imprensa</i>	27
<i>1.3.2.2 A questão do petróleo</i>	36
<i>1.4 O prêmio Esso</i>	41
<i>1.4.1 A origem</i>	41
<i>1.4.2 O prêmio na constituição de uma identidade jornalística</i>	46
<i>1.4.2.1 O prêmio e a "nova era" da imprensa brasileira</i>	46
<i>1.4.2.2 "Um patrimônio dos próprios jornalistas"</i>	53
<i>1.4.3 O prêmio como instância de consagração</i>	55
<i>CAPÍTULO 2 - TEMAS E SUBTEMAS</i>	67
<i>2.1 Unidades temáticas</i>	68
<i>2.2 Subtemas</i>	74
<i>2.2.1 Os primeiros anos (1956-1963)</i>	74
<i>2.2.2 A imprensa sob censura (1964-1978)</i>	77
<i>2.2.3 A abertura (1979-2008)</i>	100
<i>2.2.4 Considerações sobre os diferentes períodos analisados</i>	112
<i>CAPÍTULO 3 - O Esvaziamento do Debate Político (1964-1978)</i>	115
<i>3.1 O "déficit" de autonomia interpretativa</i>	127
<i>3.2 As cerimônias de premiação como espaço de construção de autoridade</i>	137
<i>3.3 Múltiplas identidades</i>	146

<i>CAPÍTULO 4 - AS MATÉRIAS PREMIADAS</i>	150
<i>4.1 Unidade temática: política nacional</i>	150
<i>4.2 Unidade temática: questões sociais</i>	178
<i>4.3 Unidade temática: política internacional</i>	224
<i>4.4 Unidade temática: esportes</i>	238
<i>CAPÍTULO 5 - OS JULGADORES</i>	247
<i>5.1 A composição do júri</i>	247
<i>5.2 Os critérios de julgamento</i>	252
<i>5.3 O atributo da ação fiscalizadora do poder na redemocratização</i>	259
<i>CAPÍTULO 6 - OS VEÍCULOS JORNALÍSTICOS</i>	262
<i>6.1 O mercado jornalístico nos anos 1960 e 1970</i>	262
<i>6.2 As publicações premiadas</i>	271
<i>6.2.1 Jornal do Brasil</i>	274
<i>6.2.2 O Estado de S. Paulo</i>	278
<i>6.2.3 Realidade</i>	282
<i>6.2.4 Fatos e Fotos</i>	285
<i>6.2.5 Última Hora (RJ)</i>	287
<i>6.2.6 O Globo</i>	291
<i>6.2.7 Jornal da Tarde</i>	296
<i>6.2.8 Veja</i>	298
<i>6.2.9 Folha de S. Paulo</i>	301
<i>6.3 Jornais x revistas</i>	306
<i>CAPÍTULO 7 - AS CATEGORIAS DO PRÊMIO</i>	313
<i>CONCLUSÃO</i>	322

ÍNDICE DAS TABELAS

- Tabela 1 – Total de matérias premiadas por unidades temáticas (1956-2008)	69
- Tabela 2 – Total de matérias premiadas por unidades temáticas (1956-1963)	72
- Tabela 3 – Total de matérias premiadas por unidades temáticas (1964-1978)	72
- Tabela 4 – Total de matérias premiadas por unidades temáticas (1979-2008)	72
- Tabela 5 – Comparativo por unidade temática nos três períodos de análise	73
- Tabela 6 – Detalhamento das unidades temáticas, jornais, matérias e repórteres premiados (1956-1963)	74
- Tabela 7 – Subtemas da unidade “Política nacional” (1956-1963)	75
- Tabela 8 – Subtemas da unidade “Questões sociais” (1956-1963)	76
- Tabela 9 – Detalhamento das unidades temáticas, jornais, matérias e repórteres premiados (1964-1978)	95
- Tabela 10 – Subtemas da unidade “Política nacional” (1964-1978)	96
- Tabela 11 – Subtemas da unidade “Questões sociais” (1964-1978)	97
- Tabela 12 – Subtemas da unidade “Política internacional” (1964-1978)	98
- Tabela 13 – Subtemas da unidade “Esportes” (1964-1978)	99
- Tabela 14 – Detalhamento das unidades temáticas, jornais, matérias e repórteres premiados (1979-2008)	103
- Tabela 15 – Subtemas da unidade “Política nacional” (1979-2008)	106
- Tabela 16 – Subtemas da unidade “Questões sociais” (1979-2008)	108
- Tabela 17 – Subtemas da unidade “Política internacional” (1979-2008)	110
- Tabela 18 – Subtemas da unidade “Economia” (1979-2008)	111
- Tabela 19 – Comparativo com as variações de subtemas nas unidades “Política nacional” e “Questões sociais” nos três períodos de análise	112
- Tabela 20 – Total de matérias premiadas por unidades temáticas (1964-1978)	150
- Tabela 21 – Jornais e revistas premiados no período global (1956-2008)	273
- Tabela 22 – Jornais e revistas premiados no período específico (1964-1978)	274
- Tabela 23 – Comparativo percentual entre jornais e revistas premiados no período global (1956-2008)	308
- Tabela 24 – Comparativo percentual entre jornais, revistas e alternativos no período específico (1964-1978)	308
- Tabela 25 – Categorias do prêmio no período específico (1964-1978)	315

ÍNDICE DE ANEXOS

Biografia dos jornalistas entrevistados para a pesquisa

Diário do Congresso Nacional, de 30 de janeiro de 1959, páginas 793 a 799, com a íntegra da conclusão da CPI contra a companhia Esso

Relação de todos os vencedores do Prêmio Esso na categoria principal (ano, publicação, reportagem e jornalistas premiados)

Cópias das reportagens premiadas na categoria principal no período 1964-1978

Laudas originais dos editoriais e artigo do *Jornal do Brasil* censurados na noite de 13 de dezembro de 1968, às vésperas da edição do AI-5

Discurso de Luís Edgar de Andrade, jornalista da *Última Hora*, vencedor do Prêmio Esso de 1969 na cerimônia de entrega, no Hotel Glória (RJ), em dezembro daquele ano

Discurso de Carlos Chagas, jornalista de *O Globo*, vencedor do Prêmio Esso de 1970 na cerimônia de entrega, no Hotel Glória (RJ), em dezembro daquele ano

Regulamento do Prêmio Esso de Jornalismo

Pôsteres da campanha de divulgação do concurso

Anúncios publicitários da Esso em homenagem aos vencedores

Introdução

Em 13 de dezembro de 1968, o locutor da Agência Nacional Alberto Curi, tendo ao seu lado o então ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, faz a leitura, em rede nacional de televisão, do AI-5, o mais violento de todos os atos institucionais editados durante a ditadura militar no país. O gesto que representou o recrudescimento da repressão política e restringiu as liberdades individuais no Brasil dava poderes extraordinários ao presidente da República. Permitia ao Executivo fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos e tirar os direitos políticos de qualquer cidadão, confiscar bens, suspender o direito ao *habeas corpus* e proibir manifestações públicas. As medidas adotadas pelo governo Costa e Silva fortaleciam ainda os órgãos de polícia política que compunham a chamada comunidade de informações.

O conturbado contexto político-social de 1968 também causou forte impacto no campo jornalístico. Profissionais de imprensa foram presos ou intimados a depor e as redações de alguns jornais, invadidas por forças militares. Jornais tiveram edições inteiras apreendidas. Algumas publicações passaram a ser alvo de censura prévia, enquanto outras aderiram a uma prática de autocensura, optando naquele momento por permanecerem próximas às cercanias do poder.

Alguns autores abordaram em suas pesquisas a atuação multifacetada da imprensa durante os 21 anos de vigência do regime militar no Brasil (1964-1985). Ao longo deste período, a relação entre o campo jornalístico e o campo político foi marcada por aproximações e distanciamentos. Este trabalho tem o objetivo de complementar os estudos sobre a atividade jornalística neste momento que marcou a história republicana recente do país, delimitando a análise ao mais tradicional programa de reconhecimento do trabalho dos profissionais de imprensa: o Prêmio Esso de Jornalismo no período 1964-1978.

Percebido como instância de consagração de um certo padrão de jornalismo praticado no Brasil, orientando a produção noticiosa quanto aos temas abordados e aos modos de atuação do repórter, o concurso oferece um campo de exploração amplo para verificar a questão da identidade profissional do jornalista, da instauração do regime militar até a extinção do Ato Institucional nº 5, em 1978. Tal reflexão terá como suporte a análise detalhada das reportagens premiadas no período de repressão política e do conjunto de

valores que guiavam o julgamento do prêmio. As entrevistas com organizadores, julgadores e premiados também contribuíram para a compreensão de algumas questões.

A ideia de criação do concurso surgiu em 1955, mas a primeira edição do Prêmio Esso só foi lançada no ano seguinte com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A reportagem “Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara”, dos jornalistas Mário de Moraes e Ubiratan de Lemos, da revista *O Cruzeiro*, recebeu o prêmio único naquele ano. A comissão julgadora era formada exclusivamente por jornalistas, que participaram ativamente do processo de renovação e aperfeiçoamento dos padrões técnicos do jornalismo brasileiro nos anos 1950.

Ao longo dos anos, além da categoria principal – o Esso de Jornalismo – o regulamento incorporou várias mudanças: categorias regionais, prêmios de Reportagem e Fotojornalismo, destaques especiais, votos de louvor, menções honrosas e reconhecimento para diferentes editoriais (jornalismo esportivo, econômico, científico, etc). Atualmente, o prêmio se divide em 13 categorias fixas, incluindo Criação Gráfica e Primeira Página. O grande número de trabalhos inscritos levou os organizadores a instituir um complexo sistema de julgamento em duas instâncias, sendo mobilizados mais de 80 jurados.

A pequena produção bibliográfica sobre o Prêmio Esso de Jornalismo mostra que, apesar do prestígio do concurso junto aos profissionais e da importância da premiação como instrumento constitutivo de identidade(s) jornalística(s), há um longo caminho a ser explorado pela pesquisa acadêmica. Os registros sobre o prêmio aparecem, sobretudo, em notícias publicadas nos jornais vencedores nos períodos de divulgação do resultado ou em campanhas publicitárias, que utilizam a conquista do Esso como um diferencial de credibilidade dos veículos premiados em relação aos concorrentes.

Livros dedicados ao tema podem ser encontrados em edições lançadas pela empresa promotora em datas comemorativas. A Esso publicou três livros institucionais para celebrar os 25, 40 e 50 anos do concurso¹. Nestas edições, organizadores, julgadores e profissionais premiados ocupam o lugar de fala e reproduzem uma imagem idealizada do programa, amplamente difundida no imaginário do campo jornalístico. Destacam a contribuição do

¹ As edições comemorativas são, respectivamente: LUZ, Olavo e BORGES, Manuel (org.). *25 anos de imprensa no Brasil – Prêmio Esso de Jornalismo*; MIRANDA, Guilherme J. Duncan e PORTILHO, Ruy (org.). *Prêmio Esso: 40 anos do melhor em jornalismo*; e BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis (org.). *Uma história escrita por vencedores: 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo*.

concurso para a valorização do papel do repórter e sua importância no processo de modernização da imprensa a partir dos anos 1950. Trata-se de um claro processo de autorreferenciação em que as estratégias memoráveis utilizadas nas publicações institucionais tendem a fornecer um lugar simbólico para os próprios jornalistas. Falam sobre si próprios, mas seu discurso aponta também para o outro, para a sociedade. Enfatizando o valor da isenção e imparcialidade, tão presente no discurso de autonomização da imprensa, eles reforçam valores, omitem outros e constroem representações para legitimar o seu papel social. Ao associarem a ideia do prêmio como “patrimônio dos próprios jornalistas”, conduzido por e destinado para jornalistas, os autores ajudam também a fornecer as condições de aceitabilidade da premiação.

A produção acadêmica tendo como objeto o Prêmio Esso é escassa. Dos poucos trabalhos publicados sobre o tema, duas dissertações de mestrado tiveram como enfoque o exame das transformações da reportagem nas últimas décadas a partir das análises das matérias premiadas². Cassol (1997) restringe sua investigação às reportagens vencedoras na categoria Região Sul, apontando alguns fatores que contribuíram para as mudanças nos jornais impressos: a influência do *lead* americano, a expansão dos meios de comunicação eletrônicos, sobretudo a televisão, o desenvolvimento das assessorias de imprensa e os custos financeiros das reportagens, dentre outros. Silva (2006) classificou as matérias por categorias temáticas. Conclui que o prêmio vem privilegiando a reportagem política em detrimento das temáticas sociais, criticando assim o fim das grandes narrativas. A autora parte do pressuposto, presente no senso comum da profissão, que analisar os trabalhos selecionados pelo Prêmio Esso de Jornalismo significa examinar o que há de melhor em nosso jornalismo.

Neste projeto, propomos desconstruir o objeto (as matérias premiadas) para compreender o cenário jornalístico no período de maior repressão aos conteúdos informativos (1964-1978). A tarefa nos obriga a desmistificar o papel do prêmio atribuído pelos agentes do campo jornalístico. A exemplo de outros campos da vida social, os jornalistas travam uma luta pelo poder para ampliar sua ação frente a outros grupos: o poder

² As dissertações citadas são: CASSOL, Ivone Maria. *Prêmio Esso e as transformações da reportagem: uma reflexão sobre a reportagem e o jornalismo impresso nos últimos 40 anos na Região Sul*. PUC: Porto Alegre, 1997; e SILVA, Ana Beatriz Magno da. *A agonia da reportagem das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo*. UnB: Brasília, 2006.

de dizer, dominar uma informação inédita, fiscalizar as ações do Estado e reivindicar o estatuto de intérprete legítimo da realidade. Nesse sentido, as estratégias narrativas de idealização do Prêmio Esso, sintetizando a mítica da profissão, têm forte carga simbólica e se convertem, por isso mesmo, num importante objeto de estudo. Constituindo-se como espaço de poder, o concurso ajuda a definir a autoridade de um determinado grupo e consagrar o “verdadeiro” jornalismo.

Para examinar as matérias vencedoras, utilizaremos a Análise do Discurso francesa (AD) como inspiração teórica para compreensão sobre a dinâmica do funcionamento do discurso³. Compartilhamos a visão de autores (Orlandi, Brandão) que percebem o texto inserido em práticas contextualizadas histórica e socialmente. Mais importante do que interpretá-lo numa tentativa de mostrar o que ele diz, interessa-nos verificar o processo discursivo que faz o texto significar. Assim, buscaremos fazer a passagem do texto para seu contexto (cultural, histórico, ideológico e social), visando identificar as relações de força neste espaço estabelecidas.

Para Orlandi, “não há compreensão sem historicidade” (1988: 74). Partindo desse pressuposto, a análise do discurso de linha francesa, que assumimos como instrumental teórico-metodológico para o nosso trabalho, visa explicitar os mecanismos de produção de sentido. Tal dimensão de análise atravessa dois conceitos centrais: ideologia e discurso. Vale destacar a citação de Pêcheux utilizada pela autora para resumir o quadro teórico que alia o sócio-histórico ao linguístico: “As palavras (...) mudam de sentido segundo as posições mantidas pelo que as empregam, o que significa que elas tomam seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (idem: 66).

Nesta perspectiva, as formações discursivas não são unidades fechadas, imóveis, mas variam segundo as lutas ideológicas, os embates no nível político e social numa dada conjuntura. Esses fatores que colocam a exterioridade como valor fundamental determinam o que o sujeito pode e deve falar. “Por isso é que, em análise do discurso, se considera que o que define o sujeito é o lugar do qual ele fala, em relação aos diferentes lugares de uma

³ Não é nosso objetivo fazer uma análise detalhada e exaustiva das marcas linguísticas e das operações enunciativas na leitura das reportagens premiadas. A AD funcionará mais como uma inspiração teórica para entendermos a dinâmica das estratégias discursivas do que uma metodologia *stricto sensu*.

formação social” (idem). As formações discursivas definem-se, portanto, sempre em sua articulação com as formações ideológicas.

Tais considerações sobre a análise do discurso afastam-se da perspectiva estruturalista de uma análise meramente descritiva do texto. Buscar apenas na estrutura interna dos enunciados toda a diversidade do fenômeno linguístico constitui, para Brandão (1994), uma forma redutora de perceber o texto. Não leva em conta os enquadramentos sociais e culturais aos quais os discursos estão vinculados. Na mesma linha de raciocínio de Orlandi, a autora defende um “deslocamento teórico”, salientando a importância de incorporar “conceitos exteriores ao domínio de uma linguística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem” (idem: 17). Brandão aponta assim para a necessidade de combinar o exame dos elementos internos com a análise do texto enquanto formação ideológica.

Todas essas reflexões contribuem para o desenvolvimento de um método que situa o discurso em sua historicidade. No nosso específico, ajuda-nos a visualizar o Prêmio Esso dentro de um conjunto de práticas sociais e políticas mais amplas. Seguindo esta perspectiva, fizemos a seleção do corpus levando em consideração o contexto sócio-histórico, ou seja, as diferentes condições de produção em que as matérias vencedoras foram produzidas entre 1964 e 1978: da instauração da ditadura, passando pelo recrudescimento da repressão aos conteúdos jornalísticos (1968-1975), até o início do processo de liberalização política, culminando com a retirada da censura nos jornais da chamada grande imprensa e a extinção do Ato Institucional nº 5, em 1978.

O trabalho foi estruturado em sete capítulos, nos quais procuramos discutir os processos identitários no campo jornalístico:

O primeiro aborda a criação da *Standard Oil Trust* pelo empresário John Rockefeller no final do século XIX nos Estados Unidos e a expansão das atividades da multinacional petrolífera no Brasil a partir de 1912. Procuramos também identificar as motivações que levaram o grupo Rockefeller no país a investir em campanhas de aproximação com o campo jornalístico nos anos 1940 e 1950. Foram destacadas neste capítulo estratégias que incluem a criação do Repórter Esso e o grande investimento em publicidade em jornais e revistas. Duas dimensões de análise foram fundamentais para entender a penetração de recursos

publicitários no mercado jornalístico pela empresa nos anos 1950: o processo de modernização da imprensa e a questão do petróleo.

O capítulo inicial também remonta a criação do concurso em 1956 e a sua contribuição na constituição de uma certa identidade jornalística. Na esteira da modernização do jornalismo, com a valorização da atuação do repórter nas redações, o que o prêmio representou para os produtores de notícias? Se o ideário de uma imprensa moderna e autônoma serviu para construção de um discurso valorativo da profissão nos anos 1950, até que ponto a criação do concurso contribuiu para reforçá-lo? O exame dessas questões perpassa a análise do próprio papel do jornalismo no conjunto da vida social.

As edições comemorativas lançadas pela empresa por ocasião do aniversário de 25, 40 e 50 anos do Prêmio Esso serviram como importante fonte de pesquisa. As publicações reúnem depoimentos de organizadores, jornalistas premiados e julgadores dentro de um processo aqui denominado de autorreferenciação. Nestes testemunhos, percebe-se como estratégia discursiva a ênfase na ideia do prêmio como (1) resultado da evolução da imprensa e (2) “patrimônio dos próprios jornalistas”. Também foram entrevistados os jornalistas Ney Peixoto do Valle, idealizador do Prêmio Esso, e o atual organizador do concurso, Ruy Portilho, que contribuíram com análises e impressões pessoais para a reflexão das questões propostas neste capítulo.

Não obstante, vamos verificar o papel da premiação como instância de consagração. Compartilhamos a ideia de que distinções especiais, como o Prêmio Esso, proporcionam aos jornalistas vencedores um direito de atuar com mais legitimidade no campo. É através desse reconhecimento que adquirem prestígio e notoriedade. Pierre Bourdieu serve como referencial teórico fundamental, posto que um dos aspectos centrais do seu pensamento é refletir sobre a noção de campo. As premissas que orientam seu trabalho permitem identificar os tipos de capital distribuídos, que ajudam a definir a posição dos agentes no campo. Esse conceito abre possibilidades para analisarmos, no nível prático, as matérias premiadas como sinônimo de “verdadeiro” jornalismo, tendo em vista o poder conferido ao concurso de agendar determinados temas em detrimento de outros e orientar modos de atuação do repórter.

O segundo capítulo apresenta uma análise quantitativa de 53 trabalhos jornalísticos consagrados na categoria principal entre 1956 e 2008. Foi realizado um estudo comparativo

abrangendo também períodos de normalidade democrática com o intuito de identificar as escolhas do campo na longa duração e a leitura que a tradicional premiação fazia do Brasil em diferentes momentos históricos. Estabelecemos uma divisão das reportagens em cinco grandes unidades temáticas: questões sociais, política nacional, política internacional, economia e esportes. Após a leitura, análise e classificação de cada matéria, essas unidades foram subdivididas em subtemas para atingir um nível de detalhamento maior.

Um dos aspectos levantados na pesquisa dos temas e subtemas entre os trabalhos vencedores foi a baixa representatividade de matérias políticas premiadas na categoria principal entre 1964 e 1978, conjuntura em que a atuação da imprensa passou a ser mediada pelo controle do Estado. O esvaziamento do debate político no noticiário fornece um vasto repertório de questões sobre as relações estabelecidas entre a imprensa e o Estado durante a ditadura. No terceiro capítulo, optamos por examinar três dimensões desse debate: vamos verificar (1) se esse momento histórico representou um “déficit” de autoridade jornalística no plano político, (2) se o próprio prêmio se enfraqueceu como espaço de construção dessa autoridade e, num cenário de múltiplas identidades, (3) quais foram as outras representações em torno das quais os profissionais negociaram sentidos sobre a sua profissão.

Os capítulos 4 a 7 reúnem quatro categorias de análise sobre o objeto empírico (Prêmio Esso) no recorte 1964-1978. Os grupos de informação examinados em cada capítulo são: as matérias premiadas, os julgadores, os jornais vencedores e as categorias do concurso. Através do exame detalhado dessas diferentes dimensões do concurso jornalístico é possível perceber a dinâmica dos processos discutidos nos capítulos iniciais.

Simbolizando uma espécie de sumário dos assuntos de maior interesse, o resultado da premiação revela ao pesquisador as escolhas do campo jornalístico. Assim, no capítulo 4, a pesquisa qualitativa nos permitiu verificar como as matérias vencedoras valorizavam uma determinada leitura sobre o Brasil. Examinamos um universo de 14 reportagens premiadas na categoria principal e, excepcionalmente, um trabalho reconhecido na categoria Reportagem em 1966, quando, de forma inédita na história do programa da Esso, não houve a concessão da láurea máxima. Os motivos que levaram os jurados a tomar essa decisão também foram objeto de análise. Em cada uma das matérias, procuramos detalhar três etapas da produção jornalística: a apuração, as estratégias narrativas e o tratamento editorial.

A composição do júri e algumas observações sobre o conjunto de valores que guiavam o julgamento estão presentes no capítulo 5. Quem eram os julgadores, que veículos jornalísticos eles representavam e quais os principais atributos que serviram como critério de avaliação das comissões são algumas das questões tratadas. Uma das dificuldades encontradas em relação aos critérios de julgamento foi a ausência de documentos sobre os trabalhos das bancas examinadoras. A decisão de consignar em ata as razões da escolha das matérias premiadas só foi tomada a partir de 1977, no final do período definido para a pesquisa. Por esse motivo, as entrevistas com as fontes foram fundamentais para a análise. Alguns depoentes forneceram também pistas para explicar os motivos pelos quais a organização restringiu em 1973 a participação de jornalistas no júri, composto majoritariamente naquele ano por publicitários e acadêmicos.

No capítulo 6, sem a pretensão de fazer uma investigação exaustiva de todos os jornais e revistas premiadas entre 1964-1978, foram observados a trajetória histórica e alguns aspectos gráficos e redacionais dos nove órgãos informativos vencedores do Prêmio Esso: *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *Realidade*, *Fatos e Fotos*, *Última Hora* (RJ), *O Globo*, *Jornal da Tarde*, *Veja* e *Folha de S. Paulo*. Metodologicamente, a análise se concentrou em edições lançadas praticamente no mesmo período em que foram publicadas as matérias vencedoras em cada veículo. Entendemos que tal mapeamento morfológico não deveria prescindir, contudo, da abordagem sobre a inserção desses periódicos no mercado jornalístico no contexto dos anos 1960 e 1970. Nesse sentido, também foram discutidos outros aspectos, tais como o processo de concentração da imprensa, a força econômica dos maiores grupos de comunicação e sua relação histórica com o poder. A concorrência entre jornais e revistas na disputa pelo prêmio e a ausência de jornais alternativos no resultado do concurso complementam a análise.

Finalmente, o capítulo 7 resgata as diferentes fases do programa da Esso. As alterações no regulamento demonstram a evolução da própria imprensa brasileira dos anos 1950 até os dias atuais. Algumas particularidades quanto às categorias do prêmio merecem uma atenção especial, como o estatuto privilegiado que assume a reportagem no regulamento e a valorização de uma prática profissional muito centrada no suporte impresso. A televisão passou a fazer parte do concurso somente a partir de 2001 com a entrega do Prêmio Esso de Telejornalismo.

Em todos os capítulos, buscamos remontar o ambiente político, econômico e social. No período específico da ditadura militar, optamos por utilizar textos que combinam a análise da dimensão interna dos jornais com as transformações históricas e sociais onde estes estavam situados e onde estabeleceram suas relações de força. Neste percurso, atravessamos diferentes períodos, desde a instauração do regime, passando pelo controle mais rigoroso da censura, até o início do processo de abertura política⁴.

A investigação também se apoiou em entrevistas com organizadores, integrantes de comissões julgadoras e jornalistas premiados entre 1964 e 1978. Entre os organizadores, entrevistamos Ney Peixoto do Valle e Ruy Portilho. Na condição de jurados, foram ouvidos os jornalistas Alberto Dines, Carlos Lemos, Celso Japiassu, Guimarães Padilha, Murilo Melo Filho e Zevi Ghivelder. Colhemos ainda os depoimentos dos premiados Luis Edgar de Andrade, Raimundo Rodrigues, Vital Battaglia, Walter Firmo, João Máximo e José Itamar de Freitas, sendo que os dois últimos também foram julgadores no período escolhido para a pesquisa. A maior parte das 14 entrevistas foi feita pessoalmente com as fontes. Ney Peixoto, que reside atualmente em Salvador (BA), José Itamar de Freitas e Vital Battaglia encaminharam suas respostas por escrito através de correio eletrônico⁵. Já o contato com Raimundo Rodrigues foi feito por telefone. As informações prestadas por ele foram anotadas pelo autor e registradas, em notas, durante a conversa. Em todos os casos, buscamos preservar as expressões usadas pelos entrevistados, respeitando também o contexto das declarações.

Utilizamos a metodologia da história oral, procurando estabelecer diálogo com a conjuntura histórica. Importa afirmar que os relatos foram examinados aqui como reconstruções de sentido feitas a posteriori e não como testemunho do que efetivamente se passou. Ao reinterpretarem o passado, os entrevistados produzem sempre uma versão provisória sobre determinado acontecimento, o que não compromete a pesquisa. Para termos

⁴ Serviram como referência os trabalhos de Ana Paula Goulart Ribeiro, Maria Aparecida de Aquino, Beatriz Kushnir, Paolo Marconi, Bernardo Kucinski, Juarez Bahia e Nelson Werneck Sodré, dentre outros. Os autores abordam a relação entre a imprensa e o Estado autoritário brasileiro. Os historiadores Thomas Skidmore e Daniel Aarão Reis Filho também foram usados como fonte de consulta importante para a compreensão do contexto histórico, embora não tenham como propósito analisar a lógica interna do campo jornalístico, com seus aspectos técnicos, discursivos ou profissionais.

⁵ Os jornalistas Luiz Orlando Carneiro e Oliveiros Ferreira, que atuaram como jurados em mais de uma edição do Prêmio Esso nos anos 1970, também foram consultados sobre a possibilidade de conceder entrevista para a tese. O roteiro com as perguntas chegou a ser encaminhado por email, mas não foi possível obter as respostas em razão de demandas profissionais dos jornalistas.

um quadro o mais próximo possível do processo de premiação, a análise das respostas dos depoentes não está dissociada da leitura do conjunto de outras fontes, tais como edições comemorativas, regulamentos, discursos e documentos obtidos em acervos pessoais e informações extraídas de material não acadêmico (artigos e notas de jornalistas, livros de memória e biografias).

Para verificar o que os jornalistas tinham a dizer não apenas sobre o prêmio, mas sobre o lugar que certos fatos ocupavam no contexto histórico e social dado, realizamos a etapa de entrevistas na fase final da pesquisa. Essa decisão se justificava por um motivo simples: sem a coleta de todas as informações pertinentes às questões essenciais propostas para o trabalho, como o fichamento dos temas e subtemas das reportagens premiadas e algumas conclusões preliminares, o rendimento das entrevistas certamente não seria o mesmo, podendo apresentar lacunas. Assim, estabelecemos um roteiro básico para todos os entrevistados, naturalmente com algumas questões específicas, pois os depoentes participaram de edições distintas. Esse método possibilitou níveis de comparação importantes, contribuindo para confirmar ou refutar hipóteses. Quanto aos objetivos, optamos pela entrevista temática, gravadas com autorização dos pesquisados, com o propósito de complementar informações que ajudassem a compreender os dados observados⁶.

Diante da pluralidade e diversidade de versões, não temos a pretensão de esgotar todas as possibilidades de interpretação sobre o papel assumido pelos produtores de notícias durante o regime militar. O que propomos é complementar, através da análise do Prêmio Esso, outros estudos de identidade jornalística a partir da fluida relação entre imprensa e Estado autoritário brasileiro.

Essa pesquisa dá continuidade a algumas pesquisas acadêmicas em que procurei apresentar, ainda que de forma preliminar, o jornalismo como um sistema de produção de verdades. Buscamos sublinhar que o jornalismo não difere de outros campos da vida social ao adotar estratégias para legitimar a sua atuação na sociedade. Agora seguimos adiante nesta tarefa de entender um pouco mais sobre quem produz informação e a complexidade desta atividade profissional que ocupa posição central na sociedade contemporânea.

⁶ Verena Alberti, em *Manual de História Oral*, recomenda a utilização de entrevistas temáticas “para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos” (2005: 38). O modelo difere da entrevista de história de vida, cuja preocupação maior, segundo a autora, não é o tema e sim a trajetória do entrevistado (idem).

1. A ESSO E A IMPRENSA

1.1 A origem da empresa

A *Standard Oil Trust* foi fundada pelo empresário americano John Rockefeller em 1882 num período de grande desenvolvimento industrial nos Estados Unidos. Experiente nesta atividade - era proprietário, desde 1859, de uma pequena empresa petrolífera – Rockefeller não orientava seus negócios diretamente na descoberta de jazidas de petróleo. Dedicou-se a fechar acordos com ferrovias com o objetivo de pagar menos pelo transporte do produto. Com essa estratégia, enfraqueceu os concorrentes e, ainda na segunda metade do século XIX, conseguiu garantir o monopólio do petróleo nos Estados Unidos.

A partir do início do século XX, o grupo expandiu sua atuação para outros países. A *Standard Oil Trust* foi um dos primeiros exemplos de empresa multinacional, ao buscar outros mercados após assumir o controle da atividade em seu país. Mantinha uma estrutura gerencialmente financeira organizada sob a forma de truste, “com uma direção central para fins de planejamento estratégico (e evasão fiscal), deixando a cada empresa componente ampla liberdade de ação tática – traço essencial da multinacional de hoje” (Kucinski,1985: 28). Compartilhando a visão crítica, com viés nacionalista, Osny Pereira Duarte (1974) considera que a multinacional tem como marca distintiva “a constituição de departamentos ou procuradores especializados em remover, no país onde atua, os obstáculos legislativos e burocráticos, de costumes e mil outras modalidades, à consecução de seu objetivo de obter lucros máximos (...)” (idem: 16). Algumas tentativas do grupo Rockefeller no campo político visando obstruir juridicamente a legislação que dispunha sobre o monopólio estatal do petróleo no Brasil serão observadas mais adiante.

Aprovada no Congresso em 1890, a lei antitruste, também denominada *Sherman Act*, procurou reduzir a prática monopolista de grandes conglomerados econômicos e industriais, como a *Standard Oil*. Pressionado por campanhas da imprensa e manifestações da sociedade civil, o governo contestou a atuação da empresa petrolífera anos mais tarde. Em 1911, o truste mantido por John Rockefeller foi dissolvido, mas o poder da empresa permaneceu inalterado. A manobra foi desmembrar a *holding* em outras empresas, dando origem a *Standard Oil of New Jersey*, *Standard Oil of New York*, *Standard Oil of California* e *Standard Oil of Indiana*, dentre outras. Ao manter participação acionária nessas empresas,

Rockfeller, então considerado o homem mais rico do mundo, continuou controlando o mercado mundial de petróleo e derivados, formando um novo tipo de truste com outras companhias estrangeiras neste ramo⁷.

1.2 A Esso no Brasil

Com o nome original de *Standard Oil Company of Brazil*, a multinacional foi autorizada a se instalar no país por decreto do presidente Hermes da Fonseca, assinado no dia 17 de janeiro de 1912. O nome Esso era uma adaptação fonética proveniente das iniciais de *Standard Oil*. Nelson Rockfeller era encarregado de defender os negócios da empresa na América Latina. O grupo foi precursor no Brasil na distribuição de produtos de petróleo, como a gasolina e o querosene. No início do século XX, os produtos do setor eram importados. Chegavam em navios e depois distribuídos em armazéns de secos e molhados. As primeiras bombas de combustíveis no Rio de Janeiro foram instaladas pela empresa e ficavam situadas em áreas próximas aos locais de venda destes produtos. Ainda como *Standard Oil Company of Brazil*, abasteceu as primeiras aeronaves da aviação comercial brasileira. A partir de 1º de janeiro de 1953, a empresa passou a ser denominada Esso Standard do Brasil. A alteração do nome foi autorizada pelo Decreto nº 31.811, de 20 de outubro de 1952.

A partir dos anos 1940, a Esso dirige seus esforços para o campo da comunicação com o intuito de reforçar a divulgação dos seus produtos. Três ações podem ser destacadas na aproximação da multinacional com a comunidade jornalística: a criação do programa radiofônico *Repórter Esso*, posteriormente transmitido na televisão, o investimento publicitário em jornais e revistas e a implantação em 1956 do Prêmio Esso de Jornalismo, um dos mais importantes programas institucionais da companhia no Brasil.

⁷ A *Standard Oil of New Jersey*, precursora da atual *Exxon*, a *Standard Oil of New York*, hoje *Mobil Oil*, e a *Standard Oil of Califórnia*, denominada *Socal*, integravam “as sete irmãs do petróleo” ao lado da *British Petroleum*, *Royal Dutch-Shell*, *Texaco* e *Gulf*. Esta última foi absorvida nos anos 1980 pela *Socal* (Kucinski, 1985). “São chamadas de ‘irmãs’ devido às relações ‘incestuosas’ que mantêm entre si, pois cada uma delas participa em graus variáveis, nos empreendimentos controlados pelas demais. Através desse emaranhado de participações acionárias, (...) formam um quase-truste mundial de petróleo, conciliando interesses estratégicos comuns, sem eliminar rivalidades regionais. Nesse quase-truste, o capital norte-americano é hegemônico” (idem: 30).

1.3 As estratégias de aproximação com o campo jornalístico

1.3.1 O “Repórter Esso”

Uma das estratégias que as grandes empresas estrangeiras no país utilizavam para manter uma imagem institucional positiva junto ao público era vincular sua marca a um determinado programa radiofônico. Este tipo de ação de marketing foi proposto por algumas das agências de publicidade americanas presentes no Brasil, dentre elas a *McCan Erickson* e a *J. Walter Thompson*. Iniciativa pioneira neste sentido foi desencadeada pela *Colgate-Palmolive Pest Co*, uma das maiores anunciantes no país. Um dos programas, veiculados pela *Rádio Record*, de São Paulo, chamava-se “Palmolive no palco”, apresentado por Otávio Gabus Mendes e que tinha no elenco músicos e artistas conhecidos do público, como a cantora Izaurinha Garcia e o sambista Vassourinha. A *Colgate-Palmolive* também patrocinou a montagem de radionovelas.

Caminho semelhante seguiu o grupo Esso, comandado pela família Rockefeller. A Esso não atuou diretamente em programas de entretenimento, como a *Colgate-Palmolive*, optando por dirigir seus investimentos no campo do jornalismo. A sugestão de criar um noticiário radiofônico partiu da agência de publicidade *McCann Erickson*, responsável pela conta da empresa no Brasil. Assim, às 12h55 do dia 28 de agosto de 1941, entrava no ar pela *Rádio Nacional*, do Rio de Janeiro, a primeira edição do “Repórter Esso”. Em suas primeiras transmissões, o programa também era veiculado pela *Rádio Record*, de São Paulo. Ambas tinham forte aceitação popular no início dos anos 1940⁸. A Esso também viria a patrocinar nos anos 1950 o programa “Honra ao mérito”, veiculado na *Rádio Nacional*⁹.

⁸ A *Rádio Record*, de São Paulo, foi criada em 1931 num cenário de institucionalização da publicidade comercial. Pelo decreto do governo provisório de Getúlio Vargas, apenas 10% da programação podiam ser ocupados por anúncios. A *Rádio Nacional*, com sede na Capital da República, possuía uma das maiores estruturas radiofônicas do país. Em 1940, um ano antes da estréia do “Repórter Esso”, foi encampada pelo governo Vargas, no período do Estado Novo (Jung, 2005: 31).

⁹ O programa, comandado por Heron Domingues, prestava uma homenagem, com entrega de medalhas, a brasileiros que se destacavam em diversas atividades, dentre eles Vital Brazil. A abertura anunciava: “A *Standart Oil Company of Brazil*, pelas ondas da *Rádio Nacional do Rio de Janeiro*, apresenta: *Honra ao Mérito*. Esse programa, ouvintes, tem duas finalidades principais: revelar um herói brasileiro vivo e marcar com esse herói a grandeza de um exemplo” (www.museuvitalbrazil.org.br/exposicoes_vb8.asp).

Com alto índice de audiência, o “Repórter Esso” logo seria retransmitido por emissoras em todo o país, como a *Rádio Inconfidência* (MG), *Rádio Farroupilha* (RS) e *Rádio Clube* (PE). As edições diárias de cinco minutos entravam no ar pontualmente às 8h, 12h55, 19h55 e 22h55, mas o programa poderia interromper a programação normal em casos extraordinários. Principal noticiário radiofônico brasileiro, o programa teve Heron Domingues como apresentador a partir de 1944. Vencedor de um concurso nacional, o locutor era famoso por incorporar uma certa dramaticidade na leitura das notícias. Tinha também o hábito de calcular o tempo de leitura. De fato, o programa que fixava como marca “o primeiro a dar as últimas” privilegiava a síntese no noticiário. As notícias eram redigidas em períodos curtos e de forma direta. A regra básica era evitar, por exemplo, adjetivações no texto e o uso de orações intercaladas. O noticiário seguia um tipo de manual de redação, contendo três princípios fundamentais. Um dos produtores do programa, Merival Júlio Lopes enumera essas regras: “O Repórter Esso é um programa informativo; o Repórter Esso não comenta as notícias; o Repórter Esso sempre fornece as fontes de notícias” (Lopes, apud Moreira, 1991: 26).

Tais diretrizes apontam para uma forte influência do jornalismo americano. Não apenas na forma. O conteúdo também tinha nítida carga ideológica. O bordão, consagrado por Heron Domingues, mostrava como o noticiário dependia dos boletins da *United Press International* (UPI): “Prezado ouvinte, bom dia. Aqui fala o ‘Repórter Esso’, testemunha ocular da história, apresentando as últimas notícias da UPI”. Um prefixo musical de fanfarras e clarins, composto pelo maestro Carioca, anunciava o início do programa.

Era através deste noticiário que os ouvintes recebiam as informações sobre a Segunda Guerra Mundial. Como principal fonte de informação sobre o conflito, o “Repórter Esso” consolidou, de 1941 a 1945, a sua audiência. Mais do que isso, serviu como importante instrumento na chamada “política de boa vizinhança” implantada pelos Estados Unidos para estreitar suas relações políticas, econômicas e culturais com os países da América Latina. Importa lembrar que o “Repórter Esso”, seguindo o mesmo formato da edição brasileira, era retransmitido em 14 países da América do Sul e Central por 59 estações de rádio. Como meio de comunicação de massa, o rádio foi um dos veículos mais utilizados durante a guerra para neutralizar a influência do nazismo na América Latina e no Brasil, onde se registrava forte presença de imigrantes alemães, italianos e japoneses.

Se nos primeiros anos de sua transmissão no Brasil, o programa se colocava a serviço da propaganda de guerra, o noticiário radiofônico aproveitou também a sua popularidade para divulgar para os brasileiros o estilo de vida americano da época. Integrava-se assim a outros veículos de comunicação, como as revistas *Seleções do Reader's Digest* e *Visão*. Dirigidas por grupos estrangeiros, estas publicações circulavam no Brasil e estimulavam o *American Way of Life* no contexto de expansão do mercado internacional. Empresas como *RCA Victor* e *General Eletric* lançaram seus produtos no mercado brasileiro. O cinema também participou ativamente desta política, sobretudo através dos filmes de Walt Disney, difundindo o modo de vida americano.

Ainda sobre a forte carga ideológica do programa radiofônico, reproduzindo conteúdo da agência americana *UPI*, é importante registrar que o noticiário não foi ao ar em 1º de abril de 1964, quando o movimento militar, com apoio de importantes segmentos da sociedade civil, derrubou o governo João Goulart. Sobre este episódio, comenta Fabbio Perez, então locutor da *Rádio Tupi* de São Paulo: “(...) sem explicações, como se nada estivesse acontecendo no país, o noticiário que se auto-intitulava ‘testemunha ocular da história’ nos grandes acontecimentos, não foi ao ar”¹⁰.

Com o advento da televisão no Brasil, em 1950, por iniciativa do proprietário dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand¹¹, o programa que teve origem no rádio também ganha sua versão para a TV. O “Repórter Esso” estreou na *TV Tupi* de São Paulo, em 17 de junho de 1953, com apresentação de Kalil Filho. Um ano depois, o telejornal foi lançado na *TV Tupi* do Rio de Janeiro, tendo como apresentador Gontijo Teodoro. Os dois profissionais, conhecidos locutores de rádio, já começavam a adaptar o programa para uma linguagem mais televisiva. O texto era objetivo, refletindo a estrutura narrativa do telejornalismo produzido nos EUA, e o apresentador, enquadrado no plano americano¹². No seu formato original, o programa tinha duração de cinco minutos e era exibido várias vezes ao dia com as notícias mais recentes.

¹⁰ In *O dia em que a testemunha calou*. Revista Imprensa (ano 1, volume 5, janeiro de 1988, p. 12)

¹¹ Para implantar a televisão no Brasil, Chateaubriand importou os equipamentos e decidiu trazer técnicos americanos da RCA. Em 18 de setembro de 1950, entrava no ar a *PRF-3 TV Difusora*, depois *TV Tupi* de São Paulo, primeira emissora de TV da América Latina. O dono dos *Diários Associados* mandou instalar 200 aparelhos em pontos movimentados da capital paulista para o público comprovar a existência da televisão.

¹² O plano americano ou médio é um enquadramento padrão para filmar a participação de repórteres nas matérias. A tomada é feita da cintura para cima (Curado, 2002: 108).

Repetindo a fórmula bem-sucedida do noticiário radiofônico, o programa televisivo se expandiu pelo país, sendo retransmitido por outras emissoras, como a *TV Difusora*, de São Paulo, *TV Itacolomi*, de Belo Horizonte, *TV Piratini*, de Porto Alegre, e *TV Itapoã*, de Salvador, dentre outras. No rádio, o “Repórter Esso” se manteve no ar até 31 de dezembro de 1968. Dois anos depois, o famoso noticiário também deixava de ser transmitido na TV.

Localizamos outras ações de relações públicas empreendidas pela multinacional: o Seminário Esso de Jornalismo, objetivando o aperfeiçoamento profissional dos produtores de notícias, o Programa de Estágio para Jornalistas, que buscava trazer jornalistas do interior para conhecer o processo de produção jornalística nos veículos mais importantes do Rio e de São Paulo, e o Prêmio de Literatura Esso, em parceria com o *Jornal de Letras*. Voltado para universitários, o concurso literário apresentava as categorias de conto e ensaio, além da distribuição de menções honrosas. O prêmio incluía uma quantia em dinheiro e um curso de férias de língua e literatura portuguesa na Universidade de Lisboa.

1.3.2 A operação publicitária

Os anos 1950 são vistos como momento fundador para a imprensa, com a incorporação de um conjunto de técnicas tanto administrativas como editoriais. O período também registra o início de um processo de retração no mercado jornalístico, sobretudo no Rio de Janeiro, que se acentuaria na década seguinte. Ao mesmo tempo, o país vivia um clima de intenso debate político sobre a questão do petróleo. A campanha em defesa da solução estatal do petróleo resultou, em 1953, na criação da Petrobras.

Levar em conta esses dois fatores históricos – o processo de modernização da imprensa e a questão do petróleo na década de 50 – é fundamental, ao nosso ver, para compreender a forte penetração de recursos publicitários de empresas públicas e privadas em jornais e revistas. Nessa perspectiva, não há como dissociar a atuação da multinacional Esso dentro de uma dinâmica social e política mais ampla.

1.3.2.1 O processo de modernização da imprensa

Uma revisão bibliográfica aponta a década de 50 como um momento de grandes transformações na imprensa. As mudanças gráficas e editoriais dos jornais assinalam a passagem do jornalismo que era centrado no discurso político e literário para o modelo informativo, incorporando o ideal de objetividade do jornalismo americano na forma de transmitir a notícia. Ao analisar a imprensa do Rio de Janeiro nos anos 1950, Ribeiro (2000) observa que as mudanças ocorridas a partir das reformas gráficas e editoriais dos principais jornais não representaram uma ruptura, mas um momento de consolidação das transformações que vinham ocorrendo desde o início do século.

As empresas se modernizam e os repórteres seguem técnicas especializadas para apuração e redação de matérias. Os principais diários do Rio de Janeiro incorporam a pirâmide invertida, concentrando as informações mais “importantes” (quem, o que, onde, quando, como e por que) na abertura da matéria. É quando surge na redação a função do copidesque, responsável pela padronização dos textos. Os jornais privilegiam ainda um texto em terceira pessoa, sem fazer uso de adjetivações ou recursos estilísticos rebuscados. Os limites entre o que é informação e o que é opinião no noticiário passam a ser mais claramente demarcados. O espaço da opinião se restringe aos editoriais, crônicas, artigos e cartas dos leitores. As mudanças não eram apenas editoriais. Os jornais também promovem uma ampla reforma gráfica, valorizando as imagens, títulos e manchetes. A primeira página contém os fatos mais interessantes do ponto de vista jornalístico, funcionando como um resumo do material a ser apresentado ao leitor dentro do noticiário.

As transformações ocorridas nos anos 1950, incluindo a questão salarial, a criação de novas escolas de jornalismo e a regulamentação da profissão, contribuíram para moldar a imagem desses profissionais até os dias atuais.

“A criação da identidade desse grupo profissional nos parece ter girado em torno de algumas questões fundamentais, todas associadas a um processo de valorização da profissão: a salarial (aumento dos rendimentos), educacional (criação de escolas de jornalismo), a jurídica (regulamentação da profissão), a sindical e associativa (construção de espaços de resistência, negociação e sociabilidade), a ética (criação de uma nova deontologia baseada no compromisso com a objetividade e a responsabilidade social) e a liberdade de imprensa” (Ribeiro, 2000: 308)

O processo de concentração da imprensa acompanhou o mesmo ritmo do desenvolvimento dos jornais em empresas modernas. Vários fatores podem ser apontados como determinantes para a retração do mercado jornalístico, especialmente no Rio de

Janeiro nos anos 1950: as limitações técnicas decorrentes da necessidade da implantação de equipamentos caros e modernos para sustentar grandes tiragens em curto prazo de tempo e os custos adicionais para a qualificação da mão-de-obra num momento de profissionalização da imprensa. Podemos apontar também o equilíbrio econômico precário da maior parte das publicações. Muitas apresentavam gestão ineficiente ou sofriam corte de verbas oficiais ou publicidade comercial por motivos políticos. Outras razões, externas ao campo, agravavam a saúde financeira das empresas, dentre elas as dificuldades de importação do papel de imprensa¹³ e a própria vulnerabilidade da economia brasileira, ainda em vias de modernização nos anos 1950.

A complexidade das operações e a transformação dos jornais em grandes empresas demandavam grandes recursos. No Brasil, esse volume de capital ainda era escasso. Tal defasagem entre o tamanho que assumiam as empresas de comunicação e a fragilidade da economia local para sustentar o peso da modernização provocou uma significativa redução do número de jornais e revistas em circulação. Esse processo foi acentuado com o golpe militar de 1964. É importante afirmar que a sobrevivência das empresas jornalísticas que atingiram certa estabilidade financeira não significou, em nenhum momento, uma autonomização destas em relação ao campo político e ao poder de grupos econômicos. Ao contrário, os proprietários de veículos de comunicação conseguiram montar uma estrutura industrial, mas extremamente dependente de verbas públicas obtidas em estabelecimentos oficiais de crédito e recursos provenientes da publicidade comercial de empresas nacionais e estrangeiras.

O mercado jornalístico nos anos 1950 se restringia basicamente aos principais centros econômicos do país. Além do Rio de Janeiro, então capital da República, a maior parte de jornais e revistas se concentrava nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Neste período, por limitações técnicas de distribuição, dentre outros fatores, os diários não circulavam em todo o território nacional. Apenas as revistas, como *Manchete* e *Cruzeiro*, tinham circulação nacional. Três jornais cariocas tiveram atuação importante no processo de modernização da imprensa, com a incorporação de técnicas redacionais

¹³ No período de 1958 a 1963, a alta do preço do papel importado para a imprensa foi superior a 3294%. O período também apresentava sucessivos aumentos do preço do dólar para a importação. A ascensão do preço do papel nacional acompanhava a do papel estrangeiro. O dólar para importação de papel passou de Cr\$ 18,82 em 1958 para Cr\$ 620 em 1963. No mesmo período, o quilo de papel nacional passava de Cr\$ 4,63 para Cr\$ 112 (Sodré, 1999).

baseadas no jornalismo americano e renovação dos seus projetos gráficos: *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*.

Um dos pioneiros na utilização do *lead* – convenção jornalística em que o repórter procura responder na abertura da matéria as seis perguntas básicas (o que, quem, quando, onde, como e porque) sobre um acontecimento – o *Diário Carioca* iniciou as mudanças em 1951. Foi o primeiro órgão noticioso do país a lançar um manual de redação para seus profissionais¹⁴. O jornal inovou ainda ao acrescentar ao *lead* americano o chamado *sublead*, consagrado em códigos e manuais de jornais até os dias atuais.

Outro periódico que contribuiu decisivamente para a passagem de um texto opinativo para um modelo mais informativo foi o *Jornal do Brasil*. Com uma estrutura empresarial mais sólida do que o *Diário Carioca*, o matutino estabeleceu, a partir de 1956, uma nova estrutura organizacional, servindo de modelo de eficiência empresarial. As reportagens, praticamente inexistentes no jornal até então, passaram a ser valorizadas e os assuntos, divididos por editorias, com a valorização do fotojornalismo. Os encartes, com destaque para o Suplemento Dominical, tornaram-se diferencial e aprofundaram as reformas do *Diário Carioca*. O *Jornal do Brasil* promoveu ainda uma renovação visual. A reforma se consolidaria no início dos anos 1960¹⁵.

O jornal *Última Hora* também pode ser apontado como um dos principais jornais reformadores no contexto dos anos 1950¹⁶. Com aspecto gráfico inovador, estabelecendo um novo padrão visual para a imprensa, o vespertino introduziu mudanças significativas no aspecto redacional. As estratégias empresariais do periódico de Samuel Wainer também foram incorporadas pela maioria dos jornais do país. A importância do jornal não se restringiu às mudanças editoriais e gráficas implantadas no contexto de modernização da imprensa. Na verdade, o *UH* esteve no centro do debate político nacional num período dramático da história do país: o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954. O resgate do ambiente político que precedeu essa grave crise institucional é importante à medida que

¹⁴ Atuavam no *Diário Carioca* no período da reforma, a partir de 1951, o chefe de redação Pompeu de Souza, o diretor de redação Danton Jobim e o chefe de reportagem Luís Paulistano (Silva, 1991).

¹⁵ As reformas no *Jornal do Brasil* foram conduzidas numa primeira fase por Odylo Costa Filho, Aníbal Freire e Amílcar de Castro (Bahia, 1989). Posteriormente, Jânio de Freitas assume a chefia de redação. No início dos anos 60, o jornalista Alberto Dines consolidaria as mudanças, dentre elas a implantação de um departamento de pesquisa e o incentivo à especialização jornalística.

¹⁶ O jornal, que tinha como redator-chefe João Etcheverry e diretor de redação Otávio Malta, foi responsável pela valorização da fotografia e deu novo impulso ao colunismo. Como redatores principais, contava com Otto Lara Resende e Francisco de Assis Barbosa, além do colunista Nelson Rodrigues (Ribeiro, 2000).

ajuda a visualizar o vínculo político de jornais, que tinham como uma das principais fontes de renda empréstimos oficiais e verbas públicas.

A posse do presidente Getúlio Vargas, em 1950, provocou forte embate entre forças políticas antagônicas, e os meios de comunicação da época foram utilizados como arena de disputa de poder. Desde a sua campanha, Vargas não obtivera apoio da imprensa para divulgação de seus atos como candidato. Após a sua eleição, acusou grande parte dos jornais de estabelecer um pacto de silêncio com o objetivo de enfraquecê-lo politicamente. Diante desse quadro, julgou necessário contar com o apoio de um órgão noticioso, dirigido sobretudo para as camadas populares. O objetivo era promover o seu governo e se defender das acusações dos adversários políticos. Assim nasceu, em 1951, *Última Hora*.

O presidente ofereceu ao jornalista Samuel Wainer generosos créditos de bancos oficiais para colocar o jornal na rua. Rapidamente, Wainer começou a montar uma rede de comunicação. Além do sucesso comercial de *Última Hora* – colocado a serviço da propaganda nacionalista do governo Vargas, mas promovendo importantes mudanças que estabeleceriam um novo padrão para o jornalismo brasileiro – o jornalista lançou um ano depois uma edição paulista do jornal. Também criou, com aceitação popular, o semanário ilustrado *Flan*, com circulação no Rio e em São Paulo. A cadeia jornalística se completava com a *Rádio Clube do Brasil*.

O crescimento do grupo montado pelo aliado de Vargas foi rapidamente alvo de acusações de adversários, por motivações econômicas ou políticas. Para Assis Chateaubriand, o sucesso de *Última Hora* representava uma ameaça aos seus interesses comerciais. Um dos jornais mais importantes do grupo dos *Diários Associados*, o *Diário da Noite* era um dos mais atingidos com a ascensão do recém-lançado periódico. A entrada de Wainer no mercado jornalístico do Rio de Janeiro quebrava também uma tradição patrimonial da imprensa brasileira, dominada por um pequeno círculo de famílias proprietárias de jornais¹⁷. O jornalista Carlos Lacerda, da *Tribuna da Imprensa*, por sua vez, tinha uma motivação mais claramente política em seus ataques contra Wainer. Seu objetivo era desestabilizar, através de acusações de favorecimento político ao *Última Hora*, o presidente Getúlio Vargas.

¹⁷ O mercado de comunicação estava restrito a grupos familiares, dentre os quais as famílias Mesquita (*O Estado de São Paulo*) e Marinho (*O Globo*).

As desavenças públicas e a troca de acusações entre dirigentes dos principais jornais ocupavam diariamente o noticiário. A *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e *Última Hora*, de Samuel Wainer, eram protagonistas neste cenário de polarização política.

Lacerda e outros adversários acusavam o Banco do Brasil e outras instituições de crédito de financiarem *Última Hora*, com empréstimos de cerca de 156 milhões de cruzeiros (Sodré, 1999: 402). Samuel Wainer passou a ser investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito e sofreu intensa campanha de desmoralização, mobilizando grande parte da imprensa no período¹⁸. As denúncias revelaram, entretanto, o modo de atuação da imprensa como um todo na captação de recursos públicos e o grau de dependência dos jornais em relação aos organismos oficiais. Isso porque a obtenção de dinheiro público e a vinculação política dos jornais não eram uma prática isolada no contexto dos anos 1950. As acusações contra *Última Hora* apenas desvelavam uma norma geral da imprensa que não estabelecia fronteira entre o público e o privado.

Chateaubriand, chefe da maior cadeia de comunicação do país, se beneficiava diretamente das relações de confiança com os principais dirigentes políticos da época. Os veículos dos *Diários Associados*, por exemplo, que abriram seus microfones e cederam espaço em suas páginas para as investidas de Lacerda contra Wainer, eram os maiores captadores de créditos oficiais. As organizações comandadas por Chateaubriand deviam mais de 162 milhões de cruzeiros ao Banco do Brasil, Caixas Econômicas e institutos de previdência (idem). O apoio de grupos privados a Chateaubriand, através de métodos os mais variados, passando inclusive por práticas de chantagem e clientelismo, também foi fundamental para a constituição e fortalecimento do grupo dos *Diários Associados*.

A obtenção de créditos oficiais havia beneficiado também *O Globo*, outro participante ativo da campanha contra *Última Hora* e integrante de uma frente que se propunha a combater a corrupção no governo. Enquanto denunciavam os favoritismos do Banco do Brasil, as empresas de Roberto Marinho obtinham sucessivos empréstimos. A Carteira de Crédito Geral do mesmo Banco do Brasil registrava repasses superiores a um milhão de

¹⁸ A CPI, proposta pelo deputado Armando Falcão, foi instalada em 27 de março de 1953. Falcão pertencia aos quadros da União Democrática Nacional (UDN), partido que fazia forte oposição ao governo Vargas.

dólares ao jornal, entre 1950 e 1952¹⁹. Por sua vez, a *Tribuna da Imprensa*, de Lacerda, conseguiu um empréstimo do Banco do Brasil equivalente a U\$ 100 mil na época (Moraes: 1994: 552).

Apesar dos violentos ataques contra Samuel Wainer, o jornal permaneceu em circulação e ganhou novo fôlego administrativo-financeiro a partir do governo Juscelino Kubitschek. Se não conseguiu alcançar plenamente seus objetivos, a campanha atingiu duramente o governo Getúlio Vargas. A imagem do presidente, já desgastada em razão das denúncias de corrupção deflagradas no caso *Última Hora*, ficou ainda mais comprometida no episódio do suposto atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, na Rua Toneleros, em Copacabana, Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1954. O crime resultou na morte do major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, que acompanhava na ocasião Carlos Lacerda. O dono da *Tribuna da Imprensa* foi atingido com um tiro no pé.

Um Inquérito Policial Militar, instalado na Base Aérea do Galeão, local apelidado pela imprensa como “República do Galeão”, apontou como mandante do crime o chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato. Em 24 de agosto, Getúlio Vargas se suicidou com um tiro no peito.

Para além dos empréstimos obtidos de instituições oficiais de crédito e a tomada de dinheiro a particulares, uma outra fonte de financiamento crucial para a sobrevivência das empresas jornalísticas nos anos 1950 era a publicidade. À medida que as operações jornalísticas adquiriam complexidade, com a especialização da mão-de-obra e o incremento da produção de jornais em prazos cada vez menores, maior volume de recursos era necessário para cobrir os custos de produção. Vendas avulsas ou por assinatura não garantiam a sustentabilidade financeira da maior parte dos jornais.

Com o desenvolvimento industrial do pós-guerra e maior oferta de bens de consumo, a presença dos anunciantes se torna mais frequente nas páginas dos periódicos. A publicidade comercial exerceu papel importante no processo de modernização dos veículos de comunicação, mas também não significou para a imprensa a conquista de sua autonomia. Na verdade, favoreceu o processo de concentração dos jornais no mercado e criou uma dependência de outra ordem. Se os créditos oficiais deixavam órgãos noticiosos em situação

¹⁹ O dinheiro teria sido usado para a compra da máquina impressora alemã *Roland-Ultra RZU V*. Em condições de pagamento extremamente favoráveis, *O Globo* dava como garantia a sua velha impressora *Goss* (Sodré, 1999: 402).

de vulnerabilidade em relação aos grupos políticos, os jornais passavam a manter também vínculos estreitos com as empresas anunciantes. Para alguns autores, a presença das agências de publicidade, como intermediárias de grupos econômicos estrangeiros, representou uma ameaça à liberdade de expressão e uma tentativa de desnacionalização da imprensa.

Neste período, registra-se um número crescente de agências de publicidade. Enquanto na década de 40 havia pouco mais de 50 agências no mercado, o número subiu para aproximadamente 300 no final dos anos 1950, dentre as quais podemos destacar a *J. Walter Thompson*, sediada em São Paulo, e a *McCann Erickson*, no Rio de Janeiro (Ribeiro, 2000). O impulso das agências, sobretudo estrangeiras, representou conseqüentemente uma significativa expansão dos investimentos publicitários no mercado jornalístico. O volume investido em jornais e revistas, através das agências de publicidade, passou de 750 milhões em 1947 para 3500 milhões de cruzeiros em 1953. Desse total, cerca de 1200 milhões eram destinados aos jornais e 480 milhões, às revistas (Sodré, 1999).

No início dos anos 1950, quando a televisão ainda começava a operar no Brasil, as empresas utilizavam como principal critério para direcionar seus investimentos o fator venda (circulação), no caso dos jornais e revistas, ou audiência, no caso do rádio. As revistas ilustradas, como *O Cruzeiro*, pertencente ao grupo dos *Diários Associados*, captavam os principais anúncios. Tal procedimento agravava o processo de concentração da imprensa, pois os grandes veículos ficavam com a maior parte da divisão do bolo publicitário.

Além da atuação das agências estrangeiras de publicidade no mercado, os grandes anunciantes também eram, em sua maioria, grupos multinacionais. Dados do Anuário de Publicidade mostram as firmas que mais despendiam recursos no mercado jornalístico em 1953: Cia. Antarctica Paulista (70 milhões), Esso Standard do Brazil (28 milhões), Cia. Industrial Gessy (27 milhões), *The Sidney Ross Company* (25 milhões), S.A. Ind. Irmãos Lever (20 milhões), *The Shell Brazil Limited* (18 milhões), *The Coca-Cola Export* (15 milhões), Cia. Cerveja Brahma (14 milhões), *The Johnson & Johnson* (13,5 milhões), *Atlantic Refining Company* (13 milhões), *Gillette Safety Razor Co.* (12,5 milhões), *The Colgate-Palmolive Pest Co.* (12 milhões), *The Eno Scott Browne & Cia.* (12 milhões), Cia. de Cigarros Souza Cruz (12 milhões) e Companhia Nestlé (10 milhões).

A presença do capital estrangeiro na imprensa por meio da publicidade provocou intenso debate no campo jornalístico e nos meios políticos. A divisão de opiniões refletia a própria conjuntura do pós-guerra, com o acirramento da disputa entre pólos distintos. De um lado, os grupos mais liberais, que defendiam a abertura de mercado e viam na publicidade uma possibilidade de autonomia dos jornais em relação ao poder político. Do outro, os que assumiam um discurso nacionalista, com orientação mais próxima do pensamento da esquerda. Para estes opositores, a publicidade servia como instrumento de controle dos jornais, pois interferia diretamente no noticiário, representando uma ameaça à liberdade de imprensa no país. Sustentavam que a participação das empresas e agências estrangeiras no mercado jornalístico era uma tentativa de desnacionalização da imprensa.

O jurista e escritor Osny Duarte Pereira afirmava que a influência exercida pela publicidade de firmas estrangeiras nos jornais feria o Artigo 160 da Constituição de 1946. O dispositivo constitucional, resguardando o caráter nacional das empresas jornalísticas, estabelecia: “É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de rádio-difusão, às sociedades anônimas ao portador ou a estrangeiros”. A esse respeito, comenta Pereira:

“As administrações dos jornais estão entregues a brasileiros natos, mas esses não poderiam sobreviver sem as substanciais contribuições proporcionadas pela propaganda comercial fornecida pelas grandes empresas estrangeiras” (Pereira, apud Sodré, 1999: 396)

Na mesma linha, o deputado Euzébio Rocha denunciava o “vergonhoso espetáculo” patrocinado pelos trustes internacionais:

“Pois bem: esse poder econômico, interligado e estruturado no país, criou uma cadeia de interesses de tal ordem que ameaça a segurança nacional, porque o jornal que contrariar, em qualquer sentido, os interesses da *Light* passará a não ter anúncios. Qualquer empresa que atacar a *Standard Oil* não contará com a sua grande publicidade. Em suma, qualquer empresa que combater os interesses desses grupos sofrerá o boicote” (Rocha, apud Sodré, 1999: 433)

O Congresso instalou, em 1957, uma primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para discutir o suposto “controle estrangeiro” exercido sobre a imprensa brasileira. Na década de 60, o assunto foi retomado depois de intensa campanha promovida por Genival Rabelo. Em artigos publicados em sua revista *Publicidade e Negócios* e no jornal *Tribuna*

da Imprensa, Rabelo condenava essa “presença estrangeira”. O movimento resultou na criação de uma nova CPI, em 1963. As duas comissões, no entanto, não tiveram o resultado esperado por seus maiores incentivadores.

O embate ideológico travado entre defensores e críticos da participação de empresas estrangeiras como anunciantes no mercado jornalístico foge ao propósito da nossa pesquisa. Os posicionamentos refletem o contexto político daquele período. Concordamos com a ideia da concentração de mercado a partir da expansão da publicidade e dos vínculos criados entre jornais e grupos econômicos. Longe de percebermos neste fenômeno uma possibilidade de autonomia e independência dos jornais, como defendiam os liberais, também nos parece bastante precário o argumento, apresentado por uma corrente de pensamento carregado de uma ideologia de base marxista, de “controle estrangeiro” da imprensa nacional.

Um dos principais fatores que redimensiona o volume gasto em publicidade nos jornais pelas firmas multinacionais – principalmente as americanas *Esso Standard do Brazil* e *Atlantic Refining Company* e a inglesa *Shell Brazil Limited* – envolve a questão do monopólio estatal do petróleo no país. As diferenças ideológicas em torno de debate sobre o “controle estrangeiro” da imprensa ficam ainda mais expostas.

1.3.2.2 A questão do petróleo

A situação das multinacionais petrolíferas no Brasil começou a se modificar em 1939, quando os jornais publicam a descoberta de petróleo nos poços de Lobato, na Bahia, região que se tornaria a primeira grande reserva nacional do produto no Brasil. Mesmo com aproveitamento comercial baixo do óleo, a extração incentivou novas pesquisas do recém-criado Conselho Nacional de Petróleo (CNP) na região do Recôncavo Baiano.

As perfurações prosseguiram em pequena escala nos anos 1940, mas era cada vez maior o consumo de derivados de petróleo. Em 1938, o consumo exigia a importação de 38 mil barris/ dia. Em 1950, a demanda já era de cem mil barris. Esses dados foram extraídos do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas (DHBB/CPDOC/FGV). O interesse de grupos estrangeiros na exploração do petróleo brasileiro ganha contornos nítidos na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), que assumiu o poder após o fim da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Neste momento, o país discutia a elaboração de uma nova Constituição, na qual um dos pontos mais controversos era definir a participação do capital estrangeiro na exploração de recursos petrolíferos.

Um dos traços que caracterizavam a atuação das multinacionais era formar departamentos ou procuradores especializados em remover obstáculos legislativos nos mercados internacionais e defender assim os interesses corporativos das organizações para as quais trabalhavam. No Brasil, coube a Paul Howard Schoppel a tarefa de atuar como interlocutor da *Standard Oil* junto aos parlamentares brasileiros. Diretamente ligado ao novo embaixador norte-americano William Pawley, o lobista “vivia no Rio de Janeiro vida faustosa, residindo no Hotel Glória, e convivia com altas autoridades federais brasileiras” (Pereira, 1974: 34). O objetivo de Schoppel era conseguir modificar o Artigo 153 da Constituição de 1946, que dispunha sobre as concessões para uso do solo brasileiro. A manobra foi bem-sucedida na ocasião.

A nova Carta derrubou os dispositivos notadamente mais nacionalistas contidos na Constituição de 1937, como a nacionalização progressiva dos recursos minerais e a concessão para exploração de minas, jazidas e quedas d’água apenas para “brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros”. A redação do Artigo 153, no entanto, dispunha em seu parágrafo primeiro: “As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, assegurando ao proprietário preferência para exploração” (grifo nosso). A Constituição de 1946 foi promulgada em 18 de setembro, abrindo, portanto, uma brecha legal para que as multinacionais interessadas pudessem explorar jazidas de petróleo no Brasil.

Outro mecanismo que flexibilizava a legislação, permitindo a participação do capital estrangeiro, surgiu em 1948 em torno do debate sobre a implantação do Estatuto do Petróleo. Em mensagem enviada ao Congresso Nacional em 31 de janeiro daquele ano, o presidente Dutra pedia votação urgente para a matéria:

“É fora de dúvida que a legislação ainda em vigor, resultante dos princípios exageradamente contrários ao capital estrangeiro contido na Lei Magna de 1937, tem sido o grande obstáculo a antepor-se ao desenvolvimento da indústria de refinados no Brasil, por isso que não permite a colaboração desse capital em atividades dessa natureza. Indispensável se torna a remoção dos embaraços legais que até aqui têm impossibilitado a conjunção de capitais e de esforços de brasileiros e estrangeiros. O projeto ora enviado não se limita a dispensar a qualidade de brasileiro nato; vai além, para permitir que não só os brasileiros naturalizados mas até os estrangeiros,

residentes ou não no país, participem das sociedades por ações que entre nós se organizem visando a exploração da indústria de refinados e do transporte de petróleo” (Fonseca, 1957: 213/214).

As medidas logo geraram reação de setores organizados da sociedade que se identificavam com o ideário nacionalista. Ao mesmo tempo, crescia o apoio popular em prol da criação de uma empresa brasileira de produção e distribuição de petróleo. Os primeiros debates sobre o tema ocorreram a partir de 1947 no Clube Militar do Rio de Janeiro, onde pontificavam nomes como os do ex-presidente e então deputado Arthur Bernardes e do general Horta Barbosa, encapando a tese do monopólio do petróleo. Em seus discursos, Bernardes e Barbosa associavam o petróleo à questão da soberania nacional, bem de uso coletivo e criador de riquezas nacionais: “Consentir que o nosso petróleo caia em mãos estrangeiras ou de estrangeiros ‘camuflados’ em nacionais é o mesmo que entregar a inimigos potenciais a melhor arma da nossa defesa militar e econômica”, afirmava o ex-presidente, compartilhando a visão de Barbosa, para quem “só o Estado tem qualidade para explorá-lo, em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo”. O clima dos debates no Clube Militar está registrado no livro *Petróleo: contratos de risco e dependência*, de Bernardo Kucinski (1977).

As ideias nacionalistas ganharam força com a adesão de estudantes, trabalhadores, intelectuais e militares. Abrigado posteriormente no Centro de Estudos e Defesa do Petróleo²⁰, o movimento lançou a campanha “O petróleo é nosso”, promovendo comícios, debates e caravanas em todo o país em defesa da solução estatal do petróleo. Sem apoio dos parlamentares, o projeto de lei propondo a criação do Estatuto do Petróleo não foi aprovado no Congresso. Outras conquistas desta ampla frente popular se sucederam nos anos subsequentes.

A campanha “O petróleo é nosso” foi reforçada pelo projeto nacionalista que reconduziu Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1950. Em 3 de outubro de 1953, Vargas sanciona a Lei 2.004 criando a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras. Ficava instituído o monopólio estatal da pesquisa e lavra, exploração, refino do petróleo nacional e

²⁰ O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo foi instalado em 21 de abril de 1947 na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, tendo como presidentes de honra, além de Arthur Bernardes e Horta Barbosa, os generais Leitão de Carvalho, Raimundo Sampaio, o coronel Arthur Carnaúba, o almirante Alfredo de Moraes Filho e D. Alice Tibiriçá, que atuava em campanhas de assistência social no Rio e em São Paulo (Kucinski, 1977: 160).

estrangeiro e transporte do produto e seus derivados. À Petrobras cabia a execução, ficando o CNP como órgão normativo e fiscalizador do monopólio.

A decisão provocou forte impacto nos interesses comerciais da Esso Standard do Brasil e outras distribuidoras. A partir de 1953, as multinacionais teriam que passar a comprar os derivados de petróleo da estatal. Antes do surgimento e consolidação da Petrobras no mercado, Esso, Shell, Atlantic e outras duas multinacionais (Gulf e Texas) detinham a quase totalidade do mercado de distribuição de combustíveis no Brasil.

Para alguns historiadores, o aumento do investimento em publicidade no período representou uma reação à campanha em defesa da solução estatal do petróleo. Em 1953, ano de criação da Petrobras, a concorrente Esso exerceu papel de liderança em termos de gastos publicitários para promoção da sua imagem institucional no Brasil. Outras companhias de petróleo, como a Shell e Atlantic, também despenderam elevados recursos com veiculação de anúncios na imprensa.

Como vimos, segundo dados do Anuário de Publicidade, a Esso investiu, via agência de publicidade *McCann Erickson*, 28 milhões de cruzeiros em 1953, sendo a segunda maior anunciante depois da Cia. Antártica Paulista. No mesmo ano, a Shell aplicou recursos da ordem de 18 milhões e a Atlantic, 13 milhões. Em 1956, o valor gasto em publicidade pela Esso e pela Shell, somente para a venda de combustíveis, somou 31 milhões de cruzeiros. O ritmo dos investimentos da Esso não diminuiu ao longo da década. Em 1959, os gastos da multinacional chegaram a 80 milhões de cruzeiros, aumento de 185% em relação a 1953.

O corte de verbas de uma grande companhia representava uma ameaça para a sobrevivência das empresas jornalísticas. Em discurso pronunciado na Câmara em 1953, o deputado Euzébio Rocha denunciou a Esso por tentar controlar a opinião dos jornais via publicidade. Rocha acusou diretamente a multinacional de retirar anúncios do *Diário de Notícias* por ter defendido, em artigos e editoriais, a nacionalização do petróleo:

“Há pouco mais de um ano, a *Standard Oil Company* do Brasil mobilizou todos os seus recursos de propaganda e desencadeou forte campanha no sentido de obter para si a exploração das nossas reservas de petróleo. O *Diário de Notícias*, porque repudiasse em editoriais e em artigos de colaboradores aquelas pretensões antinacionais, foi sumariamente suprimido da programação de publicidade daquela importante empresa” (Rocha, apud Sodré, 1999: 434)

Na CPI instalada em 1957, a questão do petróleo foi apontada como determinante para o aumento da participação do capital estrangeiro na imprensa brasileira. A Esso e a agência de publicidade *McCann Erickson* foram alvo permanente de investigação. Políticos acusaram a agência de pagar publicidade apenas aos jornais contrários ao monopólio da Petrobras. Em 7 de setembro de 1962, o semanário *Novos Rumos*, de orientação comunista, denunciou a distribuição da publicidade da Esso, citando Emil Farhat e Armando de Moraes Sarmiento, dirigentes da *McCann Erickson* ouvidos pela CPI:

“Naquela época, a empresa de publicidade que mantém sede em Nova Iorque, onde estão 60% de suas ações, distribuía anualmente 300 milhões de cruzeiros na propaganda de diversas firmas norte-americanas aqui instaladas. Sua principal cliente era a *Standard Oil Company*, que passou a chamar-se *Esso Standard do Brasil*. O atual presidente da *McCann Erickson*, Emil Farhat, era então assistente imediato de Armando de Moraes Sarmiento, que dirigia a empresa. Chamados a depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, viram-se os dois personagens atrapalhados para explicar a distribuição da publicidade da Esso, dirigida apenas aos órgãos de imprensa contrários ao monopólio estatal do petróleo, suborno e corrupção que, gaguejantes e confusos, acabaram por confessar” (Sodré, 1999: 407)

Segundo o jornalista Genival Rabelo, a multinacional realizou reuniões com autoridades brasileiras em 1953, ano de criação da Petrobras, fazendo advertências ao governo. Rabelo utiliza informações do *Jornal de Debates*, no qual o jornalista Joel Silveira descreve as ameaças da Esso: “1) que não estava de acordo com a política do monopólio estatal do petróleo; 2) que, se as autoridades insistissem na ideia, a companhia faria uma campanha de propaganda no montante de 5 milhões de dólares; 3) que, caso a campanha não surtisse efeito, deporia o governo” (Sodré, 1999: 434). O *Jornal de Debates* também mantinha uma política editorial fortemente nacionalista.

A conclusão da CPI foi publicada no *Diário do Congresso Nacional*, páginas 793 a 799, em 30 de janeiro de 1959. O documento confirmava o poder de companhias estrangeiras no mercado de petróleo no Brasil. Os deputados observaram que, apesar de o artigo 160 da Constituição Federal proibir participação acionária de grupos estrangeiros em veículos de comunicação no país, o mesmo não ocorria com as agências de publicidade. Estas trabalhavam a serviço das multinacionais, exercendo, segundo a comissão, influência indireta no conteúdo noticioso. Reproduzimos abaixo um dos trechos do relatório final:

“Como grandes clientes, as distribuidoras exercem forçosamente notável influência sobre as agências de publicidade, levando-as também a seguir os mesmos critérios na

colocação das verbas de outros clientes. Esse efeito de arrastamento canaliza a maior parcela da importância total gasta em publicidade, mais de 9 milhões de cruzeiros em 1957, para órgãos de divulgação dispostos a colaborar na defesa dos interesses dos trustes, e subtraindo a viabilidade econômica aos que persistam em posição de independência” (*Congresso Nacional*, 1959: 798)

Como já mencionamos, os depoimentos e o trabalho da comissão devem ser analisados dentro do contexto de polarizações políticas. Importa lembrar que a comissão foi presidida pelo deputado Luthero Vargas (PTB), filho do ex-presidente Getúlio Vargas. Ressalvando a carga ideológica dos debates travados por ocasião da CPI, entendemos que alguns dados são indicativos para compreender parte das estratégias de comunicação da Esso diante das restrições comerciais impostas pelo monopólio do petróleo.

Mas a aproximação da Esso com o campo jornalístico não se restringiu a sua participação como anunciante. Outras estratégias, incluindo a criação daquele que viria a se tornar o mais importante prêmio de estímulo aos profissionais de imprensa, foram utilizadas como forma de estabelecer pontos de contato entre a empresa e os jornalistas. A constituição do Prêmio Esso de Jornalismo é o que examinaremos a seguir. Vamos resgatar a origem do prêmio e examinar o que o concurso jornalístico representou para os produtores de notícias, justamente no momento de modernização da imprensa.

1.4 O Prêmio Esso

1.4.1 A origem

No início da década de 50, as atividades da Esso no Brasil mantinham estreitas ligações com os departamentos comerciais das empresas jornalísticas. O contexto político, no entanto, era pouco favorável à manutenção de uma imagem institucional positiva. Contra a multinacional, pesavam acusações de liderar o movimento contrário ao monopólio estatal em plena campanha do “Petróleo é nosso”. O grupo também era alvo de denúncias em comissões parlamentares por tentar influenciar o noticiário por meio de recursos publicitários. Diante deste cenário, a empresa buscou alternativas para se aproximar dos formadores de opinião. O objetivo era não restringir suas ações de marketing à publicidade.

Um dos instrumentos usados era a publicação institucional *Revista Esso*. Lançada em 1945, a revista chegou a ter uma tiragem, em 1953, de 60 mil exemplares distribuídos

gratuitamente a variados segmentos sociais e aos formadores de opinião. Cada número era dedicado, como informa a edição nº 152 (jan/ fev 1953), a um dos estados brasileiros. Quanto ao aspecto gráfico, a capa de cada edição era ilustrada com o trabalho de um pintor natural do estado homenageado.

Partiu do jornalista Ney Peixoto do Valle a ideia da criação em 1955 de um prêmio voltado para o reconhecimento do trabalho dos profissionais das redações. Repórter político do *Diário Carioca*, ele deixou a redação em 1953 após ser convidado para assumir o Departamento de Relações Públicas da Esso. Em depoimento ao autor, ele confirma que o concurso surgiu como estratégia da empresa diante do contexto político adverso para a atuação da Esso Standard, criticada por interferir em assuntos estratégicos do país:

“Quando ingressei no Departamento de Relações Públicas da Esso, a empresa era o foco mais visível e mais vulnerável da presença do capital estrangeiro no país, por atuar no segmento mais visado da ira nacionalista – o petróleo. O Congresso Nacional discutia a criação da Petrobras e a imprensa refletia este clima antagônico. Havia também a Shell, Texaco e Atlantic, mas a Esso era a única a se expor na defesa da participação privada na exploração do petróleo. Por isto, e como líder do mercado, era a mais visada”²¹.

Segundo Valle, algumas medidas de adaptação ao ambiente brasileiro foram adotadas pela multinacional, como, por exemplo, alterar o nome de Esso Standard do Brazil para Esso Brasileira de Petróleo.

“Seguiram-se outras, como a aproximação com os fazedores de notícias, abandonando a antiga prática de se relacionar somente com os donos de jornais. Devido a minha formação profissional, elegi o repórter como o alvo prioritário e verifiquei a inexistência de qualquer iniciativa de peso para premiar e elevar o status desse profissional que militava em centenas de jornais em todo o país. A ideia do Prêmio Esso surgiu da necessidade de a empresa dispor de um instrumento eficiente de aproximação com os jornalistas, quebrando o gelo e a desconfiança mútua”²².

Para conferir credibilidade ao projeto – tendo em vista o fato de a premiação ser concedida por uma multinacional, com interesses comerciais no país – uma das primeiras medidas foi buscar uma parceria com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), então presidida por Herbert Moses. Com o apoio da entidade e a participação exclusiva de jornalistas na comissão julgadora, foi lançada em 1956 a primeira edição do Prêmio Esso de

²¹ Entrevista ao autor concedida por email em 13/11/2009

²² Idem

Reportagem, rebatizado posteriormente de Prêmio Esso de Jornalismo. A comissão era formada por nomes que participavam naquele momento do processo de renovação dos padrões técnicos do jornalismo brasileiro. Além de Herbert Moses, presidente da ABI que avalizara a criação da premiação, o júri era composto por Alves Pinheiro (*O Globo*), Otto Lara Rezende (*Manchete*), Danton Jobim (*Diário Carioca*) e Antônio Callado (*Correio da Manhã*). Por razões ideológicas, na avaliação de Ney Peixoto do Valle, a ABI se desvinculou da iniciativa a partir da terceira edição do concurso. Ele explica os motivos do rompimento:

“A receptividade foi tão grande que no terceiro ano do prêmio, Moses me chamou para dizer que a ABI não poderia continuar ligando seu nome ao programa. Ele fora pressionado pela ala esquerdista da diretoria da ABI, representada por Antonio Mesplé e Fernando Segismundo, para pular fora, por razões puramente ideológicas. Na visão deles, a ABI não poderia se ‘aliar’ a uma empresa estrangeira com o estigma da Esso. Foi uma demonstração da xenofobia, desconsiderando a contribuição do Prêmio Esso para a imprensa brasileira, além de agregar prestígio à Associação. Acontece que àquela altura o prêmio adquirira personalidade própria e não dependia mais da parceria com a ABI. Fiquei amigo do Moses e ele passou a participar como ‘pessoa física’ de todos os eventos de entrega do prêmio”²³.

Segundo Valle, a premiação foi idealizada com o propósito de dar oportunidade aos jornalistas mostrarem seu trabalho fora do eixo Rio - São Paulo. Inspirava-se no *Pulitzer*²⁴, principal prêmio do jornalismo americano, mas adaptado à realidade brasileira. “Na época do lançamento, brilhavam os repórteres de *O Cruzeiro*. O concurso abriu espaço para quem trabalhava em jornais como *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*. Os prêmios regionais também revelaram talentos fora do eixo Rio – São Paulo”²⁵.

O idealizador do programa também reconheceu ter uma certa implicância com o “estrelismo” da revista *O Cruzeiro*²⁶. O resultado da primeira edição, no entanto, premiou justamente a publicação semanal do grupo dos *Diários Associados*. A comissão julgadora concedeu um prêmio único em 1956 para a revista *O Cruzeiro* pela reportagem “Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara”, de Mário de Moraes e Ubiratan de Lemos.

²³ Idem

²⁴ O prêmio *Pulitzer* foi criado em homenagem ao jornalista Joseph Pulitzer, fundador da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova York, e um dos principais nomes que ajudaram a profissionalizar o jornalismo americano no início do século XX. Defendia a formação específica para os jornalistas em detrimento de assuntos técnicos, como administração de jornais.

²⁵ Entrevista ao autor concedida por email em 13/11/2009

²⁶ Cf. Site do jornal das Faculdades Integradas Hélio Alonso, novembro de 2005 (www.facha.edu.br/publicacoes/jornallab_meier/2005/novembro/pag6e15.pdf)

Uma das mais tradicionais revistas em circulação na época, *O Cruzeiro* contribuiu decisivamente para o fortalecimento econômico e político dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Força econômica porque a publicação era um êxito comercial – nos anos 1950, principalmente após o suicídio de Getúlio Vargas, a revista obteve a impressionante marca de 720 mil exemplares vendidos em banca. Politicamente, contribuiu para a aproximação de Chateaubriand com o poder. *O Cruzeiro*, aliás, nasceu dentro do gabinete de Getúlio Vargas e dele não se afastou mais. Para compreender a história de *O Cruzeiro* é preciso recuar ao ano de 1928.

Como relata Moraes (1994), o título pertencia ao jornalista português Carlos Malheiros Dias. Sem condições de colocar a revista na banca, ele aceitou fazer negócio com Chateaubriand. Para lançar a publicação e indenizar Dias, o dono dos *Diários Associados* precisava levantar quinhentos contos de reis. Em busca de recursos, Chateaubriand procurou o então ministro da Fazenda, Getúlio Vargas. Foi o político o intermediário do encontro entre Chateaubriand e o banqueiro Antônio Mostardeiro, presidente do Banco do Brasil e dono do Banco da Província. A pedido de Vargas, Mostardeiro ajudou a financiar o lançamento de *O Cruzeiro* com o dinheiro do Banco da Província (idem: 178).

A primeira edição foi publicada em 10 de dezembro de 1928, com uma tiragem de 50 mil exemplares²⁷. Logo em seu primeiro número, já demonstrava fôlego financeiro: praticamente metade das 64 páginas foi ocupada por anúncios (idem: 188). *O Cruzeiro* introduziu também uma série de inovações: impressão em quatro cores pelo sistema de rotogravura, papel de melhor qualidade, amplo espaço para o aproveitamento de fotografias e distribuição nas capitais e principais cidades. A revista semanal colorida que “tudo sabe, tudo vê” contava ainda com os melhores articulistas e escritores do Brasil e do exterior.

Os anos que se seguiram só viriam consolidar a posição de liderança de *O Cruzeiro* no mercado jornalístico. Precursora na realização das grandes reportagens, a revista, que era rodada em Buenos Aires, chegou a ter uma edição internacional para competir com a *Life* latino-americana. À época do Prêmio Esso de Reportagem, em 1956, a publicação tinha em seus quadros o que o jornalista David Nasser chamava de “O esquadrão de ouro” da

²⁷ A estréia da revista foi marcada por uma curiosa passagem, conforme escreve Moraes (1994). Uma semana antes de ir para as bancas o primeiro número, quatro milhões de folhetos – três vezes o número total de habitantes do Rio na época – anunciando o lançamento foram jogados do alto dos prédios na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio, justamente no horário de maior movimento, o fim de expediente (idem: 187).

reportagem. Nesta equipe, estavam os vencedores da primeira edição do concurso, Mário de Moraes e Ubiratan de Lemos.

Carioca de Vila Isabel, Zona Norte do Rio de Janeiro, Mário de Moraes começou a trabalhar na imprensa nos anos 1940 fazendo crônicas e ilustrações em pequenos jornais e revistas, como *O Mundo Português*, *Fon-Fon*, *Jornal das Moças*, *O Radical*, *O Mundo* e *A Cigarra*. Criou ainda sua própria revista *O Coringa*, antes de ingressar em *O Cruzeiro*, onde aprendeu a fotografar. Foi neste veículo dos *Diários Associados* que Moraes viveu sua melhor fase na carreira. Em 1954, durante o velório de Getúlio Vargas, fotografou o rosto de Vargas amarrado por um lenço.

Ubiratan de Lemos nasceu em Porto Velho, hoje capital da Rondônia, tendo iniciado a sua trajetória no jornalismo em Manaus. Deixou a cidade para fazer carreira no Rio de Janeiro, onde trabalhou no *Diário da Noite* e, em seguida, na revista *O Cruzeiro*. Sua história de vida tem pontos de aproximação com a saga contada por ele e Mário de Moraes, transformada na reportagem vencedora da primeira edição do Prêmio Esso, em 1956.

Nesta matéria, intitulada “Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara”, os repórteres percorreram 2,3 mil quilômetros e acompanharam durante 11 dias a viagem de 102 nordestinos em um caminhão “pau-de-arara”, do interior de Pernambuco até a Baixada Fluminense, no Rio. Com fotos produzidas por Mário de Moraes e texto “informativo, objetivo e rico em personagens” de Ubiratan de Lemos, a reportagem mostrou as frustrações e os sonhos dos retirantes em busca de uma vida melhor no Sul do país. Sobre a produção e publicação da matéria na revista *O Cruzeiro*, em 22 de outubro de 1955, Carvalho (2001) resgata um dado interessante:

“Naquele mesmo mês, outubro de 55, Amádio (José Amádio, diretor de redação de *O Cruzeiro*) colocou na gaveta uma matéria que Mário de Moraes e Ubiratan de Lemos suaram a camisa para fazer (...). Mário voltou com tifo e caiu de cama por três meses. Ubiratan ficou na pressão, mas nada de Amádio publicar. ‘Ele tinha horror a coisa de pobre’, diz Mário. No fechamento da edição de 22 de outubro de 55, faltou uma matéria paga que a sucursal de São Paulo deveria mandar. A reportagem finalmente saiu” (idem: 326)

A primeira edição do Prêmio Esso recebeu poucas inscrições. A entrega da premiação a Mario e Ubiratan também teria sido acompanhada por pouco mais de 15 pessoas durante um almoço no mezanino da Mesbla, no Rio de Janeiro. Essas informações constam na edição comemorativa dos 50 anos do concurso (2006). O número reduzido de participantes

demonstrava o desinteresse inicial e o descrédito de grande parte dos jornalistas em relação ao concurso criado por Ney Peixoto do Valle. Como relata o próprio Valle, da diretoria da empresa só estava presente o gerente geral de Vendas, Walter Hostmann.

1.4.2 O prêmio na constituição de uma identidade jornalística

Vimos que uma das medidas dos organizadores, ao lançar o prêmio, foi conseguir o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Ao enfatizar que a comissão julgadora seria formada exclusivamente por jornalistas, os idealizadores buscavam quebrar a desconfiança quanto a uma possível interferência da empresa no resultado do concurso. O discurso de isenção e imparcialidade, tão presente no contexto de modernização da imprensa nos anos 1950, era incorporado pela Esso como forma de garantir as condições de aceitabilidade da premiação. Interessa-nos, contudo, abrir a análise para uma dimensão mais ampla sobre o que significou a criação do prêmio na esteira do processo de profissionalização da imprensa. Entendemos que estava em jogo, sobretudo, a constituição de uma certa identidade profissional do jornalista.

1.4.2.1 O prêmio e a “nova era” da imprensa brasileira

A formação de um ideal do jornalista como observador neutro, que privilegia fatos em detrimento de opiniões, emerge inicialmente em meados do século XIX, quando os proprietários de jornais nos Estados Unidos começam a explorar a informação como fonte geradora de lucro e não apenas como capital político. Nos anos 20, consolida-se naquele país a objetividade como valor importante na construção de notícias. Mais do que reafirmar uma fé nos fatos, ou seja, a notícia como simples espelho da realidade, os jornalistas defendiam a objetividade principalmente como método para se preservar da eficácia da propaganda durante a Primeira Guerra Mundial.

O discurso de isenção e imparcialidade também assume uma dimensão simbólica importante para o campo jornalístico no momento de modernização da imprensa brasileira nos anos 1950. Naturaliza-se a ideia de que os profissionais não ultrapassarão os limites que separam o real do ficcional. É por intermédio desse contrato tácito com os jornalistas que os indivíduos lêem a notícia enquanto índice do real. A verdade dos fatos é o que se espera do

jornal, lugar da ordem e da credibilidade. A quebra do acordo implica em descrédito do órgão noticioso. A valorização da técnica buscava restringir também a atuação daqueles produtores de notícias que não distinguiam a fronteira entre o público e o privado.

Ribeiro informa que a implantação do jornalismo “moderno” no Brasil, no entanto, não se deu de uma forma homogênea ou verticalizada. Os órgãos de imprensa em outros países, como os Estados Unidos, apresentam valores que são bastante específicos do campo socialmente estruturado onde estão situados e onde estabelecem suas relações de força. O modelo de objetividade norte-americano, segundo a autora, enfrenta resistências e acaba por ser “ressemantizado” quando implantado no Brasil.

Assim, ao mesmo tempo em que os anos 1950 são vistos como momento fundador para a imprensa brasileira, a vinculação política dos jornais constituía um obstáculo para o processo de autonomização dos produtores de notícias. Ribeiro (2000) observa que os jornais refletiam o grande dilema da sociedade brasileira, “marcada por uma constante tensão entre modernidade e arcaísmo, entre, de um lado, a impessoalidade e a racionalidade das instituições e, de outro, as práticas oligárquicas, clientelísticas, familiares, patriarcais e patrimonialistas” (idem: 69). Os veículos de maior circulação eram dirigidos por famílias tradicionais. Os interesses políticos se sobrepunham aos empresariais na escolha das estratégias das empresas. Isso significa que os jornais transformavam-se em negócio, com a racionalização da produção, mas mantinham relações políticas muitas vezes baseadas em laços pessoais e compadrios, como demonstramos no item *1.3.2.1*. A busca por empréstimos oficiais e verbas públicas transformavam os jornais em arena de disputa de poder.

Neste cenário, o princípio da objetividade prevalece apenas retoricamente. Na prática, ele não se configura. Tal ideário, no caso brasileiro, tem nítida coloração ideológica: buscava, sobretudo, fortalecer o discurso de legitimação da imprensa como instituição de poder no campo social. As mudanças reposicionam a função social do jornalista e criam um novo ideário sobre o que era a profissão: um campo de produção especializado e mais autônomo. Como salienta Ribeiro, no contexto dos anos 1950, isso significava construir o jornalismo como fala autorizada.

Se o ideário de uma imprensa moderna e autônoma construiu um discurso valorativo da profissão, até que ponto a criação do Prêmio Esso inseriu-se neste contexto? Afinal, que

relação podemos estabelecer entre o ideal de objetividade, a valorização do papel do repórter nas redações e a estratégia institucional da empresa petrolífera no campo jornalístico?

Para proceder a esta análise, tentamos perceber a multiplicidade de representações contidas no discurso dos organizadores, julgadores e jornalistas premiados. Partimos do pressuposto que os enunciados não podem ser analisados sem considerar os processos sociais que condicionaram sua produção. Portanto, a linguagem, longe de ser um mero operador instrumental, está inserida em práticas contextualizadas histórica e socialmente. É preciso, portanto, avaliar o que representou o prêmio no interior do campo jornalístico e o papel específico do jornalismo no conjunto da vida social. Se em seu primeiro ano, o concurso promovido pela empresa petrolífera não tinha prestígio, o seu momento de consolidação nos anos seguintes veio em estreita ligação com as demais transformações na profissão e com a nova posição que ocupava o jornalismo em relação ao contexto social mais amplo.

Até os anos 1950, quando ainda não se forjava o discurso de profissionalização do campo jornalístico, o repórter era pouco valorizado e ocupava posição secundária, sem status (Netto, 1998). “Eram cidadãos de segunda classe, quase marginais, cujo estereótipo era um homem mal barbeado, bebendo no bar embaixo da redação, em plena madrugada” (1998: 106). Atuavam como plantonistas da redação, cobrindo o noticiário do dia, como incêndio, crimes e desastres. Recebendo baixos salários, muitos faziam “bicos” trabalhando em outros empregos. Os jornais, por sua vez, eram vistos mais como “folhas de partido” do que veículos de informação seguindo uma lógica empresarial. A síntese e a seleção de notícias não eram atributos valorizados pelos diários impressos, que concorriam entre si basicamente em termos de quantidade de notícias.

O resultado se refletia nas matérias produzidas no período. Guilherme Duncan, coordenador do Prêmio Esso de Jornalismo em 2006, comenta a este respeito: “(...) salvo poucas exceções, as reportagens de maior sucesso na época (...) serviam mais ao sensacionalismo, ao escândalo e à promoção pessoal do que ao interesse público” (Beloch e Fagundes, 2006: 8). Importa relativizar o depoimento do coordenador, pois funciona sobretudo como um discurso de legitimação do concurso. Através dele, justifica a importância da criação de um prêmio para valorização da técnica e da objetividade jornalística e consagração do novo momento de “profissionalização” da imprensa brasileira.

Presidente da Esso, Maurice W. Johnson, declarou, durante a entrega da 2ª edição do Prêmio Esso de Jornalismo, que a empresa tinha em mente um “objetivo elevado – incentivar o jornalismo sadio e construtivo, premiando os esforços daqueles que contribuem para elevar o conceito da vibrante e desenvolvida imprensa brasileira”. O discurso do dirigente foi reproduzido na edição de *O Globo*, de 21/12/1956.

Em um texto em que discute a questão da objetividade a partir da fala dos principais atores deste processo, Ribeiro (2002) observa como as estratégias memoráveis dos homens de imprensa dos anos 1950 são forjadas para fornecer um lugar simbólico para os próprios jornalistas. Afirma a autora: “É muito comum encontrar nos relatos reclamações em relação ao despreparo cultural e ético dos profissionais da imprensa da primeira metade do século” (idem: 8). Nesta construção de sentido, as reformas da imprensa foram parte de uma ação de jovens jornalistas convocados para uma “missão” especial.

O mesmo processo simbólico de idealização da profissão, estabelecendo as matérias premiadas como paradigma de texto moderno, objetivo e imparcial, parece se inscrever na memória daqueles que criaram em 1955 o Prêmio Esso. Nos depoimentos dos patrocinadores, organizadores e julgadores, percebe-se como estratégia discursiva a ênfase na ideia do prêmio como (1) resultado da evolução da imprensa e (2) “patrimônio dos próprios jornalistas”. Essas estratégias memoráveis estão inseridas em um claro processo de autorreferenciação, no qual os jornalistas elaboram uma imagem idealizada da própria profissão, mas dirigem esse discurso aos outros (sociedade) com o objetivo de conseguir aceitação e credibilidade.

Antes da abordagem sobre o significado dos discursos emitidos pelos agentes envolvidos na realização do prêmio, é importante fazer algumas observações, à luz das ideias de Bakhtin, sobre o processo de autorreferenciação presente nas edições comemorativas do programa institucional da Esso. Bakhtin (1987) concebe o discurso como jogo estratégico de luta, conflito, de ação e reação, de estímulo e resposta, o que pressupõe sempre a presença do outro no processo de comunicação verbal. Informa o autor que a comunicação se constrói na alteridade, salientando que toda palavra comporta duas faces:

“Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à

coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros” (idem: 113).

Não há, portanto, como prescindir da análise da figura do outro nos estudos que tratam da temática da identidade, sobretudo quando utilizamos o jornalismo como objeto de estudo. O ato de falar do outro e ao outro pauta a atividade cotidiana dos produtores de notícias. As narrativas jornalísticas são essencialmente polifônicas se considerarmos que seus autores (repórteres, editores ou donos da empresa) estão em diálogo permanente com seu(s) público(s) no processo construção das notícias. É nesse espaço de lutas e conflitos que os jornalistas buscam obter legitimação e reconhecimento do outro.

No caso do Prêmio Esso, ainda que as edições comemorativas produzam memórias auto-referenciais sobre a atividade profissional – um discurso de jornalistas para jornalistas, falando sobre si próprios – o que está em jogo é o sentido simbólico dessas narrativas apontando para o que está fora do campo jornalístico. Importante nessa perspectiva é a auto-imagem que a imprensa constrói e apresenta aos outros, pois, como informa Pollak (1992), a identidade depende não só daquilo que somos, mas também daquilo que os outros pensam que somos:

“Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente é o outro. (...) A construção da identidade é um fenômeno que se traduz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros” (idem: 5).

Através do processo de autorreferenciação, os jornalistas também negociam seus padrões de ação, produzem sentidos sobre a profissão e constroem identidades. Para essa estratégia de negociação de autoridade ser eficaz, é necessário construir uma auto-imagem associada a valores que sejam hegemonicamente aceitos tanto pela comunidade jornalística como pela sociedade.

Um dos principais recursos que servem como ancoragem segura para a imprensa obter a validação do outro parece ser a defesa em torno da liberdade de imprensa. Reivindicando como sua uma bandeira importante não apenas para o campo jornalístico, mas imprescindível para a manutenção de uma sociedade democrática, os jornalistas se

fortalecem como comunidade discursiva, legitimando sua função social²⁸. Ademais, a liberdade de imprensa sedimenta outras categorias identitárias caras ao jornalismo, como a representação do jornalista como intérprete legítimo da realidade e “soldado da cidadania” em defesa da coletividade e do bem comum.

Identificadas essas relações no nível teórico, voltamos a analisar o discurso de organizadores, julgadores e jornalistas premiados. O então gerente do Departamento de Assuntos Públicos da Esso em 1978, Roberto Petis Fernandes, reforça que a origem do prêmio esteve relacionada ao “salto de qualidade da imprensa” nos anos 1950. Seu depoimento ilustra bem essa imagem do programa institucional como instrumento de valorização da técnica jornalística:

“Nós sentíamos que a imprensa brasileira começava a avançar. Entrava em uma nova era, que iria projetá-la e situá-la num plano de igualdade com as mais avançadas de todo o mundo. Tudo não passaria de uma questão de tempo, que era cada vez menor, para que se chegasse a esse ponto ótimo. Era uma forma de a Esso mostrar que estava sensibilizada e motivada diante deste salto de qualidade da imprensa. É um caminho para homenagearmos esse esforço, que só viria a beneficiar a cultura brasileira” (*Correio Braziliense*, 30/11/1978. *Grifos nossos*)

O enunciado dos promotores do concurso reforça o discurso do campo jornalístico, que reivindicava um novo estatuto para a profissão. Este aspecto está presente nas declarações de William Jackson, presidente da empresa por ocasião das comemorações dos 40 anos de história do concurso:

“A aproximação e a convivência com jornalistas, proporcionadas pelo *Repórter Esso*, levaram os dirigentes da Companhia, em meados da década de 50, a conhecer muito de perto a atividade da Imprensa. A sensibilidade daqueles meus antecessores indicou que o jornalismo começava a se profissionalizar e a crescer junto com o país; e, nesse sentido, necessitava de apoio, o que uma empresa como a Esso, então já há mais de 40 anos no Brasil, podia perfeitamente fornecer como uma de suas contribuições à sociedade” (*Jackson, apud Miranda e Portilho, 1995, p. 4. Grifos nossos*)

O depoimento do jornalista Otto Lara Resende, integrante da comissão julgadora em 1956 e 1957, também demonstra o diálogo permanente entre a premiação e o discurso de

²⁸ No Prêmio Esso de Jornalismo de 2009, a comissão de seleção aprovou uma declaração manifestando o seu repúdio com a censura judicial imposta ao *Estado de S. Paulo*, que proíbe o jornal de noticiar quaisquer informações sobre os negócios envolvendo o filho do ex-presidente da República e presidente do Senado, José Sarney. Segundo o documento, “tal prática tem sido usada com frequência para manter privilégios e ocultar métodos pouco claros de gestão do bem público, muitas vezes confundido e tratado como se privado fosse”. Informações extraídas do site do Prêmio Esso de Jornalismo (http://www.premioesso.com.br/site/noticias/release_2009_02.aspx).

modernização da imprensa nos anos 1950. Tais enunciados contribuem para fortalecer o papel social do repórter e legitimar a atuação do jornalismo na sociedade:

“A técnica de contar hoje está apurada, como tecnicamente a grande imprensa está mais sólida. Creio que o Prêmio Esso pode ser um aferidor desse caminho de progresso, de evolução e de mudança por que passou a imprensa e, logicamente, por que também passou a reportagem” (Resende, *apud Luz e Borges, 1980, p. 29. Grifo nosso*)

Essa discussão nos leva a refletir também sobre a relação entre memória e identidade. Pollak (1989) observa que em todos os grupos, seja no quadro familiar ou em redes de sociabilidade afetiva ou política, há uma marca comum que caracteriza o fenômeno da memória: a seletividade. A apropriação do passado, construída a partir de demandas do presente, tem caráter seletivo e pressupõe escolhas, esquecimentos e silêncios. Ao se interrogar sobre os motivos que levam grupos sociais do presente a destacar determinados aspectos do passado, negligenciando outros, Pollak percebe neste enquadramento uma forte relação fenomenológica entre memória e identidade.

A lembrança e o esquecimento são utilizados como estratégia para fortalecer sentimentos de pertencimento e fronteiras sócio-culturais entre diferentes coletividades, como os partidos, sindicatos, associações profissionais, igrejas, famílias e nações. Decorre dessa análise uma das funções essenciais da memória para Pollak: “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (idem: 9).

Nas memórias sobre a criação do Prêmio Esso, os patrocinadores fixam como eficiente estratégia discursiva a ideia da premiação como “uma das contribuições” da empresa à sociedade ou uma “homenagem ao esforço” dos jornalistas que colocavam a imprensa brasileira em uma “nova era”. O prêmio ajuda simbolicamente a empresa Esso a legitimar sua importância social para o país. Ao mesmo tempo, confere um sentido de unidade ao discurso de profissionalização do campo jornalístico. A análise dos depoimentos também nos leva a perceber o que o discurso esconde, fornecendo elementos tão relevantes quanto à investigação sobre o que ele expõe, explicita. Levando em conta o trabalho de enquadramento da memória, a patrocinadora omite outros aspectos. É preciso levar em consideração que a Esso procurou desfazer a sua imagem institucional negativa no contexto

dos anos 1950. Como vimos, sofria acusações de grupos nacionalistas, para os quais a empresa tentava controlar o noticiário através da publicidade, suspendendo anúncios em publicações favoráveis à campanha pela criação da Petrobras.

1.4.2.2 “Um patrimônio dos próprios jornalistas”

A segunda marca que confere credibilidade ao concurso tem sua origem na primeira edição do prêmio. Os patrocinadores se desvinculam de qualquer interferência no julgamento para reafirmar que a premiação se constitui “num patrimônio dos próprios jornalistas”. William Jackson enfatiza a presença dos profissionais da imprensa em todas as etapas do processo, ressaltando que o programa era conduzido por jornalistas, as reportagens, escolhidas por uma comissão formada exclusivamente por jornalistas “em atividade e altamente conceituados” e a premiação, destinada aos repórteres.

O valor da pluralidade e isenção, tão comum no discurso jornalístico nos anos 1950, aparece para fornecer as condições de aceitabilidade da premiação. A questão da imparcialidade no julgamento torna-se assim um capital simbólico de grande valor. A fala dos organizadores nas edições comemorativas do concurso confirma isto:

“Desde os primeiros anos, o Prêmio Esso caracterizou-se pelo rigoroso critério na escolha da qualidade jornalística das reportagens e pela isenção de preconceitos políticos e econômicos. (...) Uma premiação aceita e respeitada pelas mais diversas correntes de opinião, sem objeções de caráter fundamental. Nasceu com a marca irreprovável da seriedade, para transformar-se num patrimônio dos próprios jornalistas” (*Luz e Borges, 1980, p.21*)

Para o idealizador Ney Peixoto do Valle, o programa patrocinado pela multinacional se diferencia dos demais concursos por diferentes fatores, tais como o pioneirismo da iniciativa, “qualidade e independência da comissão julgadora, isenção da Esso, que jamais interferiu no julgamento dos trabalhos, criatividade na organização dos eventos de entrega do prêmio e logística azeitada”²⁹. Do mesmo modo, nas palavras do jornalista Ruy Portilho, atual coordenador do Prêmio Esso, a credibilidade do concurso está assentada “na composição de comissões julgadoras de qualidade, formadas por profissionais respeitados por seus pares, que pudessem valer-se de vasta experiência acumulada em anos de exercício

²⁹ Entrevista ao autor concedida em 13/11/2009 por email.

profissional” (Beloch e Fagundes, 2006: 10). “Independente”, “transparente” e “democrático” são alguns dos adjetivos usados por ele ao abordar o processo de escolha das matérias vencedoras.

“Nenhuma decisão no Prêmio Esso é tomada sem que correntes opostas de pensamento estejam representadas nas diversas comissões (...). Nunca integrantes de tantas redações de jornais, revistas e emissoras de televisão de tantas regiões do Brasil foram chamados a se manifestar sobre os trabalhos inscritos. A pluralidade, aliada a um sistema de amplo debate e de decisões por consenso ou maioria dos votos, garante ao Prêmio Esso o predicado de o mais democrático entre os concursos do gênero, o que constitui uma garantia a mais ao participante que, há décadas, confia seus trabalhos aos organizadores, em busca de um veredicto técnico, imparcial e sobretudo justo” (2006, p. 10. *Grifo nosso*)

O comentário de Ruy Portilho sobre a constituição de “comissões julgadoras de qualidade, formadas por profissionais respeitados por seus pares” remete à ideia formulada por Barbie Zelizer (1992) sobre a formação da autoridade cultural dos jornalistas. A autora define autoridade jornalística “como um caso específico de autoridade cultural através da qual os jornalistas determinam o seu direito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo” (idem: 11). Este conceito se relaciona menos com os efeitos que os jornalistas exercem sobre o público e mais com os modos pelos quais os *media* se estruturam como comunidade interpretativa autorizada.

O senso de coletividade é reforçado pelo que Zelizer denomina de “trabalho secreto” da imprensa. A autora chama atenção para as rotinas produtivas que raramente são compartilhadas pelo público: “Os jornalistas apresentam os eventos através de enquadramentos explanatórios que constroem a realidade, mas sem revelar os segredos, as fontes ou os métodos de tal processo” (idem:12).

Consideramos que a mesma estratégia, que tende a reforçar o senso de coletividade do grupo, se aplica ao analisarmos as falas dos agentes envolvidos no programa da Esso sobre as comissões de julgamento. Os profissionais formam uma “comunidade interpretativa” não apenas na construção noticiosa, escrevendo para seus pares, mas são eles, os jornalistas, os agentes legitimados para oferecer um “veredicto técnico, imparcial e justo” sobre os melhores trabalhos. Os critérios são orientados por um conjunto de pressupostos compartilhados pela comunidade de jornalistas.

Não apenas os patrocinadores, mas os produtores de notícias reforçam que a Esso não exerce qualquer influência sobre o julgamento: “Participei várias vezes do júri. A Esso

jamais fez uma única pressão para a ação do júri. Por isso que o ‘Prêmio Esso’ tem, dos jornalistas, o respeito” (Carlos Lemos); “Eu não concorro a prêmio que me obrigue a falar bem do produto. A Esso realmente não interfere; ela escolhe uma comissão, dando total liberdade” (João Máximo); “Dou meu testemunho de que nunca houve a menor influência dos diretores da Esso pedindo que esse ou aquele jornalista fosse premiado. Jamais!” (Murilo Melo Filho); “Quem ganha o prêmio, a categoria sabe que não houve nenhuma ingerência” (Zuenir Ventura)³⁰.

Se a retórica de objetividade contribuiu para a construção de um discurso valorativo da profissão nos anos 1950, não podemos deixar de visualizar a importância da criação do Prêmio Esso para o fortalecimento do papel social do jornalista. Percebemos que o surgimento do concurso está associado à defesa do profissionalismo, discurso predominante no período de modernização da imprensa.

O jornalista Otto Lara Rezende, ao avaliar a reconfiguração do papel do repórter nos anos 1950, reconhece que “o prêmio, se não consagra, consola, sobretudo quando, até há poucos anos, o jornalismo era profissão ingrata, instável, sem status” (1980: 21). O jornalista Luiz Alberto Bahia, integrante da comissão julgadora em 1961, corrobora essa ideia. Observa que o prêmio “surgira como estímulo a uma profissão humilhada e ofendida durante a ditadura do Estado Novo” (idem: 53). Como instrumento de “mudança e modernização”, o reconhecimento da comunidade jornalística estimula, segundo ele, “o aperfeiçoamento da carreira, que sobressaía com dignidade renovada” (idem).

Ganhar o prêmio significa ao homenageado se sentir “mais profissional”. Pela primeira vez, o repórter passa a ter atuação mais ativa nas redações e pode expressar seu “orgulho profissional”. O prêmio significa a “glória” ou a redenção de quem era visto como um sujeito desqualificado nas redações até o início dos anos 1950. Todo este conjunto de opiniões, ao nosso ver, reforça a contribuição do prêmio na formação da identidade profissional dos jornalistas.

1.4.3 O Prêmio Esso como instância de consagração

³⁰ BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis. “Uma história escrita por vencedores: 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo”. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006

Em *Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico*, Bourdieu (2003) discute as diferentes formas que pode assumir o capital científico e os poderes que ele proporciona aos seus detentores. Entendemos que a reflexão teórica do autor pode ser aplicada ao jornalismo, que, a despeito de obedecer a leis sociais próprias, reúne agentes e instituições que lutam para preservar ou transformar o campo de forças no qual estão inseridos. As aproximações entre campo científico e campo jornalístico ficam mais evidentes se lembrarmos que a base das rotinas ou convenções modernas da imprensa tem suas raízes no pragmatismo anglo-americano e no positivismo francês em que todo o esforço intelectual – na ciência, na filosofia ou na sociologia – era convertido em técnica. A posição de destaque que ocupa o jornalista na sociedade se relaciona exatamente por seu suposto êxito em permanecer neutro. Ele é legitimado por não expressar opiniões no noticiário e utilizar técnicas científicas que garantem credibilidade ao seu discurso.

A partir das considerações de Bourdieu sobre o campo científico, podemos perceber também que são distribuídas duas espécies de capital que definem a posição do produtor de notícias no campo jornalístico: um ligado à ocupação de postos importantes nos veículos de informação, que corresponde a um poder institucional ou social; e o outro, mais específico, que repousa sobre o reconhecimento dos pares. Os prêmios jornalísticos tendem a distribuir, sobretudo, esse segundo tipo particular de capital, ao proporcionar aos vencedores uma espécie de patrocínio simbólico ou um direito de atuar com mais legitimidade no campo. A partir da chancela da sua comunidade profissional, adquirem prestígio, reputação e fama. A acumulação de capital específico ou simbólico torna seus nomes conhecidos e reconhecidos.

A posição de Ney Peixoto do Valle, ao abordar a importância do prêmio na carreira do jornalista, reforça esse sentido: “Representa a consagração do jornalista. É o Nobel do jornalismo brasileiro. O Prêmio Esso é um referencial na carreira profissional, uma distinção concedida aos melhores”³¹. Para o atual organizador do concurso, o jornalista Ruy Portilho, o reconhecimento tem um valor fundamental para o desenvolvimento dos profissionais. “É uma nova oportunidade. Às vezes, as pessoas até percebem no dia-a-dia que é um trabalho fora de série, além do comum, mas quando recebe a consagração e vê aquela releitura do trabalho premiado, ele passa a ser visto com outros olhos”³².

³¹ Entrevista de Ney Peixoto do Valle foi concedida ao autor em 13/11/2009 por email.

³² Entrevista de Ruy Portilho foi concedida em 03/11/2009 no Rio de Janeiro

Os produtores de notícias também percebem particularmente o Prêmio Esso como o mais importante reconhecimento ao seu trabalho no Brasil. O repórter de *O Cruzeiro* Mário de Moraes – ganhador do primeiro Esso em 1956 – considera a homenagem um marco em sua carreira profissional. “A partir do Prêmio Esso me senti mais profissional; me senti mais seguro. O meu orgulho profissional mesmo começou depois que eu ganhei o Esso” (Beloch e Fagundes, 2006: 13). O fotógrafo Campanella Neto, primeiro profissional a receber menção honrosa em fotojornalismo, em 1960, credita ao prêmio a projeção do seu nome na imprensa. Ele trabalhava na revista *Mundo Ilustrado* e registrou um levante militar contra o governo Juscelino Kubitschek no povoado de Aragarças, em Goiás. Sublinha o fotógrafo: “Com relação ao Prêmio Esso, eu só tenho, primeiro, a agradecer a Deus; em segundo lugar, à Esso, porque ela me proporcionou nome, me proporcionou muita glória. E isso se perpetua. Eu consegui tudo o que queria” (idem: 12).

Bastante ilustrativas do poder de consagração do programa promovido em reconhecimento ao trabalho dos profissionais de imprensa também foram as declarações de Eunice Leal, mulher do jornalista José Leal, de *O Globo*, vencedor do Esso nacional em 1957, embora o prêmio tenha sido entregue no ano anterior. Leal, que era alcoólatra, foi o autor da série de reportagens “180 dias na fronteira da loucura”, na qual relata seu drama pessoal e profissional e a luta para abandonar o vício no Instituto de Psiquiatria, no Rio de Janeiro. Eunice o representou na entrega do prêmio, pois Leal estava fora do país a serviço de *O Globo*. A mulher exalta sobretudo a importância do prêmio para a reafirmação do jornalista na profissão:

“Meu marido precisa agora, mais do que nunca, de estímulo. (...) Depois do que passamos, chego a pensar que estou sonhando, que não é verdade, que ainda não acordei. (...) Tive de chorar, não agüentei, tive de chorar. Só eu sei o que significa para o José esta sua reabilitação profissional. Além da cura, da sua recuperação física, do conforto moral, ele precisava reafirmar-se na profissão, no seu meio, na convivência dos colegas. Mas tudo isso hoje é uma realidade. (...) Eu agora estou lembrando de uma coisa engraçada: é que o José faz anos hoje, exatamente na data da entrega do prêmio. Ele nunca recebeu um presente tão bom!” (“Sente-se orgulhosa do esposo a sra. José Leal”, *O Globo*, 20/12/1956, grifos nossos)

Pompeu de Sousa, jornalista do *Diário Carioca* e integrante da comissão julgadora naquela ocasião, confirma durante a cerimônia de entrega o significado que assume o concurso para José Leal e para a comunidade de jornalistas: a “consagração definitiva”.

“Este êxito tem certamente um alto significado, tanto para ele como para seus colegas de profissão. É um jovem repórter, dos mais destacados do jornalismo brasileiro, que recebe a consagração definitiva de uma comissão julgadora, composta de categorizados jornalistas, cuja experiência e capacidade profissional dão autoridade à decisão unanimemente proferida” (“Consagração da imprensa à maior reportagem de 1956”, *O Globo*, 21/12/1956)

A entrega do prêmio no ano seguinte para Marcio Moreira Alves pela matéria “Morte em Alagoas”, publicada no *Correio da Manhã*, serviu “quase como catapulta para ele se lançar na política anos mais tarde, mostrando a tal ponto a importância do Prêmio Esso. O vencedor passava a ser reverenciado”, afirma o jornalista Zevi Ghivelder, que integrou comissões julgadoras nos anos 1970³³. “Marcito”, como era chamado pelos colegas, vinha de uma tradicional família de políticos e intelectuais. Elegeu-se deputado federal pelo antigo estado da Guanabara pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em novembro de 1966 e foi cassado pelo Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968³⁴.

Do ponto de vista coletivo, tais distinções, honrarias e votos de louvor estabelecem o *nomos*, ou seja, o princípio de visão e divisão entre os modelos que devem ser seguidos e valorizados na profissão e os que não merecem reconhecimento. Não podemos afirmar, no entanto, que o concurso tem o monopólio da definição legítima sobre o que é ser jornalista. Outros prêmios jornalísticos, distribuídos por empresas públicas e privadas, organizações do terceiro setor e entidades de classe, também atuam como instâncias de consagração³⁵.

No Brasil, o Prêmio Esso também fornece um importante lugar simbólico para os jornalistas. As matérias vencedoras são percebidas pela comunidade profissional como sinônimo de “verdadeiro” jornalismo. Os critérios de julgamento de concurso são, de certa forma, os mesmos que orientam toda a produção jornalística tanto em sua forma quanto em seus temas. O prêmio consagra modos de atuação do repórter, métodos de apuração e estratégias narrativas. Do mesmo modo, a repercussão em torno do resultado do programa institucional da Esso faz com que prevaleçam determinados temas na agenda pública num dado contexto histórico.

³³ Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009 no Rio de Janeiro.

³⁴ O deputado protagonizou naquele ano um episódio que serviu de pretexto para a edição do AI-5: ao criticar a invasão da Universidade de Brasília pela Polícia Militar, “Marcito” conclamou o povo a boicotar as comemorações pela passagem do dia 7 de setembro e sugeriu que as mulheres não se relacionassem com militares envolvidos na repressão.

³⁵ Podemos citar, dentre os prêmios destinados a distinguir a categoria dos jornalistas, os prêmios Embratel, Vladimir Herzog, Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, Libero Badaró, Ayrton Senna de Jornalismo, Comunique-se e Ethos de Jornalismo.

Podemos observar esse aspecto mencionando novamente a matéria de José Leal. O jornal *O Globo* repercute a conquista do prêmio com algumas autoridades públicas, dentre eles o então ministro da Saúde Maurício de Medeiros. Ele aborda a contribuição do jornal no encaminhamento da solução de problemas sociais, como o alcoolismo e o consumo de maconha, também tema da reportagem “O Globo devassa o mercado maldito da maconha”, de autoria de Vinicius Lima, que recebeu menção honrosa na mesma edição do concurso:

“O alcoolismo é um tema a que tenho consagrado, durante minha longa vida profissional, particular atenção. Quanto ao trabalho sobre maconha, confesso que não pude acompanhá-lo. Isso não impede, entretanto, de reconhecer-lhe grande alcance social. Em ambos os casos, a concessão dos prêmios equivale a um reconhecimento da sociedade pelos benefícios que para ela representam trabalhos dessa natureza, pois que esclarecem sobre os perigos dessas toxicomanias e servem de advertência àqueles que ainda se acham por elas dominados. Felicito vivamente o vespertino que proporcionou tão útil empreendimento de valor profilático” (“No exemplo do repórter vitorioso a égide da recuperação de muitos”, *O Globo*, 19/12/1956)

:

O campo jornalístico cotidianamente amplia sua ação frente a outras esferas do campo social demarcando como signo de distinção o fato de atuar como intérprete autorizado da realidade e mediador legítimo entre os acontecimentos e o público. A capacidade de tornar público aquilo que permanecia como experiência individual confere aos profissionais um considerável poder simbólico. Este poder tende a aumentar, segundo Bourdieu (2002), na mesma proporção em que o saber gerador de distinção conquista maior grau de reconhecimento público. Como define o autor, “apropriar-se das palavras em que se acha sedimentado tudo o que o grupo reconhece é ter a garantia de uma vantagem considerável nas lutas pelo poder” (idem: 143).

O mais importante concurso da imprensa no Brasil, realizado de forma ininterrupta desde 1956 pela multinacional do petróleo, aparece com autoridade para classificar que tipo de reportagem apresenta um “jornalismo de qualidade”. Como veremos no capítulo 4 *As matérias premiadas*, a reportagem vencedora na categoria principal em 1976 foi “Assim vivem os nossos superfuncionários”, publicada pelo *O Estado de S. Paulo*. Na avaliação do julgador Mussa José Assis, a série “representou para a imprensa brasileira o sinal verde para a volta à prática do verdadeiro jornalismo” (Luz e Borges, 1980: 121).

Em depoimentos que constroem a memória da premiação, julgadores tendem a exaltar continuamente o valor das matérias vencedoras no passado. Atuam nesse sentido como profissionais da consagração e também da conservação, pois asseguram aos trabalhos

premiados seu mercado extenso e duradouro. Grandes reportagens vencedoras do concurso marcam época, saem do noticiário e passam a existir no mercado editorial. O produto jornalístico, inicialmente efêmero, ganha assim um caráter de “imortalidade”. Dentre as matérias premiadas que se transformaram em livros, podemos citar “113 dias de angústia”, de Carlos Chagas, reportagem vencedora do Prêmio Esso em 1970; “O caso Cláudia Lessin”, de Valério Meinel e Amicucci Gallo, que conquistou a premiação em 1977; “Operação Condor - o sequestro dos uruguaios”, de Luiz Cláudio Cunha, referente ao texto consagrado no concurso em 1979; “Camaradas”, de William Waack, sobre a matéria premiada em 1993; e “Chico Mendes – Crime e Castigo”, de Zuenir Ventura, obra que leva o mesmo título da reportagem vencedora em 1989.

Retomando a discussão, no nível teórico, sobre as duas espécies de capital – institucional e específico – que correspondem a duas formas de poder, Bourdieu (2004) assinala que elas apresentam leis de acumulação distintas no campo científico. Podemos aplicar essa dimensão de análise no campo jornalístico. O capital institucional se relaciona com o tempo de profissão, promoções obtidas no decorrer da carreira, atuação em cargos de chefia e propostas de trabalho nos veículos mais prestigiosos. Já o capital específico está associado, ao nosso ver, a uma espécie de talento pessoal do repórter, sua capacidade investigativa e uma certa ousadia no exercício da profissão. Este parece, portanto, ligado ao ideário romântico do jornalismo, que projeta a figura do profissional de imprensa como “herói solitário”, com autoridade para denunciar a corrupção, relatar os dramas humanos e resolver os problemas da sociedade.

Essa divisão, embora não exclua tensões e embates entre jovens repórteres e experientes editores, não faz do campo jornalístico um espaço apenas de confronto. Muitas vezes, o acúmulo de capital específico confere a seus detentores peso político e institucional nas organizações noticiosas. O repórter que se destaca na cobertura está propenso a receber boas pautas e a partir delas produzir matérias de repercussão que ocupam manchetes ou chamadas de primeira página. Dessa forma, com poucos anos de profissão, produtores de notícias que apresentavam frágil poder institucional são alçados a postos de confiança nas redações ou convidados a trabalhar em empresas que ocupam uma posição dominante em relação aos concorrentes no mercado. Esse processo cumulativo faz com que os jornalistas tenham um capital simbólico bastante variável e cambiante no interior do campo.

Distinções, como a conquista de um Prêmio Esso, têm o poder de transformar, ainda que temporariamente, a carreira de repórteres com pouco ou nenhum capital simbólico no campo jornalístico. O acúmulo de capital específico poderá ser convertido, no decorrer do tempo, em poder político e institucional. Assim, é possível afirmar também que os prêmios jornalísticos como canais de consagração parecem se situar nesse espaço intermediário entre os dois tipos de capital. Para ilustrar essas possibilidades, podemos analisar a lista de jornalistas premiados e jornalistas integrantes de comissões julgadoras do concurso patrocinado pela empresa petrolífera:

Nos primeiros anos, como vimos, a comissão era formada por profissionais que detinham forte capital específico e institucional na imprensa brasileira nos anos 1950 e início dos anos 1960 – emblemático nesse sentido foi a participação de Herbert Moses, presidente da ABI, na comissão julgadora de 1956 a 1961. Outros nomes importantes do jornalismo, particularmente no Rio de Janeiro, também fizeram parte dessas comissões nos anos 1950: Danton Jobim (1956), Pompeu de Souza (1957) e Luiz Paulistano (1959 e 1960)³⁶, todos do *Diário Carioca*, Otto Lara Rezende (1956 e 1957) e Carlos Castello Branco (1958), ambos da revista *Manchete*, Antonio Callado (1956 e 1957), do *Correio da Manhã*, e Odylo Costa Filho (1959, 1960, 1962 e 1963)³⁷, do *Jornal do Brasil* e da Associação Brasileira de Relações Públicas. A lista prossegue com Alberto Dines (1961, 1962, 1963 e 1965)³⁸ e Wilson Figueiredo (1962, 1964 e 1977), ambos do *Jornal do Brasil*, Maurício Caminho de Lacerda (1959 e 1960), do *Correio da Manhã* e representante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, e Austregésilo de Athayde (1959 e 1960), do *Diário da Noite* e da Associação Brasileira de Letras (ABL).

A partir dos anos 1960, constam na lista de julgadores alguns jornalistas que começaram a adquirir status na carreira ao conquistar, eles próprios, o Esso, dentre eles João Máximo (premiado na categoria principal em 1967 e jurado em 1971), Perseu Abramo (premiado na categoria regional em 1961 e jurado em 1962), o fotógrafo Alberto Ferreira (premiado em 1963 e jurado em 1964), Tácito Lopes Costa (destaque especial em 1962 e jurado em 1964) e Mino Carta (premiado na categoria regional em 1964 e jurado em

³⁶ Em 1960, Luiz Paulistano, que contribuiu na reformulação do *Diário Carioca*, já atuava no *Jornal do Commercio* (RJ).

³⁷ Em 1963, Odylo Costa Filho era jornalista da *Manchete*.

³⁸ Antes de ingressar no *Jornal do Brasil*, Alberto Dines trabalhou no *Diário da Noite* em 1961 e na revista *Fatos e Fotos* em 1962.

1967)³⁹. Integrante da equipe de Mino Carta em 1964 e vencedor também em 1967 e 1968 na categoria Informação Científica, José Hamilton Ribeiro atuou como julgador em 1971 e 1972. Posteriormente o jornalista ganhou também o Esso em Informação Científica em 1973 e na categoria regional em 1977. Outro exemplo é Luiz Orlando Carneiro, premiado na categoria Equipe em 1965 e jurado em 1971, 1974 e 1975.

O jornalista José Itamar de Freitas, premiado na categoria principal em 1965 pela matéria “Os filhos proibidos”, publicada na revista *Fatos e Fotos*, atuou como membro do júri em 1968. Na condição de jornalista premiado, José Itamar de Freitas credita à conquista do prêmio o reconhecimento profissional e acúmulo de capital simbólico para a nova geração de jornalistas que surgia no início dos anos 1960. “Significou muito na carreira de cara tímido, vindo do interior, ainda mais numa época em que o telejornal noturno, da *TV Tupi*, dominava, esmagadoramente, a audiência e dava grande destaque ao prêmio. Foi pura emoção, puro incentivo. Dali pra frente alcancei muito mais do que merecia”⁴⁰. Nos anos 1960, edições da cerimônia de premiação eram transmitidas pelo “Repórter Esso”.

Em depoimento extraído da edição comemorativa dos 25 anos do Prêmio Esso (Luz e Borges, 1980), o ex-repórter de *Fatos e Fotos* reconhece no concurso “o incentivo, o sopro, o empurrão, a pequena glória, a afirmação profissional, o desabafo, o ‘oba!’ (às vezes, o oba-oba!)” (idem: 85). Como julgador, reforça novamente o discurso de isenção e imparcialidade do concurso:

“Para nós, jovens jornalistas dos anos sessenta, o Prêmio Esso era o sonho, o mito, à guerra – à parte as acusações de sempre, no dia da revelação dos premiados: - Marmelada! Proteção! etc. etc. Até que eu fui premiado. Marmelada? Quem me conhece sabe que não entro nessa; sabe que posso até ter me acomodado, às vezes, nesses anos e anos de carreira, mas sempre do lado oposto ao da corrupção. E depois que participei de dois júris, adeus mito. Não vi nenhuma guerra entre empresas pela vaidade de ganhar o ‘Esso’. Não vi nenhum recado – em português ou inglês – no ouvido desse ou daquele jurado (...)” (Luz e Borges, 1980: 85. *Grifo nosso*)

Neste depoimento, percebemos que o capital específico, aquele que repousa sobre o reconhecimento dos pares, está permanentemente sujeito a contestações no interior do campo. É comum surgirem críticas e denúncias de “proteção”, como afirma José Itamar, contra certos grupos e organizações jornalísticas. O mesmo processo ocorre em outros

³⁹ Mino Carta recebeu o prêmio na categoria Regional – Grupo A em 1964 pela matéria “São Paulo”, publicada na revista Quatro Rodas juntamente com Vitor Antônio Gouveia, Paulo Patarra, José Hamilton Ribeiro e José Roberto Pena.

⁴⁰ Depoimento de José Itamar de Freitas concedido ao autor por email em 09/12/2009.

campos da vida social. Em relação ao campo científico, por exemplo, Bourdieu (2004) afirma que esse poder simbólico, traduzido em prestígio e notoriedade, não se produz sem rupturas. Embora a ideia de isenção e neutralidade nos critérios de julgamento esteja presente no regulamento do concurso, os resultados são frequentemente objeto de questionamento.

Em sua coluna “Jornal dos Jornais”, publicada em 03/07/1977 na *Folha de S. Paulo*, o jornalista Alberto Dines já criticava a forma de escolha dos juízes: “Jornalistas devem estar muito atentos ao negócio de prêmios. Pode ser uma forma muito sutil de subornar. Especialmente quando se trata de certames que exigem inscrição. (...) Escolher uma comissão julgadora equivale a orientar a premiação”. Mais de três décadas depois do artigo escrito para a *Folha*, Dines mantém essa posição. “Vi uma vez, não faz muito tempo, uma marca de relógios famosa que resolveu fazer um prêmio de jornalismo no Brasil em que você tinha que escrever uma matéria que falasse do relógio. Isso não é um só não”⁴¹. Segundo ele, a maior parte dos concursos, nos mais diferentes segmentos do comércio, da indústria e do terceiro setor, não tem credibilidade. “São jogadas de marketing para cooptar a imprensa, para ganhar nota em jornal. Isso virou uma indústria”⁴².

Em relação ao Prêmio Esso, Alberto Dines reconhece o valor do programa pelo seu pioneirismo e por ter procurado manter certos padrões em seu regulamento ao longo do tempo, embora também questione a sua legitimidade. “Quem são os juízes? Eles são do ramo? Eles têm compromisso com candidatos ou veículos candidatos?”⁴³. Ele afirma que defendia a participação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) como entidade responsável em dar a “chancela” aos prêmios jornalísticos. Dessa forma, só seriam reconhecidos os concursos que submetessem seus estatutos à apreciação da ABI, a quem caberia também examinar se os jurados eram escolhidos democraticamente. Outro ponto de divergência do ex-editor do *Jornal do Brasil*, responsável atualmente pelo programa “Observatório da Imprensa”, transmitido na TVE Brasil, diz respeito à obrigatoriedade do pagamento de inscrição, critério, segundo ele, restritivo: “O cara que está lá nos cafundós de

⁴¹ Entrevista concedida ao autor em 20/10/2009

⁴² Idem

⁴³ Idem

Goiás pode fazer jus ao prêmio, mas a inscrição é uma coisa injusta, limitativa. Ela não é universal”⁴⁴.

O jornalista Ayrton Baffa assume uma posição a este respeito parecida com a de Dines. Em artigo na *Tribuna da Imprensa* de 03/12/1980, aponta a força do poder econômico dos grandes jornais e a falta do debate democrático. “Sou contra a discussão de mão única em cima do autor e não sobre seu trabalho. O repórter é o único que deve ter vez, independente da cor da sua camisa e do balanço anual da empresa para a qual trabalha”.

A decisão mais radical contra os critérios utilizados pelos julgadores do Esso foi tomada por *Veja*. Contrariada com o resultado do prêmio nas edições de 2001 e 2002, a publicação decidiu proibir a participação de seus profissionais no concurso. Na ocasião, denunciou que a escolha dos vencedores não se dava a partir da qualidade dos trabalhos, mas partia de um acordo político entre os integrantes do júri (Magno, 2006: 114). A TV Globo também se retirou do concurso em 2004, a partir da quarta edição do Prêmio Esso de Telejornalismo pelos mesmos motivos. Para o jornalista Ruy Portilho, que organiza o concurso por meio de sua empresa, a RP Consultoria, o programa da Esso não define os premiados pelo conjunto de bons trabalhos produzidos ao longo do ano. Nesse sentido, o reconhecimento é “pontual”:

“Uma emissora como a *Rede Globo* produz um jornalismo de qualidade fantástica, assim como a *Veja* também realiza reportagens maravilhosas ao longo do período. Mas o Prêmio Esso é pontual. Como organizadores, dirigimos o Prêmio Esso ao jornalista e não aos veículos. Queremos premiar o melhor trabalho, não produzido pela *Veja*, mas por um repórter que está a serviço da *Veja* numa determinada fase da sua vida. Às vezes, o colega dele, numa publicação menor, com menos recursos, consegue explorar melhor o assunto, que passa a ser considerado pelas comissões o melhor trabalho. Quando ganha um ano, não tem muito problema. Quando ganha dois, três anos é muito problemático”⁴⁵.

Embora se organize como outros campos, onde dominantes e dominados estabelecem relações de força, Bourdieu (1997) informa que o campo jornalístico se diferencia dos demais (campo jurídico, literário, artístico ou científico) por deter um controle real sobre os instrumentos de produção e difusão da informação. Esse monopólio, porém, não garante autonomia aos seus agentes. O campo jornalístico sofre pressões externas exercidas,

⁴⁴ Idem

⁴⁵ Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009 no Rio de Janeiro.

sobretudo, pelo campo econômico. Os jornais dependem de anunciantes, públicos ou privados.

O poder econômico também exerce influência no controle das instâncias de consagração. Se há uma dependência mais estritamente financeira dos jornais em relação aos anunciantes para sua sobrevivência, por outro lado percebe-se uma dependência de ordem simbólica tanto de jornais como de jornalistas em relação aos grupos econômicos que detêm esses canais de reconhecimento. Os jornais e seus profissionais se submetem a sistemas de julgamento e regras estabelecidas por organizadores de prêmios, promovidos por instituições públicas e privadas, para obter uma consagração que não conseguiriam alcançar apenas com a publicação da matéria em seus respectivos veículos.

É importante sublinhar que não apenas os profissionais são tributários de todo este trabalho de avaliação de julgadores reunidos em comissões. A conquista do prêmio confere capital simbólico também às empresas para as quais trabalham os jornalistas contemplados. Como informa Ruy Portilho, atual organizador do programa, a maioria dos veículos percebe o Prêmio Esso como um reconhecimento dirigido às empresas jornalísticas “por condições de trabalho que elas deram a seus profissionais, abrigados no guarda-chuva da marca”⁴⁶. Podemos verificar esse aspecto nos períodos de divulgação do resultado, quando jornais e revistas investem em publicidade, buscando auferir lucros materiais (concorrência) e simbólicos com a conquista dos seus profissionais. Exemplo disso foi o anúncio de página inteira do *Jornal do Brasil*, publicado em 31/12/1995:

“Observando bem, vê-se que o *Jornal do Brasil* teve mérito em todas as suas áreas editoriais. E se olharmos pelo prisma do calendário, veremos a regularidade dos nossos prêmios. De uma maneira ou de outra, a presença do *Jornal do Brasil* no Prêmio Esso é uma constante. Estatisticamente inigualável. É o maior Prêmio Esso de todos os tempos”. (*Jornal do Brasil*, 31/12/1995)

Os diários vencedores também reservam espaço considerável do seu noticiário para repercutir o resultado do tradicional concurso jornalístico:

“Duas grandes reportagens publicadas em *O Globo* acabam de conquistar os maiores prêmios anualmente destinados, no país, a trabalhos jornalísticos dessa natureza. Coube às reportagens ‘180 dias na fronteira da loucura’, de José Leal, e ‘O Globo devassa o mercado maldito da maconha’, de Vinicius Lima, ambas realizadas por iniciativa e sob a orientação deste jornal, as láureas que vêm confirmar o alto padrão

⁴⁶ Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009.

profissional dos que aqui trabalham” (“*O Globo conquista os maiores prêmios de reportagem do ano*”, *O Globo*, 15/12/1956)

A cobertura especial sobre o resultado do Esso pelos órgãos de imprensa atravessa a história do concurso. Quarenta anos depois da extensa repercussão dada pelo *O Globo*, como vimos acima, os jornais mantêm a estratégia de comprovar a sua credibilidade utilizando como critério a quantidade de vitórias no prêmio. É uma prática comum os diários fazerem um balanço da sua participação no programa.

Em 18/12/1996, *O Estado de S. Paulo* publicou uma página inteira na Editoria Geral com o título “‘Estado’ ganha dois Prêmios Esso”. Reproduz a página da reportagem “Operações fantasmas minaram Nacional” e a capa do suplemento Zap! – que ganharam, respectivamente, as categorias Informação Econômica e Prêmio Esso Especial Infância e Adolescência – e apresenta um quadro com todos os prêmios do grupo Estado, informando: “Nos 41 anos de realização do Prêmio Esso, *Estado*, *Jornal da Tarde* e Agência Estado foram premiados 67 vezes”.

O *Jornal do Brasil* adotou o mesmo procedimento. Em 16/12/1999, dedicou duas páginas à conquista do Prêmio Esso de Fotografia, concedido naquele ano a Marco Terranova. A foto, intitulada “Domingo de pavor”, registra uma troca de tiros entre policiais e bandidos na orla de Ipanema e Leblon, provocando pânico entre moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro. O título da cobertura mostra como o jornal busca capitalizar ao máximo o seu desempenho no concurso: “JB é o veículo de imprensa mais premiado do Brasil”. O texto da notícia expressa o “orgulho” do centenário jornal de liderar o ranking da premiação:

“Em 44 edições dessa iniciativa para apontar o que de melhor foi produzido pelo jornalismo brasileiro no ano, já chega a 70 o número total de vezes em que uma foto, uma reportagem, a cobertura de um caso e uma charge do JB foram laureadas. Nenhum outro veículo de imprensa pode se orgulhar de colecionar tantos Prêmios Esso” (“JB é o veículo de imprensa mais premiado do Brasil”, *Jornal do Brasil*, 16/12/1999).

2. TEMAS E SUBTEMAS

Para construir um corpus o mais representativo possível dos objetivos da pesquisa, que consiste em verificar a questão da identidade profissional do jornalista entre 1964 e 1978, optamos inicialmente por delimitar nossa análise aos temas (unidades temáticas) e subtemas apresentados pelos trabalhos vencedores do programa da Esso. Para demonstrar os assuntos de maior interesse e as escolhas do campo jornalístico, foi fundamental fazer um estudo comparativo entre as temáticas apresentadas nas reportagens premiadas no período anterior ao golpe, durante o contexto de maior repressão aos conteúdos informativos e a partir da abertura política. Examinando os assuntos escolhidos pela comissão julgadora nos períodos de normalidade democrática e durante o governo militar, identificamos como estas flutuações indicaram práticas e modos de atuação dos produtores de notícias. Há também neste caminho descontinuidades e fragmentações na maneira de se entender o que é o jornalismo, o que aponta para a formação de diferentes identidades profissionais.

Com base nesta primeira divisão metodológica, verificamos quatro categorias ou grupos de informação relacionados ao concurso: matérias premiadas, julgadores, veículos premiados e categorias do prêmio. A divisão do trabalho nestas categorias de análise permite visualizar um conjunto de dados que oferecem possibilidades de interpretação sobre o cenário jornalístico nos anos 1960 e 1970. Em razão da abrangência das premiações e do grande número de categorias criadas ao longo de 52 anos de história do programa patrocinado pela multinacional do petróleo, foi feita a análise apenas das matérias vencedoras na categoria principal – o Prêmio Esso de Jornalismo. A pesquisa se concentrou na análise desse material, de onde foram extraídas informações de acordo com cada um dos grupos mencionados. Assim, num universo de 53 reportagens consagradas pelo concurso (1956-2008), foram vistos mais detalhadamente 15 trabalhos jornalísticos vencedores entre 1964 e 1978, que compõem o foco da nossa investigação, avaliando os principais temas, os julgadores, os veículos vencedores em cada ano e as categorias em disputa. Esse recorte não restringe o exame de matérias premiadas em outras categorias, tendo em vista as particularidades em algumas edições do concurso. A título de ilustração, podemos citar que em 1966 a comissão julgadora não concedeu o prêmio na categoria principal.

Em relação aos julgadores, verificamos o conjunto de valores que serviram de critério para a seleção das matérias vencedoras. Investigamos também o peso da participação de jornais e revistas nas comissões bem como os principais mercados em que atuavam os julgadores. Na pesquisa sobre os jornais premiados, o objetivo foi fazer um breve resgate sobre o perfil das publicações e sua atuação naquela conjuntura específica. A tiragem, a circulação, o peso político-ideológico de cada publicação, suas relações com o poder e aspectos técnicos (texto e imagem) e administrativos fazem parte da análise.

Sobre as categorias do prêmio, recuperamos rapidamente as diferentes fases do concurso e como as alterações no regulamento coincidiam com as mudanças verificadas na própria imprensa brasileira. A análise de tais transformações fornece pistas importantes para o entendimento de alguns atributos valorizados pela comunidade jornalística. Apesar do avanço dos meios audiovisuais e da emergência do jornalismo digital, examinamos os motivos pelos quais o impresso é visto pelo grupo como suporte por excelência do “verdadeiro” jornalismo. Do mesmo modo, buscaremos entender o processo que privilegia a reportagem como uma categoria diferenciada dentro do concurso.

A análise deste material também foi acompanhada por entrevistas com os jornalistas premiados e profissionais envolvidos no concurso, seja como organizadores ou integrantes das comissões julgadoras. Importa também caracterizar a conjuntura histórica, ou seja, as diferentes condições de produção em que as matérias vencedoras foram produzidas entre 1964 e 1978: da instauração do governo civil-militar em 1964, passando pelo recrudescimento da repressão aos conteúdos jornalísticos (1968-1975), até o início do processo de liberalização política, culminando com a extinção do Ato Institucional nº 5, em 1978. Os depoimentos coletados estão inscritos neste cenário e ganham sentido em referência a essas posições.

2.1 Unidades temáticas

Vimos no capítulo anterior que o Prêmio Esso assume o papel de atuar como canal de reconhecimento profissional e de legitimação do “verdadeiro jornalismo”. O resultado tende a orientar a produção noticiosa não apenas quanto aos modos de atuação do repórter, mas também definindo temas que devem ser lembrados e constar na agenda pública da

sociedade. Partindo desse pressuposto, o resultado da premiação fornece uma espécie de sumário dos assuntos de maior interesse da imprensa brasileira.

Dividimos as 53 matérias vencedoras entre 1956 e 2008 em cinco grandes unidades temáticas. Todas as reportagens se enquadram nessa distribuição mais ampla que adotamos como critério metodológico. As unidades temáticas englobam: questões sociais, política nacional, política internacional, economia e esportes. Após a leitura, análise e classificação de cada matéria, essas unidades foram subdivididas em subtemas para atingir um nível de detalhamento maior. Nesse sentido, reportagens vencedoras sobre corrupção, repressão política e eleições, dentre outros subtemas, foram enquadradas na unidade temática “Questões políticas”. Já matérias sobre saúde, religião, questão da terra, condições de vida e de trabalho, questão das drogas e questão indígena entraram na unidade “Questões sociais”.

A divisão em grandes temas e subtemas específicos permite ao pesquisador identificar como o mais importante prêmio da imprensa “lia” o Brasil, qual era a lógica da comissão julgadora e, delimitando a análise ao período da ditadura militar, as relações entre o campo jornalístico e o Estado autoritário brasileiro. Quais os temas que, neste momento marcado pela supressão das liberdades individuais e de forte repressão política, foram privilegiados em detrimento de outros?

A tabela 1 apresenta o total de matérias classificadas pelas unidades temáticas e suas respectivas quantificações percentuais em relação ao total analisado, desde o lançamento do concurso em 1956 até a edição de 2008:

TABELA 1 (1956-2008)

UNIDADE TEMÁTICA	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Política nacional	23	43,39
Questões sociais	22	41,50
Política internacional	4	7,54
Economia	2	3,77
Esportes	2	3,77
Total	53	100

Fonte: Prêmio Esso – período: 1956 a 2008

Em uma primeira análise, observa-se que as matérias classificadas nas unidades “Política nacional” e “Questões sociais” têm uma predominância no concurso, se

compararmos com as reportagens de política internacional, economia e esportes. Foram no total 45 trabalhos jornalísticos premiados nestas duas principais unidades, representando 84,89% do total de matérias vencedoras no período.

O reduzido número de reportagens econômicas e esportivas neste comparativo não está associado à existência de categorias específicas no Prêmio Esso contemplando historicamente essas temáticas. A categoria premiando trabalhos na área esportiva esteve presente em 27 edições do concurso⁴⁷. O programa da Esso também abriu uma categoria específica na área econômica em 38 edições⁴⁸. Inicialmente estabelecemos essa associação como possibilidade, mas a hipótese não foi confirmada ao investigarmos essa questão com os entrevistados que participaram diretamente do concurso no período. Matérias reportando assuntos internacionais também tiveram baixa representatividade.

Alberto Dines afirma que a cobertura internacional sempre foi muito prejudicada no Brasil por fatores econômicos:

“Em sua fase de ouro, o *JB* teve nove correspondentes com carteira assinada, recebendo 13º salário, férias e cursos de capacitação. Mas isso durou pouco. Era muito caro até porque, para fazer uma grande matéria, o repórter precisava se deslocar, e o jornal não repassava dinheiro. Hoje acho que os correspondentes nem são contratados”⁴⁹.

O ex-editor-chefe do *Jornal do Brasil* atribui o fraco desempenho de matérias na área de economia no concurso ao desenvolvimento tardio da reportagem nessa editoria. “Você não tem a reportagem econômica no Brasil ainda bem desenvolvida. Havia os colunistas, os analistas, mas você não tinha o repórter de economia”, argumenta Dines⁵⁰.

Zevi Ghivelder aponta as mesmas razões de Dines, acrescentando que, na ausência de correspondentes fixos em outros países, jornais e revistas faziam determinadas coberturas com enviados especiais. Na área esportiva, outra editoria pouco prestigiada na categoria principal do programa da Esso, ele afirma que, apesar do grande espaço no noticiário

⁴⁷ O prêmio na categoria Reportagem ou Informação Esportiva foi concedido entre 1963 e 1991, com algumas interrupções. Em 1967 e 1968, não houve disputa nessa categoria. Coincidentemente, os prêmios na categoria principal consagraram, nestas duas edições, matérias com temática esportiva. Em 1990, na categoria Informação Esportiva, os jurados não premiaram um texto jornalístico, mas um trabalho fotográfico. Em 1994, foi entregue o Prêmio Especial de Informação Esportiva.

⁴⁸ A categoria de Informação Econômica está presente no Prêmio Esso desde 1966, sofrendo apenas algumas interrupções: 1980, 1992, 1993 e 1994. Em 1995, foi concedido o Prêmio Especial 40 anos de Informação Econômica.

⁴⁹ Entrevista de Alberto Dines concedida ao autor em 20/10/2009 no Rio de Janeiro.

⁵⁰ Idem

dedicado à cobertura diária, não havia um investimento em grandes reportagens com essa temática. “Quase sempre as matérias vencedoras apresentavam muito volume. Eram reportagens muito extensas de modo geral. Em todos esses anos, acho que houve muitos vencedores que impressionaram mais pela quantidade do que pela qualidade”, avalia o jornalista, salientando que a área esportiva não se caracterizava por grandes séries⁵¹.

Na avaliação de Celso Japiassu, o prêmio na categoria principal costuma privilegiar historicamente matérias com grande volume de leitura. Nesse caso, as reportagens sociais e políticas são privilegiadas por conseguirem alcançar maior audiência. “O grande prêmio sempre busca reconhecer trabalhos que obtêm repercussão grande e que atingem maior número de leitores. Portanto, tende a ser dado para uma matéria de interesse geral pelo seu volume de leitura. Reportagens de outras áreas vão atingir segmentos específicos”⁵².

Dividimos a seguir o quadro geral das matérias premiadas na longa duração por períodos com contextos históricos específicos. Levamos em conta as diferentes condições de produção em que as reportagens vencedoras foram produzidas. Assim, as tabelas 2, 3 e 4 apresentam os trabalhos jornalísticos consagrados em três momentos: no período democrático anterior ao golpe (1956-1963); nos primeiros anos de ditadura militar e durante o recrudescimento da censura e da repressão política (1964-1978); e a partir do movimento de descompressão política do regime, com a consolidação do processo de anistia e redemocratização (1979-2008). As flutuações quanto à predominância de determinadas unidades temáticas são fundamentais neste estudo comparativo para verificar as escolhas do campo jornalístico em diferentes cenários.

É importante reiterar que trabalhamos com as mesmas unidades temáticas em todos os quadros comparativos para não haver prejuízo, como informa Aquino (1999), em relação aos objetivos da análise. Apenas os subtemas apresentam variações dadas às especificidades da conjuntura histórico-social. Outra observação diz respeito à manutenção da ordem de aparecimento das cinco unidades nos diferentes períodos analisados. Embora haja diversidade em relação ao aspecto quantitativo, adotamos a mesma sequência da tabela 1 como forma de facilitar a tabulação dos resultados.

⁵¹ Entrevista de Zevi Ghivelder concedida ao autor em 07/10/2009 no Rio de Janeiro.

⁵² Entrevista de Celso Japiassu concedida ao autor em 05/10/2009 no Rio de Janeiro.

TABELA 2 (1956-1963)

UNIDADE TEMÁTICA	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Política nacional	2	25
Questões sociais	6	75
Política internacional	-	
Economia	-	
Esportes	-	
Total	8	100

Fonte: Prêmio Esso (1956 a 1963)

Podemos verificar que as matérias vencedoras apresentam pequena variação temática. A unidade “Questões sociais” responde por 75% das reportagens consagradas no período contra 25% englobando trabalhos jornalísticos com conotação política. Vamos detalhar posteriormente que tipo de assuntos privilegiava-se em cada unidade temática.

TABELA 3 (1964-1978)

UNIDADE TEMÁTICA	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Política nacional	3	20
Questões sociais	8	53,33
Política internacional	2	13,33
Economia	-	-
Esportes	2	13,33
Total	15	100

Fonte: Prêmio Esso (1964 a 1978)

A tabela 3 demonstra que, apesar de uma variedade temática maior entre 1964-1978, as matérias de cunho social mantêm um estatuto diferenciado dentro do concurso. Do total de 15 trabalhos premiados, mais da metade (53,33%) está na unidade “Questões sociais”. Além de reportagens políticas, representando 20% do total, o prêmio abriu espaço, neste período do regime militar, para assuntos de política internacional e esportes.

TABELA 4 (1979-2008)

UNIDADE TEMÁTICA	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Política nacional	18	60
Questões sociais	8	26,66

Política internacional	2	6,66
Economia	2	6,66
Esportes	-	-
Total	30	100

Fonte: Prêmio Esso (1979 a 2008)

Se até 1978 as matérias premiadas apresentavam, em sua maioria, temáticas sociais, a comissão de julgadores, a partir do processo de abertura do regime militar, passou a privilegiar, de forma significativa, trabalhos jornalísticos com contornos mais claramente políticos. A maioria (60%) das reportagens se enquadra nesta unidade temática. Observamos no quadro acima que a unidade “Questões sociais” responde por 26,66%. Assuntos econômicos e de política internacional também foram contemplados no período, num quantitativo pouco expressivo em relação ao total.

Propõe-se agora uma comparação entre os percentuais extraídos das unidades temáticas nos três períodos analisados, relacionando-os com o quadro geral. Assim, obtém-se o seguinte resultado:

TABELA 5

Unidade temática	1956-1963		1964-1978		1979-2008		Quadro geral (1956-2008)	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
Política nacional	2	25	3	20	18	60	23	43,39
Questões sociais	6	75	8	53,33	8	26,66	22	41,5
Política internacional	-		2	13,33	2	6,66	4	7,54
Economia	-		-	-	2	6,66	2	3,77
Esportes	-		2	13,33	-	-	2	3,77
Total	8	100	15	100	30	100	53	100

Fonte: Prêmio Esso (1956-2008)

Em uma abordagem rápida, a tabela 5 mostra uma equivalência na distribuição das unidades “Política nacional” e Questões sociais” nos períodos 1956-1963 e 1964-1978. Predominam nestes dois cenários as temáticas sociais em mais da metade das matérias vencedoras analisadas: 75% (1956-1963) e 53,33% (1964-1978). Há, no entanto, uma elevação quantitativa considerável na unidade “Política nacional” no período de abertura

política e redemocratização (1979-2008). Nota-se inclusive uma inversão dos percentuais se compararmos com os períodos analisados anteriormente: enquanto apenas 26,66% de matérias com temáticas sociais foram premiadas a partir de 1979, as reportagens políticas responderam por 60% do total de trabalhos reconhecidos pela comissão de julgadores.

2.2 Subtemas

A próxima etapa da pesquisa consiste em dividir essas unidades temáticas mais amplas em subtemas que correspondem aos assuntos tratados pelas reportagens vencedoras. São essas variações que ajudam a explicitar a dinâmica do funcionamento jornalístico. Os próximos quadros apresentam uma breve abordagem sobre os subtemas nos três momentos históricos definidos anteriormente para a pesquisa. Porém, o detalhamento e a análise das matérias vencedoras entre 1964 e 1978, período escolhido para a pesquisa, serão examinados no capítulo 4.

2.2.1 Os primeiros anos (1956-1963)

Uma breve incursão nas matérias vencedoras entre 1956 e 1963 – período que se estende da criação do prêmio até o momento que antecede a instauração da ditadura militar – demonstra uma valorização de temáticas sociais pela comissão julgadora: desde pautas do cotidiano até a ênfase na questão das desigualdades sociais e a redescoberta de um “país” desconhecido para a maioria dos brasileiros. Na tabela 6, podemos perceber que os principais prêmios são outorgados para profissionais que construíram grandes reportagens com este viés.

TABELA 6

ANO	JORNAIS	MATÉRIAS	REPÓRTER	UNIDADE TEMÁTICA
1956	<i>O cruzeiro</i>	“Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara”	Mario de Moraes e Ubiratan Lemos	Questões sociais
1957	<i>O Globo</i>	“180 dias na fronteira da loucura”	José Leal	Questões sociais

1958	<i>Correio da Manhã</i>	“Morte em Alagoas”	Marcio M. Alves	Política nacional
1959	<i>O Estado de S. Paulo</i>	“Diário de um flagelado das secas”	Rubens Rodrigues dos Santos	Questões sociais
1960	<i>Folha de S. Paulo</i>	“Um rio desafia o Brasil”	Mario Mazzei Guimarães	Questões sociais
1961	<i>Jornal do Brasil</i>	“Adote uma criança”	Silvia Donato	Questões sociais
1962	<i>Jornal do Brasil</i>	“Fraude eleitoral”	José Gonçalves Fontes	Política nacional
1963	<i>O Cruzeiro</i>	“Guapé será apenas um retrato na parede”	José Franco	Questões sociais

Fonte: Prêmio Esso (1956-1963)

Política nacional

TABELA 7

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Violência	1	50
Eleições	1	50
Total	2	100

Fonte: Prêmio Esso (1956-1963)

Em duas edições do concurso promovido pela empresa petrolífera no período 1956-1963, a comissão de julgadores reconheceu o mérito de reportagens políticas. Em 1958, o prêmio principal foi para o jornalista Marcio Moreira Alves, do *Correio da Manhã*, autor da matéria “Morte em Alagoas”. O repórter narrou o flagrante de um tiroteio na Assembleia Legislativa de Alagoas, durante a votação do “impeachment” do governador Muniz Falcão. No episódio, o repórter foi atingido na perna por uma bala. Ele ditou para um médico, da cama do hospital, um despacho de 18 linhas sobre o acontecimento, publicado na primeira página do jornal. A seguir, um pequeno trecho da matéria vencedora:

“Às 15h10, deputados situacionistas liderados pelo deputado Claudenor Lima subiram a escadaria vestidos de capas, sob as quais portavam metralhadoras.(...) Nenhuma palavra chegou a ser trocada. Os deputados da situação abriram fogo imediatamente a esmo. Vários feridos. Impossível dizer número, pois figuro entre eles” (“*Dissolvida à bala – a Assembleia de Alagoas*”. *Correio da Manhã*. 13/09/1957)

A descoberta de uma fraude eleitoral nas eleições para a Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara em 1960 deu ao repórter José Gonçalves Fontes, do *Jornal do Brasil*, o Prêmio Esso de 1962 na categoria principal. O trabalho jornalístico, que demandou longo tempo de apuração, resultou na perda de mandato de um deputado e provocou mudanças na legislação eleitoral, sobretudo no processo de votação. As reportagens exigiram observação direta, pesquisa em arquivos e entrevistas com grande número de fontes.

Questões sociais

TABELA 8

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Condições de vida e de trabalho	3	50
Questão da terra	1	16,66
Questão das drogas	1	16,66
Grupos diferenciados	1	16,66
Total	6	100

Fonte: Prêmio Esso (1956-1963)

A maior parte das matérias vencedoras no período 1956-1963 está enquadrada na temática “Questões sociais”. Das seis reportagens classificadas nesta unidade, três se referem às condições de vida e de trabalho. Na primeira edição do concurso, em 1956, o prêmio ficou com os repórteres Mario de Moraes e Ubiratan de Lemos pelo trabalho “Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara”, publicado na revista *O Cruzeiro*. Os repórteres percorreram 2,3 mil quilômetros e acompanharam durante 11 dias a viagem de 102 nordestinos em um caminhão “pau-de-arara”, do interior de Pernambuco até a Baixada Fluminense, no Rio.

Também no subtema sobre condições de vida e de trabalho foram consagradas as matérias “Diário de um flagelado das secas”, de *O Estado de S. Paulo*, e “Um rio desafia o Brasil”, da *Folha de S. Paulo*, respectivamente em 1959 e 1960. Na primeira, o repórter Rubens Rodrigues dos Santos se alistou como flagelado na “frente de trabalho” para construção de um açude no Rio Grande do Norte. As reportagens denunciaram a exploração do trabalho e o comércio de votos na região. Já na série apresentada em 16 reportagens pela

Folha de S. Paulo, o jornalista Mario Mazzei Guimarães abordou as potencialidades econômicas e os problemas sociais e políticos no médio e baixo São Francisco.

A questão das drogas foi revelada na reportagem “180 dias na fronteira da loucura”, vencedora na categoria principal em 1957. Neste trabalho, o profissional José Leal, de *O Globo*, relatou, em tom autobiográfico, os abusos e o confinamento a que eram submetidos os pacientes de uma clínica de tratamento de alcoólatras.

Segundo classificação adotada por Aquino (1999: 149), matérias sobre grupos diferenciados tratam de temas específicos, abordando, por exemplo, a mulher no trabalho, a discriminação racial ou o abandono de crianças e idosos. A série “Adote uma criança”, de autoria de Silvia Donato, do *Jornal do Brasil*, vencedora do Prêmio Esso de 1961, foi enquadrada nesta denominação. A reportagem buscou sensibilizar a população sobre a importância da adoção. O trabalho também denunciou os orfanatos que recebiam verbas oficiais e não prestavam atendimento digno às crianças.

Por fim, a questão da terra foi o tema central da reportagem vencedora do concurso em 1963. Publicada pela revista *O Cruzeiro*, a matéria “Guapé será apenas um retrato na parede”, do jornalista José Franco, mostrou as contradições do processo de desenvolvimento do país a partir da história do desaparecimento da pequena cidade no Sul de Minas Gerais, inundada pelas águas da barragem de Furnas.

2.2.2 A imprensa sob censura (1964-1978)

Este período compõe o foco da nossa investigação. A análise qualitativa das matérias premiadas poderá ser observada mais detalhadamente no capítulo 4. Antes de apresentarmos aqui os subtemas recorrentes em cada uma das unidades temáticas, faremos um resgate da conjuntura política, econômica e social. O exame do contexto histórico em que os militares estiveram no poder fornece elementos importantes para a compreensão do resultado do concurso jornalístico.

O ano de 1964 foi marcado por profundas transformações no cenário político-social, que resultaram na tomada do poder por um movimento militar articulado com forças da sociedade civil. A derrubada do presidente João Goulart em 31 de março/ 1º de abril de 1964 tem suas origens, como demonstram Reis Filho (2004) e outros historiadores, com a

renúncia em agosto de 1961 do presidente Jânio Quadros, que estava havia apenas sete meses na Presidência. Naquela ocasião, setores das Forças Armadas articularam uma tentativa de golpe para impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart. Identificado como herdeiro político de Getúlio Vargas, Jango era visto como ameaça, por suas convicções reformistas, aos grupos mais conservadores da sociedade. O movimento militar não obteve êxito. Esbarrou na campanha de resistência democrática liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola⁵³. Ainda assim, João Goulart negociou a sua posse, em 7 de setembro de 1961, aceitando assumir a Presidência com poderes limitados por uma emenda parlamentarista.

Fortalecidas com a vitória em defesa da legalidade, as esquerdas começaram a entrar num processo de radicalização das suas propostas, que assumiam um caráter cada vez mais estatizante e nacionalista. No Rio Grande do Sul, governado por Brizola, Jango concorda com a encampação de empresas estrangeiras detentoras de serviços públicos. Também regulamenta lei que limita a remessa de lucro destas para o exterior. A radicalização representava um risco direto aos interesses do capital estrangeiro no Brasil, o que, no contexto da guerra fria, ganhava uma dimensão ainda maior. A vitória da Revolução Cubana e a possibilidade de implantação de um governo revolucionário socialista animavam estas forças populares que ajudaram Jango a assumir o poder.

Estas diretrizes passaram a orientar as chamadas “reformas de base”, que apareciam como política de governo de João Goulart. O presidente já reassumira plenos poderes com a realização de um plebiscito, em janeiro de 1963, que devolvia ao país o regime presidencialista. Amplos movimentos populares exigiam uma profunda reforma em todos os setores da vida social: reforma política, agrária, urbana, bancária, financeira e educacional. Como informa Reis Filho, “multiplicavam-se organizações políticas claramente definidas pelo enfrentamento revolucionário”, ao mesmo tempo em que “crescia a descrença na possibilidade de que as reformas pudessem ser conquistadas nas margens legais” (idem:124).

No outro lado da disputa, refletindo a polarização ideológica dos anos 1960, as direitas, derrotadas em 1961, começavam a se rearticular, seja através do fortalecimento de

⁵³ Brizola formou uma cadeia nacional de comunicação, a “rede da legalidade” e mobilizou a população de Porto Alegre e a unidade do Exército no Rio Grande do Sul para resistir ao golpe.

partidos conservadores, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Progressista (PSP)⁵⁴, ou da mobilização dos setores empresariais e da oligarquia agrícola. No interior das Forças Armadas, os mesmos grupos que haviam participado da aventura golpista de 1961 ganhavam força na medida em que os fundamentos da disciplina e hierarquia dentro da instituição eram ameaçados. Um episódio determinante foi a insubordinação da Associação dos Marinheiros no Rio de Janeiro. O movimento foi liderado pelo cabo Anselmo, que mais tarde viria a colaborar com agentes da repressão na guerra de contra-informações para a captura de militantes que aderiram à luta armada.

O descontentamento da Igreja Católica quanto aos rumos do país também fez com que a sua cúpula institucional, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fizesse parte dessa ampla frente civil que ajudaria a legitimar a intervenção dos militares. Jango realizou uma série de comícios, sendo o mais importante o ato público realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, numa última tentativa de conquistar apoio popular para implantação das suas reformas e legitimação do seu governo. Ao buscar respaldo nas esquerdas, percebeu, no entanto, que elas não tinham unidade. A este respeito, é esclarecedora a análise de Reis Filho (2004):

“O interessante a notar, no entanto, é que as direitas, ao contrário do que ocorrera em agosto de 1961, apareciam agora em posições defensivas, de defesa da legalidade e da democracia, justificando o golpe como um último recurso para salvar a democracia. De sorte que as direitas terão passado por uma mutação oposta à das esquerdas. Enquanto estas, inebriadas pela vitória de agosto de 1961, passavam à ofensiva política, e desafiavam abertamente a legalidade existente, aquelas situavam-se em defesa da legalidade e da ordem democrática, articulando o movimento ofensivo a partir de posições defensivas, embora seja certo dizer que muitas das suas forças organizadas manifestassem um superior desprezo pelos valores democráticos e conspirassem cada vez mais abertamente no sentido do golpe” (idem: 126)

O desfecho desses embates é conhecido, tendo como vitoriosos os derrotados de 1961. A partir de 1º de abril de 1964, instaura-se a ditadura militar no Brasil sob o comando do marechal Humberto Castelo Branco, interrompendo o curto ciclo democrático iniciado após o fim do Estado Novo, em 1945.

A exemplo de outras instituições da sociedade civil, a maior parte dos proprietários de jornais percebia na intervenção uma ação genuína dos militares em prol da restituição das

⁵⁴ A UDN tinha como lideranças os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, e de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Já o PSP contava em seus quadros com o governador de São Paulo, Adhemar de Barros.

liberdades democráticas. Órgãos da grande imprensa defenderam entusiasticamente a “Revolução de 1964”, reivindicando para si o papel de protagonistas desse processo. Nesta visão, João Goulart personificava a imagem de “inimigo comum” da nação. Por isso talvez seja mais adequado falar em acordo civil-militar para a derrubada de Jango.

Ao contrário do que previam os udenistas, que apoiaram o golpe e desejavam formar um novo governo civil após a intervenção em 31 de março/ 1º de abril, os militares davam demonstrações que permaneceriam no poder por tempo indeterminado. Não bastava “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”, como estava descrito no manifesto expedido em 30 de março de 1964 por Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército. O segundo objetivo, segundo o documento, era “restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar as reformas legais” (Skidmore, 1988: 45). O discurso remetia à grave crise econômica no país em 1964 e buscava dar também legitimidade à ação conspiratória contra Jango. Neste período, a dívida chegava a US\$ 3 bilhões, a taxa de inflação era de 100% ao ano e o país não obtinha crédito no exterior (idem: 68).

A equipe econômica do governo, liderada por Roberto Campos e Octavio Gouveia de Bulhões, adotou medidas para reverter a crise e recuperar a credibilidade do país junto aos credores e investidores estrangeiros. Porém, apesar do nível das despesas públicas ter registrado queda de 12,1% do PIB em 1963 para 10,5% em 1965 e da ajuda adicional de US\$ 147 milhões dos Estados Unidos naquele ano, por intermédio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a produção industrial brasileira caiu 5% em 1965. O crescimento do PIB *per capita* em torno de 2,8% no período foi também praticamente nulo, pois acompanhou o aumento demográfico registrado no país (idem: 97).

No campo político, os sucessivos atos institucionais apontavam para o fechamento do regime. O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, dava a Castelo Branco a prerrogativa de cassar mandatos parlamentares e suspender direitos políticos de qualquer cidadão nos órgãos públicos, empresas estatais, universidades⁵⁵. Em 27 de outubro de 1965, foi

⁵⁵ Na primeira lista de lideranças atingidas pelo AI-1, foram suspensos os direitos políticos dos ex-presidentes Jânio Quadros e João Goulart, do governador de Pernambuco Miguel Arraes e do deputado federal e ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. O instrumento permitiu ao Estado a cassação do mandato

promulgado o AI-2, ampliando os poderes do Executivo e instituindo eleições indiretas para presidente, vice-presidente e governadores. Também instituiu o bipartidarismo⁵⁶, extinguindo todos os partidos existentes, e transferiu para a Justiça Militar os processos por crime político.

Se o regime caminhava no sentido do fechamento político, o controle dos conteúdos informativos ainda não era ostensivo. Em 1965, não havia censura oficial por parte do Estado, quadro que viria a se alterar no período de vigência do AI-5. A maioria dos jornais não se opunha à política de expurgos promovida pelo governo Castelo Branco. Líderes de esquerda, considerados “subversivos” pelos militares, foram presos em todo o país, sobretudo no Nordeste, na ação conhecida como “Operação limpeza”⁵⁷. A perseguição atingiu organizações católicas, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Juventude Universitária Católica (JUC), além do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Em 5 de fevereiro de 1966, o governo edita o Ato Institucional nº 3, conferindo aos governadores eleitos indiretamente pelas assembleias legislativas o poder de nomear prefeitos. Através deste instrumento também ficou estabelecido que o Exército controlaria as polícias estaduais, centralizando as ações de repressão. Naquele ano, parte da grande imprensa já não estabelecia uma relação tão direta com os militares. *O Estado de S. Paulo*, em editorial, condenara o projeto de Lei de Imprensa, o qual considerava um estatuto inspirado no modelo fascista de controle dos meios de comunicação. Além de dirigentes partidários e parlamentares, jornalistas e escritores também constavam na lista de pessoas com direitos políticos suspensos. Ainda em 1966, o *Correio da Manhã* publica uma carta – com a aparência de matéria paga – do jurista Sobral Pinto ao então ministro da Justiça, Gama e Filho, protestando contra a cassação de Juscelino Kubitschek.

Na sequência das novas diretrizes autoritárias do regime, o Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, reabre o Congresso Nacional para votação do projeto da Constituição

de 378 políticos e a exoneração de cerca de 10 mil funcionários públicos. Mais de 120 oficiais foram reformados e aproximadamente 40 mil pessoas, interrogadas (Kushnir, 2004: 81).

⁵⁶ Dois partidos foram criados: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia uma oposição consentida contra a ditadura, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo.

⁵⁷ Pernambuco era o principal alvo da operação, pois concentrava importantes lideranças, como o governador do Estado, Miguel Arraes, o superintendente da Sudene, Celso Furtado, o educador Paulo Freire, o advogado Francisco Julião, das ligas camponesas, e o velho ativista do Partido Comunista, Gregório Bezerra (Skidmore, 1988: 56/57).

de 1967, que revogava definitivamente a Constituição de 1946, já descaracterizada por tantas emendas. A nova Carta, promulgada no dia 24 de janeiro de 1967, ampliava os poderes do presidente da República, mas principalmente, como salienta Kushnir (2004), “teve como meta incorporar os atos de exceção e, no palco das encenações que também é a arena política, apresentar as diretrizes pós-1964 devidamente ordenadas, fazendo da restrição a regra” (idem: 82).

Em 9 de fevereiro de 1967, Castelo Branco sancionou, com a aprovação do Congresso, a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250). A lei garantia, em seu artigo 1º, a livre manifestação do pensamento, mas no parágrafo 2º abria uma brecha para medidas arbitrárias: “(...) o dispositivo nesse artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas em relação aos executores daquela medida”. Outro decreto – o de nº 314, de 13 de março de 1967 –, impôs ao país a Lei de Segurança Nacional (LSN). O argumento era a crença na existência de um “inimigo interno”. Assim, delegava a qualquer cidadão a responsabilidade pela defesa da segurança nacional do país.

O marechal Arthur da Costa e Silva assume o cargo de presidente em março de 1967, substituindo Castelo Branco, de quem fora ministro da Guerra. Candidato único na sucessão presidencial pela Arena – o MDB boicotou o pleito como protesto contra a manipulação eleitoral do governo – Costa e Silva teve uma gestão marcada por um período de forte agitação política na sociedade.

Líderes oposicionistas, dentre eles o ex-governador Carlos Lacerda, fortaleciam a chamada “Frente Ampla”, bloco nacional de oposição civil ao governo do marechal Costa e Silva. Carlos Lacerda, que renunciara à sua candidatura presidencial pela UDN em 1965, buscou o apoio dos ex-presidentes Juscelino e Jango para lançar a “Frente Ampla”. O movimento tinha como objetivo redemocratizar o país e promover o desenvolvimento econômico segundo diretrizes nacionalistas.

Skidmore e Reis Filho fazem uma interessante análise ao demonstrar que a principal ameaça ao governo militar, no entanto, não vinha das esquerdas. O discurso de “subversão da ordem” servia para justificar a repressão. O que preocupava os militares era a questão das dissidências dentro dos quartéis e no interior do bloco político de direita que lhes dava

sustentação. Esse aspecto ficou evidenciado no episódio envolvendo o jornalista e deputado federal Márcio Moreira Alves.

Em 3 de setembro de 1968, o discurso de Moreira Alves (MDB), criticando a invasão da Universidade de Brasília pela Polícia Militar, ocorrida no mês anterior, foi o estopim para estender as restrições às liberdades no país. Seu pronunciamento, conclamando o povo a boicotar as comemorações pelo 7 de setembro e sugerindo que as mulheres não se relacionassem com militares envolvidos na repressão, foi considerado ofensivo “aos brios e a dignidade das Forças Armadas” pelos ministros militares (CPDOC/FGV). O Congresso impediu o executivo de processar o parlamentar por seu discurso ao recusar o pedido de licença contra o deputado. A resposta do presidente veio com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968.

O mais violento de todos os atos da ditadura autorizou o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional e de qualquer órgão legislativo, cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, intervir diretamente nos estados e municípios sem os limites impostos pela Constituição de 1967, proibir manifestações públicas, confiscar bens e suspender indefinidamente o direito de *habeas-corpus* para crimes de natureza política.

Logo após a publicação do AI-5, diversas lideranças políticas, dentre elas o ex-presidente Juscelino Kubitschek, foram presas. O ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda teve seus direitos políticos suspensos e 11 deputados federais, incluindo Moreira Alves, tiveram seus mandatos cassados⁵⁸. Por estes motivos, muitos autores consideram o AI-5 o “golpe” dentro do golpe de 1964 (Reis Filho, 2004: 128) ou ainda o primeiro golpe puramente militar no país “sem o apoio ou estímulo de qualquer setor político civil” (Pedreira, apud Skidmore, 1988: 171).

Para o campo jornalístico, o recrudescimento da repressão causou forte impacto. O controle mais ostensivo sobre os conteúdos informativos teve na decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, um marco fundamental. O governo determina a prisão de profissionais de imprensa. Forças policiais também invadem redações do *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e veículos da imprensa alternativa. *O Estado de S. Paulo* e o

⁵⁸ O deputado foi exilado, só retornando ao país no processo de anistia, em 1979. Alves, como jornalista do *Correio da Manhã*, havia conquistado em 1958 o Prêmio Esso com a matéria “Morte em Alagoas”.

Jornal da Tarde têm suas edições apreendidas. A *Tribuna da Imprensa* também passa a ser alvo constante da ação da censura. A vigilância do Estado sobre os veículos de imprensa era exercida de duas formas: autocensura e censura prévia.

A autocensura implicava na aceitação por parte dos jornais de comunicados escritos ou telefonemas dos órgãos de segurança sobre os assuntos que não deveriam ser publicados. As ordens impressas, conhecidas como “bilhetinhos”, geralmente eram anônimas, de autenticidade duvidosa, e começavam com a inscrição “De ordem superior, fica proibido...”. “Nesse momento, a responsabilidade pela censura no interior do jornal passava a ser assumida por sua direção e não mais pelos órgãos do governo” (Aquino, apud Carneiro, 2002: 518). A autocensura representava, portanto, um acordo tácito entre Estado, dirigentes de jornais e produtores de notícias. Parte da imprensa seguia assim sua tradição histórica de compactuar com o poder vigente.

Para Kucinski (2002), o próprio governo incentivava essa prática, pois isentava o Estado de responsabilidade sobre interferência na seleção dos assuntos a serem noticiados. “(...) a autocensura determinou o padrão de controle de informação durante os 17 anos de regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia e os sucessivos expurgos de jornalistas, acessórios e instrumentais à implantação da autocensura” (Kucinski, apud Carneiro, 2002: 536). As proibições, muitas vezes vagas, envolviam matérias políticas, mas também atingiam notícias sobre movimento estudantil, reivindicações trabalhistas e temas militares, como tortura e repressão.

A censura prévia obrigava os jornais a submeter todas as notícias aos censores antes da sua publicação. Alguns chegavam a atuar na redação, vetando, na íntegra ou parcialmente, as matérias. Outros permaneciam nos órgãos encarregados por esta atividade nos estados ou em Brasília, para onde era encaminhada a edição, às custas do próprio jornal. “Depois de analisado e devidamente vetado, o material era devolvido à redação, nem sempre em condições de ser veiculado (excesso de cortes) e nem sempre a tempo de ser editado” (idem). A reformulação da edição submetida aos censores representava prejuízo financeiro às empresas jornalísticas. Decorre daí a opção de os jornais, muitas vezes, evitarem o confronto direto com o governo.

Dois meses antes de o governo baixar o AI-5, a *Tribuna da Imprensa* já havia sido submetido à censura prévia, situação na qual permaneceria durante dez anos. Embora esse

mecanismo de repressão tenha atingido alguns jornais entre 1968 e 1969, a sua institucionalização de fato ocorre com o Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970 (Aquino, 1999; Kushnir, 2004). Os censores enquadraram atos de subversão no campo político como atentado à moral e aos bons costumes. Tudo passa a ser tipificado como risco à segurança nacional. Essa concepção fazia da censura um ato essencialmente político. Na imprensa alternativa, *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e *O São Paulo*, dentre outros, também foram alvo da censura prévia. A revista *Veja* e os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* também sofreram vigilância dos censores, “mas só durante o tempo necessário para que os donos destes órgãos aceitassem se submeter ou a um acordo com as autoridades ou então a se livrar dos jornalistas que, pela ótica do poder, eram indesejáveis” (Marconi, 1980: 60). A rádio e a televisão, cujo funcionamento dependia das concessões do Governo, continuaram evitando o confronto com os militares.

Uma junta militar, criada após o afastamento de Costa e Silva por problemas de saúde, convocou uma eleição simbólica no Congresso para definir a sucessão presidencial⁵⁹. Em 25 de outubro de 1969 foi confirmado o nome do general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército no Rio Grande do Sul e ex-diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI), para a Presidência da República.

Oito dias antes da eleição, os militares promulgaram, em 17 de outubro, a nova Constituição de 1969, conferindo mais poderes ao presidente e fortalecendo a Lei de Segurança Nacional. O objetivo era combater uma prática que vinha crescendo no vazio deixado por opositores que lutavam pela redemocratização do país nas margens da lei. O silêncio forçado da oposição legal, provocado por “expurgos” e pelo fechamento do Congresso, estimulou a criação de novos grupos que acreditavam na possibilidade de combater o regime através da luta armada. O êxito da Revolução Cubana de 1959 povoava o imaginário dos jovens e inspirava-os a ingressar em guerrilhas na cidade e no campo.

Os militantes integravam diferentes tendências que, juntas, compunham a chamada esquerda revolucionária. Para além de uma resistência contra a ditadura, a “luta armada” para alguns grupos representava uma ofensiva política para instauração de um regime socialista. Os partidos clandestinos de tendências maoístas e trotskistas, como o Partido

⁵⁹ Mais detalhes sobre a crise criada a partir do agravamento do quadro de saúde de Costa e Silva serão apresentados no capítulo 4, no qual será analisada a matéria “113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente”, de *O Globo*, vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo em 1970.

Comunista do Brasil (PC do B) e a Política Operária (POLOP), e o movimento católico radical – o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) – abrigavam a maior parte dos jovens, em geral ativistas da política estudantil. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), historicamente leal aos comunistas de Moscou, não aderiu à resistência armada, embora alguns dos seus integrantes tenham desertado para se integrar aos grupos guerrilheiros.

Dois importantes líderes da esquerda revolucionária tornam-se os principais alvos dos militares: Carlos Marighela, membro histórico do PCB desde os anos 1930 e fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN), e o capitão Carlos Lamarca, que abandonara o Exército para reforçar as fileiras da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Embora não houvesse unidade em torno do modelo de uma sociedade socialista que desejavam implantar no país, as primeiras ações guerrilheiras obtiveram êxito. Os assaltos a banco promovidos em série pela ALN garantiam recursos para a manutenção da luta armada. As ações da VPR incluíram a captura de armas mantidas no Hospital do Exército e o roubo de um cofre contendo US\$ 2,5 milhões, encontrado na casa de uma suposta amante do ex-governador de São Paulo e árduo defensor do golpe de 1964, Adhemar de Barros.

As vitórias dos grupos que defendiam uma resistência armada seriam prontamente respondidas pelo aparato de repressão. O período marca o fortalecimento da comunidade de informações composta por órgãos da polícia política. Esses grupos passam a evocar cada vez mais a Doutrina de Segurança Nacional para combater o “perigo comunista”. Esse discurso e efetivamente a máquina de tortura vão ser usados plenamente no período de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Em março de 1970, Médici advertira: “Sim, haverá repressão – rigorosa e implacável. Mas somente contra o crime e somente contra os criminosos” (Médici, apud Skidmore, 1988: 255). O cerco se fechava gradativamente com a prisão dos militantes. Forças de segurança os submetiam a longas sessões de tortura em busca de informações sobre os “aparelhos” – jargão usado pelos guerrilheiros que designava o local onde se encontravam clandestinamente – e o paradeiro dos seus companheiros de luta armada. Choques elétricos, surras, afogamentos, execuções simuladas e tortura de familiares na presença dos prisioneiros políticos eram as “armas” usadas pelos torturadores para obter a confissão das

vítimas. Como informa Skidmore, os “brasileiros que pensavam em ingressar na oposição ativa tinham agora que refletir bastante” (idem: 181).

Um momento culminante na guerra travada entre as guerrilhas e os órgãos de repressão foi a ação planejada pela ALN e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) que resultou no sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969. Os sequestradores obrigaram o governo a transmitir, no prazo de 48 horas, um manifesto revolucionário em todas as estações de rádio brasileiras e libertar 15 presos políticos, cuja lista elaborada pelo movimento abrangia as mais diferentes tendências de oposição⁶⁰. O governo cedeu três dias depois e garantiu a viagem dos prisioneiros para o México, seguindo a orientação dos sequestradores. A reação não demorou a se fazer sentir. Os militares promoveram uma caçada ainda mais violenta a todos os movimentos da esquerda revolucionária do país. Em meados de setembro, mais de 1,8 mil suspeitos haviam sido detidos, muitos dos quais guerrilheiros da ALN (idem: 206). As confissões, grande parte obtida sob tortura, foram valiosas para a captura e morte do líder guerrilheiro Carlos Marighela. Para Fernando Gabeira, um dos sequestradores de Elbrick, “a morte de Marighela foi a espetacular resposta do governo ao sequestro do embaixador americano” (Gabeira, apud Skidmore, 1988: 207).

O sequestro de embaixadores se tornou uma das mais práticas mais comuns para a libertação de presos políticos entre 1969 e 1971. Após a ação envolvendo o embaixador americano, outros diplomatas foram alvo das guerrilhas, dentre eles o cônsul-geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, e o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben. Porém o ímpeto dos jovens guerrilheiros demonstrava também a falta de uma estratégia em longo prazo da luta armada no Brasil. Muitas vezes, fortalecia o próprio regime autoritário. Isso porque o fato de o governo ter feito concessões, libertando prisioneiros em troca dos embaixadores, mostrava uma certa face “humanitária” da linha dura que era conveniente aos militares na sua relação com a comunidade internacional. Ao mesmo tempo, legitimava a ação repressora contra os envolvidos em sequestros após o cumprimento das exigências dos que se auto-intitulavam revolucionários nesse processo.

⁶⁰ Na lista, constavam os nomes do líder estudantil Vladimir Palmeira, do comunista histórico Gregório Bezerra, do sindicalista José Ibraim e do guerrilheiro Onofre Pinto, dentre outros (Skidmore, 1988: 204)

As perseguições a membros de organizações armadas de esquerda prosseguiram sem trégua nos anos subsequentes. A eficiente máquina do terror, montada durante o governo Médici, não se restringia aos organismos criados oficialmente pela repressão política. Era fortalecida por um tipo de polícia política paralela, conhecida como Operação Bandeirantes (Oban). Financiada por importantes empresários de São Paulo⁶¹, essa organização paramilitar de extrema direita, atuando à margem da lei, tinha entre os seus principais membros Sérgio Paranhos Fleury. O delegado, antes de atuar a serviço da repressão política, participava ativamente de grupos de extermínio em São Paulo. O “Esquadrão da Morte” tinha como alvo os criminosos comuns. Durante a ditadura, Fleury orgulhava-se de ter eliminado os principais líderes da esquerda armada, como Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, dirigentes da ALN. Tinha estreito vínculo com o CENIMAR, a inteligência naval da Marinha, e chegou a receber a medalha de “Amigo da Marinha”.

As perseguições eliminavam também qualquer tentativa de guerrilha no campo, para onde os revolucionários se dirigiram após o completo aniquilamento das forças de esquerda nas cidades. Foi no interior da Bahia que os órgãos de segurança, também liderados pelo delegado Fleury, capturaram Carlos Lamarca. Cercados por tropas militares e debilitados fisicamente, depois de percorrer 300 quilômetros em 20 dias para fugir do cerco policial, Lamarca e um companheiro da VPR que o acompanhava morreram na localidade de Pintada, atual município de Ipujiara (BA). O governo Médici deu ampla publicidade à morte do guerrilheiro.

O impacto da sua morte nas maiores cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, foi imediato. No início de 1972, não restava mais nenhuma unidade de guerrilha urbana. Um relatório da Anistia Internacional, de setembro de 1972, havia confirmado 1.076 casos de tortura no Brasil, revelando ainda uma lista de 472 torturadores (Skidmore, 1988: 250). Uma outra importante operação guerrilheira no campo, na região do Araguaia, na floresta amazônica, mobilizaria o Exército nos anos 1970. Reunindo 69 militantes do PC do B, o foco guerrilheiro, apesar de se mostrar mais bem organizado em relação às outras experiências da esquerda armada, foi neutralizado pelas forças de segurança em 1975. Para

⁶¹ Um dos principais colaboradores da Oban, o presidente da Ultragás, Henning A. Boilsen foi morto a tiros em abril de 1971 por guerrilheiros.

Reis Filho (2004), um dos fatores que contribuíram para o aniquilamento das guerrilhas no Brasil foi a falta de sintonia entre as propostas revolucionárias e a sociedade:

“É certo que, em determinados momentos, algumas ações espetaculares chegaram a atrair a simpatia de importantes setores da população nos grandes centros urbanos. Efêmera simpatia. De modo geral, a sociedade não se empolgaria pela luta armada. Os ecos das comemorações pelos gols marcados no México pela seleção tricampeã mundial ressoariam mais altos e cobririam os gritos dos que estavam nas câmaras de tortura da Oban e dos DOI-Codis. E, assim, aquela energia e aquela coragem foram despedaçadas e trituradas, nas cidades e nas áreas rurais, pela polícia política da ditadura” (idem: 133).

O distanciamento da maior parte da sociedade civil em relação às ações de contra-insurreição travadas no campo e ao que estava ocorrendo nos chamados “porões da ditadura” pode ser explicado, em parte, por um momento de pujança na economia. Esse novo panorama se refletiu diretamente na alta do poder aquisitivo dos brasileiros e no aumento da produção de bens duráveis. Setores médios da sociedade – como os profissionais liberais – entraram definitivamente na sociedade de consumo, pois os salários lhes permitiam agora comprar carros, imóveis e novos eletrodomésticos⁶². Na base da pirâmide, os desempregados também conseguiam encontrar ocupação numa economia que crescia cerca de 10% ao ano. A inflação oscilava em torno de 17% ao ano, e as reservas do país subiram de US\$ 656 milhões em 1969 para US\$ 6,417 bilhões em 1973 (Skidmore, 1988: 276). Assim, pode-se afirmar que, enquanto a ditadura afastava de um lado qualquer possibilidade de oposição através de uma legislação autoritária e da forte repressão política, de outro encantava a classe média proporcionando-lhe progresso material e qualidade de vida. Essas dualidades demonstram que a história da ditadura vai além de reducionismos que procuram colocar a imprensa e outras instituições da sociedade civil no lugar da vítima e os militares no papel do opressor.

É importante lembrar que o discurso de prosperidade foi reforçado por uma eficiente estratégia de relações públicas. A propaganda governamental tinha como órgão central a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que construiu conhecidos slogans que

⁶² A produção de automóveis saltou de 279 mil unidades em 1968 para 858 mil em 1975. O brasileiro também passou a ter a vantagem de utilizar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a compra da casa própria. Mas o sistema não era o mesmo para todos. A classe média utilizava o Sistema Financeiro de Habitação, enquanto as cooperativas habitacionais (Cohabs) eram a alternativa para a população de baixa renda (Abreu, 2000: 88).

aumentavam a popularidade do presidente Médici⁶³. Era a época do “Brasil, conte comigo!”, “Você constrói o Brasil!” e “Eu te amo, meu Brasil”, música encomendada pelo governo à dupla Don e Ravel. A imagem do país como potência mundial ganhou dimensão ainda maior com o tricampeonato mundial da seleção na Copa do Mundo do México, em 1970. Ao desembarcar no Brasil, a equipe encontrou o país em estado de euforia, exatamente a imagem que o regime autoritário queria passar para os observadores internacionais. O governo havia decretado feriado nacional para que o povo recebesse seus campeões. A marchinha “Pra frente Brasil” era tocada em todos os eventos públicos, e cartazes com Pelé comemorando seu gols com um salto no ar apareciam ao lado do slogan do governo “Ninguém segura este país!”. A conquista, capitalizada em grande escala pela AERP, funcionou como uma espécie de recuperação da auto-estima nacional. Ao mesmo tempo, legitimava as arbitrariedades do período Médici, dando um recado claro aos seus opositores, expresso na frase “Brasil, ame-o ou deixe-o”. “Ou então que enfrentasse o braço duro da repressão e a tortura como política de Estado” (Reis Filho, 2004:128).

Médici fazia uma interpretação do conceito de democracia que era conveniente ao projeto de poder militar. Em seu livro *A verdadeira paz* (1971), o presidente busca explicar as especificidades do modelo brasileiro, que não deveria alinhar-se automaticamente ao de outros países. Segundo ele, “a democracia, como forma de convivência política, não constitui categoria lógica, imutável no tempo e no espaço, porém conceito histórico, sujeito às revisões impostas pela conveniência social” (idem: 166).

“Como o homem, em suma, não foi feito para a democracia, mas a democracia é que foi feita para o homem, nada mais natural que a democracia brasileira se afeiçoe às exigências de nossas condições sociais e não às de sociedades alienígenas, notadamente quando é certo que alguns dos regimes aí vigorantes nem sempre viveram em odor de santidade. Creio, em última análise, que a nação brasileira no pleno exercício de sua soberania, é capaz de autodeterminar-se politicamente, imprimindo ao regime democrático, dentro do qual deseja construir a sua grandeza, os traços que melhor consultam aos interesses do povo” (idem).

À sociedade, Médici procurava reforçar o discurso do desenvolvimento econômico enfraquecendo as denúncias de violência e repressão política. Sua análise sobre o contexto indica essa intenção. Ele reforça a ideia de que “os fins justificam os meios”. Nessa

⁶³ A AERP, fundada em 1968, era chefiada no governo Médici pelo coronel Octavio Costa.

perspectiva, medidas repressivas e autoritárias eram necessárias para impulsionar o novo momento econômico que vivia o país nos anos 1970:

“Vejo e sinto a Revolução fazendo este país nascer de novo. Se sacrifícios e sofrimentos houve nestes seis anos, serviram à arrumação da casa, à reorganização da vida nacional, e os resultados aí estão ao alcance de nossa mão. Basta recordar que, mesmo reduzindo de quatro vezes o ritmo de crescimento da inflação; em seis anos só, dobramos nossa produção do petróleo, nossa rede de estradas pavimentadas, nossa capacidade de energia elétrica instalada; triplicamos o número de nossos universitários e multiplicamos de muitas vezes a extensão de nosso sistema de telecomunicações” (Médici, apud Fagundes, 1974: 302).

No campo da educação, registra-se nesse período maior volume dos recursos para as universidades, representando aumento do número de vagas e contratação de novos professores. Como parte da construção de uma imagem consoante com as aspirações do golpe de 1964, foram instituídas também as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros na grade curricular, respectivamente, do 1º, 2º e 3º graus. Os cursos visavam promover o patriotismo e sustentar a Doutrina de Segurança Nacional.

Como informa Skidmore (1988), “visto em conjunto o governo estava se saindo bem – em seus termos” (idem: 216). A repressão funcionava. A economia e a propaganda governamental também. Delfim Neto como ministro da Fazenda era o homem forte da política econômica do regime militar. Sua permanência no poder era a melhor tradução da aliança militar-tecnocrática que possibilitou ao governo Médici um ciclo ascendente de desenvolvimento econômico, que ficou conhecido como “milagre brasileiro”. Grandes investimentos foram aplicados, por exemplo, nas empresas estatais, nos setores de petróleo, aço, energia e comunicação, dentre outros. Do mesmo modo, o governo lança mega-projetos na área de infra-estrutura, como a Ponte Rio-Niterói, a Hidrelétrica de Itaipu e a rodovia Transamazônica. Mas esse bom desempenho se manteria apenas até 1973, quando crises externas mostraram a vulnerabilidade do plano de Delfim Neto.

O primeiro choque do petróleo, naquele ano, quadruplicou o preço do barril, que passou de US\$ 3 para US\$ 12 em apenas três meses. O país importava 80% do produto⁶⁴. A oposição começou a perceber também que os excelentes índices de crescimento econômico

⁶⁴ A crise foi provocada pela diminuição da produção pelos países árabes integrantes da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em protesto pelo apoio prestado pelos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão).

não eram revertidos para uma política de distribuição de renda em médio e longo prazo. Esse será, aliás, um dos temas mais explorados com o retorno da oposição ao debate na abertura política. Além disso, os recursos usados para financiar os grandes projetos teriam como contrapartida um elevado custo social e o aumento do endividamento externo anos mais tarde. No começo de 1974, a dívida externa chegava a US\$ 12,6 bilhões, ou seja, 90% superior à registrada em 1971 (Skidmore, 1988: 282). A redução dos recursos do USAID, que tanto beneficiaram o governo nos primeiros anos da ditadura, mostrou também a desconfiança do principal parceiro econômico dos militares brasileiros, os Estados Unidos⁶⁵.

Com a posse de Ernesto Geisel na Presidência da República, em 1974, o governo militar inicia o movimento de liberalização política controlada, reconduzindo o país ao processo de redemocratização. Mas a passagem de um regime autoritário para um sistema mais aberto, com a incorporação de setores da sociedade civil, como a Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a imprensa ao debate político, foi marcada por tensões, avanço, recuos e contradições. O regime não tinha um projeto claro de distensão política. Temia ser surpreendido com a reorganização das esquerdas e grupos “subversivos” – que estavam sob controle desde o governo Médici – caso retirasse de uma só vez os instrumentos de repressão que garantiam a legitimidade do Estado autoritário. Geisel e seu estrategista político, o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência, tinham uma certeza: desejavam promover a abertura política, mas em nenhum momento perder controle sobre ela.

Os planos de Geisel em seu primeiro ano de governo incluíam fortalecer a Arena, o partido do governo, nas eleições de novembro de 1974 e manter as altas taxas de crescimento da gestão anterior. A aceleração do crescimento havia legitimado o governo Médici. O novo presidente não queria desperdiçar essa herança dos tecnocratas responsáveis pela política econômica. O contexto político e econômico, no entanto, não foi favorável ao presidente e provocou recuos no seu programa de liberalização, com concessões ao modo autoritário de governar para não perder controle sobre o processo de abertura política. As idas e vindas no diálogo com a sociedade civil, os períodos de maior ou menor intensidade

⁶⁵ Em uma conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento, em 1972, o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, afirmara que o Brasil promovia um processo de crescimento em detrimento do bem-estar dos pobres. O líder do MDB Alencar Furtado aproveitou na época a avaliação de McNamara para afirmar que os brasileiros viviam “em uma economia que beneficia uns poucos ao mesmo tempo que sacrifica milhões” (Furtado, apud Skidmore, 1988: 284/ 285).

da censura e o fechamento do congresso se relacionam assim com a conjuntura de forças daquele momento histórico.

A equipe econômica manteve o crescimento econômico de 9,5% em 1974, mas a inflação chegou a 34,5% naquele ano (Skidmore, 1988: 353)⁶⁶. As exportações registraram aumento de 28,2%, porém as importações saltaram para 104%, provocando um déficit na balança comercial da ordem de US\$ 4,7 bilhões. Para conter a crise na balança de pagamentos, o governo usou reservas cambiais e praticamente duplicou sua dívida externa líquida, de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 11,9 bilhões em 1974 (idem).

A crítica ao modelo econômico adotado foi um dos temas mais explorados por opositores políticos do regime. Alguns órgãos da imprensa começaram a questionar o chamado “milagre brasileiro”, iniciado no governo Médici. Em 28 de julho de 1974, o *Jornal do Brasil* publicou artigo intitulado “A renda mal distribuída”, em que contestava a estratégia do ex-ministro da Fazenda Delfim Neto de “primeiro deixar o bolo crescer para depois distribuir”. Políticos do MDB também exploraram o tema da recessão econômica nas eleições parlamentares diretas, em novembro de 1974. O pleito para governadores permanecia indireto. A campanha dos opositores, que tiveram acesso à propaganda política na televisão, surtiu efeito nas urnas. O resultado foi amplamente favorável ao MDB⁶⁷.

A resposta de Geisel ao deslocamento das elites políticas e intelectuais no rumo da defesa da democracia viria a partir do ano seguinte, quando velhas práticas de repressão política são retomadas para o regime não perder autoridade. Suas ações vão demonstrar as contradições de um governo que, enquanto dava demonstrações de abrir um canal de interlocução com a sociedade civil, permaneceu fazendo uso dos poderes conferidos pelo AI-5 para cassar parlamentares, fechar o Congresso e censurar os órgãos de comunicação.

⁶⁶ O autor faz uma ressalva quanto aos índices oficiais apresentados pelo governo, pois os órgãos de estatística sofriam constante interferência política.

⁶⁷ O partido da oposição quase dobrou sua representação na Câmara dos Deputados, passando de 87 para 165 deputados federais. A Arena ainda tinha maioria simples, mas o número de parlamentares do partido do governo caiu de 223 para 199. Na contagem dos votos, o MDB recebera 10,95 milhões de votos contra 11,87 milhões da Arena. Quatro anos antes, a Arena havia obtido uma larga vantagem de 6,1 milhões de votos. No Senado, o MDB obteve 14,6 milhões de votos contra 10 milhões do partido do governo. A oposição obteve 16 das 22 cadeiras em disputa – estava sendo renovado 1/3 das 66 cadeiras existentes – aumentando sua representação para 20 senadores. A representação da Arena caiu de 59 para 46 senadores (Skidmore, 1988: 337). Nas eleições para as assembleias legislativas, deputados da oposição também tiveram vitórias em estados importantes politicamente, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná.

Kushnir (2004) comenta esse aspecto: “Sua imagem, no processo histórico, apresenta um descompasso entre promessas e realidade” (idem: 204).

Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi encontrado morto nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército em São Paulo⁶⁸. O desfecho do caso era uma resposta de grupos inconformados dentro das Forças Armadas com a derrota nas eleições parlamentares de novembro de 1974 e com a retomada de setores da sociedade civil ao debate político.

A sucessão de Geisel representou outro momento de tensão para o Estado autoritário em sua relação com a sociedade brasileira. Reformas constitucionais, incluídas no chamado “Pacote de Abril” de 1977, visavam inviabilizar a vitória do MDB nas eleições daquele ano, como ocorrera em 1974, e foram consideradas por jornais e revistas do período como um retrocesso de Geisel quanto ao seu compromisso de redemocratizar o país. Para redefinir o tabuleiro do poder, amplamente favorável aos políticos de oposição, o governo promoveu uma série de mudanças na legislação eleitoral. O objetivo era tornar a Arena imbatível nas eleições de 1978. A aprovação das emendas exigiria apenas maioria simples. Ficou determinado ainda que os governadores de Estado e um terço dos senadores seriam escolhidos indiretamente. Institucionalizava-se assim a figura do “senador biônico”. O “Pacote de Abril” também ampliou de cinco para seis anos o mandato presidencial.

Com o objetivo de anular ainda mais o poder da oposição, o governo já havia regulado a propaganda eleitoral no rádio e na televisão por meio da “Lei Falcão”, aprovada em 1976. Na campanha política para a TV, permitia-se apenas o uso da imagem, sem som, dos candidatos dos dois partidos.

O nome do substituto de Geisel, a exemplo dos seus antecessores, foi definido por um grupo restrito de militares. Em 14 de outubro de 1978, por 355 a 266 votos, o Congresso ratificou o nome do general João Batista Figueiredo, ex-chefe do Gabinete Militar de Médici e então Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Antes de deixar o comando, Geisel começa a desmontar alguns instrumentos da estrutura autoritária que lhe permitiram manter o controle da liberalização política. Em outubro de 1978, envia proposta de emenda constitucional ao Congresso, prevendo, dentre

⁶⁸ Judeu iugoslavo que emigrara para o Brasil com sua família, Herzog formou-se na Universidade de São Paulo (USP) e seguiu carreira no jornalismo, trabalhando três anos no serviço brasileiro da BBC e assumindo postos de comando na TV Cultura.

as mudanças mais importantes, a revogação do AI-5. Considerado um instrumento que legitimou o arbítrio, provocando o fechamento do regime militar em 1968, o ato institucional nº 5 vigorou durante dez anos. Foi extinto em 31/12/1978 e com ele uma série de medidas que restringiam liberdades e mantinham o Legislativo e o Judiciário sob controle do Planalto. Sem o AI-5, era restabelecido o direito ao *habeas corpus* e também estavam revogadas as pernas de morte e banimento.

No campo jornalístico, a Associação Interamericana de Imprensa aprova um relatório em que define a situação como de “liberdade consentida”. Atos e decretos dispendo sobre a prática de censura continuavam em vigor. O governo retira a censura prévia, em 8 de junho de 1978, nos três últimos órgãos de divulgação (*Tribuna da Imprensa, Movimento e O São Paulo*) sobre os quais os censores ainda atuavam. O mesmo ocorre no rádio e na televisão. Contudo, a Lei de Segurança Nacional permaneceu em vigor, tipificando crimes de imprensa e atribuindo ao Ministério da Justiça, como observa Abreu (2002), “competência para apreender e suspender impressos, caso estes implicassem crimes contra a segurança nacional” (idem, p. 27). A interferência da Lei de Segurança Nacional sobre a imprensa só terminaria com a aprovação da Lei nº 7.170 durante o governo Figueiredo.

As matérias premiadas pelo Esso entre 1964-1978 devem ser analisadas a partir da articulação com contexto histórico apresentado acima. A tabela 9 mostra um resumo dos trabalhos jornalísticos, órgãos de imprensa e profissionais vencedores no período. Em seguida, abordaremos os subtemas recorrentes em cada uma das unidades temáticas, reiterando que a análise qualitativa das reportagens premiadas será feita no capítulo 4:

TABELA 9

ANO	JORNAIS	MATÉRIAS	REPÓRTER	UNIDADE TEMÁTICA
1964	<i>Jornal do Brasil</i>	“Cem dias na de Amazônia ninguém”	Walter Firmo	Questões sociais
1965	<i>Fatos e Fotos</i>	“Os filhos proibidos”	José Itamar de Freitas	Questões sociais
1966	<i>Realidade</i>	“Brasileiros, go home”	Luiz Fernando Mercadante	Política internacional

1967	<i>Jornal do Brasil</i>	“O futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”	João Máximo	Esporte
1968	<i>O Estado de São Paulo</i>	“Juiz, ladrão e herói”	Vital Battaglia e Hedy Valle Jr.	Esporte
1969	<i>Última Hora (RJ)</i>	“Psicanálise: remédio ou vício”	Luís Edgar de Andrade	Questões sociais
1970	<i>O Globo</i>	“113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente”	Carlos Chagas	Política nacional
1971	<i>Jornal da Tarde</i>	“Receita para São Paulo”	José Maria Mayrink e Ricardo Gontijo	Questões sociais
1972	<i>Realidade</i>	“Edição especial sobre a Amazônia”	Equipe	Questões sociais
1973	<i>O Estado de São Paulo</i>	“Expedição de contactação dos índios Kranhacarore”	José Marqueiz	Questões sociais
1974	<i>Jornal do Brasil</i>	“Volta ao ponto de partida”	Humberto Borges	Política internacional
1975	<i>Jornal do Brasil</i>	“As drogas”	Juarez Bahia	Questões sociais
1976	<i>O Estado de S. Paulo</i>	“Assim vivem os nossos superfuncionários”	Equipe	Política nacional
1977	<i>Veja</i>	“O assassinato de Cláudia Lessin”	Valério Meinel e Amicucci Gallo	Questões sociais
1978	<i>Folha de S. Paulo</i>	“Exclusivo: fala Figueiredo”	Getúlio Bittencourt e Haroldo C. Lima	Política nacional

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

Em 1966, embora não tenha sido concedido prêmio na categoria principal, estamos considerando para análise a matéria vencedora na categoria Reportagem, a segunda mais importante na hierarquia do concurso. Naquele ano, os julgadores concederam o Prêmio Esso de Reportagem ao trabalho “Brasileiros, go home”, de autoria de Luiz Fernando Mercadante, da revista *Realidade*.

Política nacional

TABELA 10

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Perfil de presidentes	2	66,66
Privilégios	1	33,33
Total	3	100

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

Da instauração do regime militar (1964) até o início do processo de abertura política (1978), passando pelo momento de fortalecimento dos órgãos de repressão política e maior rigor da censura com a edição do AI-5 (1968), constata-se que apenas três reportagens identificadas mais diretamente com a temática política foram contempladas na categoria principal em 15 edições do prêmio: “113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente”, do jornal *O Globo*, premiada em 1970; “Assim vivem os nossos superfuncionários”, de *O Estado de S. Paulo*, em 1976; e “Exclusivo: fala Figueiredo”, publicada pela *Folha de S. Paulo* e vencedora do prêmio em 1978.

A baixa representatividade de reportagens políticas no resultado da premiação diz respeito a uma problemática temporal (censura) que teve impacto no campo jornalístico de uma forma geral. No subcapítulo 3.1 *O “déficit” de autonomia interpretativa*, discutiremos as implicações do afastamento do debate político no noticiário num contexto marcado pelo controle rigoroso do Estado sobre os meios de comunicação.

Questões sociais

TABELA 11

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Condições de vida e de trabalho	3	37,5
Comportamento (saúde)	2	25
Questão das drogas	2	25
Questão indígena	1	12,5
Total	8	100

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

Como podemos observar no quadro acima, a unidade temática “Questões sociais” tem um predomínio em relação aos demais assuntos no período 1964-1978. Divide-se em quatro subtemas principais: condições de vida e de trabalho, comportamento (saúde), questão das drogas e questão indígena.

A exemplo da tabela 8, quando analisamos a unidade “Questões sociais” entre 1956-1963, também no período militar a maior parte das reportagens refere-se a condições de vida e de trabalho. Três matérias foram consagradas com este enfoque: “Cem dias na Amazônia de ninguém”, do *Jornal do Brasil*, premiada em 1964; “Receita para São Paulo”, do *Jornal da Tarde*, em 1971; e “Edição especial sobre a Amazônia”, publicada pela revista *Realidade* e vencedora do prêmio em 1972.

Outros dois trabalhos jornalísticos abordam mudanças de comportamento na sociedade nos anos 1960: “Os filhos proibidos”, matéria da revista *Fatos e Fotos* sobre o uso de anticoncepcionais, ganhadora em 1965, e “Psicanálise: remédio ou vício”, da *Última Hora* (RJ), que conquistou o prêmio em 1969.

Em duas edições, o tradicional concurso também elegeu reportagens que tratavam de um problema que ganhava força na sociedade nos anos 1970: o universo das drogas e suas implicações. Em 1975 e 1977, os jurados reconheceram como trabalhos vencedores, respectivamente, as matérias “As drogas”, do *Jornal do Brasil*, e “O assassinato de Cláudia Lessin”, da revista *Veja*. Já a questão indígena foi contemplada em 1973. Publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, a matéria “Expedição de contactação dos índios Kranhacarore” foi a única abordando a temática indígena a sair vencedora em toda a história do prêmio.

Política internacional

TABELA 12

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
República Dominicana	1	50
Cuba	1	50
Total	2	100

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

Realidade foi o primeiro veículo a receber o Prêmio Esso de Reportagem, concedido em 1966. Naquele ano, não houve matéria selecionada na categoria principal⁶⁹. A revista recebeu o prêmio pela matéria “Brasileiros, go home”, que tratava da participação dos militares brasileiros na Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana, que atravessava uma guerra civil em 1965. Outro trabalho jornalístico consagrado na temática sobre o contexto internacional foi “Volta ao ponto de partida”, do *Jornal do Brasil*, vencedor em 1974. A reportagem procurou mostrar as peculiaridades e o cenário político, econômico e social em Cuba, adversário no plano ideológico do governo militar brasileiro, alinhado que estava com a política internacional dos Estados Unidos.

Esportes

TABELA 13

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Futebol	2	100
Total	2	100

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

Em razão do controle do Estado sobre os órgãos informativos, a imprensa passou a preencher suas páginas com matérias sobre assuntos sem vinculação diretamente política. O resultado do Prêmio Esso refletiu também o momento de efervescência política e aumento das tensões sociais por conta do fechamento do regime militar. Às vésperas da edição do Ato Institucional nº 5, duas reportagens sobre futebol foram premiadas no concurso: “Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”, do *Jornal do Brasil*, vencedora em 1967, e “Juiz, ladrão e herói”, publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, que conquistou a premiação na categoria principal em 1968. Examinaremos se algumas questões trazidas por matérias premiadas na área social e esportiva não expressariam também questões políticas. A adoção de um discurso denunciador, mas em outras instâncias não nitidamente políticas, não seria uma alternativa encontrada pelos produtores de notícias para se discutir o país? Esses aspectos serão analisados no subcapítulo 3.1 *O “déficit” de autonomia interpretativa*.

⁶⁹ Investigaremos as razões que justificaram tal excepcionalidade no capítulo 4 na análise sobre as matérias premiadas.

2.2.3 A abertura (1979-2008)

O ano de 1979 começa sem a maior parte dos aparatos da estrutura autoritária que mantinham os grupos de oposição sob estreita vigilância do Estado. A flexibilização de leis autoritárias e a continuidade do projeto de abertura propiciaram um ambiente político favorável ao surgimento de novas vozes na sociedade civil.

A voz ativa da Igreja nos movimentos pelo restabelecimento da democracia decorreu de duas novas orientações que atingiram tanto a base como a cúpula da instituição (Skidmore, 1988: 360): na base, o rápido crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que valorizavam a visão de uma igreja mais “popular” e voltada para os interesses sociais e direitos humanos; na cúpula, e emergência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como porta-voz institucional da Igreja, tendo como figura mais proeminente nesse contexto o arcebispo de São Paulo, uma das maiores arquidioceses católicas do mundo, Dom Paulo Evaristo Arns.

À mobilização da CNBB, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uniram-se também estudantes, trabalhadores e empresários. Os estudantes voltam a se organizar por meio dos diretórios centrais, exigindo gestões democráticas nas universidades. O sindicalismo brasileiro também passa por uma renovação e surgem novas lideranças – dentre elas o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio Lula da Silva. Os sindicatos criticam a política salarial do governo e reivindicam a reposição das perdas salariais decorrentes da inflação. O setor empresarial torna-se também mais uma força no jogo político. Os patrões questionam a enorme presença do Estado na economia e denunciam o favorecimento do governo a investidores estrangeiros. As elites econômicas entendiam, naquele momento, que a liberdade política era essencial para o desenvolvimento econômico do país. O segundo choque do petróleo, em 1979, desacelerou ainda mais o ritmo do crescimento econômico. O cenário era de retomada do processo inflacionário, agravamento das desigualdades regionais, concentração de renda e aumento da dívida externa.

Se o país não ia bem economicamente, politicamente avançava no caminho da redemocratização. A luta pela anistia foi um dos fatos mais marcantes no primeiro ano do governo Figueiredo, em 1979, com a reintegração de exilados políticos – muitos vivendo no

exterior desde 1964 – à sociedade e à política nacional⁷⁰. A lei de anistia, sancionada em 28/08/1979, complementava outras medidas de liberalização adotadas no fim do governo do presidente Ernesto Geisel, como a retirada da censura prévia e a extinção do AI-5.

A nova lei, no entanto, não obteve o consenso dos grupos pró-anistia. Desagradou, sobretudo, uma vertente do movimento que reivindicava rigorosa apuração e condenação dos agentes das forças de segurança por prática de tortura e mortes contra presos políticos. A fixação de responsabilidades por crimes era um tema delicado para os militares. No final, prevaleceu a anistia recíproca, beneficiando torturados e torturadores.

O resultado das eleições diretas em 1982 para o Congresso e os governos estaduais renovou o clima de abertura política. Novos partidos entraram em cena com o fim do bipartidarismo. A Arena cedeu lugar ao Partido Democrático Social (PDS), enquanto a oposição se reuniu em outras siglas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O antigo MDB passa a se denominar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os eleitores consagram nas urnas políticos de oposição, como Leonel Brizola (PDT), no Rio de Janeiro, e Franco Montoro (PMDB), em São Paulo.

Com apoio popular, iniciou-se em 1983 a campanha pelas “Diretas Já”. A defesa em torno da emenda constitucional apresentada pelo deputado peemedebista Dante de Oliveira, propondo eleições diretas para a Presidência, transformou-se gradativamente num movimento nacional que recebeu a adesão de artistas⁷¹, segmentos da sociedade civil e importantes figuras da oposição, dentre as quais Luiz Inácio Lula da Silva, Tancredo Neves, Ulisses Guimarães e Teotônio Vilela.

Jornais da grande imprensa, como a *Folha de S. Paulo*, deram ampla cobertura ao movimento. Já a *TV Globo* fez o registro dos primeiros comícios apenas em seus telejornais locais. Conforme consta no trabalho de construção da memória da empresa, disponibilizado no site www.memoriaglobo.globo.com, “o presidente das Organizações Globo (Roberto Marinho) temia que uma ampla cobertura de televisão pudesse se tornar um fator de

⁷⁰ Dentre os exilados que retornaram ao país, estavam Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, Marcio Moreira Alves e Francisco Julião. Em outubro de 1979, conforme edição de *O Globo* de 03/10/1979, os tribunais militares libertaram 711 presos políticos (Skidmore, 1988: 424).

⁷¹ A campanha pelas Diretas teve a presença de personalidades no meio artístico, como Fafá de Belém, Chico Buarque e Elba Ramalho, além do jogador Sócrates, da seleção brasileira de futebol. O locutor esportivo Osmar Santos era o animador oficial. Os comícios assumiam cada vez mais um ar festivo. O sentimento dos manifestantes era expresso nas camisetas “Quero votar para presidente”.

inquietação nacional”. As pressões do governo militar, incluindo ameaças de cancelamento da concessão para funcionamento da emissora, eram outro fator que restringia a cobertura. O assunto só começou a ocupar o noticiário nacional da *TV Globo* quando ficou evidente a magnitude das manifestações a partir de janeiro de 1984. No dia 10 de abril, um milhão de pessoas se concentrou na Candelária, no Rio de Janeiro, para um grande comício. O “Jornal Nacional” reservou nove minutos do seu noticiário para a cobertura da campanha⁷², o que representava um indicativo importante do declínio da legitimidade do governo.

A emenda constitucional, cuja aprovação dependia de dois terços dos votos dos parlamentares, não passou pelo Congresso, em 25 de abril de 1984, por uma diferença de 22 votos. Apesar do resultado, o tema da redemocratização permaneceu no debate político. A resposta da oposição veio nas eleições indiretas de 1985 para sucessão de Figueiredo.

Embora o PDS de Paulo Maluf tivesse maioria no colégio eleitoral, o que representava a manutenção do projeto político dos militares, Tancredo Neves (PMDB), tendo como vice o ex-udenista José Sarney, foi eleito novo presidente do país em 15 de janeiro de 1985⁷³. Era o primeiro presidente civil desde 1964. As demonstrações de apoio partiram de diferentes segmentos da sociedade e conferiam legitimidade ao novo mandatário. O novo governo vinha com a marca de uma “Nova República”, buscando traduzir os anseios e as expectativas dos brasileiros depois de 21 anos de ditadura no país.

Às vésperas da sua posse, marcada para 15 de março, sucumbiu a uma grave doença intestinal e precisou ser internado no Hospital de Base, em Brasília. Em seu lugar, assumiu temporariamente o vice José Sarney, como previa a Constituição. Com o agravamento da doença, Tancredo foi transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo, em meio a especulações sobre erros no diagnóstico e uma possível infecção hospitalar. Ao mesmo tempo, os meios de comunicação davam ampla cobertura sobre os boletins médicos e o quadro de comoção nacional em que se transformara o lento “calvário” do presidente que, embora eleito, não podia governar. O governo provisório de Sarney acabou se tornando definitivo, quando, em 21 de abril de 1985, depois de sete operações e 38 dias no hospital, o

⁷² Memória Globo (www.memoriaglobo.globo.com)

⁷³ O resultado demonstrou até que ponto o PDS, partido do governo, entrou desarticulado para as eleições. A Aliança Democrática, formada pelo PMDB e pelo Partido da Frente Liberal (PFL), uma facção dissidente do PDS, recebeu 480 votos contra 180 votos de Paulo Maluf. Do total de 480 votos, Tancredo obteve 166 do próprio PDS. Houve ainda 17 abstenções e nove ausências (Skidmore, 1988: 486).

secretário de Imprensa da Presidência, Antônio Brito, confirmou a morte de Tancredo. O cortejo em São Paulo foi acompanhado por dois milhões de pessoas.

É neste cenário que a cobertura de assuntos com desdobramentos políticos se torna cada vez mais presente na rotina da cobertura dos principais jornais. O Prêmio Esso de Jornalismo também começa a privilegiar temáticas que costumavam ser vigiadas pelos órgãos de repressão. A tabela 14 apresenta um resumo das matérias vencedoras e das unidades temáticas, bem como os veículos e os jornalistas premiados, em todas as edições no período 1979-2008:

TABELA 14

ANO	JORNAIS	MATÉRIAS	REPÓRTER	UNIDADE TEMÁTICA
1979	<i>Veja</i>	“O sequestro dos uruguaios”	Luiz Cláudio Cunha e J.B. Scalco	Política nacional
1980	<i>Jornal de Brasília</i>	“Dossiê nuclear”	Jorge Oliveira	Política nacional
1981	<i>Jornal do Brasil</i>	“Bombas no Riocentro”	Equipe	Política nacional
1982	<i>O Estado de S. Paulo</i>	“A geração abandonada”	Luiz Fernando Emediato	Questões sociais
1983	<i>Veja</i>	“O caso Baumgarten”	Francisco Vargas, Bella Stall, Norma Couri e Leda Beck	Política nacional
1984	<i>Isto é</i>	“Cabo Anselmo conta tudo”	Octávio Ribeiro	Política nacional
1985	<i>Correio Braziliense</i>	“O Esquadrão da Morte em Brasília e o assassinato do jornalista Mario Eugênio”	Equipe	Questões sociais
1986	<i>Folha de S. Paulo</i>	“O plano Cruzado”	Luiz Nassif	Economia
1987	<i>Folha de S. Paulo</i>	“Concorrência da Ferrovia Norte-Sul foi uma farsa”	Jânio de Freitas	Economia

1988	<i>Folha de S. Paulo</i>	“A lista da fisiologia”	Gilberto Dimenstein	Política nacional
1989	<i>Jornal do Brasil</i>	“As pistas perdidas no Acre de Chico Mendes”	Zuenir Ventura e equipe	Questões sociais
1990	<i>Jornal do Brasil</i>	“Candidatura de Silvio Santos”	Teodomiro Braga e Teresa Cardoso	Política nacional
1991	<i>O Estado de S. Paulo</i>	“Cobertura da Guerra do Golfo”	William Waack e Hélio Campos	Política internacional
1992	<i>Veja</i>	“Cobertura do caso PC – Collor”	Equipe	Política nacional
1993	<i>O Estado de S. Paulo</i>	“Os arquivos secretos de Moscou”	William Waack	Política internacional
1994	<i>O Globo</i>	“Nilo ajudou Betinho a receber doação de bicheiro”	Agostinho Vieira, Elenilce Bottari e Edgard Arruda	Política nacional
1995	<i>O Estado de S. Paulo</i>	“Viver nas ruas de São Paulo”	Rebeca Kritsch	Questões sociais
1996	<i>O Globo</i>	“Guerrilha no Araguaia”	Aziz Filho, Amaury Ribeiro Jr., Adriana Barsotti, Consuelo Dieguez e Cid Benjamin	Política nacional
1997	<i>Folha de S. Paulo</i>	“Mercado do voto”	Fernando Rodrigues	Política nacional
1998	<i>O Globo</i>	“Teste do guaraná”	Maria Elisa Alves, Rolland Gianotti e equipe	Questões sociais
1999	<i>Folha de S. Paulo</i>	“Caso PC: uma investigação sobre as mortes de Paulo César Farias e Suzana Marcolino”	Mario Magalhães, Ari Cipola e Paulo Peixoto	Política nacional
2000	<i>Correio Braziliense</i>	“Caso Luiz Estevão”	Antônio Vital e equipe	Política nacional
2001	<i>Isto é</i>	“Senadores envolvidos na fraude do painel de votação no Senado”	Andrei Meireles, Mino Pedrosa, Mario Simas Filho, Isabela Abdala,	Política nacional

			Sônia Filgueiras e Ricardo Miranda	
2002	<i>O Globo</i>	“Sentenças suspeitas”	Chico Otávio, Bernardo de La Pena, Renato Garcia e Rodrigo Rangel	Política nacional
2003	<i>O Globo</i>	“Traficantes nos quartéis”	Antônio Werneck	Questões sociais
2004	<i>O Globo</i>	“Os homens de bens da Alerj”	Angelina Nunes, Alan Gripp, Carla Rocha, Dimmi Amora, Flavio Pessoa, Luiz Ernesto Magalhães e Maiá Menezes	Política nacional
2005	<i>Folha de S. Paulo</i>	“Denúncia do Mensalão”	Renata Lo Prete	Política nacional
2006	<i>Correio Braziliense</i>	“Amores possíveis”	Conceição Freitas	Questões sociais
2007	<i>O Globo</i>	“Voto combinado na corte suprema”	Roberto Stuckert Filho, Alan Gripp e Francisco Leali	Política nacional
2008	<i>Folha de S. Paulo</i>	“Universal chega aos 30 anos com império empresarial”	Elvira Lobato	Questões sociais

Fonte: Prêmio Esso (1979-2008)

Observamos que, em determinadas edições do concurso, os assuntos premiados podem ser classificados em mais de uma unidade temática. Por exemplo, a reportagem “Dossiê Nuclear” do *Jornal de Brasília*, vencedora do Prêmio Esso em 1980, pode ser analisada sob o ponto de vista tanto político como econômico. A matéria sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha abordava, sob a ótica econômica, o interesse do Brasil na construção de oito reatores nucleares para geração de energia. A decisão provocou críticas da comunidade científica e dos meios políticos e empresariais pelo alto custo do projeto e inconsistência no plano ecológico. Do ponto de vista político, o trabalho comprovou a existência de um documento confidencial do Ministério das Minas e Energias listando os nomes dos

opositores, o que comprovava a permanência da ação do serviço secreto militar num momento de abertura política. Optamos por enquadrá-la na unidade temática “Política nacional” por apresentar um foco mais voltado para o problema da repressão política.

Política nacional

TABELA 15

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Corrupção	8	44,44
Repressão política	6	33,33
Eleições	2	11,11
Críticas ao Judiciário	2	11,11
Total	18	100

Fonte: Prêmio Esso (1979-2008)

A maior parte das 18 matérias políticas no período refere-se à corrupção nas três esferas do Poder, sobretudo no Executivo e Legislativo, acentuando o papel da imprensa como instância fiscalizadora da atuação do Estado. Conforme demonstra o quadro acima, são oito trabalhos jornalísticos com este enfoque, correspondendo a 44,44% do total: “A lista da fisiologia”, da *Folha de S. Paulo* (Prêmio Esso em 1988); “Cobertura do caso PC – Collor”, *Veja* (1992); “Nilo ajudou Betinho a receber doação de bicheiro”, *O Globo* (1994); “Caso PC: uma investigação sobre as mortes de Paulo César Farias e Suzana Marcolino”, *Folha de S. Paulo* (1999); “Caso Luiz Estevão”, *Correio Braziliense* (2000); “Senadores envolvidos na fraude do painel”, *Isto é* (2001); “Os homens de bens da Alerj”, *O Globo* (2004); e “Denúncia do mensalão”, *Folha de S. Paulo* (2005).

O subtema “repressão política” aparece em seguida com seis reportagens premiadas ou 33,33% do total de matérias com cunho político: “O sequestro dos uruguaios”, da revista *Veja* (Prêmio Esso em 1979); “Dossiê nuclear”, *Jornal de Brasília* (1980); “Bombas no rio centro”, *Jornal do Brasil* (1981); “O caso Baumgarten”, *Veja* (1983); “Cabo Anselmo conta tudo”, *Isto é* (1984); e “Guerrilha no Araguaia”, *O Globo* (1996). Com exceção desta última, todas as matérias sobre repressão política foram publicadas e premiadas ainda no período militar, no final da década de 70 e início dos anos 80. Para o campo jornalístico, estes trabalhos serviam para testar os limites da revogação do AI-5 e da censura prévia.

O projeto de distensão gerou reação de militares que faziam oposição ao governo Figueiredo. O inconformismo em relação ao processo de redemocratização provocou ações de extrema direita no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Forças de segurança também se envolvem em ações clandestinas – a “Operação Condor” – para prender opositores das ditaduras implantadas em outros países da América Latina. É disso que trata, por exemplo, a matéria “O sequestro dos uruguaios”, da revista *Veja*, vencedora do Prêmio Esso em 1979. Os repórteres Luiz Cláudio Cunha e J.B. Scalco revelaram os detalhes do sequestro dos uruguaios Universindo Rodriguez, Lilian Celiberti e seus filhos Camilo e Francesca, ocorrido em novembro de 1978 em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Pela primeira vez, a imprensa confirmara a existência de uma ação praticada pelos serviços de repressão política das ditaduras do Cone Sul. O caso ganhou repercussão internacional.

Organizações terroristas de extrema direita ameaçam grupos identificados com a luta em defesa dos direitos humanos e promovem uma série de atentados a bombas contra instituições da sociedade civil, como a OAB e a ABI. Agrupados em siglas como Aliança Brasileira Anticomunista, Ação Anticomunista Brasileira e Comando de Caça aos Comunistas, esses grupos também atacam redações, ameaçam membros da Igreja Católica e destroem bancas de jornal, especialmente as que vendiam jornais alternativos. Entre agosto de 1979, quando foi sancionada a anistia, e o 30 de abril de 1981, aproximadamente 100 bombas já haviam sido detonadas no eixo Rio - São Paulo (Antunes, 2005: 81).

O episódio da explosão no Riocentro, na noite de 30 de abril de 1981, durante um show em comemoração ao Dia do Trabalho, foi o ápice desse processo, expondo o pleno funcionamento da “máquina de terror” a serviço de grupos que buscavam retomar a prática de repressão no país. Organizado por sindicatos e movimentos de esquerda, o show com grandes artistas da MPB, dentre eles Chico Buarque e Gal Costa, reunia cerca de 20 mil pessoas. O plano promovido por organizações clandestinas que desejavam o retorno da “linha dura” ao poder, no entanto, não saiu conforme o planejado. Uma das bombas explodiu no interior do carro Puma, onde estavam o sargento do I Exército Guilherme Pereira do Rosário e o capitão Wilson Machado, ambos ligados ao DOI-Codi. Guilherme morreu por consequência dos ferimentos.

O atentado mobilizou diversas entidades da sociedade civil e teve ampla repercussão na imprensa. A série de reportagens sobre o episódio, publicada pela equipe do *Jornal do*

Brasil sob a coordenação do jornalista Fritz Utzeri, conquistou o prêmio na categoria principal em 1981. No mesmo ano, o repórter Antero Luiz, de *O Estado de S. Paulo*, também recebeu o Prêmio Esso de Reportagem. Ambos os trabalhos ajudaram a desmontar a versão oficial sobre o episódio.

Dois anos depois, o concurso novamente reconheceu o mérito de uma reportagem policial com desdobramentos políticos. “O caso Baumgarten”, matéria publicada pela revista *Veja*, conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo de 1983 mostrando que a chamada comunidade de informações continuava ativa, extrapolando suas funções institucionais. A série de matérias ajudou a esclarecer a morte do jornalista Alexandre Von Baumgarten, revelando o conteúdo de um dossiê deixado pela vítima, no qual comprovava a vinculação do Serviço Nacional de Informação (SNI) em negociações particulares e apontava os nomes dos militares que estariam articulando o seu assassinato. O esquema envolvia a participação de membros do SNI na compra da revista *O Cruzeiro*⁷⁴. O documento de 74 páginas foi obtido pelo editor-assistente da sucursal da *Veja*, Francisco Vargas.

Ainda na unidade temática “Questões políticas”, duas reportagens vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo no período 1979-2008 apresentavam como enfoque o processo eleitoral: “Candidatura de Silvio Santos”, do *Jornal do Brasil*, que conquistou o prêmio em 1990, e “Mercado do voto”, da *Folha de S. Paulo*, ganhadora em 1997.

O concurso também reconheceu, conforme demonstra a tabela 15, outros dois trabalhos jornalísticos na área política em que sobressaem críticas ao judiciário. São elas: “Sentenças suspeitas”, em 2002, e “Voto combinado na corte suprema”, em 2007, ambos publicados pelo jornal *O Globo*.

Questões sociais

TABELA 16

⁷⁴ O jornalista Baumgarten era conhecido por sua ligação com os órgãos de segurança e teria sido convidado pelo general Newton Cruz a editar a revista em 1979, com o objetivo de servir como instrumento de propaganda do governo militar. Em troca, receberia recursos, via publicidade ou financiamento direto, em torno de Cr\$ 110 milhões no período de um ano. A Operação *Cruzeiro*, como ficou conhecida, mostrou-se inviável alguns meses depois. Baumgarten acusou no dossiê a Caixa de Pecúlio dos Militares (Capemi) de não fazer o repasse dos recursos, conforme o prometido. A manobra visava, segundo ele, a transferência do controle da revista para a Capemi. Com dívidas acumuladas, o *Cruzeiro* seria comprado em 10/02/1981 pela AMA – Comunicação e Participação.

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Grupos diferenciados	3	37,5
Segurança pública	2	25
Saúde	1	12,5
Religião	1	12,5
Questão da terra	1	12,5
Total	8	100

Fonte: Prêmio Esso (1979-2008)

A análise do resultado mostra que as matérias vencedoras no período apresentaram pautas sobre os mais variados assuntos na unidade temática “Questões sociais”: desde a abordagem sobre os grupos diferenciados, ou seja, trabalhos reportando o processo de exclusão de determinados grupos na sociedade, até a situação da segurança pública e a questão da terra. Reportagens sobre saúde e religião também receberam reconhecimento do campo jornalístico, através do Prêmio Esso.

Das oito matérias premiadas na categoria principal, três (ou 37,5% do total) estão classificadas no subtema grupos diferenciados. Em 1982, o concurso premiou “A geração abandonada”, de *O Estado de S. Paulo*, que aborda a rotina de jovens marginalizados nas periferias das grandes cidades. O jornal também ganhou o prêmio em 1995 pela reportagem “Viver nas ruas de São Paulo” sobre a realidade dos moradores de rua de São Paulo. Já o trabalho “Amores possíveis”, do *Correio Braziliense*, vencedor na edição de 2006, apresenta dez histórias de amor envolvendo pessoas com algum tipo de deficiência, como cegos, surdos, mudos e pacientes de clínicas psiquiátricas, além de prisioneiros e mendigos.

Na área de segurança pública, foram contemplados na categoria principal os trabalhos “O Esquadrão da Morte em Brasília e o assassinato do jornalista Mario Eugênio”, do *Correio Braziliense*, em 1985, e “Traficantes nos quartéis”, publicado por *O Globo* e ganhador do prêmio em 2003. Também abordando a questão da violência, podemos destacar a matéria “As pistas perdidas no Acre de Chico Mendes”, uma investigação do *Jornal do Brasil* que deu à equipe coordenada pelo jornalista Zuenir Ventura o Prêmio Esso de Jornalismo de 1989. Embora haja uma identificação com a temática da violência, entendemos que o significado da pauta acerca do assassinato do líder seringueiro tinha como reflexão mais ampla tratar da questão da terra no Brasil.

Saúde e religião também entraram na lista de reportagens consagradas pelo concurso. Em 1998, *O Globo* recebeu o reconhecimento pela matéria “Teste do guaraná”. A ideia do jornal foi apresentar frascos utilizados em exames de urina com uma mistura de água e guaraná para testar a qualidade de 14 laboratórios no Rio de Janeiro. Desse total, 12 apresentaram falhas nos laudos do exame. Em 2008, a jornalista Elvira Lobato, da *Folha de S. Paulo*, ganhou o Prêmio Esso pela matéria “Universal chega aos 30 anos com império empresarial”. Neste caso, o resultado soou como um ato de desagravo pelas retaliações promovidas pela Igreja Universal do Reino de Deus contra a repórter e o jornal. Após a publicação, fieis da Universal ingressaram com ações judiciais em vários estados. O fato de a denúncia apresentar semelhanças na forma como foi redigida levou entidades da classe jornalística a denunciar que a manobra era uma ação deliberada da igreja contra a liberdade de imprensa.

Gostaríamos de fazer rapidamente alguns comentários sobre o sentido dado pelos jornalistas à expressão “liberdade de imprensa”. Já salientamos que os profissionais de imprensa partilham seus discursos no espaço social visando obter também reconhecimento do outro. Para isso, defendem valores universais que precisam encontrar aval da sociedade. A ênfase na defesa em torno da liberdade de imprensa funciona, nesse sentido, como principal agenda comum consolidando o diálogo entre os jornalistas e o público. Derivam da liberdade de imprensa outras representações que ajudam a legitimar a função social dos produtores de notícias, dentre elas o poder de levar aos leitores a verdade dos fatos.

Outro aspecto é a disputa de poder travada no interior mesmo do campo jornalístico a partir dessa oposição *Folha de S. Paulo* x Igreja Universal. É importante lembrar que a Igreja Universal é controladora da *Record*, uma importante rede de comunicação no país. Houve um sentido de cooperação dos grupos dominantes do campo jornalístico contra os evangélicos que controlam a emissora, ou seja, estabeleceram uma relação de confronto diante da reação da Igreja Universal pela publicação da reportagem. No entanto, essas relações de força são sempre cambiantes, dependendo das estratégias de cada grupo para preservação ou conquista de autoridade (poder) no campo.

Política internacional

TABELA 17

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Oriente Médio	1	50
Reconstituições históricas	1	50
Total	2	100

Fonte: Prêmio Esso (1979-2008)

As duas matérias premiadas nesta unidade foram produzidas pelo jornalista William Waack para o *Estado de S. Paulo* no início dos anos 1990, porém apresentam realidades distintas no espaço e no tempo. A reportagem “Cobertura da Guerra do Golfo” (1991), feita por Waack e Hélio Campos, tratava da conjuntura política que, naquele momento, envolvia a relação do Ocidente com os países do Oriente Médio. Em “Os arquivos secretos de Moscou” (1993), o jornalista produz uma reconstituição histórica revelando a influência do comunismo internacional no movimento conhecido como Intentona Comunista, liderado em 1935 por Luis Carlos Prestes contra o governo de Getúlio Vargas⁷⁵. Adotamos aqui a classificação usada por Aquino (1988). Este subtema diz respeito, segundo a autora, a acontecimentos não contemporâneos ou que fazem uma retrospectiva histórica de determinados assuntos (idem: 132).

Economia

TABELA 18

SUBTEMAS	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Plano econômico	1	50
Fraude em concorrência	1	50
Total	2	100

Fonte: Prêmio Esso (1979-2008)

Por fim, a tabela 18 apresenta os dois únicos trabalhos econômicos vencedoras na categoria principal em 52 anos de história do concurso: “O Plano Cruzado” e “Concorrência da Ferrovia Norte-Sul foi uma farsa”, premiados, respectivamente, em 1986 e 1987. Ambos foram publicados na *Folha de S. Paulo*.

⁷⁵ A Intentona Comunista foi o nome dado à frustrada tentativa de levante armado que setores de esquerda, liderados por Luis Carlos Prestes, promoveram para depor o regime vigente. Na reportagem, *O Estado de S. Paulo* comprovou que a insurreição foi financiada pelo governo comunista da então União Soviética.

2.2.4 Considerações sobre os diferentes períodos analisados

A tabela 19 mostra as variações de subtemas classificados em uma mesma unidade temática nos diferentes períodos analisados na pesquisa. Essas diferenças resultam do próprio contexto histórico-social do país, que teve seu ciclo democrático interrompido entre 1964-1985. Para proceder a esta breve análise, separamos os subtemas das unidades temáticas “Política nacional” e “Questões sociais”, que têm o maior número de matérias premiadas ao longo dos 52 anos de história do concurso. Como vimos, estas duas unidades concentram 45 reportagens (84,89% do total) premiadas na categoria principal.

TABELA 19

Unidade temática	1956-1963	1964-1978	1979-2008
Política nacional	Violência e eleições	Perfil de presidentes e privilégios	Corrupção, repressão política, eleições e críticas ao judiciário
Questões sociais	Condições de vida e de trabalho, questão da terra, drogas e grupos diferenciados	Condições de vida e de trabalho, comportamento (saúde), drogas e questão indígena	Grupos diferenciados, segurança pública, saúde, religião e questão da terra

Fonte: Prêmio Esso (1956-2008)

Com base nos dados comparativos acima, temos o seguinte cenário, reforçando algumas considerações já expostas anteriormente no trabalho:

- Predomínio da unidade temática “Questões sociais” nos períodos 1956-1963 e 1964-1978, com ênfase no subtema “Condições de vida e de trabalho”. O período inicial (1956-1963) registra seis reportagens premiadas de cunho social, das quais três associadas a este subtema. Também durante o regime militar (1964-1978), a maior parte das matérias refere-se a condições de vida e de trabalho: três dos oito trabalhos jornalísticos classificados na unidade “Questões sociais” foram consagrados com este enfoque. Outras duas matérias abordam mudanças de comportamento na sociedade no pós-64, como o uso da pílula anticoncepcional e o avanço da psicanálise, além de duas reportagens sobre a questão das

drogas e suas implicações. A questão indígena foi contemplada uma única vez na história do prêmio, com o reconhecimento ao trabalho “Expedição de contactação dos índios Kranhacarore”, de *O Estado de S. Paulo*, em 1973. O reduzido número de matérias de cunho político nos primeiros anos de regime militar e, sobretudo, após o AI-5 está associado ao impacto da censura sobre a imprensa.

- Na unidade temática “Questões sociais” no período 1979-2008, as pautas mais recorrentes estão no subtema “Grupos diferenciados”, abrangendo matérias que reportam o dia-a-dia de grupos excluídos na sociedade (crianças, mulheres e idosos). Das oito matérias de cunho social, três estão classificadas neste subtema. Trabalhos na área de segurança pública, saúde, religião e conflitos de terra também foram contemplados. Há, portanto, uma nítida diferença de abordagem se compararmos a unidade temática “Questões sociais” (1979-2008) com os dois períodos anteriores, quando prevalece o subtema “Condições de vida e de trabalho”. O novo contexto surgido nos anos 1980 pode ajudar a explicar a ênfase no subtema “Grupos diferenciados”. A década marca a emergência no cenário político brasileiro de diferentes movimentos sociais organizados, muitos ligados às chamadas minorias (negros, mulheres, homossexuais, etc). Essa diversidade de grupos reivindicatórios não anula as lutas históricas de sindicatos, estudantes e de movimentos voltados, por exemplo, para a questão da terra. Assim, vários setores da sociedade se organizam para contestar a ditadura, resistir politicamente, mas também para defender seus direitos específicos. A multiplicação dos espaços de contra-hegemonia se acentua com a redemocratização do país. Na inexistência de um inimigo comum (a ditadura), os movimentos populares criam novas formas de luta e se fortalecem em redes de solidariedade.

- Predomínio da unidade temática “Política nacional” no período 1979-2008, com ênfase nos subtemas “Corrupção” e “Repressão política”. Do total de 18 matérias classificadas nesta unidade, oito tratam de corrupção governamental e seis de repressão política. O país vivia um momento de abertura política. Trata-se de um cenário bem diferente se compararmos com o período 1964-1978, quando as matérias que apresentavam esse tipo de enfoque eram permanentemente vigiadas pela comunidade de informações. Exemplo disso é que entre 1964 e 1978 foram premiados na categoria principal apenas três trabalhos jornalísticos com conotação política, dos quais apenas um tratando mais

diretamente da questão do mau uso de verbas públicas e os limites éticos entre o público e o privado: “Assim vivem os nossos superfuncionários”, de *O Estado de S. Paulo*, em 1976. Outras duas reportagens traçaram um perfil de presidentes militares: “113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente”, de *O Globo*, vencedora em 1970, e “Exclusivo: fala Figueiredo”, da *Folha de S. Paulo*, consagrada na categoria principal em 1978.

A baixa representatividade de matérias na esfera política no resultado da premiação está associada ao fato de a atuação da imprensa estar mediada pelo controle governamental através de mecanismos como a censura prévia e a autocensura, dentre outros instrumentos de coerção ou intimidação. O esvaziamento do debate político no noticiário fornece um repertório amplo de questões e diferentes ângulos de análise sobre as relações estabelecidas entre o campo jornalístico e o Estado no período da ditadura militar. Optamos por examinar três dimensões do debate: vamos verificar (1) se esse momento histórico representou um “déficit” de autoridade do poder interpretativo do jornalista no plano político, (2) se o próprio prêmio se enfraqueceu como espaço de construção dessa autoridade e, num cenário de múltiplas identidades, (3) quais foram as outras representações em torno das quais os profissionais negociaram sentidos sobre a sua profissão. A valorização de uma identidade “investigativa” parece inserir-se no contexto de abertura política do regime.

3. O ESVAZIAMENTO DO DEBATE POLÍTICO (1964-1978)

A partir da edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, os militares se valeram de uma extensa rede de informações para controlar, dentre vários segmentos da sociedade, os meios de comunicação⁷⁶. Um arsenal de leis, projetos e decretos buscavam manter os órgãos informativos sob estreita vigilância, restringindo liberdades e determinando o que podia ou não ser publicado para preservar os interesses do regime político em vigor. A montagem de tal aparato repressivo, incluindo invasão policial nas redações, apreensão de exemplares e expurgos, marcou o início de um processo gradual de esvaziamento do debate político no noticiário.

O processo de cerceamento de informações não era exatamente novidade na política brasileira. A existência de uma estrutura mais institucionalizada de censura por parte de um Estado autoritário ocorreu em outro momento na história do Brasil: durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) do governo Getúlio Vargas. A repressão tornou-se mais acentuada a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), através do Decreto Lei nº 1915, de 27 de dezembro de 1939. O alvo dos censores, como demonstra o artigo 2 do decreto, era a divulgação de informações que prejudicassem o “crédito do país e suas instituições ou a moral”. Publicações apreendidas, jornais fechados e perseguições a jornalistas inviabilizavam qualquer tentativa de contestação a Vargas. Diante do controle rigoroso da censura, 61 publicações deixaram de circular. Outros jornais, como o vespertino *A Noite*, assemelhavam-se mais a um diário oficial, divulgando informações positivas sobre o governo (Barbosa, 2007:121). Algumas edições eram praticamente uma reprodução das matérias da Agência Nacional, com ordem do DIP determinando em que página deveria ser publicada determinada informação, conforme depoimento do jornalista Joel Silveira (Silveira, apud Barbosa, 2007:112).

No entanto, a aproximação entre proprietários de jornais e autoridades políticas não deve ser entendida apenas sob a ótica do aparato burocrático-repressor do Estado. Permanecer ao lado do poder significava também prestígio aos homens de imprensa,

⁷⁶ Dentre os órgãos do aparato repressivo destacavam-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas ramificações regionais, o Centro de Informações do Exército (CIEEX), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Departamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/Codi), o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), a Divisão de Censura de Diversão Pública (DCDP) e a Divisão de Segurança e Informação (DSI).

publicidade para os jornais e concessão de generosos empréstimos públicos. Enquanto a lei mantinha, por um lado, os órgãos de comunicação sob estreita vigilância, por outro, controlava a importação do papel para a imprensa. Dessa forma, jornais alinhados com o projeto político de Vargas eram favorecidos economicamente no processo de aquisição da matéria-prima para sua produção. O mesmo artigo 2 do Decreto nº 1915 estabelecia que o DIP tinha por finalidade: “autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para a imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos”. Portanto, parte dos profissionais e dirigentes de jornais também se beneficiou simbólica e materialmente dessa proximidade com o poder.

O DIP funcionava também como instrumento de institucionalização de uma poderosa campanha de propaganda política. Além da censura, era responsável pela distribuição de material de divulgação do regime. Tinha como eixo difundir a figura mítica de Vargas como líder das massas trabalhadoras, condutor dos destinos da nação. A atuação da imprensa, incluindo o rádio, era estratégica para construção de um projeto de identidade nacional e legitimação da ideologia estadonovista: centralizadora e com aspirações modernizantes, buscando fortalecer a industrialização para romper com a dependência do capitalismo internacional. Importa afirmar que o contexto político nos anos 1930 apontava para a formação de um Estado forte, tutelando todas as esferas da sociedade. Como contraponto ao declínio das ideias liberais, crescia o fenômeno dos regimes totalitários na Europa, que culminaria com a eclosão da 2ª Guerra Mundial⁷⁷.

Durante a ditadura militar, principalmente a partir do fechamento político em 1968, a finalidade da atividade censória do governo se aproximava em vários aspectos dos objetivos do DIP de Vargas. Ao mesmo tempo em que reprimia violentamente os órgãos informativos que se opunham à ordem política, o governo beneficiava, com concessão de créditos e publicidade, os jornais que optaram por suprimir o ponto de vista crítico de suas páginas. Há pontos de aproximação entre os dois modelos, mas também algumas particularidades. Ao contrário do DIP, a censura política aos veículos de imprensa, nos anos 1960 e 1970, não era

⁷⁷ A censura aos meios de comunicação permaneceu em vigor até fevereiro de 1945 com Vargas ainda no poder. A Constituição de 1946, promulgada após o fim do Estado Novo, restabeleceu a liberdade de imprensa e a livre manifestação do pensamento no país.

expressamente assumida pelo governo. A censura formal existia mais para os espetáculos e diversões públicas. Muitos agentes responsáveis pelo controle do conteúdo noticioso atuavam num órgão que sequer constava oficialmente no organograma do Estado: o Serviço de Informação do Gabinete (Sigab).

O controle do Estado sobre os jornais exercia-se, como vimos, através de instrumentos coercitivos como a censura prévia. Nos primeiros meses de vigência do AI-5, a censura ficava a cargo do Exército. Gradualmente, essa atribuição foi transferida para agentes da Polícia Federal, subordinados ao Ministério da Justiça, que eram treinados para atuar na função específica de censores. Outras portarias e decretos contribuíram para fortalecer a máquina censória do Estado. Kushnir (2004) destaca a Portaria nº 11-B, de 06 de fevereiro de 1970, determinando o exame prévio de livros e periódicos e a busca e apreensão de todos os exemplares por parte do Departamento de Polícia Federal (DPF) e suas delegacias regionais e o decreto secreto nº 165-B/71, proibindo a divulgação de dez assuntos na imprensa ou qualquer outro meio de comunicação. Localizamos também uma cópia do documento “Recomendações para a Imprensa Escrita, Falada e Televisada”, assinado por Paulo Fernandes Vieira, então secretário-geral do Ministério da Justiça. Trata-se de um ofício-circular, sem número, de caráter “confidencial”, de 07 de junho de 1969. No ofício, escreve Paulo Fernandes: “Senhor diretor, de ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, transmito a Vossa Senhoria as anexas ‘Recomendações para a Imprensa Escrita, Falada e Televisada’. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e consideração”. As instruções apresentam oito tópicos: “I - Normas gerais”, “II - Política”, “III - Atos atentatórios ao patrimônio”, “IV - Costumes”, “V - Problemas religiosos”, “VI - Economia e finanças”, “VII - Problemas sociais” e “Recomendações finais”⁷⁸.

A combinação destas e outras normas jurídicas forma o elenco dos temas proibidos durante a ditadura militar, conforme enumera o ex-censor Coriolano de Loyola Cabral Fagundes (1974). Em seu ponto de vista, era “legítimo” censurar matérias que representassem:

⁷⁸ As instruções de trabalho, com oito recomendações, também foram transmitidas, conforme cita Kushnir (2004), a delegados regionais da DPF numa reunião realizada em setembro de 1970 no Rio de Janeiro.

“(…) potencialmente incitamento contra o regime vigente; ofensa à dignidade ou ao interesse nacional; indução de desprestígio para as forças armadas; instigação contra a autoridade, estímulo à luta de classe; atentado à ordem pública; incitamento de preconceitos étnicos; prejuízo para as boas relações diplomáticas; ofensa ao decoro público; divulgação ou indução aos maus costumes; sugestão, ainda que velada, de uso de entorpecentes; fator capaz de gerar angústia, por retratar a prática de ferocidade; sugestivo à prática de crimes; ofensa à coletividade ou hostilização à religião” (1974:144/145).

Recusar os vínculos com a política nesse momento se transformava muitas vezes na única possibilidade de sobrevivência para muitos veículos. Guimarães Padilha, que ocupou cargos de direção na *Tribuna da Imprensa* durante a ditadura, avalia que a preocupação em relação ao mercado de trabalho gerou um certo “acomodamento” entre os profissionais de imprensa.

“Havia um temor não apenas do jornalista, mas também do dono do jornal. Jornal é indústria. Evidente que ele não ia contrariar as normas existentes. Todo mundo precisava de emprego. Os proprietários precisavam dos jornais abertos, funcionando. O jornalista, por sua vez, não podia ir além do seu próprio limite dentro da redação”⁷⁹.

Portanto, a construção desse modelo, distanciando os jornais dos principais acontecimentos políticos da época, fazia parte de um pacto consensual entre os militares e alguns órgãos de imprensa que desejavam se manter no mercado e, conseqüentemente, permanecer nas cercanias do poder. A autocensura parece ter servido perfeitamente a esse propósito. Zevi Ghivelder ilustra, a partir de uma situação particular, como essa preocupação em não confrontar o regime político estava presente no momento de redigir as reportagens:

“Em 1965, Juscelino Kubitschek estava exilado em Paris. O Juscelino, naquele tempo, era o pavor dos militares porque ele representava o poder civil. Eu te confesso que tomei todos os cuidados possíveis na hora de fazer a matéria para que não contivesse nada que pudesse eventualmente irritar os militares ou provocar alguma reação. Então assim como aconteceu comigo, acredito que tenha acontecido com muito mais gente em muitas outras ocasiões. Fui uma vítima identificada desse processo. É verdade sim. A gente exercia uma autocensura permanente, sem dúvida nenhuma”⁸⁰.

A lista de proibições já foi amplamente divulgada em vários estudos, como o de Marconi (1980). O autor apresenta o mais completo levantamento desse tipo de ordens.

⁷⁹ Entrevista concedida ao autor em 09/10/2009 no Rio de Janeiro.

⁸⁰ Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009 no Rio de Janeiro

Selecionamos alguns dos comunicados a que tivemos acesso apenas para ilustrar o processo que restringiu a produção jornalística, intelectual e artística nesse período no Brasil. Os “bilhetinhos” que reproduziremos abaixo constam no chamado “Livro Negro” do *Jornal do Brasil*⁸¹. Os exemplos citados, que compreendem o período 1972-1974, foram obtidos através de consulta ao acervo pessoal do jornalista Carlos Lemos, chefe de redação do *JB* no período. Assinam as proibições desde inspetores e agentes, dentre eles Costa Sena, Nunes, Décio e Vilanova, até oficiais de alta patente, como os generais Antônio Bandeira e Nilo Canepa. Outras ordens ou recomendações são apócrifas, sem assinatura. As informações, algumas em estilo telegráfico, foram transcritas na íntegra, preservando eventuais erros gramaticais (pontuação e concordância) ou nas grafias de nomes.

Uma das proibições diz respeito às multinacionais de petróleo: “De ordem superior, a fim de evitar especulações e interpretações tendenciosas, fica proibida divulgação através meios de comunicação social de entrevistas, notícias, comentários e qualquer outro tipo de matéria fornecida por representantes ou dirigentes de companhias estrangeiras de petróleo” (14/11/1973). A determinação surgiu no contexto da primeira crise do petróleo que, como vimos, quadruplicou o preço do barril, de US\$ 3 para US\$ 12 no fim de 1973. As crises externas decorrentes mostraram a fragilidade da economia do país, que importava 80% do produto, e seria um dos temas explorados pela oposição nas eleições do ano seguinte.

A análise dos “bilhetinhos” mostra o caráter não aleatório da censura. Os assuntos interditados não envolviam apenas questões políticas e militares, como sucessão presidencial, declarações de personalidades e políticos opositores, atos “terroristas”, tortura e repressão. Com o desenvolvimento da atuação censória, temas diversos na área de economia e finanças, saúde, educação e cultura, além de fatos atentatórios à moralidade e aos bons costumes passaram a ser alvo do esquema de desinformação do governo. A atuação seletiva da atividade de controle sobre o conteúdo noticioso, como informa Aquino (1999), seria aperfeiçoada principalmente durante o governo Geisel em sua vigilância ostensiva sobre a imprensa alternativa. As ordens relacionadas abaixo se referem ao período Médici:

⁸¹ A idéia de catalogar as proibições da censura no *Jornal do Brasil* partiu de Alberto Dines, editor-chefe do diário. O “Livro negro” do *JB* reúne informações coletadas entre 14 de setembro de 1972 e 19 de abril de 1974, totalizando 173 ordens (Aquino, apud Carneiro, 1999: 520). Os exemplos citados nessa pesquisa são uma pequena amostragem. Em seu estudo, Marconi (1980) realizou pesquisa de mais de 500 proibições feitas pelos órgãos de segurança entre 1969 e 1978.

“O inspetor Costa Sena telefonou às 21h15m para avisar que ‘um comandante da Marinha, já reformado, teve um acesso de loucura em um avião em São Paulo e criou um problema sério. A notícia não pode ser divulgada’” (29/09/1972);

“De ordem da Polícia Federal fica proibida a divulgação da entrevista de D. Iolanda Costa e Silva ao *Jornal do Brasil*” (27/04/1973);

“Fica terminantemente proibida a notícia de que a Câmara de Ponta Grossa negou a cidadania pontagrossense ao Presidente Médici” (27/06/1973);

“De ordem superior fica proibido a divulgação na imprensa sobre derrame de cédulas falsas” (30/10/1973);

“De ordem superior fica terminantemente proibida difusão de notícias, comentários, referências e qualquer outro tipo de matéria através dos meios de comunicação social sobre atentados ou manifestações contra a realização Brasil Export 73 que se realiza em Bruxelas” (08/11/1973);

“De ordem superior ficam proibidas quaisquer meios de divulgação notícias alarmistas sobre abastecimento de carne, atuação de açougueiros ou invernistas e requisição de rebanhos, inclusive transcrição ou referência parecer de juristas sobre o assunto” (21/12/1973);

“De ordem superior, fica determinadamente proibida a divulgação através dos meios de comunicação social, rádio, televisão, revistas, jornais diários e semanários – de quaisquer notícias, referências, fotografias e outras matérias sobre ‘STREAKING’ (corrida de nudista), no Brasil e no exterior, bem como medidas repressivas adotadas contra exibicionistas e adeptos de ‘STREAKING’” (15/03/1974).

Cultura e entretenimento:

“Proibida a divulgação da entrevista com o apresentador de televisão, Flavio Cavalcanti e qualquer notícia referente à suspensão do seu programa” (15/03/1973);

“De ordem superior, fica proibido comentário referência transcrição ou divulgação qualquer notícia sobre o subversivo Geraldo Vandré” (18/07/1973);

“Reitero proibição divulgação qualquer matéria, ainda que propaganda paga, crítica literária, crônica especializada ou outro tipo de promoção da peça teatral, disco, livro, filme etc, “Calabar”, de Chico Buarque (18/01/1974).

Questões internacionais:

“Proibida a divulgação do telegrama da *UPI* com o título de ‘Paradoxos do Brasil’, em que se fala da situação econômica e de torturas, etc. É o editorial do *New York Times*” (21/02/1973);

“Fica proibida difusão, referência ou transcrição da declaração de Fidel Castro, acusando o Brasil de interferir nos países sul-americanos para impedir revolução” (22/07/1973);

“De ordem superior fica proibida notícia, referência ou transcrição entrevista Susam Agnew, filha vice-presidente EUA, declara deixou Brasil porque estava ameaçada de sequestro. Igualmente proibida divulgação notícias sobre entrevista Gabriel Garcia Marques sobre tortura na Colombia” (30/08/1973);

“De ordem superior fica terminantemente proibida divulgação de manchetes, notícias, comentários ou editoriais enaltecendo Governo Allende, assim como, de teor desairoso sobre o atual Governo do Chile. Fica igualmente proibida divulgação qualquer notícia tendenciosa a cerca de contra-revolução naquele país” (14/09/1973).

Nos “bilhetinhos”, o governo determinava, curiosamente, censurar qualquer referência sobre a existência da própria censura: “De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação através dos meios de comunicação social, de qualquer notícias, comentários ou outras matérias sobre apreensão, suspensão, censura prévia e outras medidas legais preventivas e repressivas adotadas contra editoras, de livros, revistas e jornais” (05/02/1974). Sobre o mesmo tema, os órgãos de segurança também proibiram divulgação do relatório do diretor de *O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde*, Júlio de Mesquita Neto, denunciando a prática de autocensura por parte da imprensa brasileira: “Nenhuma notícia sobre o pronunciamento do Sr. Júlio Mesquita Neto sobre a situação da imprensa no Brasil, na Sociedade Interamericana de Imprensa, em Santiago” (10/10/1972). O relatório de Mesquita Neto, apresentado à Comissão de Liberdade de Imprensa da SPI, informava: “Há jornais e revistas que realizam a autocensura de modo a merecer até elogios das autoridades. Não publicam um comentário, uma só notícia que de algum modo possa suscitar o desagrado daqueles que tutelam a imprensa” (Mesquita Neto, apud Marconi, 1980:61).

Os órgãos de censura, quando não proibiam integralmente o assunto, procuravam dirigir o noticiário através da liberação parcial de informações. Através dessa manipulação, apenas a versão oficial costumava prevalecer nos jornais. “A imprensa, ao aceitar tal jogo,

emprestou um ar de credibilidade a este noticiário ao público” (Marconi, 1980: 50).

Relacionamos alguns exemplos dessa prática:

“O Instituto Internacional de Imprensa deu publicidade ao relatório anual assinado pelo diretor Hernest Mayer, distribuído pela UPI tecendo comentário sobre a liberdade de imprensa no mundo e especialmente no Brasil e em mais quatro países latino-americanos. De ordem do Ministro da Justiça está proibida qualquer publicação do relatório apenas na parte em que se refere ao Brasil” (03/01/1973);

“Apreensão do jornal *Opinião* pode ser divulgada, sendo proibida notícia sobre prisão dos diretores e suas declarações, bem como qualquer outra repercussão do fato” (15/04/1973);

“De ordem superior fica proibida na íntegra a publicação do discurso do Gen. Alexandre Bolling do Exército dos Estados Unidos, podendo apenas ser publicados alguns destaques, sendo expressamente proibida a divulgação do seguinte trecho: “Há alguns dias atrás ouvi seu ilustre ministro do exército dizer a um visitante americano que o Brasil é um dos países mais amigo que os EUA tem. Esta é também a minha convicção” (10/08/1973);

“Por escrito: de ordem superior fica recomendado parcimônia nas notícias referentes aos fatos ocorridos no Chile, situação do Presidente Allende, assim como evolução dos acontecimentos naquele País. Fica recomendado o não sensacionalismo nessas notícias. Verbal: não é permitido dar manchete com o assunto” (11/09/1973)⁸².

Esse tipo de controle e manipulação era muito comum em matérias sobre a prisão ou morte de militantes políticos, identificados no jargão militar como “subversivos” e “terroristas”. Suprimindo qualquer interpretação contrária à versão governamental nesses episódios, os jornais atuaram como suporte estratégico para a manutenção da imagem de segurança e normalidade institucional que o regime buscava promover. Citamos algumas dessas proibições ou “embargos” (orientação aos veículos para publicação somente após a devida autorização oficial):

⁸² A edição do *Jornal do Brasil* sobre a derrubada do governo constitucional do presidente Salvador Allende no Chile, em 11/09/1973, e a instauração da ditadura de Augusto Pinochet tornou-se uma referência na memória de resistência do jornal no período do governo militar. Para burlar a ordem dos censores, a capa saiu sem manchete, mas o texto a respeito do episódio foi o único assunto da primeira página, publicado com letras de corpo 24 em três colunas. A edição publicada no dia seguinte ao golpe causou grande impacto.

Terrorismo:

“Aconteceram, ontem, três ações contra subversivos, nos bairros de Jacarepaguá, Cascadura e Meier. Numa delas morreu um subversivo. Só pode dar nota oficial” (21/12/1972);

“Reitero determinações superiores, no sentido de manter proibição de divulgação de notícias referentes ao assunto ligado à prisão em território nacional de terroristas e subversivos, pertencentes a qualquer classe social ou profissional, bem como, sobre ação de órgão de segurança em qualquer parte do país. Recomendo especial atenção, no sentido de cumprir fielmente esta ordem. Liberação ou nota oficial sobre este assunto, quando houver, será devidamente autorizada, com ordem específica, expedida através desta direção geral” (29/10/1973);

“Fica autorizada difusão através imprensa falada, escrita e televisada, matéria que será distribuída hoje, 4ª feira, 31.10.73 sobre desarticulação ABML e morte de subversivos no Recife” (31/10/1973).

É importante notar os diferentes sentidos construídos semanticamente: militantes políticos, na versão dos militares encampada por alguns órgãos de imprensa, eram “terroristas” que deveriam ser combatidos em nome da segurança nacional⁸³. Abreu (2000) informa que a expressão “terror” foi usada pela primeira vez por *O Globo*, sem atender a nenhuma instrução das autoridades. Demonstrando adesão à prática da autocensura, o jornal publica, em 27/07/1966, a manchete “Terrorismo não interrompe o programa Costa e Silva”. Outro aspecto observado no campo semântico foi a falta de distinção entre crime comum e “crime político”. Os jornalistas exploravam o viés policial em detrimento do ideológico, situando a luta armada no universo da ação criminosa. Conclui o autor que “o modelo de caracterização negativa da luta armada foi definido pela própria mídia, porque antecede a instituição da censura” (2000: 258).

Em seu estudo sobre a relação entre jornalistas e censores no pós-1968, Kushnir (2004) utiliza a expressão “cães de guarda” para denominar aqueles jornalistas que atuavam como divulgadores das notas oficiais. O colaboracionismo da imprensa era expresso pela

⁸³ João Batista Abreu (2000), em seu livro *As manobras da informação*, analisa a cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Demonstra a luta discursiva travada entre militantes de esquerda e governo na apropriação de palavras como “elemento”, “subversivo”, “revolução”, “terror”, “guerrilheiros”, etc. Na perspectiva dos militantes, segundo o autor, eram aplicadas estratégias narrativas semelhantes. O termo “justiçar” aplicado contra pessoas envolvidas com a repressão substituiu o verbo “matar”. Da mesma forma, “expropriar” era a expressão usada pelas organizações clandestinas para se referir a assaltos a banco.

troca da “narrativa de um acontecimento pela publicação de versões que corroborassem o ideário repressivo” (idem: 355). Mais importante do que informar, estimulando o espírito crítico, era permanecer no palco das decisões. A esse respeito, afirma: “À soleira, montaram guarda e fizeram autocensura no governo Médici, e mesmo antes dele, colaborando para construir e difundir uma imagem irreal, inverídica do país” (idem: 52).

O jornal *Folha da Tarde*, de São Paulo, era um caso extremo de colaboracionismo, conforme analisou a autora. A partir de meados de 1969, o diário tinha em seus quadros jornalistas que atuavam mesmo como policiais, apoiando as ações dos órgãos de repressão. Movimentos de esquerda chegaram a destruir carros de reportagem da empresa acusando o grupo jornalístico de cedê-los aos agentes do DOI-Codi. Grande parte dos jornais publicava a versão oficial sobre supostos confrontos entre órgãos de segurança e militantes de esquerda, mas no caso da *Folha da Tarde* o apoio era mais explícito⁸⁴.

Tanto a censura prévia como a autocensura faziam parte de um conjunto de estratégias da repressão que colaborou para construção do consenso e idealização de uma sociedade livre de conflitos. Segundo Carlos Lemos, chefe de redação do *Jornal do Brasil* nos anos 1960 e 1970, “diante da censura, primeiro dentro da redação, depois por ordem, memorando, não tinha como os jornais fazerem uma matéria política isenta”⁸⁵.

Embora não tenha se constituído num movimento generalizado, alguns jornais da grande imprensa tentaram manter uma linha editorial de cunho oposicionista. Um caso emblemático nesse sentido foi a atuação da proprietária do jornal *Correio da Manhã*, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, que se recusara a obedecer as ordens dos censores e os “expurgos” em seu jornal. Após a edição do AI-5, Niomar ficou presa durante 72 dias. A reação ao arbítrio provocou, como vimos anteriormente, invasões policiais, apreensões de exemplares e suspensão da circulação.

Jornal de linha editorial conservadora, *O Estado de S. Paulo* também demonstrou indignação quando foi vetada a divulgação, em 1972, de uma entrevista com o ex-ministro Roberto Campos. Em resposta, Ruy Mesquita telegrafou ao ministro da Justiça, Alfredo

⁸⁴ Por esses motivos, a *Folha da Tarde* era definido como o jornal de “maior tiragem”, um inevitável duplo sentido diante do grande número de policiais e ex-militantes de esquerda que se tornaram informantes em sua redação. Para citar alguns exemplos, com a reformulação da equipe a partir de julho de 1969, o diário passou a ter o coronel da PM Edson Correa como repórter de geral, o investigador de polícia Carlos Dias Torres como chefe de reportagem e o agente do Dops Carlos Antônio Guimarães Sequeira como editor-chefe de Internacional (Kushnir, 2004: 327).

⁸⁵ Entrevista concedida ao autor em 19/10/2009 no Rio de Janeiro.

Buzaid. O documento foi considerado um ato de ousadia na época, embora a reação tenha sido desencadeada em função da amizade da família Mesquita com o ex-ministro:

“Senhor ministro, ao tomar conhecimento dessas ordens emanadas de V. Sa., o meu sentimento foi de profunda humilhação e vergonha. Senti vergonha, Senhor Ministro, pelo Brasil, degradado à condição de uma republiqueta banana ou de uma Uganda qualquer, por um governo que acaba de perder a compostura. Parece incrível que os que decretam hoje o ostracismo forçado dos próprios companheiros da revolução, que ocuparam ontem cargos em que se encontram hoje, não cogitem cinco minutos do julgamento da história. O senhor, Senhor Ministro, deixará de sê-lo um dia. Todos os que estão hoje no Poder dele baixarão e, então, Senhor Ministro, como aconteceu na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, ou na Rússia de Stalin, o Brasil ficará sabendo a verdadeira história desse período em que a revolução de 64 abandonou os rumos traçados pelo seu maior líder, o Marechal Castello Branco, para enveredar pelos rumos de um caudilhismo militar que já está fora de moda, inclusive nas repúblicas hispano-americanas. Cheio de vergonha por ver meu País degradado a essa condição, subscrevo humilhado” (Mesquita Neto, apud Marconi, 1980: 64/65)

Assim como o DIP do governo Vargas, os militares também colocaram em funcionamento uma eficiente campanha de propaganda política para “a construção de um Brasil que só existe no discurso ideológico” (Barbosa, 2007: 180). Emblemática foi a atuação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), como vimos no capítulo anterior. Outros mecanismos, como a relação dos jornalistas com as fontes, ajudaram a enfraquecer o papel que desempenhava a grande imprensa na construção do debate político. Como afirma Hons (1982: 115), as fontes passaram a ocupar uma posição dominante em relação aos repórteres setorizados que faziam a cobertura de instituições oficiais. O desenvolvimento de assessorias de imprensa governamentais, a disseminação de *press releases* (notas oficiais) nas redações e a distribuição de credenciais modificaram significativamente as rotinas de produção jornalística. “O contexto político e ideológico criado pelo novo regime mudou bastante as regras do jogo; prestar informação deixou de ser uma obrigação e passou a ser um favor” (idem: 115).

As assessorias, criadas conceitualmente para facilitar o acesso dos produtores de notícias às autoridades públicas, agiam no sentido oposto. Por conta de sua atuação – não como intermediária, mas como escudo ou barreira entre fontes e jornalistas durante a ditadura – muitos profissionais até hoje encontram resistência dos seus pares que trabalham em redações. Uma de suas atribuições mais frequentes era o encaminhamento de *press releases* (textos para publicação) a pauteiros e chefes de redação. Naquela conjuntura, o texto encaminhado pelas assessorias para publicação, segundo Smith (2000: 85), “não era

um ponto de partida, uma prestação de informação inicial como base de perguntas, mas uma declaração definitiva, uma fonte de dados não negociável (...), o que correspondia à noção generalizada no regime de que havia uma notícia e que sua comunicação era eficiente”. Murilo Melo Filho, que dirigiu revistas da Bloch Editores, lembra que era comum o envio às redações de matérias recomendadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República. “Nós fazíamos uma triagem porque sabíamos que eram informações muito tendenciosas, não tinham credibilidade alguma para serem transmitidas à opinião pública”⁸⁶.

Outro instrumento que contribuía para eliminar o ponto de vista crítico, forjando aos leitores um cenário de estabilidade institucional e legalidade política, envolvia a distribuição de credenciais. Em qualquer repartição do governo, o jornalista tinha de ser oficialmente selecionado pelos órgãos de informação para fazer a cobertura. Se não exercia uma coerção explícita, a concessão do documento era mais um mecanismo de pressão do Estado sobre os profissionais de imprensa. A avaliação se baseava mais em critérios políticos e ideológicos do que profissionais. Pedidos de credenciais eram frequentemente indeferidos. Entre 1975 e 1979, 20 jornalistas da sucursal de *O Estado de S. Paulo* em Brasília tiveram seus pedidos de credenciais negados, e as credenciais de outros 25 repórteres foram anuladas, afastando-os compulsoriamente dos órgãos oficiais onde trabalhavam (Marconi, 1980: 104). Muitos eram punidos não apenas com a cassação das credenciais. Vários profissionais nessa situação foram presos ou enquadrados em processos com base na Lei de Segurança Nacional (Bahia, 1989: 324).

Do mesmo modo, a margem de atuação dos repórteres nas chamadas coletivas de imprensa era muito restrita. Na única entrevista concedida pelo presidente Médici durante todo o mandato, os jornalistas só puderam fazer perguntas previamente combinadas com os assessores do general. Ele, por sua vez, limitou-se a ler as respostas preparadas de véspera. Essa relação das autoridades com a imprensa se reproduzia nos gabinetes ministeriais. A resposta habitual de Armando Falcão, ministro da Justiça no governo Geisel, era o conhecido “Nada a declarar”. Diante do cenário adverso para a atividade jornalística, uma alternativa era ouvir as fontes em “off” ou “off the record”. Assim, os profissionais veiculavam alguns fatos sem identificação da fonte com o objetivo de fazer circular a

⁸⁶ Entrevista concedida ao autor em 22/10/2009 na sede da ABL, no Rio.

informação. Alguns dados obtidos desse modo confrontavam, em determinadas situações, a versão oficial. O uso do “*off*” como notícia, no entanto, era condenado por nomes importantes do jornalismo brasileiro, como Cláudio Abramo, um dos principais reformadores da *Folha de S. Paulo* nos anos 1970:

“Grande parte de versões de fatos veiculados pela imprensa tem como origem declarações que não têm paternidade declarada. Os jornais, que eram muito carentes de informação – e a rigor ainda são – e tinham muito medo, aceitaram o jogo para essas fontes só falarem em ‘*off*’. A informação ‘*off the records*’ em geral serve para o jornalista fazer ‘*background*’ de uma notícia. Entretanto hoje, devido à falta de treino por causa dessa confusão conceitual feita pelo regime, a declaração em ‘*off*’ é usada como se fosse notícia. Esse é um defeito, uma falha que se permitiu que acontecesse e que está muito difícil de se controlar hoje” (Abramo, apud Marconi, 1980: 179/180)

3.1 O “déficit” de autonomia interpretativa

As diversas formas de controle do Estado sobre jornais e revistas durante a ditadura militar exerceu forte impacto sobre o senso de coletividade do grupo profissional. A hostilidade do regime reconfigurou o modo de atuação dos produtores de notícias, enfraquecendo uma dada identidade em torno da qual eles buscaram historicamente legitimar o seu papel social. Ao mesmo tempo, produziu outros padrões de ação jornalística nos anos 1960 e 1970. Entendemos que a nova ordem política representou um “déficit” de autoridade dos profissionais de imprensa no plano político, rompendo com o conjunto de representações construídas desde o início do século XX, tais como a imagem do repórter como “cão de guarda” da sociedade. A adoção de diferentes mecanismos de cerceamento da informação, conforme expusemos acima, é indicativa das limitações e prejuízos à autonomia interpretativa do jornalista durante a ditadura.

Uma rápida revisão bibliográfica sobre os estudos de identidade jornalística mostra que, desde o início do século XX, sobressai a ideia da imprensa como instrumento fiscalizador dos poderes públicos. Essa auto-imagem construída sobre a profissão, que constitui uma marca de autoridade do campo jornalístico, pode ser encontrada nos artigos do *Jornal do Brasil*, alguns anos após a Proclamação da República. É o que demonstra Barbosa

(2000) em sua pesquisa sobre as relações entre a imprensa, o poder e o público⁸⁷. Em 15 de novembro de 1900, o editorial publicado pelo periódico destaca esse papel denunciador que deveriam assumir os jornais. Essa postura combativa em que o diário se auto-atribuíu o papel de atuar como “olhos e ouvidos da sociedade”, pelo menos no nível retórico, não se restringia ao *Jornal do Brasil*. Informar para formar opiniões era a palavra de ordem:

“Por não termos aspirações políticas podemos agir livremente, como jornalistas, censurando o abuso das autoridades, advogando a causa dos fracos, batendo-se sempre pelas garantias constitucionais, atacando veementemente o Poder, sempre que ele exorbita de suas atribuições” (*Jornal do Brasil*, 15/11/1900, p. 1)

Depois foram atribuídas diferentes visões sobre a atuação do jornalista, que estão relacionadas diretamente com a conjuntura política e social em que ele esteve inserido ao longo do século XX. A noção de que o repórter está invariavelmente comprometido com a verdade, não se subordinando a nenhum outro interesse que não seja o público, forneceu historicamente as condições de aceitabilidade do discurso jornalístico. A “missão social” permaneceu como marca distintiva da imprensa, ainda que, na prática, ela atuasse como porta-voz de grupos políticos em razão das especificidades do contexto jornalístico brasileiro e seus vínculos com o poder.

Ainda era possível perceber o papel dos jornais como formadores de opinião no contexto do movimento de 31 de março/ 1º de abril de 1964. Como vimos, a imprensa assumiu naquele momento a função de porta-voz legítimo da população com o poder de definir os rumos políticos do país. Os jornalistas participavam como atores políticos privilegiados na defesa do interesse coletivo, mais do que qualquer outra instituição (Barbosa, 2007). Os jornais, de um modo geral, saíram em defesa da “Revolução de 1964”. A *Última Hora*, de Samuel Wainer, foi um dos poucos veículos da grande imprensa que dava sustentação ao governo de João Goulart.

Como observa Aquino (1999), ao legitimar o golpe, grande parte da imprensa mostrava-se coerente com uma tradição na forma como via a representação de uma nação democrática. A concepção liberal formulada por John Locke percebe, por exemplo, a liberdade de expressão como um direito inalienável do homem. Enquanto o governo não

⁸⁷ A pesquisadora analisou o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e *Jornal do Commercio*, destacando as mudanças por que passavam os diários e o novo papel que esses veículos assumiram na sociedade entre 1880 e 1920.

interfere neste direito, há uma aproximação ideológica entre Estado e os proprietários dos jornais. Esse modelo de liberalismo *lockeano* justifica a defesa, também nos editoriais do *O Estado de S. Paulo*, da intervenção “democrática” dos militares. Para o diário, as propostas do governo João Goulart representavam uma ameaça aos direitos naturais, à felicidade e ao bem-estar dos indivíduos e, portanto, deveriam ser combatidas. Em depoimento reproduzido em Marconi (1980), o diretor e co-proprietário do jornal, Ruy Mesquita, comenta a tradição liberal e democrática do periódico:

“Meu pai, que participou, como eu também, da conspiração que redundou na Revolução de 1964 – tínhamos reuniões diárias com militares que se opunham à situação e que acabaram derrubando Goulart – sabia que não era possível, caso a Revolução saísse vitoriosa, implantar imediatamente depois um regime plenamente democrático. Era forçoso impor um período de anormalidade política até que se saneasse o campo político brasileiro para que se pudesse reiniciar o processo democrático no país” (Mesquita, apud Marconi, 1980: 172)

Essa postura ideológica ficou bem evidenciada nos editoriais publicados nos dias que antecederam ao golpe. *O Estado de S. Paulo* exigiu uma resposta do Exército diante das reformas e do clima de convulsão social. Com a instauração da ditadura militar, o diário publicou, em 02/04/1964, a manchete “Democratas dominam toda a nação”, anunciando também que a “vitória” repercutia no exterior.

Outros periódicos defenderam entusiasticamente a intervenção militar, como foi o caso do *Correio da Manhã*. Em editoriais publicados em 31 de março e 1º de abril de 1964, intitulados, respectivamente, “Basta!” e “Fora!”, o jornal explicitava a sua opção pelo movimento golpista e exigia a derrubada de Jango. No dia 1º de abril, escreve: “A nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma saída a dizer ao Sr. João Goulart: saia!”. O jornalista Carlos Heitor Cony, que assinava a coluna “Da arte de falar mal”, apresentou, no entanto, uma posição bem diferente da linha editorial do matutino na sequência dos acontecimentos. Em 2 de abril de 1964, o jornalista publica o primeiro de uma série de artigos em que faz duras críticas ao movimento civil-militar⁸⁸.

⁸⁸ A crônica “Da salvação da Pátria” abre a série de artigos de Cony contra o golpe de 1964. Em seu livro “O ato e o fato”, o jornalista reúne as crônicas publicadas no *Correio da Manhã*. No artigo “Revolução dos caranguejos”, escreve: “Sem medo, e com coerência, continuo afirmando: isso não é uma revolução. É uma quartelada continuada, sem nenhum pudor, sem sequer os disfarces legalistas que outrora mascaravam os

O papel ambíguo do *Correio da Manhã* marcou de um modo geral a atuação da imprensa, que alternou momentos de recuos e aproximações com o Estado autoritário. Gradualmente, a polêmica e o traço opinativo se afastaram das páginas dos jornais. Esse processo se acentuou com o recrudescimento da censura após a edição do AI-5, em dezembro de 1968. Em períodos democráticos, os debates políticos sempre foram um dos principais elementos de identificação dos órgãos noticiosos com os seus públicos. As controvérsias suscitadas nos anos 1950 por Samuel Wainer, pela *Última Hora*, e Carlos Lacerda, pela *Tribuna da Imprensa*, demonstram o grau de influência dos jornais em decisões políticas. Porém, durante a ditadura, em razão de uma série de arbitrariedades, incluindo perseguições a jornalistas, invasões de redação, apreensão de exemplares, prisões e torturas, a “imprensa deixou de representar, política e ideologicamente, o conjunto dos seus leitores” (Hons, 1982: 82).

Como reivindicar o papel de fiscalizador do poder público se o trabalho jornalístico passa a ser mediado por mecanismos de repressão? O protagonismo assumido pelos produtores de notícias como intermediários entre o acontecimento político e o público torna-se incompatível com a realidade do pós-1968, a exemplo do que ocorrera durante a vigência do DIP no governo Vargas. Como consequência do sistema autoritário, a perda do matiz político e ideológico rompe com o discurso denunciador da imprensa, auto-imagem que vinha sendo construída desde o início do século XX, à exceção do período do Estado Novo, como modo de legitimação da sua atuação na sociedade.

Algumas estratégias isoladas de jornais e revistas buscaram chamar a atenção para a falta de debate político numa tentativa de estabelecer pontos de aproximação com seus leitores. O *Estado de S. Paulo* passou a publicar poemas de Luiz de Camões em substituição ao material vetado pela censura. O mesmo ocorreu com as receitas culinárias do *Jornal da Tarde*. Poderíamos citar ainda as opções pelas tarjas negras (*Tribuna de Imprensa*) e as ilustrações com figuras demoníacas (*Veja*).

No dia seguinte ao AI-5, o *Jornal do Brasil* também publicou uma edição que se tornaria um emblema mítico da resistência da imprensa diante do regime militar: na primeira página, anuncia no canto superior direito “Ontem foi o dia dos cegos”, numa alusão aos

pronunciamentos militares. É o tacão. É a espora. A força bruta, o coice. Que os caranguejos continuem andando para trás. Nós andaremos para frente, apesar dos descaminhos e das ameaças” (Cony, 1964: 19).

tempos difíceis em que entrava o país; no canto superior esquerdo, o famoso quadro sobre a previsão do tempo, denunciando metaforicamente as turbulências políticas⁸⁹. Os censores começaram a fazer os cortes na redação, mas o jornal foi refeito na oficina para, nas palavras de Dines, “pelo menos naquela edição marcar posição contra a censura, porque eu previa que a coisa ia ser muito prolongada” (Marconi, 1980: 183). Uma grande foto vertical ocupou o espaço do editorial na página 6. Nela, um campeão mundial de judô era derrubado por seu filho. A imagem da brincadeira doméstica foi também uma alternativa que o diário encontrou para traduzir, por metáforas, o mais violento golpe à democracia e às liberdades individuais durante a ditadura.

Por força do contexto político, a polêmica e a opinião ficavam restritas a algumas estratégias isoladas de jornais e revistas e tais códigos nem sempre eram compartilhados pelos leitores. Na mesma edição, o *Jornal do Brasil* foi impedido de fomentar a discussão política sobre as consequências do AI-5 no noticiário e nas suas páginas de opinião. A página 6 era reservada normalmente para publicação de dois ou três editoriais, além de artigos de opinião. Os textos opinativos foram redigidos na noite de 13/12/1968, mas vetados pela censura. É inédita a divulgação do conteúdo de dois editoriais – “A aparição” e outro sem título – e do artigo “O desaparecido”. Reproduzimos na íntegra os dois editoriais e parcialmente o artigo pela importância dos textos como registro histórico e contribuição ao debate sobre o “déficit” de autoridade interpretativa do jornalista brasileiro durante a ditadura. A ordem dos textos foi preservada. Pela numeração, supõe-se que esta seria a sequência na qual deveriam ser diagramados. As laudas originais encaminhadas para o revisor podem ser consultadas no anexo:

“A aparição” - A noite tenebrosa desceu sobre o Brasil. A vitaliciedade e a inamovibilidade dos juízes foram expurgadas, a autonomia dos Estados da Federação desapareceu, o instituto do habeas-corpus, nosso vínculo com a civilização jurídica, acabou de um golpe, que autoriza o Governo, a seu talante, decretar o estado de sítio e prorrogá-lo sem prestar contas a ninguém.

No entanto, o país inteiro sabe que nenhuma ameaça, vinda do Exterior, pode ser invocada. Não há desordem nos campos nem nas cidades, cujas ruas apresentam o movimento de véspera de Natal, época de bons augúrios e presentes. O movimento comercial de fim de ano responde pela normalidade econômica.

⁸⁹ O quadro meteorológico informava: “Nuvens negras ameaçam o país. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máxima: 38° em Brasília. Mínima: 3° nas Laranjeiras” (*Jornal do Brasil*, 14/12/1968).

Todos os indícios de normalidade não pesaram nada na hora de uma desforra política, gerada pelo ressentimento da derrota que foi fruto exclusivo da imperícia política dos responsáveis.

Se alguém ou alguma coisa trabalhava contra a consecução do ideal revolucionário de 64, é inútil buscar fora deste governo os responsáveis, que estão do lado de dentro. A perda da continuidade, a falta de rumo, o despreparo, a ausência de convicção, o desamor pelo compromisso democrático, frustraram os resultados que já se prenunciavam. Quem devia bater no peito, em confissão de culpa, lança-se em agressão contra oitenta milhões, usurpados em seus direitos e liberdades devolvidos pela Constituição de 67.

O documento de arbítrio retardatário tem as assinaturas dos que não se pejaram de vincular-se à responsabilidade sinistra. São os que falharam no prosseguimento das responsabilidades de 64 os signatários do papel negro, cujo destino é a condenação universal fulminante, com a execração de um povo que já provou sua aptidão para a democracia e o desenvolvimento.

A todos eles o povo, com procuração da História, cobrará responsabilidades, tão logo o direito se restaure e a lei se sobreponha ao arbítrio que já traz ao nascer os germes da morte.

Texto s/ título – Uma nação inteiramente aturdida recebeu ontem à noite a comunicação de que deixaram de vigir todos os direitos individuais, substituídos pelo império do arbítrio. De agora em diante, subverte-se um princípio jurídico universal, que é a presunção de que todos são inocentes até prova em contrário.

Desde ontem, no reinado das trevas, a presunção é outra: somos todos previamente culpados e nos cabe como castigo provar inocência, porque entrou em vigor, antes mesmo da publicação, um novo Ato Institucional, com margem ilimitada de arbítrio político. Solenemente precedido de uma dissertação oral do Ministro da Justiça, o instrumento discricionário é uma contundente agressão às franquias democráticas e aos direitos individuais, que a própria Constituição autoritária, feita na medida das necessidades de defesa e preservação da ideia revolucionária de 64, havia consagrado.

O Ato Institucional declara em vão que é mantida a Constituição por ele derogada em tudo que representava possibilidade de restauração democrática. É igualmente inócua, meramente decorativa, a ressalva do preâmbulo que o Governo editava o documento de arbítrio, além do aspecto interno mal explicado, para preservar o nome internacional do Brasil. É o efeito oposto que conseguirá atingir, pois o mundo tomará ciência de que o Brasil passa a equiparar-se, em matéria de violência antidemocrática, ao refinamento soviético e à brutalidade fascista.

Com ele, entrou em recesso o Congresso, suspendeu-se a vigência da Constituição, os direitos individuais e as liberdades democráticas são varridas da superfície, como lixo. O mundo entenderá o que se passou ontem no Brasil como uma aberração, pois já havia tomado nota de que se cumprira uma etapa de arbítrio, da qual restara uma Constituição. A Revolução de 64 estava consolidada numa Constituição. Editar um ato de arbítrio é retroagir às trevas jurídicas.

“O desaparecido” – No curso das últimas 72 horas o Brasil está vivendo aquela estranha experiência noturna de um pesadelo que se repete. Da primeira vez que ocorre, o pesadelo tem ligação direta com uma situação real. Depois adquire vida própria. Volta, cíclico, repetindo por nada o mesmo terror e a mesma angústia.

Estamos, por outras palavras, revivendo, ninguém atina por que, os últimos dias de março de 1964. Naquela ocasião o país viveu horas realmente duras. Em toda a história da República, aquele foi o instante de maior incerteza (...).O famoso Dispositivo Militar que o Sr. Goulart teria armado praticamente não existia, como se comprovou ao soar a hora de sua inevitável deposição. Mas a fermentação das bases das três armas, esta estava em marcha. Dado mais algum tempo ao tempo a agitação nos escalões inferiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica iria ensejar, através da indisciplina das bases, a transformação do Brasil numa estrada plana para a fundação da República Sindicalista (...).

Estamos agora diante de um novo movimento, diante de um novo Ato Institucional. Só que o povo assiste a tudo bestificado. Em lugar de revolta diante de um Governo que o empurrava ladeira abaixo, sem saber para que abismo, o povo apenas contemplava um Governo morno mas respeitador da ordem. A crise de agora foi feita em casa, nos palácios do Executivo e dos Ministros. O pretexto foi um discurso de três minutos pronunciado no pinga-fogo da Câmara dos Deputados, serviu para que se deitasse fogo ao país. E não o fogo de algum incêndio destinado a depurar alguma coisa: um fogo de fósforo aplicado a um montão de palha cuidadosamente posta a secar, ao sol da confiança popular.

(...) Porque essa é uma estranha revolução do Governo contra si mesmo, uma espécie de autoflagelação que não interessa a ninguém. O Sr. João Goulart agiu, em março de 1964, como um demente expansivo, a gritar nas praças públicas. O Governo atual age de dentro da sua própria loucura, incomunicativo, austero e apagado. O outro foi deposto pelo povo. Este depõe-se a si mesmo diante do povo, assina seu óbito de Governo democrático.

Em menos de quinze anos este país desventurado viu esboroar-se o poder de três maneiras: pelo suicídio, pela renúncia, pela deposição. Faltava esse espetáculo de suicídio branco, da renúncia em que ninguém abandona o poder, da deposição em que não se apeia ninguém. Fechado em si mesmo, talvez o Governo se esteja sentindo mais forte. Do ponto de vista do povo, da Nação, é um Governo que, por mágica de sua própria invenção, desapareceu.

A baixa representatividade de matérias políticas consagradas no programa da Esso, considerado o mais importante concurso da imprensa brasileira, reflete a conjuntura política que vivia o país no pós -1964. O período que antecedeu a edição do AI-5 ilustra bem como o fechamento político do regime militar teve impacto sobre a produção jornalística, se restringirmos a análise aos trabalhos avaliados pela comissão julgadora do concurso. Em 1967 e 1968, duas reportagens sobre futebol foram consideradas os melhores testemunhos jornalísticos: respectivamente “Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”, do *Jornal do Brasil*, e “Juiz, ladrão e herói”, publicada pelo *O Estado de S. Paulo*.

Outras matérias premiadas na categoria principal também se ocupavam de temas variados, sem vinculação diretamente política, como vimos na análise dos subtemas entre 1964 e 1978. Além do esporte, os trabalhos vencedores concentravam o enfoque em assuntos de infra-estrutura urbana (“Receita para São Paulo”, do *Jornal da Tarde*, em 1971), comportamento (“Os filhos proibidos”, de *Fatos e Fotos*, em 1965, e “Psicanálise – remédio ou vício?”, da *Última Hora*, em 1969), cotidiano das drogas e meio ambiente, com reportagens sobre a região amazônica e a situação indígena. Luiz Orlando Carneiro, membro da comissão julgadora em três edições (1971, 1974 e 1975), explica, em depoimento na edição comemorativa dos 25 anos do Prêmio Esso (1980), que era “inevitável que as matérias mais importantes dos grandes jornais tratassem de aprofundar questões relevantes, mas aparentemente não-censuráveis, como a qualidade de vida nos centros urbanos ou a problemática da preservação dos ecossistemas” (idem: 101).

No cenário em que a atuação da imprensa esteve mediada pelo controle do Estado, outros padrões de ação foram colocados em prática para legitimação da atuação desses profissionais. Nesse sentido, quais foram as representações em torno das quais os jornalistas negociaram sentidos sobre sua profissão para compensar a perda do seu poder interpretativo no plano político?

Importa considerar a evolução dos modos de vida na sociedade brasileira nas décadas de 60 e 70 e o interesse dos leitores por temas específicos. Em sua pesquisa acadêmica sobre a revista *Realidade*, Moraes (2007) divulga um estudo arquivado no Departamento de Documentação da Editora Abril sobre a preferência dos leitores entre 11 assuntos oferecidos pela publicação, antes do seu lançamento, em janeiro de 1966. Intitulado “Pesquisa Editorial sobre a revista *Realidade*” pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (Inese) de São Paulo, o trabalho revelou que o assunto “Política nacional” foi considerado pelos entrevistados de natureza “pouco interessante”. Afirmo a autora que “independentemente do sexo, idade ou classe social, temas ligados à ciência e progresso, grandes problemas brasileiros, e sexo e educação social estão sempre entre os assuntos de maior interesse para os leitores” (2007: 122). A partir dos dados do Inese, Moraes conclui que a temática de esportes é considerada “muito interessante” por 50% dos homens e “quanto mais velho o leitor, maior o interesse por assuntos de religião” (idem).

Outra pesquisa utilizada por Skidmore (1988) em seu extenso trabalho sobre a ditadura brasileira, também mostra um distanciamento da população em relação ao momento político que atravessava o país. No entanto, ressalta-se neste caso que a consulta de opinião foi realizada em 1972-1973, período de violenta repressão pelas forças policiais e militares. O resultado do estudo mostrou que “para os pobres, a política cede a vez à pobreza e, para os ricos, ao crescimento industrial e às amenidades que o acompanham” (McDonough, apud Skidmore, 1988: 309). A pesquisa destaca ainda que em nenhum momento, a despeito de uma divisão por classe social, “a participação política sai do último lugar na escala de prioridades da massa” (idem).

No início dos anos 1970, o país vivia um momento de euforia econômica, com um crescimento em torno de 10% ao ano, o que contribuía para tirar o foco da população dos principais acontecimentos políticos da época. Com a alta do poder aquisitivo do brasileiro, a classe média ingressava na sociedade de consumo, adquirindo novos bens. O tricampeonato mundial da seleção na Copa do Mundo do México, em 1970, reforçou ainda mais a imagem do país como potência mundial. Enquanto proporcionava progresso material a setores até então excluídos, o aparato repressivo continuava em pleno funcionamento.

Especializado em cobertura esportiva, o jornalista Vital Battaglia, um dos autores da série “Juiz, ladrão e herói”, de *O Estado de S. Paulo*, vencedora do Prêmio Esso em 1968, comenta, em entrevista ao autor, como o futebol era usado com um dos pilares da propaganda triunfalista do governo Médici:

“A ditadura usava o futebol como meio de popularização. A Arena, partido da ditadura, colocava clubes no campeonato nacional e construía estádios para ganhar eleições secundárias. Durante a Copa de 70, havia até um jingle do governo: ‘90 milhões em ação, salve a seleção. De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo o Brasil deu a mão’. Enquanto o povo se entretinha com o futebol, centenas de pessoas, ligadas a movimentos de esquerda, eram assassinadas”⁹⁰.

Esse contexto ajuda a explicar a valorização de outras temáticas no noticiário, pois, como afirma Hons (1982), “a imagem do mundo dada pelo jornal diário tem de encontrar correspondências no vivido dos seus leitores” (idem: 87). A divisão das editorias no noticiário sofre reformulações: matérias políticas passam a ocupar menos espaço e são deslocadas para páginas consideradas menos nobres dos jornais. Devido a essa reorientação

⁹⁰ Entrevista concedida ao autor, por email, em 29/10/2009.

editorial, repórteres dessa seção começam a cobrir assuntos da cidade. O período marca ainda o fortalecimento do jornalismo econômico, embalado pelo discurso de prosperidade do governo, embora esse tipo de reportagem não tenha sido contemplado com o Esso nacional entre 1964-1978, apenas em categorias secundárias do concurso.

Também é interessante observar que algumas matérias premiadas, apesar de não terem sido enquadradas na unidade temática “Política nacional”, apresentavam algumas questões sensíveis para os militares. É o caso da série “Cem dias na Amazônia de ninguém”, do *Jornal do Brasil*, premiada em 1964, e da edição especial sobre a Amazônia, da revista *Realidade*, que conquistou o prêmio em 1972. No primeiro exemplo, o repórter fotográfico Walter Firmo não adotou um discurso denunciador, mas procurou apresentar alguns problemas que faziam parte do dia-a-dia dos habitantes da região, como a fome, a malária, a falta de assistência médica, o desemprego e o analfabetismo. Do mesmo modo, a equipe de *Realidade* tratou das condições de vida dos ribeirinhos, incluindo a questão da degradação do meio ambiente, as doenças típicas do subdesenvolvimento, a falta de vigilância nas fronteiras, a ocupação desordenada do solo e a exploração ilegal das riquezas minerais. Podemos citar também a reportagem “Expedição de contactação dos índios kranhacarore”, de *O Estado de S. Paulo*. A série escrita por José Marqueiz, vencedora do concurso em 1973, apresentou críticas à política indigenista brasileira e ao processo de esvaziamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão do Governo. O detalhamento de todas as matérias premiadas será apresentado no próximo capítulo.

Outro exemplo é “Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”, produzida pelo jornalista João Máximo, do *Jornal do Brasil*. O trabalho de Máximo, consagrado no Prêmio Esso de 1967, apontou as dificuldades de jovens jogadores pobres que, acometidos por doenças provocadas pela desnutrição, eram obrigados a interromper a carreira no futebol. Sobre a reportagem do *JB*, o jornalista Zevi Ghivelder, julgador do concurso nas edições de 1972 e 1973, afirma:

“Na vida, se você não se ocupar da política, a política se ocupa de você. Realmente a matéria sobre o futebol tem um cunho social forte e por isso passa a ter uma importância política. Cada caso é um caso. Diversas matérias acabaram tendo um cunho político, mas não, digamos, no sentido da denúncia, da reivindicação, e sim de constatação, retratando o que estava acontecendo no país”⁹¹.

⁹¹ Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009 no Rio de Janeiro.

Alberto Dines tem uma opinião bem diferente a esse respeito, apontando o caráter historicamente elitista da imprensa nacional.

“O jornalismo brasileiro ainda não tinha chegado plenamente a esse estágio de consciência social. Não saía da redação para subir a favela, porque a favela não era um problema social. A matéria sobre o futebol era uma constatação sobre o caminho do futebol de várzea até a fama, mas não teve impacto político. Foi uma grande matéria e ponto”⁹².

Entre as visões antagônicas apresentadas pelas fontes entrevistadas, queremos demonstrar que algumas reportagens premiadas na área social e esportiva, sem utilizarem um discurso denunciador ou fiscalizador do poder público, expressavam sim determinados aspectos da realidade brasileira, mas em outras instâncias não nitidamente políticas. Através de temáticas aparentemente não-censuráveis, os jornalistas encontravam espaço para discutir o país. Idealizador do Prêmio Esso nos anos 1950, Ney Peixoto compara a atuação de jornalistas no período com a de compositores da MPB. “Chico Buarque, Caetano Veloso e outros usaram a criatividade e temas aparentemente inocentes para sobreviverem musicalmente durante o regime militar. O jornalista fez o mesmo, escrevendo sobre temas mais amenos e o Prêmio Esso seguiu essa tendência”⁹³.

A abordagem sobre temas “amenos”, utilizando a expressão de Ney Peixoto, não deve ser interpretada, contudo, como um ato propriamente político ou de resistência por parte do campo jornalístico. Eram trabalhos pontuais movidos por outras questões que estavam na agenda jornalística de acordo com o momento histórico vivido. As reportagens sobre a Amazônia, de *Realidade*, por exemplo, não partiram de uma escolha premeditada da revista pela possibilidade que o assunto oferecia para veiculação de denúncias de contestação contra o regime. A ocupação da Amazônia, no início dos anos 1970, era considerada um dos projetos prioritários do governo Médici, pois ajudaria a combater o excesso de população no Nordeste e assegurar a soberania nacional. Uma série de projetos de infra-estrutura anunciados para a região já também justificava, dentro dos critérios de noticiabilidade compartilhados por jornais e revistas, a realização de matérias sobre o tema.

3.2 As cerimônias de premiação como espaço de construção de autoridade

⁹² Entrevista concedida ao autor em 20/10/2009 no Rio de Janeiro.

⁹³ Entrevista concedida ao autor por email em 13/11/2009.

Ex-correspondente na França do *Jornal do Brasil*, onde também foi editor da seção Internacional, Luís Edgar de Andrade passou o ano de 1968 cobrindo a guerra do Vietnã. Viajou por conta própria com o dinheiro que recebeu de indenização após ser demitido do jornal. Em dezembro de 1969, era o principal homenageado no almoço realizado no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, durante a cerimônia de entrega do Prêmio Esso. Luís Edgar venceu o concurso com uma matéria sobre a psicanálise, publicada na *Última Hora*. Longe dos campos de batalha de Khe Sanh, onde esteve no fim da ofensiva de Tet, o repórter recordou, no discurso de agradecimento, os momentos vividos por ele num outro tipo de guerra que também pôde testemunhar no Brasil:

“Certa noite de fevereiro do ano passado, eu estava em Da Nang no Vietnã do Sul. Ia partir na manhã seguinte para a base de Khe Sanh, cercada naquela ocasião pelas forças vietcongs. Um velho correspondente de guerra americano me disse: ‘Meu chapa, ainda que viva cem anos, você não esquecerá o inferno de Khe Sanh. Pois eu digo a vocês: esqueci Khe Sanh. No entanto, ainda que viva cem anos, jamais esquecerei os gritos que ouvi na noite de 14 para 15 de agosto de 1969 na cela de uma prisão brasileira’ (trecho do discurso de Luís Edgar de Andrade no Hotel Glória, em solenidade de entrega do Prêmio Esso, dezembro de 1969)

Ele preparou o discurso na máquina de escrever Olivetti, na qual também redigira a matéria sobre a psicanálise, poucos dias antes da solene cerimônia. Foi uma leitura breve, pausada, de apenas duas laudas, mas o teor duro da mensagem refletia o clima tenso do ambiente. Ao final da sua apresentação, dirigiu-se aos convidados com as seguintes palavras:

“Meus amigos, eu dedico este prêmio a todos os jornalistas que estiveram encarcerados inocentemente neste ano de ‘apagada e vil tristeza’. São Mateus, evangelista, um dos melhores repórteres que eu conheço, já dizia: ‘bem aventurados são aqueles que sofrem perseguição por amor da justiça’ (idem).

Luís Edgar foi preso numa manhã de domingo no restaurante do Hotel Danúbio, em São Paulo, onde estava hospedado. Chegara na manhã de quinta-feira para conhecer melhor a cidade, pois começaria a trabalhar na revista *Realidade*. Ao mesmo tempo, estava à procura de um apartamento para alugar. Lembrou de Jorge Miranda Jordão, um amigo que estava fazendo o caminho inverso. Miranda Jordão, jornalista da *Folha da Tarde* que se mudara para trabalhar com Samuel Wainer na *Última Hora* no Rio, tinha um apartamento

no Largo do Arouche, região central da cidade de São Paulo. Os dois haviam se encontrado, por acaso, na semana anterior à viagem de Luís Edgar, ocasião em que Miranda Jordão ofereceu-lhe o apartamento. Naquele domingo, Luís Edgar ligou então para falar com o colega, que estava morando num apartamento na Rua General Glicério, no bairro das Laranjeiras, Rio de Janeiro. Do outro lado da linha, estava um agente do Dops e outros policiais que invadiram o imóvel. Sem desconfiar, travou o seguinte diálogo:

- Pode chamar o Jorge? – perguntou o jornalista.

- Ele não está – respondeu o policial.

- O Jorge está em São Paulo? – insistiu Luís Edgar.

- Não sei – retrucou.

- Quem está falando? – prossegui o repórter.

- É o primo dele.

- A empregada está aí? – indagou ele.

- Não, ela desceu para comprar jornal – disfarçou o agente do Dops.

- Olha, vou deixar um recado. Se o Jorge chegar, você diz para ele que o Luis Edgar ligou de São Paulo. Estou no Hotel Danúbio...

O diálogo, reproduzido por Luís Edgar em entrevista ao autor, ocorreu por volta das 9h. Três horas depois, no restaurante do Hotel Danúbio, dois agentes das forças de segurança perguntaram-lhe: “O sr. é o Luís Edgar?”. Ao receberem a confirmação, deram a ordem de prisão. Luís Edgar recorda que o restaurante não estava cheio. Havia apenas algumas vencedoras de concursos estaduais de miss, hospedadas ali para participar de um desfile da Fenit, organizado pela indústria têxtil de São Paulo. “Não tinha a menor ideia dos motivos pelos quais estava sendo preso. Só mais tarde, num exercício de raciocínio, vim a descobrir sozinho porque me prenderam”⁹⁴.

As razões que levaram as forças policiais a prender o repórter em São Paulo tinham relação com um assalto à agência do Banco Nacional no bairro de Brás de Pina, subúrbio do Rio de Janeiro, ocorrido na quinta-feira anterior. Luís Edgar não tinha relação com organizações clandestinas, mas conhecia Flavio Tavares, um dos participantes do assalto.

⁹⁴ Entrevista concedida ao autor em 27/10/2009 no Rio de Janeiro.

Esse, por sua vez, também era amigo de Miranda Jordão e tinha uma cópia da chave do apartamento na Rua General Glicério, em Laranjeiras. “Depois do assalto, o Flávio escondeu nesse apartamento as armas e o dinheiro da ação em Brás de Pina. Quando ele foi preso, descobriram que tudo estava escondido lá, no apartamento da General Glicério”, explica o jornalista, atribuindo a prisão a uma infeliz coincidência⁹⁵. O assalto ocorreu pela manhã, aproximadamente no mesmo horário da sua viagem para São Paulo.

Após a abordagem no Hotel Danúbio, Luís Edgar foi levado para o batalhão da Polícia do Exército (PE) em São Paulo, onde permaneceu por mais de 24 horas, e transferido no dia seguinte para as dependências da PE do bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Ainda em São Paulo, sofreu agressões, choques elétricos e humilhações no “pau-de-arara” (método de tortura em que o corpo da vítima, com os punhos e pés amarrados, fica pendurado a uma certa distância do chão e que serve para a prática de outros tipos de agressões, como palmatória e afogamento).

As sessões de tortura foram aplicadas entre os dias 14 e 15 de agosto, como mencionou Luís Edgar em seu discurso na entrega do Prêmio Esso. O jornalista ficou preso por mais dez dias. No Hotel Glória, poucos meses depois, em dezembro de 1969, ele relatou a experiência do cárcere e defendeu a liberdade de imprensa para uma plateia que tinha entre os convidados um representante do governo, segundo ele um tipo de “porta-voz” da área de comunicação da Presidência da República. “Não fui preso depois da cerimônia, mas os jornais receberam instruções para não mencionar o discurso”⁹⁶. Os jornais brasileiros seguiram a orientação do governo. O período era de forte repressão política, mas a imprensa estrangeira, como o inglês *The Guardian* e a agência *France Press*, divulgou as declarações do repórter. Mais tarde, Luís Edgar teve sua atitude reconhecida pela Anistia Internacional. Eis a íntegra do discurso:

Meus amigos, pode parecer um pouco estranho que, neste ano de 1969, em que aconteceram alguns fatos importantes para a vida brasileira, o Prêmio Esso Nacional de Jornalismo seja dado a uma reportagem sobre o problema da psicanálise. Mas, como costumam dizer os personagens de minha história, Freud explica.

⁹⁵ Idem

⁹⁶ Idem

Afinal de contas, o que é a psicanálise? Eu respondo citando a definição do psicanalista Hélio Pelegrino: psicanálise é a ciência da liberdade humana. Quer dizer, a psicanálise é um processo de libertação do homem.

Meus amigos, venho aqui, com humildade profissional, receber o Prêmio Esso, mas, se me permitirem uma confidência, eu digo a vocês francamente: o prêmio a que poderia aspirar um repórter brasileiro, neste ano de 1969, seria algo de mais elementar: a liberdade de imprensa.

Quando eu digo liberdade de imprensa, não tenho a veleidade de estar reivindicando o direito de publicar minhas opiniões. Essa é outra história.

Quando me iniciei nesta profissão de repórter, considerada hoje um tanto quanto suspeita, ensinaram-me que repórter não opina. Repórter informa. E olhe lá!

Depois disso, a experiência profissional dentro e fora do Brasil me ensinou que na imprensa o direito de opinar não pertence aos jornalistas. Pertence ao Estado nos países totalitários. Pertence aos donos de jornais nos países democráticos.

Pois bem, como eu não sou dono de jornal, mas repórter, a liberdade de imprensa a que aspiro é o direito de relatar o que acontece, toda vez que um jornal brasileiro me manda fazer uma cobertura.

Pois bem, como eu não sou o Estado, mas um cidadão, a liberdade de imprensa a que aspiro é o direito de ser informado sobre o que acontece, toda vez que compro nas bancas um jornal brasileiro.

Vivi seis anos da minha vida fora do Brasil como correspondente. Durante esse tempo, é óbvio, eu me informava sobre os acontecimentos brasileiros através dos jornais franceses e americanos. Nunca poderia passar pela minha cabeça que um dia, morando no Brasil, eu precisasse assinar – eu disse assinar – o *Le Monde* e *L'Express* de Paris, o *New York Times*, o *Time Magazine* e *Newsweek*, para saber alguns fatos que ocorrem neste país, em que nasci, no qual trabalho e para cujo Tesouro pago impostos.

Dois anos atrás, neste mesmo almoço, meu colega Zuenir Ventura dizia: “O melhor jornal brasileiro, hoje, seria feito não com o que se publica, mas com o que se deixa de publicar”. E eu acrescento agora: de todas as matérias que escrevi, no ano deste prêmio, a mais importante não pode ser publicada.

Certa noite de fevereiro do ano passado, eu estava em Da Nang no Vietnã do Sul. Ia partir na manhã seguinte para a base de Khe Sanh, cercada naquela ocasião pelas forças vietcongs. Um velho correspondente de guerra americano me disse: ‘Meu chapa, ainda que viva cem anos, você não esquecerá o inferno de Khe Sanh. Pois eu digo a vocês: esqueci Khe Sanh. No entanto, ainda que viva cem anos, jamais esquecerei os gritos que ouvi na noite de 14 para 15 de agosto de 1969 na cela de uma prisão brasileira.

É muito significativo que, entre os dez premiados desta festa, dois tenham passado em 1969 pela experiência do cárcere, de onde saíram com atestados de inocência.

Meus amigos, eu dedico este prêmio a todos os jornalistas que estiveram encarcerados inocentemente neste ano de ‘apagada e vil tristeza’. São Mateus, evangelista, um dos melhores repórteres que eu conheço, já dizia: ‘bem aventurados são aqueles que sofrem perseguição por amor da justiça.

O outro premiado preso pelo governo militar a que se refere Luís Edgar no discurso é o jornalista Marcos de Castro, de *Realidade*. Castro ganhou em 1969 o Prêmio Esso de Informação Científica pela matéria “Marcinha tem salvação: amor”.

Se a baixa representatividade de reportagens políticas no resultado do concurso entre 1964 e 1978 aponta para o apagamento de uma dada identidade profissional caracterizada por um discurso denunciador ou fiscalizador das ações do Governo, as cerimônias de entrega da premiação não se enfraqueceram como espaço de construção de uma autoridade jornalística baseada nesse tipo de valor. Pelo menos em algumas edições do concurso, no período escolhido para a análise, os premiados utilizaram o evento como tribuna para denunciar a violação de direitos humanos e criticar a censura e a falta de liberdade de imprensa. As solenidades se constituíram assim como fórum de discussão, espaço privilegiado para os profissionais tornarem público o que não podia divulgado no noticiário.

O discurso de Luís Edgar em 1969 ilustra essa lógica quando afirma que a matéria mais importante – a que remontaria os momentos de terror que viveu no cárcere – não poderia ser publicada naquele ano. Sem desmerecer a série de reportagens que escreveu sobre a psicanálise, ele reconheceu que “o prêmio foi dado a uma matéria bem feita num ano em que havia uma limitação muito grande em cobrir os assuntos realmente mais importantes”⁹⁷. Os momentos de maior confronto e contestação do campo jornalístico em relação ao político podem ser observados em outras solenidades em reconhecimento aos jornalistas premiados do programa da Esso. O próprio Luís Edgar citou trecho do discurso de Zuenir Ventura, que atuou como relator da comissão julgadora em 1967. Na ocasião, durante almoço de entrega do prêmio no Hotel Glória, Ventura afirmara: “O melhor jornal brasileiro, hoje, seria feito não com o que se publica, mas com o que se deixa de publicar”.

As declarações sinalizam, portanto, que as reportagens premiadas nos chamados “anos de chumbo” eram os melhores trabalhos inscritos no concurso, mas não necessariamente os melhores trabalhos da imprensa no período, porque estes não podiam ser publicados em razão do controle do Estado ou, mesmo se publicados, poderiam não ganhar o destaque através do prêmio. O jornalista Ruy Portilho, atual organizador do Prêmio Esso, comenta esse aspecto:

⁹⁷ Entrevista de Luís Edgar concedida ao autor em 27/10/2009 no Rio de Janeiro.

“Seguramente aconteceu que alguns dos melhores trabalhos talvez não tivessem sido publicados da maneira como foram redigidos. Alguns sequer foram publicados. Alguns já saíram da máquina de escrever natimortos, sem nenhuma chance de que seriam publicados. E nesses casos poderíamos ter algum trabalho excepcional que a ditadura não permitiu que fosse publicado e que pudesse vir a ser premiado futuro”⁹⁸.

Zevi Ghivelder acredita que a censura não permitiria a publicação de trabalhos jornalísticos de conotação política que viessem a merecer o Prêmio Esso:

“As matérias políticas praticamente não existiam, passavam ao largo, porque era o tempo da ditadura. Algumas talvez tivessem conseguido driblar a censura, mas se comesçassem a ter uma dimensão que justificassem a sua participação como concorrente ao prêmio, provavelmente teriam sido censuradas”⁹⁹.

Para além da discussão sobre a influência do contexto político sobre o resultado do concurso e o mérito das reportagens avaliadas pelas comissões julgadoras, as cerimônias de premiação, na avaliação de Ruy Portilho, serviram como uma “janela onde a censura não se manifestava”. Ele complementa: “E quando a censura era tão forte que o Prêmio Esso praticamente não tinha o que premiar, existia uma pequena janela nos almoços de premiação onde o premiado usava do microfone e para uma plateia de jornalistas tecia duras críticas à censura, duras críticas ao regime”¹⁰⁰.

Foi o que aconteceu em 21 de dezembro de 1970 durante a solenidade de entrega do Prêmio Esso para o jornalista Carlos Chagas, de *O Globo*. Ele conquistou a premiação na categoria principal com a série de reportagens “113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente” sobre os últimos dias do presidente Costa e Silva no poder, de 26 de agosto de 1969, quando um acidente vascular agravou seus problemas de saúde, até a sua morte em 17 de dezembro do mesmo ano. Em seu discurso, no salão nobre do Hotel Glória, diante de cerca de 200 jornalistas, condenou a censura à imprensa e o processo de “subversão não apenas do jornalismo, mas dos princípios elementares da ética e da moral que deveriam reger a sociedade” (Chagas, 1979: 251).

Nos sistemas totalitários, nos regimes de exceção, da esquerda ou da direita, a notícia nada mais é do que um agente a serviço do Estado, ou melhor, dos interesses e das idiossincrasias dos homens ou dos grupos que em determinado momento dirigem o Estado. Torna-se a antinotícia, pois quando lhe permitem

⁹⁸ Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009.

⁹⁹ Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009.

¹⁰⁰ Idem

aparecer nas manchetes, nas colunas, nos microfones ou nos vídeos, ela reflete o oposto da realidade dos fatos, ela invariavelmente traz a meia-verdade, ou até a mentira integral.

No entanto, não se situam apenas na extrema direita ou na extrema esquerda os alçozes da notícia. Especialmente nos países em desenvolvimento, ainda sem estruturas sociais completas, notamos acentuar-se um fenômeno que igualmente envolve, torce, viola e degrada a notícia: a influência de grupos que estabelecem a ditadura de seus interesses e não raro transformam os veículos e as próprias notícias em trampolim para seus objetivos. Não necessito dar exemplo de nenhum dos casos. A realidade está à vista de todos.

Associando democracia à imprensa livre, Carlos Chagas afirmou que todos os jornalistas deveriam lutar pela sobrevivência da notícia para que pudessem sobreviver como profissionais. Criticou também o processo de autocensura, reafirmando a importância de a imprensa assumir uma postura de dignidade e resistência pela manutenção da liberdade de expressão: “que não caiba, pelo menos a nós, jornalistas, qualquer ônus pelo vilipêndio da notícia. Que outros assumam a tarefa de torcer, inverter, reduzir ou omitir” (Chagas, 1979: 252). Tal mobilização obrigaria o governo a institucionalizar a censura prévia no país. Reproduzimos a seguir outra passagem do discurso:

Assistimos, hoje, senão à morte, ao menos à enfermidade da notícia, por inanição. Nós, que somos cultores da notícia, que dela vivemos e para ela vivemos. Quando a notícia é reprimida, é a nós que estão reprimindo. Quando a notícia é sufocada, é a nós que estão sufocando. E não creio que nos caiba, como classe ou indivíduos, apenas o papel de sufocados e oprimidos.

Cabe-nos, companheiros, agora mais do que nunca, lutar pela sobrevivência da notícia – a nossa própria sobrevivência, e da sociedade, à qual servimos. Cabe-nos deixar bem claro, ao menos, que ofende a liberdade o fato de indivíduos, grupos ou classes pretenderem situar-se acima e além da sociedade, acima e além das notícias, imunes a elas mesmo quando as estão produzindo e, com fartura, atos e fatos geradores dessas notícias.

Cabe-nos deixar bem claro, ao menos, que ofende a verdade a pretensão dos que, depois de chamarem a si a direção e os destinos da sociedade, julgam que seus atos, suas querelas, suas crises, seus erros e seus acertos devem permanecer no limbo, sem divulgação, como se não dissessem respeito, também, à sociedade que passaram a dirigir.

O organizador Ruy Portilho relata algumas tentativas de intimidação dos militares contra os patrocinadores após a realização das cerimônias de entrega do prêmio. Segundo ele, diretores ou gerentes da Esso eram chamados a prestar esclarecimentos numa divisão do

Ministério do Exército, em Brasília, para explicar porque permitira que os homenageados fizessem discursos políticos em eventos organizados pela companhia. No início dos anos 1970, a empresa continuou realizando almoços de confraternização para homenagear os premiados, mas retirou do cerimonial a parte dedicada aos discursos.

Apesar da restrição, o jornalista Raimundo Rodrigues conseguiu realizar um protesto contra a ditadura na cerimônia realizada pela empresa em 1972 no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro. O fato é pouco conhecido, pois não há registros impressos da repercussão do ato de Raimundo nos jornais, muito provavelmente em razão do cerceamento de informações pelos órgãos de censura. Recuperamos o episódio a partir de depoimentos orais. Raimundo coordenou a equipe de jornalistas que preparou a edição especial sobre a Amazônia, da revista *Realidade*, vencedora em 1972 do Esso nacional e o de Melhor Contribuição à Imprensa.

Sem poder usar o microfone para denunciar as arbitrariedades cometidas durante o regime militar, o jornalista distribuiu cópias do discurso aos convidados e, como gesto simbólico, fez a leitura nas pilastras do MAM. Em entrevista ao autor, Raimundo Rodrigues conta que preparou um texto motivado pela tortura e morte do jornalista Luiz Eduardo Merlino¹⁰¹, do *Jornal da Tarde*, por integrantes da Operação Bandeirantes (Oban), que atuava como polícia política paralela, complementando a máquina de terror do Estado.

“Estávamos vivendo o impacto daquela morte, que teve uma certa repercussão. Os detalhes me escapam, mas fizemos um protesto contra a situação geral. Não dizia respeito ao prêmio em si nem ao mérito. A reportagem era extraordinária, mas não foi um protesto relacionado ao prêmio. Era um protesto contra a ditadura e dedicamos o prêmio ao Merlino”¹⁰².

¹⁰¹ Entrevista concedida ao autor, por telefone, em 14/11/2009.

¹⁰² Luiz Merlino fez parte da primeira equipe do *Jornal da Tarde*, fundado em janeiro de 1966. Iniciou sua militância no movimento secundarista e participou ativamente do movimento estudantil em 1968, quando ingressou no Partido Operário Comunista (POC). Sua militância era clandestina embora mantivesse vida legal, com seus documentos próprios e atividade profissional. Tinha 23 anos quando foi preso em sua casa, na cidade de Santos (SP), em 15/07/1971. Foi torturado nas dependências do DOI-CODI e seu corpo entregue à família em 20/07/1971. A versão oficial informou que ele teria se jogado embaixo de um carro na BR-116, na localidade de Jacupiranga (SP), após escapar da escolta que o estaria conduzindo para Porto Alegre “para entregar companheiros”. Cerca de 800 jornalistas compareceram à missa de trigésimo dia pela morte do jornalista na Catedral da Sé, em São Paulo, apesar do aparato repressivo montado no local. Informações extraídas do livro *Dos filhos deste solo - Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, pp. 512-516, e do site do CMI - Centro de Mídia Independente (<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/05/420456.shtml>).

Na ocasião, Raimundo Rodrigues comandava o jornal alternativo *Opinião*, um dos principais alvos dos censores. O controle no semanário se tornou mais ostensivo após a edição, em março de 1973, sobre a morte de um outro militante político, o estudante Alexandre Vanucchi Leme, de 23 anos, em circunstâncias semelhantes ao ocorrido com Luiz Merlino. Vanucchi também esteve preso nas dependências do DOI-CODI. O *Opinião* noticiou o caso e fez a cobertura da missa de sétimo dia em homenagem ao estudante.

Depois de algumas estratégias de intimidação do governo junto aos patrocinadores do concurso jornalístico, como a convocação de dirigentes da multinacional, e a decisão da empresa de proibir discursos dos premiados nos almoços de confraternização, a organização passou a promover cerimônias pequenas e informais nas próprias redações onde atuavam os jornalistas ganhadores, tirando o caráter solene do evento. De 1974 a 1977, a entrega do prêmio foi realizada com esse formato na sede dos jornais.

3.3 Múltiplas identidades

A hipótese de um “déficit” de autonomia interpretativa no plano político durante a ditadura militar (1964-1978) deve ser vista menos como um quadro geral e mais como um outro ângulo de reflexão sobre este amplo campo de possibilidades identitárias no campo jornalístico. Algumas representações sobre a profissão não estão incluídas, enquanto outras se interpenetram dentro de um processo permanente de interação. Conforme nos lembra Enne (2004), refletindo sobre a relação entre memória, identidade e imprensa, as identidades são “por vezes convergentes, em outras divergentes, mas sempre fluidas e movendo-se a partir de fronteiras interativas” (idem: 8). Resultam de conflitos, negociações e condições históricas e institucionais específicas.

Para os estudos de identidade, o processo de distensão política iniciado pelo governo Geisel é um exemplo que demonstra a impossibilidade de olhar para os jornalistas como um bloco uniforme, uma comunidade estática ou homogênea. Se havia uma certa cumplicidade da imprensa com o campo político, sobretudo nos anos subsequentes ao AI-5, um novo cenário parece se apresentar no contexto de abertura do diálogo político na sociedade: a retomada de um processo de autoconstrução dos produtores de notícias como descortinadores de assuntos até então silenciados e apartados do grande público.

O episódio envolvendo o jornalista Vladimir Herzog, encontrado morto, em 25 de outubro de 1975, nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército em São Paulo¹⁰³ foi um dos fatores históricos determinantes para o novo modo de atuação dos jornalistas. Conforme demonstram alguns trabalhos, é nessa conjuntura que a reportagem passa a ser mais investigativa e menos submissa às versões oficiais. Para alguns autores, a morte de Herzog ajudou a diminuir a prática da autocensura, instrumento tácito tão importante para a legitimação do regime. Este incidente no contexto de liberalização reconfigura o papel da imprensa, que passa “a agir com mais desenvoltura em defesa da volta à democracia, da anistia e da liberdade de expressão” (Abreu, 2002: 25). Segundo Kucinski “foi preciso o assassinato do jornalista pelo DOI-Codi de São Paulo para que o jornalismo complacente entrasse em crise generalizada dentro das redações” (Kucinski, apud Kushnir, 2004: 53).

O caso Herzog foi o momento culminante do conturbado ambiente político após a derrota da Arena, partido do governo, nas eleições parlamentares diretas, em novembro de 1974. Para o ministro da Justiça, Armando Falcão, os comunistas desempenharam papel decisivo na vitória da oposição nas urnas. Ao longo de 1975, as forças de segurança executam a ordem de Falcão e lançaram uma ofensiva contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Um dos alvos dessa ofensiva era Herzog, identificado como conspirador comunista pelo serviço de inteligência do II Exército. Ao ser informado que os órgãos de repressão estavam à sua procura, o jornalista compareceu espontaneamente ao DOI-Codi para depor sobre acusações de envolvimento com o PCB. No dia seguinte, o comando do II Exército informou que Herzog, então com 38 anos, teria se enforcado na cela, após ter assinado confissão declarando-se membro do partido comunista.

A versão oficial de suicídio foi desmentida por testemunhas presas na mesma época. O nome de Herzog consta na lista do Movimento Tortura Nunca Mais como vítima da ditadura militar no Brasil¹⁰⁴. A morte do jornalista provocou imediata reação de entidades da sociedade civil, que organizaram grandes manifestações em São Paulo. A principal delas, o

¹⁰³ Herzog era Diretor da TV Cultura de São Paulo. O Exército informou que o jornalista havia cometido suicídio dentro da cela, porém a versão oficial foi contestada por testemunhas presas na mesma época. Seu nome consta na lista do Movimento Tortura Nunca Mais como vítima da ditadura no Brasil.

¹⁰⁴ Na foto oficial, a distância entre o chão e a janela que teria sido utilizada por Herzog para cometer o suicídio parecia menor que a altura do jornalista. O atestado de óbito confirmando o suicídio foi assinado por Harry Shibata, que depois admitiu, segundo a Anistia Internacional, não ter visto o corpo nem ter feito autópsia (Skidmore, 1988: 345).

ato ecumênico celebrado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, na Catedral da Sé, transformou-se num protesto contra as mortes e torturas praticadas pelo regime.

Apesar dos atos públicos em defesa de uma rigorosa apuração contra os responsáveis pela morte do jornalista, a versão de suicídio foi mantida pelos militares. Geisel advertira o general Ednardo D'ávila Melo, comandante do II Exército, que não admitiria novas demonstrações de força da “linha dura” do regime, mas outro episódio semelhante ocorreu em janeiro de 1976: o preso político Manoel Fiel Filho, do Sindicato dos Metalúrgicos, que estava sob a responsabilidade do II Exército, foi encontrado morto nas mesmas circunstâncias de Herzog. Novamente os militares divulgaram a versão oficial de suicídio. Ainda sob o impacto da repercussão negativa da morte do diretor da TV Cultura, Geisel destituiu sumariamente o general Ednardo do cargo sem consultar o Alto Comando do Exército. A atitude desestabilizou o poder dos militares identificados com a “linha dura”. A esse respeito, observa Skidmore (1988): “Seus membros integrantes das forças de segurança não mais poderiam presumir que os seus superiores lhes dessem cobertura (...) por causa de violências contra suspeitos políticos” (idem: 348).

As mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho e as manifestações da sociedade receberam cobertura dos principais jornais do país. No entanto, a revista *Veja*, ainda controlada pela censura prévia, foi proibida de publicar as contradições contidas na versão de suicídio de Herzog. O então diretor de redação da revista, Mino Carta, expressou em editorial, em 05/11/1975, a frustração de produzir um noticiário “genérico” e limitado sobre o contexto político da época. Segundo o jornalista, “na impossibilidade de apresentar um quadro menos genérico, *Veja* declara o débito de uma contribuição mais explícita a essa serenidade e a essa fé, que confia poder saldar tão logo lhe seja possível”. A censura prévia em *Veja* só foi retirada em junho de 1976.

Pesquisadores (Abreu e Kucinski) relacionam, portanto, o impulso da investigação jornalística na grande imprensa ao processo de descompressão política na segunda metade da década de 70. A partir da morte de Herzog e a retirada da censura nos principais jornais e revistas do país, os repórteres passam a ter como principal “missão” desvelar o oculto para o público e trazer para o jornal a informação nunca antes revelada. O momento histórico parece favorecer assim construção de uma nova categoria de jornalista – o investigativo – que trazia para o campo outra característica: era capaz de configurar – e a ele era dada esta

outorga – a própria notícia, não apenas “reproduzindo” o que via, mas assumindo a tarefa de outros para defender os interesses de toda a sociedade.

Em entrevista ao autor, Alberto Dines afirma que o processo de evolução da imprensa brasileira foi prejudicado durante mais de duas décadas, período em que os militares estiveram no poder:

“Não havia antes de 64 um jornalismo fiscalizador, de consciência pública. Tinha sim coisas episódicas, mas a imprensa não funcionava institucionalmente como grande fiscal do poder público. Isso só começou a ganhar corpo quando a própria imprensa se desenvolveu. Não podemos esquecer que o processo de evolução da imprensa brasileira foi extraordinário, mas lento, em etapas, muito atrapalhado pelo golpe militar”¹⁰⁵.

A valorização de uma identidade “investigativa” no contexto de abertura do diálogo político tem forte carga simbólica para o campo jornalístico. Ao reivindicar para si o papel de investigador, o repórter reforça em última instância o seu papel social. O concurso jornalístico acompanhou essas transformações, sendo influenciado pelo contexto histórico e também influenciando novos modos de atuação dos produtores de notícias. O jornalista Ruy Portilho, organizador do concurso, comenta que o prêmio incentivou a disseminação desse modelo de reportagem. No entanto, ele reflete criticamente sobre a tendência ao denunciismo:

“O prêmio aponta algumas direções que acabam virando caminhos ou tendências na imprensa. Algumas até exageradas. Já nos estertores do regime militar, você via muita denúncia política, uma tendência que, algumas vezes, esbarrou num exagero. Ouvimos críticas sobre a questão do denunciismo. São denúncias formuladas por terceiros e que são acolhidas pelos jornalistas sem um exame mais criterioso. Às vezes, as tendências são corrigidas lá na frente. Mas a denúncia é uma marca do Prêmio Esso, que foi acolhida na imprensa sob forma de premiação”¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Entrevista concedida em 20/10/2009 no Rio de Janeiro

¹⁰⁶ Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009.

4. AS MATÉRIAS PREMIADAS

O capítulo 2 apresentou um rápido panorama das matérias vencedoras entre 1964 e 1978, divididas em quatro grandes unidades temáticas: questões sociais, política nacional, política internacional e esportes. Não houve neste período a premiação de reportagens econômicas na categoria principal. Resgatemos o quadro que ilustra as quantificações e o peso das respectivas unidades no concurso jornalístico, da instauração da ditadura militar, passando pelo recrudescimento da censura e da repressão política, até o período de descompressão política do regime:

TABELA 20 (1964-1978)

UNIDADE TEMÁTICA	NÚMERO DE MATÉRIAS	%
Política nacional	3	20
Questões sociais	8	53,33
Política internacional	2	13,33
Economia	-	-
Esportes	2	13,33
Total	15	100

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

Faremos a seguir uma abordagem mais detalhada das formas de obtenção dos dados (apuração) das reportagens vencedoras, algumas estratégias narrativas (produção) empregadas por seus autores e o tratamento final (edição) dado aos trabalhos consagrados pelo programa da Esso nestes 15 anos. A análise leva em consideração os tipos de fontes consultadas, o estilo de texto e a participação do repórter como personagem da matéria, bem como a utilização da imagem (fotos, ilustrações, infográficos), dentre outros atributos.

4.1 Unidade temática: política nacional

No período 1964-1978, o Prêmio Esso prestou em três edições um reconhecimento a trabalhos relacionados mais diretamente com questões de política nacional. Como vimos anteriormente, foram premiadas nessa unidade temática as reportagens “113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente”, do jornal *O Globo*, premiada em 1970; “Assim

vivem os nossos superfuncionários”, de *O Estado de S. Paulo*, em 1976; e “Exclusivo: fala Figueiredo”, publicada pela *Folha de S. Paulo* e vencedora do prêmio em 1978. As matérias de *O Globo* e da *Folha* apresentam perfis de presidentes militares, respectivamente, Costa e Silva e João Batista Figueiredo. Já *O Estado de São Paulo* mostra as vantagens de servidores públicos da administração direta e indireta, os abusos no uso de residências oficiais, a prática de nepotismo e as deficiências na fiscalização pelos órgãos responsáveis, como o Tribunal de Contas da União (TCU). Analisaremos a seguir os aspectos editoriais de cada reportagem.

113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente (1970)

O trabalho do jornalista Carlos Chagas “113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente”, publicado em *O Globo*, relata, em 21 reportagens, os últimos dias do presidente Costa e Silva no poder, de 27 de agosto de 1969, quando um acidente vascular agrava seus problemas de saúde, até a sua morte em 17 de dezembro do mesmo ano. A doença do militar desencadeou um conturbado processo de sucessão presidencial, que confirmaria, em outubro de 1969, o nome do general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército no Rio Grande do Sul e ex-diretor do SNI, para a Presidência da República.

O marechal Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral, em 28 de agosto daquele ano, provocando a paralisção parcial dos seus movimentos. Embora pudesse ouvir e compreender, não podia falar. Diante da situação, uma das primeiras medidas adotadas pelos militares era excluir da disputa os quadros civis que deveriam constitucionalmente substituir o presidente enfermo. O vice Pedro Aleixo e demais representantes do legislativo e judiciário foram afastados das discussões sobre a sucessão. Por força de atos institucionais, uma junta militar, formada por ministros do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, foi autorizada em 31 de agosto a substituir temporariamente Costa e Silva até a convocação de uma nova eleição. A eleição simbólica no Congresso ocorreu em 25 de outubro de 1969 sem a participação do MDB, que se absteve do pleito como forma de protesto. A posse de Médici ocorreu no dia 30 de outubro para um mandato com duração até 15 de março de 1974.

A série premiada de *O Globo* foi publicada entre 07 de janeiro e 06 de fevereiro de 1970 já com o novo governo instalado¹⁰⁷. O jornalista Carlos Chagas procura narrar a história cronologicamente, quase como um diário. Assim, na primeira reportagem “Causa primeira da trombose: a luta para reabrir o Congresso” (07/01/1970), ele resgata, antes do aparecimento dos primeiros sinais da doença, a intensa atuação de Costa e Silva no projeto de Reforma Constitucional de 1969. Segundo a matéria, o presidente tinha a intenção de incluir no projeto de reforma algumas medidas que contribuiriam para o processo de redemocratização, como eleições diretas para governos estaduais e a escolha do seu sucessor pelo Congresso, que estava fechado por força do AI-5:

“Estava acertado que a nova Constituição seria promulgada a 2 de setembro, no Rio, para entrar em vigor no dia 7. E o Congresso, convocado a partir do dia 8. A nova Constituição vigoraria baixada por Emenda Constitucional, não por Ato Institucional – mais uma prevalência de opinião do Dr. Pedro sobre o Ministro Gama e Silva. Ainda na terça-feira, à tarde, o Presidente recebeu os três Ministros Militares. (...Que os três Ministros Militares fizeram chegar ao Presidente sua discordância para com as aberturas, é fato incontestável. Mas porque o fizeram, é questão intrincada. Certamente porque representavam a média e a maioria das tendências dos principais chefes de suas corporações. Não levaram ao Presidente suas apreensões pelo gosto de impedir a redemocratização, mas como porta-vozes de uma realidade. Se a endossavam, se poderiam ter lutado para modificá-la, é outro ponto)” (“Causa primeira da trombose: a luta para reabrir o Congresso”, *O Globo*, 07/01/1970).

Chagas reporta os acontecimentos do dia 26 de agosto, “a última noite anterior ao espectro da doença, tão próxima, agora, mas ao mesmo tempo tão distante em qualquer previsão” (idem):

“O médico Hélcio Simões Gomes, que acompanhou o Presidente desde sua posse, há algum tempo que não se cansava de repetir, inclusive ao general Portela: ‘O chefe anda triste. Abatido. Já não dorme bem. Seguidas vezes fica andando pelo quarto, de madrugada. Está muito preocupado’. Naquela madrugada, porém, o Presidente não teve insônia” (idem).

O enfoque de *O Globo* associa o agravamento do estado de saúde do presidente ao contexto pouco favorável a ideias de liberalização política no fim dos anos 1960. Esse sentido está expresso no próprio título da reportagem: “Causa primeira da trombose: a luta para reabrir o Congresso”. Nela, o autor escreve um editorial explicativo (texto introdutório) sobre a série em que idealiza a figura de Costa e Silva, buscando dissociar a postura do

¹⁰⁷ *O Estado de S. Paulo*, tendo como editor-chefe Oliveiros S. Ferreira, também publicou naquele ano o trabalho produzido por Carlos Chagas em forma de artigos.

militar à imagem de ditador. Nessa perspectiva, Costa e Silva doente seria vítima das circunstâncias políticas: “Um homem que chegou ao poder por força de um movimento militar, mas que, no poder, fez da integração, do desenvolvimento e da redemocratização o motivo principal da sua vida. E a perdeu essencialmente por isso” (idem).

A narrativa de *O Globo* é trabalhada assim na perspectiva de “vitimização” do presidente. Uma das razões que ajudam a explicar o enfoque se assenta no fato de Carlos Chagas ter sido secretário de Imprensa da Presidência da República do governo Costa e Silva. O jornalista assumiu essa função em maio de 1969. “É o depoimento de uma testemunha para a história”, como indicou o texto da chamada de capa, na abertura da série “113 dias de angústia...”. Em depoimento publicado na edição comemorativa dos 25 anos do Prêmio Esso (1980), Chagas confirma que seu objetivo era “mostrar quem Costa e Silva realmente era, um presidente disposto a estabelecer a democracia” (idem: 95):

“Houve um objetivo em tudo isso: desfazer a imagem que o presidente Costa e Silva deixou, logo após ser afastado do governo, de mais um militar grosso e arbitrário, imagem que corria de boca em boca, pelo desconhecimento que a maioria da opinião pública tinha de sua luta, de sua tentativa para restabelecer a democracia no país. (...) Obscuros foram os que se levantaram contra a iniciativa de Costa e Silva, forçando-o e levando-o à doença e à morte, pois a trombose nada mais representou do que uma consequência de tudo isso (1980: 94).

Um resgate histórico do governo Costa e Silva, no entanto, tende a relativizar a imagem do presidente como um “democrata”. Sobre a Constituição de 1967, por exemplo, o presidente considerou a nova Carta – que formalizou as mudanças por que passara a estrutura do poder a partir do golpe de 1964, com a concentração de poderes no Executivo – “moderna, viva e adequada” (CPDOC/FGV). Contudo, com a nova constituição, a ordem institucional embasada por uma legislação de exceção se sobrepôs à ordem constitucional. Em 15 de março de 1967, dia da sua posse articulada por diferentes segmentos militares, incluindo oficiais identificados com a “linha dura” do regime, foi baixado o Decreto-lei nº 314, dispondo sobre a nova Lei de Segurança Nacional e tornando todos os cidadãos responsáveis pela segurança do país. Sob o governo Costa e Silva, passou a vigorar também, em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5. Segundo a matéria de *O Globo*, o presidente “aceita o ato para evitar o pior”, lamentando que faltara compreensão e apoio da classe política (“Uma falsa entrevista desencadeou o mau tempo”, 04/02/1970). Em cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente declarou, no entanto, que o ato não era “a melhor

das soluções, mas sim a única” para combater “a ansiada restauração da aliança entre a corrupção e o comunismo”. Sobre este instrumento que restringiu ainda mais as liberdades individuais no país, destacou ainda Costa e Silva: “Salvamos o nosso programa de governo e salvamos a democracia, voltando às origens do poder revolucionário” (CPDOC/FGV).

Ao confrontarmos a visão de Carlos Chagas em *O Globo* com outros tipos de fontes, por exemplo, os verbetes do CPDOC/FGV, não temos a intenção de recuperar fielmente o passado. As versões sobre determinados acontecimentos são sempre provisórias, sobretudo quando se trata de uma narrativa baseada em impressões pessoais do jornalista que mantinha, por força do ofício, uma relação muito próxima com o presidente. Partindo do pressuposto que a verdade como construção social é múltipla, subjetiva e incompleta, acreditamos que a análise de diferentes fontes é importante à medida que previne o pesquisador de cair em esquemas maniqueístas ou reforçar dicotomias em relação aos papéis assumidos por alguns dos principais personagens do regime militar. O próprio autor do trabalho “113 dias de angústia...” reconhece a precariedade do seu relato, afastando-se do ideário de objetividade que permeia a atuação profissional e serve, de forma recorrente, como justificativa para concessão do Prêmio Esso por parte das comissões julgadoras em diferentes edições do concurso. Afirma Chagas no texto publicado na abertura da série:

“Jamais haverá uma só verdade. Cada fato acontece uma vez, apenas. Quando está acontecendo, é a verdade integral no tempo presente. Mas depois, como diria mestre Alkmin, são as suas versões que se tornam em muitas verdades (ou mentiras). Cada participante, cada espectador, cada intérprete, possui a sua verdade própria, quase sempre honesta e real para o detentor, mas nem por isso a verdade inteira. Essa existia, mas já passou. E nem mesmo a soma de todas as verdades individuais resultaria novamente na verdade primeira do fato. Este relato dos acontecimentos verificados entre 27 de agosto (sempre agosto) e 17 de dezembro de 1969 será incompleto. Existirão mil outras verdades para serem relatadas. Superpostas e entrelaçadas à minha. (...) O que se lerá corre por minha exclusiva responsabilidade. Por minha conta e risco, se houver algum” (“Causa primeira da trombose: a luta para reabrir o Congresso”, *O Globo*, 07/01/1970)

Na continuidade da análise da série premiada de *O Globo*, podemos observar como o conjunto de reportagens de Carlos Chagas revela a complexidade das relações entre imprensa e Estado autoritário. Se por um lado, as matérias idealizam a figura de Costa e Silva dentro de uma perspectiva de “vitimização” do presidente em seu leito de morte, por outro não deixar de apresentar, de forma sutil, é verdade, um discurso político que se opõe ao governo que o sucede. Veremos a seguir algumas passagens que indicam o tom um pouco

mais contestatório do jornal em relação aos novos ocupantes do *establishment* político. É importante lembrar que as reportagens foram publicadas em *O Globo*, veículo de perfil conservador e historicamente alinhado com o regime militar, nos meses de janeiro e fevereiro de 1970, justamente durante os chamados “anos de chumbo” do governo Médici. Nas matérias seguintes, em algumas passagens o jornalista cita o esquema de desinformação montado no Palácio do Planalto sobre a doença de Costa e Silva, aborda a questão da censura e retaliações que sofreu de alguns militares.

Os primeiros sinais da trombose surgiram no dia 27 de agosto durante a rotina de despachos e audiências em seu gabinete. A descrição do repórter sobre os “insultos” (termo médico de acidente vascular prenunciador da trombose) é pormenorizada. Em audiência com o governador de Goiás, Otávio Laje, Costa e Silva começou a sentir a perda da voz e, parcialmente, dos movimentos do braço direito:

“Tudo se passou em menos de um minuto. Perturbado, Otavio Laje sai e procura o Ministro Rondon Pacheco. Expressa-lhe o temor de que o Presidente não está bem. (...) Eram 18h15 e, pela última vez, ele deixava seu gabinete de trabalho, no Planalto. Lá, não voltaria mais. Ao passar pela ante-sala, rumo ao elevador, tinha a fisionomia séria. Não parou para falar com ninguém. Contristado, desceu ao subsolo e, de lá, para o Alvorada. No carro, nem uma palavra. À preocupação com a reforma constitucional somava-se, a partir de agora, a preocupação com a própria saúde” (“Crise inicial e o propósito de só descansar depois do dia 8” (“Crise inicial e o propósito de só descansar depois do dia 8”, *O Globo*, 08/01/1970)

No dia seguinte, o presidente, aconselhado por seu médico particular Hércio Gomes, permaneceu em repouso na residência oficial. Foi quando teve início o esquema de desinformação para despistar os jornalistas que indagavam sobre a ausência de Costa e Silva no Palácio do Planalto. Os detalhes foram revelados pelo *O Globo*:

“No Planalto, o ambiente é de rotina, mas os repórteres credenciados querem saber os motivos do cancelamento dos despachos da tarde e porque o Presidente não vem. Ligo para Rondon Pacheco. Depois, para o Alvorada. Uma forte gripe é a resposta comum, informação transmitida pelos noticiários de rádio e televisão, àquela noite. O jantar transcorreu normalmente. (...) Pouco depois, quando assistia à televisão, o Presidente foi acometido de novo insulto (o nome técnico designativo do que tivera na véspera, na presença do governador Otávio Laje)” (idem)

A essa altura, o chefe do Gabinete Civil, ministro Rondon Pacheco, já havia concluído o trabalho de revisão dos originais do projeto de Reforma Constitucional. Comentara que estava tudo pronto: “Agora é rezar para que haja tempo” (“Há três anos, Costa concluía

emenda”, *O Estado de S. Paulo*, agosto de 1972). A ideia era outorgar a Emenda no dia 2 de setembro para vigência a partir do dia 7.

Na sequência dos acontecimentos, o médico constata na madrugada do dia 29 de agosto o agravamento do acidente vascular de Costa e Silva. O processo do distúrbio neurológico-circulatório que antes se manifestava esporadicamente tornara-se permanente. Hércio sabia que situações assim acabavam evoluindo para um quadro definitivo de trombose. O próximo passo foi transferir o presidente para o Palácio Laranjeiras, no Rio, onde ele poderia receber atendimento de um especialista. A decisão partiu, segundo Carlos Chagas, do general Jayme Portella, chefe do Gabinete Militar de Costa e Silva. Novamente, criaram-se barreiras internas para que as informações sobre o real estado de saúde do presidente não vazassem para a imprensa. Nesse trabalho de desinformação, membros da equipe do governo, como o próprio secretário de Imprensa e o ministro da Saúde, também eram despistados:

“Eram cinco horas quando o Ministro Leonel Miranda, da Saúde, amigo pessoal do Presidente, é despertado em sua moderna residência da Rua Visconde de Albuquerque, no Rio. Ouve, do outro lado do fio, o relato sucinto do General (Portela), que lhe pede a convocação de um especialista em neurologia para aquela manhã, no Laranjeiras. Quer mais: que o Ministro mantenha segredo absoluto sobre o estado do ‘nosso amigo comum’. Acha que ele não deve ir ao Galeão esperar o Presidente, mas levar o especialista diretamente ao Laranjeiras. A conversa continua, por metáforas, sem que o Ministro da Saúde atente bem porquê” (“Trazer o presidente para o Rio foi decisão de Portela”, *O Globo*, 09/01/1970, grifo nosso)

Chamamos a atenção para o fato de que revelações desse tipo eram raras na imprensa, cerceada por instrumentos como o AI-5 e outros dispositivos de controle da informação, sobretudo no início dos anos 1970. Na matéria de *O Globo*, Carlos Chagas cita textualmente a existência de uma “cortina de fumaça” criada em torno da saúde do presidente Costa e Silva, como na passagem abaixo. Como os colegas da redação, o secretário de Imprensa, integrante do *staff* governamental, precisou atuar como repórter em busca de informações:

“Do lado de cá, um outro mundo. Falava-se de todos os assuntos, apesar de uma expectativa incomum entre alguns membros do Gabinete Militar, justamente os que possuíam (e avaramente guardavam) informações mais detalhadas. Sabiam que o Presidente não estava bem, e que não tinha gripe. Os coroneis Massa e Covas, por exemplo, bem à minha frente, sussurravam alguma coisa importante, especialmente depois que o General Portela, aproximando-se deles, deu instruções. A operação em andamento, por enquanto, era da cortina de fumaça, e falavam das providências pedidas ao Ministro da Aeronáutica, no Galeão, para que ninguém se aproximasse do

Presidente. Se outros planos começavam a esboçar-se, seria inconscientemente”
(idem, grifo nosso)

Com a decisão dos militares de substituir o presidente enfermo por uma junta formada pelos três ministros representantes das Forças Armadas, em 31 de agosto, o texto original da Emenda Constitucional foi arquivado.

Ao longo da série, Chagas aborda outros assuntos sensíveis para os militares, tais como a prisão do vice-presidente Pedro Aleixo e as crises do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick por um grupo de guerrilheiros, além do mais áspero dos temas normalmente interditados naqueles tempos de fechamento político: a questão da censura. O jornalista menciona diretamente o problema da falta de liberdade de imprensa nas últimas reportagens. Na 19ª matéria da série, intitulada “Uma falsa entrevista desencadeou o mau tempo” (04/02/1970), descreve, em 1ª pessoa, o ambiente criado a partir da publicação de uma reportagem do jornal *La Nacion*, de Buenos Aires, confirmando a existência da censura no Brasil:

“Na tarde do dia 3, sou chamado ao gabinete do General Portela. Em sua companhia, o General Calderari. Portela mostra-me cópia de um recorte de jornal, do ‘La nacion’, de Buenos Aires.

– Você deu esta entrevista?

– Não.

Nada mais nada menos do que uma ‘entrevista do Secretário de Imprensa do Governo do Brasil, protestando contra a censura estabelecida pelas autoridades militares, especialmente quanto às notícias sobre a saúde do Presidente’. Pouco depois Rondon Pacheco me procura:

– O General Lira quer saber se a entrevista é verdadeira.

– É mentirosa quanto à forma.

– Como assim?

– Não dei a entrevista. Não me caberia dá-la. Mas esse tipo de censura é um fato. O jornalista soube por outras fontes.

(...) As referências ao I Exército são explícitas. A situação é confusa. A temperatura, alta” (“Uma falsa entrevista desencadeou o mau tempo”, *O Globo*, 04/02/1970, grifos nossos).

A reportagem “Rápida recuperación del presidente del Brasil”, do *La Nacion*, foi publicada em 03/10/1969. O jornal especula a possibilidade de escolha do nome de Médici para presidente do Brasil na impossibilidade de Costa e Silva retornar ao cargo. Informa também sobre a prisão de Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, “llevado esta mañana em um avión militar al estado de Mato Grosso, em cumplimiento del decreto firmado por el ministro da Justicia, Luis da Gama e Silva, que lo confina por 10 dias em

Campo Grande”. Especificamente sobre a questão da censura no Brasil, revelando como fonte o secretário de Imprensa Carlos Chagas, diz a nota:

“El secretario de Prensa Carlos Chagas se refirió a la actual censura periodística de todas las noticias relacionadas con la salud de Costa e Silva que no sean las contenidas em los boletines médicos oficiales. La censura, impuesta por el primer ejército, com asiento em Rio estaba destinada aparentemente a evitar las discusiones públicas sobre la posibilidad de que el presidente volviera a ejercer el cargo (...)” (“Rápida recuperación del presidente del Brasil”, *La Nacion*, 03/10/1969).

Outro momento de tensão vivido entre o secretário de Imprensa e a Junta Militar revelado na série de *O Globo* ocorreu no período de divulgação do novo texto da Reforma Constitucional, em 17 de outubro, às vésperas da posse do presidente Médici. Vários pontos da redação original aprovada por Costa e Silva sofreram alterações pelos ministros militares e integrantes do Conselho de Segurança Nacional. O tema da censura novamente veio à tona. Apesar de extensa, reproduzimos uma passagem da penúltima matéria “Ato impede presidente e abre o Congresso: Médici empossado” (05/02/1970) para ilustrar, a partir do testemunho pessoal de Carlos Chagas, o desprezo de integrantes do governo pelos jornais e a tentativa de ocultamento do principal ato público do governo: a Constituição de 1969.

“A Reforma Constitucional, mudando de órbita do Gabinete Civil para o Gabinete Militar, em sua fase derradeira, até aquele dia constituiu segredo absoluto, tão grande que quando a cerimônia acabou eu voltei a procurar o general Portela:

– Já que o senhor não achou conveniente divulgarmos o texto desde cedo, ou sequer na ocasião, pelo menos agora é imprescindível. O país tomará conhecimento da reforma pelos jornais e a imprensa em geral. Até o momento todos sabem, apenas, que se editou a nova Constituição. (Pilhas de exemplares começavam a chegar ao seu gabinete, naquele exato momento, vindas da Imprensa Nacional).

– Quantas cópias você quer?

– Eu preciso de umas trinta, no mínimo, para os jornais do Rio, São Paulo e agências.

– Jamais! Essas cópias são para autoridades! Para coisa importante! Para ministros e chefes. Os jornais, se quiserem, que vão comprar!

– Mas comprar como? A Imprensa Nacional não vende, hoje. E nossa função é fornecer o material. Divulgá-lo!

– Só lhe darei dois exemplares. Nada mais.

– É melhor do que nenhum, mas absolutamente não chegam. O senhor tem aí pelo menos 200. E não vai enviar nada pelo correio, hoje, que não dá mais tempo. As cópias ficarão dormindo em seu gabinete quando poderiam, apenas 30 delas, servir para a divulgação em todo o país.

– De maneira alguma. Isto é problema da imprensa!

(Da imprensa e meu, também, que com justa razão ninguém dos jornais, rádio ou televisão entenderia por que a Presidência da República não distribuía e até ocultava um de seus principais atos públicos. Para o General Portela seriam razões de logística ou segurança nacional, ou quem sabe desapareço pelas vantagens da imprensa. Mas o problema se colocava, já eram 18 horas e todas as oficinas de jornais aguardavam o material. O remédio, com desculpas ao Ministro Delfim Neto, foi gastar o dinheiro

dos cofres públicos: o Laranjeiras acabara de instalar uma xerox último tipo, capaz de rodar 60 cópias por minuto. Durante horas, tiraremos centenas de páginas constitucionais, imediatamente entregues aos repórteres, já que todo o material rodado naquele dia pela Imprensa Nacional ficou mesmo dentro do Gabinete Militar. Ao mesmo tempo, distribuo um resumo das principais alterações ao texto original de 1964, por mim preparado antes da doença do Presidente. A mão, mesmo, rabisco as alterações da Junta Militar. Por volta das 22 horas, toda a imprensa dispõe do bem guardado segredo que alguns desejavam continuasse como segredo. Salvava-se a batalha da divulgação, não tivemos uma Constituição oculta, mas os fatos poderiam ter sido bem mais simples” (“Ato impede Presidente e abre o Congresso: Médici empossado”, 05/02/1970, grifos nossos)

O acirramento do embate travado entre o secretário de Imprensa de Costa e Silva e alguns setores militares era crescente. Chagas relata na série que começou a receber ameaças veladas de militares da “linha dura” para quem não bastava esvaziar suas funções dentro do governo. Pessoas mais próximas do jornalista, como Rondon Pacheco, chefe do Gabinete Civil, temiam uma retaliação mais grave. Para preservar a integridade física de Chagas, Pacheco aconselhou-o a passar um tempo em Brasília, pois ouvira do ministro do Exército, general Aurélio de Lira Tavares, que não poderia responder pela segurança do assessor no Rio de Janeiro. Havia o temor, segundo a reportagem, “que alguns extremados, à revelia de seus chefes, pudessem buscar satisfações” (“Uma falsa entrevista desencadeou o mau tempo”, 04/02/1970). Com a ascensão de Médici, Chagas seria substituído por Carlos Fehlberg na Secretaria de Imprensa do governo.

Entendemos não haver surpresa um jornalista decidir escrever uma matéria, na condição de ex-assessor de imprensa, valorizando as ações do seu antigo assessorado, com quem mantinha uma relação de admiração e amizade. Apesar do fechamento político, o processo de idealização de Costa e Silva não se constituía propriamente numa ameaça aos militares ligados ao presidente Médici que assumia o comando do país. Convém destacar, no entanto, que o sentido de “vitimização” do ex-presidente pressupõe personagens antagonistas na trama narrativa. Se ele foi vítima, coube aos ministros militares que conduziram Médici ao posto de mandatário da nação a figura de “algozes” ou “vilões” na história de “113 dias de angústia...”. Esses mesmos personagens estavam no poder quando foi lançada a série jornalística e, não obstante, a conjuntura era de forte repressão aos órgãos informativos, como demonstram diversas pesquisas que tratam da história da imprensa no país. O exame dessas questões mostra, portanto, que a análise sobre a ditadura militar no Brasil vai além dos reducionismos ou generalizações abstratas que tendem a compartimentar

a história em períodos estanques, os mais brandos e os mais violentos, ou indivíduos sem história social, vivendo fora do seu tempo ou da conjuntura específica.

O mesmo raciocínio vale para o campo jornalístico. Inserida nesta sociedade e como ela marcada por ambiguidades, a imprensa e outras instituições da sociedade civil não estiveram à margem do processo de transformações no cenário político-nacional. Não há necessariamente uma contradição no fato de *O Globo*, jornal de linha conservadora, beneficiado em vários momentos por sua proximidade com o poder militar, publicar uma série de matérias de cunho político contra os aliados de Médici que levaram indiretamente Costa e Silva para o caminho irreversível da doença e da morte, como denota a narrativa de Carlos Chagas. É questão controversa acreditar ser possível traçar uma linha divisória apontando determinados jornais da grande imprensa como veículos que atuaram permanentemente na resistência e jornais conservadores como órgãos de divulgação do Governo. Há momentos em que os papéis se invertem, mostrando a complexidade das relações entre imprensa e Estado autoritário. A análise da matéria de Chagas em *O Globo* nos chamados “anos de chumbo” contribui para ilustrar a subversão dessa lógica maniqueísta.

Ao decidir apresentar a sua versão dos fatos no jornal *O Globo*, o ex-assessor inicialmente não teve problemas com a censura. Porém, nas últimas reportagens da série, coincidindo com a abordagem de episódios mais delicados, como a repercussão em torno da matéria do *La Nación* e a divulgação do texto da Reforma Constitucional em 1969, como vimos anteriormente, os órgãos de segurança e informação resolveram intervir. Na edição comemorativa dos 25 anos do Prêmio Esso, organizada por Luz e Borges (1980), ele comenta a ação da censura:

“Foram 21 reportagens, mas quando estava sendo publicada a 18ª, ainda bem que atrasada, a censura resolveu agir. O I Exército, no Rio, requisitou a *O Globo* os últimos originais, mas os ‘aprovou’ integralmente, pois o mais importante já havia sido publicado, entre janeiro e fevereiro de 1970” (Luz e Borges, 1980: 94).

A repercussão das reportagens tornou-se tão incômoda para o governo Médici que se julgou conveniente uma tentativa de contestação numa nova série publicada em *O Globo* entre 22 e 29 de abril de 1970. Era a versão dos chefes militares sobre a crise institucional criada a partir da doença e impedimento de Costa e Silva. As matérias foram assinadas pelo

repórter Emiliano Castor. Credenciado no Ministério do Exército, ele cobria as Forças Armadas para o jornal¹⁰⁸. Segundo Chagas, a verdadeira autoria da série deve ser creditada, entretanto, ao general Antônio Carlos Murici, “o personagem mais citado no referido trabalho”, que preparou “o arcabouço, as informações, os documentos e a intenção de resposta” (Chagas, 1979: 263).

O episódio, pouco conhecido na memória da imprensa brasileira, foi criticado por vários jornalistas na época, como Evandro Carlos de Andrade, de *O Globo*, e Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, por apresentar um relato parcial, precário e tendencioso dos fatos. Ao mesmo tempo em que valoriza a biografia de personagens apresentados em outro contexto na primeira versão, o trabalho assinado por Castor tem um tom de contestação pessoal, buscando desqualificar o ex-secretário de Imprensa de Costa e Silva. O nome de Carlos Chagas é citado 56 vezes, na maior parte das vezes para corrigi-lo. Para Hélio Fernandes, “antes que os fatos se assentassem, vem o próprio ‘O Globo’ e, querendo prestar serviço aos que não gostaram da primeira versão, procura destruir tudo que serviu ao trabalho de Carlos Chagas, para montar em seu lugar uma nova versão, essa sim parcilíssima e interessada, pois composta deliberadamente” (Fernandes, apud Chagas, 1979: 246). Como outros jornais, *O Globo* oscilou momentos de aproximação e distanciamento em relação ao Estado autoritário, com predominância para o primeiro. Se a matéria de Chagas ensaiou, não premeditada ou intencionalmente, um afastamento do discurso oficial, a série de Emiliano Castor ou do general Murici evidencia recuos e conformações.

Em maio de 1970, Chagas transformou as reportagens em livro, acrescentando dados e corrigindo eventuais erros na primeira série de *O Globo*. A obra, no entanto, só foi editada e impressa em dezembro daquele ano, pois o autor encontrou uma série de dificuldades para publicá-la. Um dos obstáculos foi conseguir uma editora que aceitasse levar o projeto

¹⁰⁸ O jornalista Evandro Carlos de Andrade, que assumiu a direção de *O Globo* em dezembro de 1971, conviveu um curto período com Emiliano Castor na redação. Ele comenta uma passagem que culminou com a demissão de Castor do jornal: “Quando entrei no jornal, havia lá um repórter chamado Emiliano Castor. Cobria Forças Armadas e, segundo me contavam, andava para lá e para cá com um envelope pardo dizendo: ‘Isto aqui é o dossiê do Evandro’. Como quem diz: ‘Esse camarada não vai durar aqui...’”. Ele se apresentou a mim no meio da redação e disse assim: ‘Sou Emiliano Castor, e sou o contato das Forças Armadas com a direção do jornal’. Eu digo: ‘Está ótimo. Vamos aproveitar que amanhã vai haver uma manobra do Exército em Jericó e você cobre a manobra’. Ele: ‘Ah, eu não cubro manobras’. Eu: ‘Ah, não? Está bem’. Fui para o dr. Roberto: ‘dr. Roberto, o Castor se apresentou a mim (...). Mas eu preciso ter um repórter para cobrir Forças Armadas. Como ele se recusou, vou contratar outro’. (...) Ele disse: ‘Deixa comigo’. Chamou o Castor e o demitiu, o que piorou a minha situação nas Forças Armadas de uma maneira horrorosa” (Andrade, apud Abreu, Lattman-Weltman e Rocha, 2003: 34/35)

adiante. Com medo de represálias, alguns editores recusaram a solicitação para não confrontar o governo Médici. Yedo Mendonça, proprietário da Editora Image e amigo de Chagas, aceitou fazer o lançamento. Na primeira semana, foram vendidos dois mil exemplares somente no Rio de Janeiro. Porém, quando a distribuição começava a chegar em outros estados, os livros foram apreendidos por ordem direta do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, a despeito da autorização do general Luiz Carlos Reis de Freitas, da Polícia Federal, em 23/09/1970. Buzaid advertiu que Chagas estava incurso na Lei de Segurança Nacional “por contar o que não devia, ou não podia” (Chagas, 1979: 21). O livro “113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente” só voltou a ser reeditado em 1979, no período da abertura política, pela L&PM editores.

De todas os trabalhos premiados no programa da Esso no período 1964-1978, o de Carlos Chagas tem a particularidade de pertencer a um formato diferente de reportagem: o depoimento. O texto é pontuado, como vimos, por relatos pessoais do autor, que era membro da equipe governamental e espectador privilegiado dos fatos ocorridos no gabinete presidencial e na residência oficial. O jornalista realizou pesquisas, fez a checagem de dados e confrontou informações para produzir o material. No entanto, em muitos casos, não foi preciso entrevistar fontes, pois boa parte dos diálogos foi resgatada a partir do esforço memorialístico do repórter.

Um detalhe verificado nas matérias é a utilização de parágrafos inteiros entre parênteses. Através desse recurso, Chagas procura quebrar a sequência da narrativa, contextualizando alguma informação para facilitar o entendimento do leitor ou fornecendo um testemunho pessoal na condição de observador participante dos eventos. Relata minuciosamente acontecimentos, alguns dos quais não presenciou efetivamente, o que reforça a questão da presunção, que funciona, aliás, como elemento de validação do discurso jornalístico. Como narrador onipresente, vai equilibrando o noticiário, reforçando determinados aspectos em detrimento de outros. Com isso, controla a capacidade de reação do público.

Como a série tem a característica de depoimento, o jornalista não precisa construir as matérias com base em perguntas aos entrevistados, unicamente. Os textos têm um tom descritivo, em 1ª pessoa. Chagas valoriza principalmente suas impressões, o que pôde constatar ao vivenciar a rotina do presidente, os detalhes da fisionomia de Costa e Silva ao

adoecer, o ambiente tenso formado em torno da sucessão presidencial e, finalmente, a reação que teve diante da morte do seu assessorado:

“Estou ao lado de sua cama. Sua fisionomia é tranqüila. As mãos cruzadas sobre o peito, cabelos um pouco despenteados. E o bigode branco dos últimos tempos. (...) O Dr. Hélcio assina o atestado de óbito. O Presidente morreu de um enfarte fulminante, às 15h40m. O mal sobreveio às 15h30m, e ele perdeu a consciência quase imediatamente, apesar da medicação urgente, injeções e massagens. Seu sofrimento, ao menos na hora da morte, não terá sido tão grande. (...) A ninguém será lícito afirmar que o Presidente queria morrer, mas estava evidente que perdera todo o amor pela vida” (“Enfarte fulminante em dez minutos mata Costa e Silva”, *O Globo*, 06/02/1970).

As reportagens foram publicadas no Segundo Caderno de *O Globo*, quase todas ocupando inteiramente a capa do caderno. Quanto ao aspecto visual da série, há grande predominância do texto sobre a imagem. Sem grandes atrativos gráficos, normalmente o texto se distribui em oito colunas na página, sem intertítulos. Em algumas edições, o material foi diagramado em quatro colunas, com as margens em branco, assemelhando-se a um box. Além do título e de um pequeno quadro com o nome da série “113 dias de angústia”, apenas as datas são destacadas em negrito, o que contribui para reforçar o caráter cronológico ou a ideia de “diário” sobre os últimos dias do presidente Costa e Silva. As fotos são ilustrativas, extraídas de material de arquivo do jornal, dos presidentes Costa e Silva e Médici, do vice-presidente Pedro Aleixo e de ministros e outros personagens citados nas reportagens, individualmente ou em almoços, recepções e reuniões. O jornal publicou, por edição, uma média de três fotos de pequenas dimensões, das quais uma localizada normalmente ao lado do título.

Para a comissão julgadora do Prêmio Esso, “contra as reportagens levantou-se inicialmente uma objeção” (Luz e Borges, 1980: 92), conforme as palavras de Cyro Siqueira, do *Estado de Minas*, um dos jornalistas integrantes do júri em 1970:

“(…) as reportagens não seriam o produto de um trabalho propriamente jornalístico – mas o esforço memorialístico de quem ocupara um cargo que o havia levado à intimidade do poder. Sendo jornalista, transpôs para a imprensa os resultados de seu testemunho. A objeção ruiu pela própria incoerência que encerrava: a série era, e é, uma das epítomes da profissão de jornalista, aquele instante em que a nossa missão se confunde com o relato da História, os estilhaços da verdade que penetram profundamente o corpo social de um País” (1980: 92).

Assim vivem os nossos superfuncionários (1976)

As reportagens da série “Assim vivem os nossos superfuncionários” foram publicadas em três edições – de 1º a 4 de agosto de 1976 – em *O Estado de S. Paulo* revelando os limites entre o público e o privado no uso do dinheiro público por parte de ministros e funcionários do alto escalão em Brasília e em muitos estados da Federação. O trabalho, conduzido pelo jornalista Ricardo Kotscho, popularizou o termo “mordomia” para explicar o conjunto de privilégios dos ocupantes de cargos públicos na administração direta e nas empresas estatais durante o regime militar.

Ricardo Kotscho relata que a pauta surgiu de uma reportagem da revista *New Yorker* sobre os privilégios dos altos funcionários na então União Soviética (Molica, 2005). O jornalista preparou um roteiro de reportagem, acionou a rede de sucursais e correspondentes do jornal e vasculhou arquivos para verificar, ao longo de dois meses, se as mesmas regalias eram praticadas no país dos militares. Ao todo, 40 repórteres participaram da cobertura.

Já na abertura da série, o jornal enfatiza que a divulgação das “mordomias” só foi possível graças à suspensão parcial da censura à imprensa. Em *O Estado de S. Paulo*, a censura prévia que vinha sendo exercida desde 29/03/1973 foi retirada em 03/01/1975:

“Na verdade, esta súbita tentativa de desmascaramento do que realmente se passava nos herméticos bastidores governamentais apenas coincidia com um parcial levantamento da censura à imprensa. Os fatos não eram propriamente novos – a novidade consistia na possibilidade de que eles se tornassem públicos” (“*Assim vivem os nossos superfuncionários*”, *O Estado de São Paulo*, 01/08/1976)

A retirada parcial da censura em alguns veículos fazia parte, naquele contexto, do movimento de liberalização política controlada do governo Ernesto Geisel. O início do processo de abertura “lenta, gradual e segura” do regime deveria ter como suporte estratégico a colaboração de setores importantes da imprensa, como ocorrera no movimento que derrubou o presidente João Goulart, em 1964. Este acordo – que teve como principal articulador o chefe da Casa Civil da Presidência, Golbery do Couto e Silva – implicava na retirada negociada da censura em alguns jornais e permanência das restrições à liberdade de expressão em outros.

A abertura do diálogo com a imprensa pressupunha mais do que a permanência da autocensura nas redações. Como informa Kucinski, no processo de transição era “preciso a

voz ativa dos jornalistas, criando um discurso consensual em torno de um padrão de abertura política” (Kucinski, apud Kushnir, 2004: 53). Nesse sentido, com a suspensão negociada da censura, o governo militar estabelece uma nova relação com a imprensa: retira os instrumentos de imposição, como a censura prévia, e firma um pacto consensual com jornalistas e donos de empresas, visando, em longo prazo, redemocratizar o país.

Assim, nos primeiros meses de 1975, o governo adota uma medida conciliatória: os censores se retiram das redações de *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* em janeiro daquele ano. Em março de 1975, o governo também suspende a censura prévia em *O Pasquim*. Outras publicações permaneceriam, no entanto, sob a vigilância dos censores: a revista *Veja*, os veículos da imprensa alternativa, dentre eles *Opinião*, *Movimento* e *O São Paulo*, e jornais com tiragens menores, sem grande representatividade nacional, como a *Tribuna da Imprensa*.

A atuação da censura, portanto, teve um caráter seletivo e controlado. Aquino (1999) ilustra o comportamento heterogêneo e em nenhum momento aleatório desta atividade de vigilância e controle, principalmente durante o governo Geisel. Segundo a autora, os censores variaram seu modo de atuação de acordo com os interesses e a imagem que se queria preservar do regime militar. Assim, neste momento histórico, as matérias de cunho econômico e social, publicadas principalmente pela imprensa alternativa, passaram a sofrer controle mais intenso da censura oficial, pois o regime acreditava ter cumprido o objetivo da segurança com o desmantelamento da luta armada nos anos anteriores. A atuação dos censores voltou-se então para o ocultamento das desigualdades sociais com o intuito de sustentar a imagem de desenvolvimento do país. “Houve lógica na censura prévia e ela foi sensível às diferenças dos órgãos de divulgação que vetou, atacando com precisão o ponto em que cada um deles seria considerado mais perigoso na óptica governamental” (Aquino, apud Carneiro, 2002: 531).

A oposição dos órgãos da chamada grande imprensa ao governo Geisel era consentida. A habilidade política de Golbery na retirada negociada da censura em *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* resultou numa espécie de trégua entre o regime militar e os jornalistas mais influentes e donos de jornais. Para a imprensa, se o pacto com Geisel não era a melhor alternativa, tornou-se o “remédio” necessário para o objetivo maior de promover a transição para o estado de direito.

Esse jogo político entre imprensa e Estado brasileiro durante o governo Geisel pode explicar o enfoque dado pelo *Estado de S. Paulo* às denúncias das mordomias. Apesar da adoção de um discurso denunciador, as matérias não apenas desvinculam o nome do presidente da República aos privilégios e aos abusos com o dinheiro público como também relatam o esforço pessoal de Geisel para coibir esse tipo de prática. A reportagem publica a íntegra de uma circular encaminhada pelo presidente aos ministros “determinando que fossem tomadas providências enérgicas contra os abusos” e critica a inexistência de uma legislação específica para fiscalizar as atividades dos “superfuncionários” governamentais:

“(…) Mas hoje sabe-se que a circular do presidente da República só foi divulgada porque ele já havia encaminhado um aviso reservado aos ministros, sobre o mesmo assunto, no ano passado. Como nenhum resultado prático foi observado, ele resolveu tornar o documento ostensivo. (...) Os reiterados apelos e providências do presidente da República comprovam, por sua vez, que ao próprio governo torna-se difícil exercer esse controle e impedir os abusos” (*Assim vivem os nossos superfuncionários*, *O Estado de São Paulo*, 01/08/1976)

Nesse sentido, segundo a reportagem, o problema das “mordomias” não está localizado no governo Geisel, mas faz parte de uma tradição da política brasileira. Há que se considerar também o embate histórico, desde o golpe de 1964, entre os “castelistas” e a ala mais radical conhecida como a “linha dura”. No primeiro grupo, estavam oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), da qual faziam parte Castelo Branco, Geisel e Golbery. No segundo, aqueles que desejavam o fechamento político do regime, como ocorreu entre 1969 e 1974. Alguns nomes e informações contidos nas matérias são uma referência ao período Médici.

Além da manutenção de uma política repressiva para evitar a reorganização da esquerda revolucionária, Geisel tinha como meta reduzir o poder dos militares “linha dura”. Isso porque o aparato de repressão montado no governo anterior não havia sido desmantelado e funcionava a pleno vapor pela polícia política. As forças de segurança muitas vezes ignoravam o comando superior e prosseguiam praticando atos de tortura e morte. Esta herança era vista por Geisel como um ato de desobediência à hierarquia militar e, mais do que isso, uma ameaça ao seu projeto de descompressão política. Como relata Elio Gaspari, um dos jornalistas mais próximos de Golbery, Geisel iniciou o processo de reforma da ditadura em nome de valores como “ordem e hierarquia”. Recorda o jornalista, em artigo

publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 13/09/1996, que a ditadura virara uma anarquia para Geisel, pois a “repressão subvertera a hierarquia militar”.

A solução encontrada para manter esses militares na defensiva foi afastá-los de postos decisórios no comando, através de promoções e designação para serviços. Este recurso já havia sido utilizado pelo próprio governo Médici, que nomeou Geisel para a presidência da Petrobras no período 1969-1973. Geisel e Golbery também estavam convencidos que era importante obter o apoio dos meios de comunicação em sua disputa interna contra os militares “linha dura”.

Quanto ao aspecto editorial, a série sobre os “superfuncionários” ganhou chamada de capa nos três dias em que foi publicada no *Estado de S. Paulo*: “Governo enfrenta um outro Brasil feito de abusos” (01/08/1976), “Escalada de poder e abusos” (03/08/1976) e “Executivo vai agir contra os abusos” (04/08/1976). Visualmente, o jornal mantinha uma diagramação conservadora, com grande quantidade de texto ocupando as oito colunas e poucas fotos nas páginas internas. Fios verticais ainda separavam as colunas. A solução foi ilustrar as reportagens com desenhos da equipe de arte do jornal simulando a “farra” do dinheiro público. Em toda a série, foram publicadas apenas duas fotos (no pé da página) mostrando carros oficiais sendo utilizados para serviços particulares e jatinhos executivos a serviço de órgãos do governo. No entanto, as fotos se referem a informações divulgadas em edições anteriores, ou seja, não dialogam com o texto. Apenas na última reportagem, ao repercutir as denúncias no Congresso e nas assembleias legislativas, nota-se um equilíbrio maior entre texto e imagem, com a publicação de fotos dos deputados federais Carlos Wilson (Arena-PE), Freitas Nobre (MDB-SP) e Aluizio Paraguassu (MDB-RS). Há também uma foto ilustrativa do ministro da Justiça, Armando Falcão.

Em relação ao conteúdo das matérias, o jornal buscou apresentar como viviam, de onde vieram, quanto ganhavam e o que pensavam os “superfuncionários” governamentais. Muitas autoridades beneficiadas pelas mordomias tiveram seus nomes revelados pelo jornal. Em várias passagens, os responsáveis pela edição do material optaram por uma linguagem bem-humorada para fazer as denúncias, como no trecho, abaixo, que aborda o cotidiano das mulheres dos “superfuncionários”:

“O trinco da geladeira quebrou e a mulher não teve dúvidas: chamou um mordomo, pago pelo governo, e deu-lhe ordens para requisitar imediatamente uma geladeira nova, paga pelo governo. Afinal, para quem é mulher de um diretor do Banco do

Brasil, pago pelo governo, é mais fácil comprar uma geladeira nova do que mandar consertar a velha – velha de doze meses de uso. (...) Elas, as mulheres dos nossos superfuncionários estatais, são muito exigentes e não gostam de perder tempo com detalhes. (...) Agora o joguinho de baralho de todas as tardes, sempre a dinheiro, esse é sagrado. Nunca falha. As preferências das mulheres do primeiro escalão variam entre o tradicional buraco, o pif-paf e o biribinha-amigo, acompanhados, é claro, do chá das cinco” (*“Em tudo, o clima de uma grande festa”*. *O Estado de S. Paulo*, 01/08/1976)

Os privilégios – casas luxuosas, carros, helicópteros, aviões corporativos e cartões de crédito pagos pelo contribuinte – não se restringiam à Presidência da República e aos ministérios. Conforme a denúncia do jornal, as regalias se estendiam às empresas estatais e de economia mista, autarquias e fundações, governos estaduais e municipais. Parte dos recursos para financiar a ostentação e o gasto excessivo de políticos e servidores vinha das chamadas verbas de representação. O aparato colocado à disposição dos “superfuncionários” também incluía “uma estranha participação nos lucros de empresas estatais que apresentem déficit em seus balanços” (“Assim vivem os nossos superfuncionários”, 01/08/1976) e sessões privadas de filmes com exibição proibida no país, como “O último tango em Paris”, “Laranja mecânica” e “Emanuelle”.

“Para as noites em Brasília, só há uma opção melhor que as festas: as sessões privadas de cinema, um hobby que já faz parte das melhores tradições da cidade. As sessões mais concorridas – e disputadas – são as promovidas por Reis Velloso, Armando Falcão, Ney Braga, Itamaraty, Presidência da República, EMFA, BNDE e outras siglas menos votadas. Com uma atração que nenhum outro cinema pode apresentar: os filmes não são censurados” (*“Em tudo, o clima de uma grande festa”*. *O Estado de S. Paulo*, 01/08/1976)

O texto das reportagens publicadas no primeiro dia da série tem características de editorial e praticamente não apresenta o “outro lado”, ou seja, aspas ou declarações das fontes denunciadas. A versão das autoridades políticas e dos dirigentes estatais citados nas matérias aparece nos dias subsequentes, a partir da grande repercussão do assunto nos meios políticos. O jornal abre espaço para a defesa dos acusados principalmente nas matérias “Falcão assegura que gasta pouco” e “DASP garante que intenção de Geisel é coibir abusos”, publicadas em 04/08/1976.

As reportagens exigiram observação direta, pesquisa em arquivos e entrevistas com grande número de fontes. Diante da impossibilidade de acesso a documentos oficiais, a reportagem se baseia no empenho pessoal da equipe em obter informações de interesse público que pessoas ou instituições tentam manter em segredo, como a Companhia de

Eletricidade do Ceará (Coelce). Questionada sobre os salários de seus diretores, a empresa alegou “segredo de Estado” para não repassar as informações, “pois é um assunto estritamente confidencial, uma vez que não interessa ao grande público” (“As vantagens quase ilimitadas de uma classe especial”, 01/08/1976). A questão do público e privado norteia a cobertura:

“Os carros oficiais servem para levar os filhos dos superfuncionários ao colégio, as madames às butiques e cabeleireiros, os empregados e os funcionários propriamente ditos aos restaurantes. Os automóveis de chapa-amarela que não são particulares podem ser vistos às centenas circulando em Brasília ou nas capitais estaduais. Servem, à custa das empresas, a executivos estatais e suas famílias. Recentemente, um banco oficial renovou sua frota, adquirindo possantes Alfa-Romeo, embora os Dodge Dart de luxo ainda sejam os preferidos” (“As vantagens quase ilimitadas de uma classe especial”. *O Estado de S. Paulo*, 01/08/1976)

Algumas pautas partiam de anúncios de jornais. Um deles, publicado no *Correio Braziliense*, foi o ponto de partida para o jornal mostrar as altas despesas com as quais o Ministério de Minas e Energia estava disposto a se comprometer para alugar residências oficiais na Península Sul, região nobre de Brasília, que deveriam ser ocupadas por diretores do ministério. Para estabelecer comparativos entre os salários dos “superfuncionários” brasileiros e os de executivos de empresas privadas ou mesmo autoridades federais americanas, *O Estado de S. Paulo* utilizou como fonte uma pesquisa realizada pela firma americana de consultoria Towers, Perrin, Forst e Crosby. Os salários correspondiam à menor parte do que era pago com dinheiro público diante dos benefícios indiretos de que usufruíam os servidores. Conclui a matéria:

“No final todas essas vantagens se traduzem em dinheiro e todos os superfuncionários ganham muito mais do que o presidente da República, viajam frequentemente para o Exterior, divertem-se, fazem política e dão presentes a expensas do erário ou dos acionistas das empresas – e o governo é sempre o maior acionista. Mas, mesmo levando em conta os salários propriamente ditos, o superfuncionário brasileiro pode ser incluído hoje entre os mais bem pagos de todo o mundo” (*Idem*)

Casos curiosos de mordomias em outros estados e a prática do nepotismo, que ainda preenche as páginas do noticiário político atual, também fizeram parte da ampla cobertura da equipe de sucursais coordenada por Ricardo Kotscho. Em uma das reportagens, o jornal destaca, com o trocadilho “Oligarcia em Mato Grosso”, o poder do governador nomeado de Mato Grosso, Garcia Neto:

“Os extremos vão de um extremo a outro do país, da administração federal, onde abundam filhos de ministros, à mais humilde prefeitura. No Maranhão, por exemplo, o secretário da Educação Jerônimo Pinheiro contratou recentemente os serviços de diversos parentes. Mas é, sem dúvida, no Mato Grosso, que a administração pública fornece os mais pródigos exemplos da prática do nepotismo no recrutamento dos seus superfuncionários. Estimativas feitas – uma vez que é praticamente impossível levantar-se os números oficiais, devido aos obstáculos de praxe – permitem calcular que a folha de pagamento de familiares do governador nomeado, Garcia Neto, atinge hoje aproximadamente Cr\$ 800.000,00” (*“Um médico na CELPA e a ‘oligarquia’ em Mato Grosso”, O Estado de S. Paulo, 03/08/1976*)

A série causou grande repercussão em Brasília. As opiniões de congressistas de oposição sobre a possibilidade de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos “superfuncionários” e a versão das autoridades envolvidas nas denúncias de mordomia aparecem na terceira e última reportagem de *O Estado de S. Paulo*. A sequência de matérias publicadas em 04/08/1976 demonstra a postura de cobrança e ação fiscalizadora do jornal sobre o campo político: “Denúncia causa indignação em todo o país”, “Oposição debate CPI hoje”, “Deputado paulista aguarda medidas”, “Simon quer que o governo e MDB hajam sem demora” e “Na Câmara, 4 falam contra”. As matérias são factuais, com as apurações do dia anterior, no “calor” dos acontecimentos, mas dois aspectos na pauta são ressaltados: os elogios feitos pelos parlamentares ao trabalho investigativo do diário paulistano e os depoimentos que fazem referência ao fim da censura.

“Um dos parlamentares, o opositor gaúcho Aluizio Paraguassu, solicitou a transcrição, nos anais da Câmara, da reportagem publicada na edição de domingo. Ao pedir a transcrição, assim se manifestou Paraguassu: ‘Trata-se de um trabalho espetacular, difícil e de fôlego, que só poderia ser feito por um grande jornal como aquele. É realmente uma lição para todos nós’” (*“Na Câmara, 4 falam contra”. O Estado de S. Paulo, 04/08/1976*)

“O líder da oposição no senado, Franco Montoro, e o deputado Tancredo Neves (MDB-MG) saudaram também as denúncias. Para o senador, ‘a primeira coisa que o MDB tem a fazer é saudar o governo por permitir que as denúncias fossem feitas’. (...) Já Tancredo Neves observou que ‘a censura não dispõe mais de força moral para impedir que a imprensa divulgue matéria dessa natureza’” (*“Oposição debate CPI hoje”, O Estado de S. Paulo, 04/08/1976*)

Os julgadores do prêmio naquele ano reconheceram a importância de *O Estado de S. Paulo* como representante dos cidadãos na defesa da boa aplicação do dinheiro público. Citando o contexto de abertura política, o jurado Mussa José de Assis avaliou que a reportagem “representou para a imprensa brasileira o sinal verde para a volta à prática do

verdadeiro jornalismo” (Assis, apud Luz e Borges, 1980: 121). Para alguns pesquisadores, a série premiada em 1976 no programa da Esso deu “nova dimensão ao jornalismo investigativo no Brasil” (Sequeira, 2005: 12). Um dos fatores para o ambiente de “maior ousadia da imprensa”, aponta a autora, foi a retirada da censura prévia de jornais e revistas da chamada grande imprensa. Escreve Sequeira que a reportagem do *Estadão* “se converte, como nos Estados Unidos, em representante dos interesses dos cidadãos – desvendando informações que grupos de poder tentam manter escondidas da sociedade (...)” (idem)¹⁰⁹.

Tais considerações apontam para a influência do jornalismo investigativo americano, que tem como princípio básico exercer vigilância sobre a ação do Estado (Silva, 1991). Esse modelo, conhecido como *watchdog role* (“cães de guarda”), foi consagrado com a publicação, em 18 de junho de 1972, da reportagem de dois jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, que culminaria com a renúncia do então presidente Richard Nixon. O episódio ficou conhecido como Caso Watergate¹¹⁰. Na visão de Sequeira e Mussa, o campo político, depois do período de forte repressão aos meios de comunicação no governo Médici, torna-se alvo de uma vigilância mais intensa dos jornais. Ao assumir a função de agentes fiscalizadores de práticas de corrupção, que se aproximaria do modelo *watchdog role* americano, esses repórteres também passam a ser vistos pela comunidade jornalística como aqueles que praticam o “verdadeiro jornalismo”.

Silva (1991) observa, no entanto, que o conceito de poder vigilante da imprensa encontra limites ao ser incorporado no Brasil. O país apresenta uma configuração cultural e política específica, o que impõe particularidades ao processo de produção de notícias. Segundo ele, todos defendem o conceito *watchdog role* em teoria, mas ela passa “por uma série de transformações quando se aplica no país, na prática” (idem: 34). Culturalmente, afirma o autor, um dos traços constitutivos da sociedade brasileira é o fato de as pessoas serem consideradas menos como indivíduos e mais como membros de um grupo, ou seja, as relações pessoais se sobrepõem às institucionais. Essa tradição cultural tende a fazer com que “vários atores da indústria jornalística atribuam um novo sentido ao *watchdog role*, no

¹⁰⁹ Sequeira também destaca a matéria “Descendo aos porões”, publicada em 1979 pela revista *Veja*, como emblemática por mostrar o tipo de jornalismo que começava a ser praticado no Brasil. A reportagem denunciava o aparato repressivo dos militares e os métodos de tortura contra os presos políticos.

¹¹⁰ O escândalo envolvia a prisão de cinco homens que tentavam instalar aparelhos eletrônicos de espionagem no comitê do Partido Democrata, no edifício Watergate. Os dois repórteres descobririam mais tarde que os acusados haviam sido infiltrados pela Casa Branca, a mando do coordenador de segurança do comitê para a reeleição do presidente Richard Nixon.

qual em alguns casos será considerado justificável deixar de exercê-lo para não prejudicar os interesses de um amigo ou de um aliado político” (idem).

Do ponto de vista político, podemos afirmar que a relação com o poder é um traço histórico do desenvolvimento dos grupos de imprensa no Brasil. Ainda nos anos 1950, a despeito do discurso de isenção e imparcialidade dos jornais, não houve de fato um processo de autonomização dos produtores de notícias em relação ao campo político. O princípio da objetividade prevalecia apenas retoricamente para legitimar o jornalismo como instituição de poder. Como informa Ribeiro, a “imprensa sempre teve uma relação simbiótica com a política” (2002:16). Mesmo durante a ditadura, os proprietários de jornais, com algumas exceções, mantiveram-se nas cercanias do poder, assumindo uma visão conservadora da elite liberal. O papel ambíguo de aproximações e distanciamentos do campo jornalístico com o Estado autoritário se justificava, em muitos casos, pela necessidade de sobrevivência dos órgãos de imprensa.

Silva (1991) aponta outro dado que se reflete de maneira especial sobre o fazer jornalístico no país: a cultura da impunidade. Esse fator histórico é determinante, segundo o autor, para a diferenciação da lógica dos padrões culturais do jornalismo brasileiro em relação ao americano. “O mau funcionamento das instituições públicas faz com que eventuais trabalhos de investigação jornalística no Brasil acabem caindo no vazio, não resultando em nada, ao contrário do que ocorre nos EUA” (1991:100). A série de matérias “Assim vivem os nossos superfuncionários” já fazia ressaltar quanto à imprecisão de alguns dados em razão da falta de acesso a documentos oficiais e as deficiências encontradas pelos órgãos de fiscalização:

“Não há uma regulamentação própria para as mordomias – regalia a que, até meados da última década, só o presidente da República tinha direito. Ninguém sabe, no governo, afirmar com certeza o que regula a concessão da mordomia, quem tem direito a ela, se há limite para os gastos, como ela deve ser utilizada – e, nem mesmo, o que vem a ser exatamente mordomia” (*“Em tudo, o clima de uma grande festa”*. *O Estado de São Paulo*, 01/08/1976)

“Há indicações seguras de que até a bota ortopédica do filho de uma alta autoridade do Maranhão foi comprada com recursos públicos. Como apurar a veracidade dessa denúncia feita publicamente por Freitas Diniz, presidente do Diretório Regional do MDB? De que elementos dispõem os órgãos fiscalizadores, como os tribunais de contas ou as casas legislativas, para saber o destino dado ao dinheiro recolhido dos contribuintes? As indagações se repetem – e o silêncio ainda é a única resposta” (*“Acima de qualquer controle, só resta o silêncio”*. *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1976)

Ricardo Kotscho comenta esse aspecto ao analisar, três décadas depois, o resultado efetivamente gerado pela reportagem sobre os “superfuncionários”. “Também não lembro se alguém foi punido no governo, mas temo que a denúncia das mordomias tenha provocado um efeito contrário ao que eu imaginava: em vez de acabar com elas, fiquei sabendo depois que elas se alastraram por outros escalões e latitudes das diferentes esferas de poder” (Molica, 2005: 145).

A análise do Prêmio Esso no período pós-1978 acentua a função do jornalismo como instrumento de fiscalização do poder, com o uso de um tom denunciador muito semelhante ao adotado pelo *Estado de S. Paulo* na série sobre as mordomias. Como vimos no subcapítulo 2.2.3 *A abertura*, a maior parte dos trabalhos premiados foi produzida com base em investigações contra o poder público. No entanto, não podemos desconsiderar o significado simbólico que assume para o campo jornalístico a retomada de uma posição mais crítica em relação às ações do governo. Se, nos anos 1950, era importante do ponto de vista da construção do jornalismo como comunidade interpretativa mostrar a produção noticiosa como lugar natural da objetividade (Ribeiro, 2000), a busca por uma identidade “investigativa”, a partir do início do processo de redemocratização do país, também se torna um elemento valorativo da profissão. A figura do repórter investigativo sintetiza, nesse sentido, a mítica da profissão, que está assentada no conceito *watchdog role*, ou seja, a imprensa como vigilante ou “cão de guarda” da sociedade.

Exclusivo: fala Figueiredo (1978)

Candidato oficial à sucessão de Ernesto Geisel, o general João Batista Figueiredo foi confirmado no cargo de presidente da República por eleição indireta em 14 de outubro de 1978. O chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) recebeu 355 votos contra 266 no Congresso Nacional. O bom trânsito do candidato tanto com os “castelistas” quanto com os militares “linha dura” serviu como credencial para investidura no cargo.

Figueiredo era o candidato de Geisel para dar continuidade ao processo de liberalização, apesar das contradições. Golbery, principal articulador do projeto de descompressão, permaneceria à frente do Gabinete Civil da Presidência, mas os militares

contrários ao projeto de abertura não perderam completamente o poder dentro das Forças Armadas. Isso porque a sustentabilidade do plano de liberalização dependia, em grande medida, do apoio ou controle daqueles que optavam pelo fechamento do regime. Figueiredo na Presidência deixara o posto de chefe do SNI para o general Octavio Aguiar de Medeiros, alinhado com o caminho autoritário trilhado por outras ditaduras na América Latina, como Argentina e Chile. Outros generais “linha dura” também foram nomeados para comandos importantes, como o general Milton Tavares de Souza para o II Exército (Skidmore, 1988). No discurso de posse, Figueiredo enfatizou seu compromisso com a abertura política: “Reafirmo meu inabalável propósito (...) de fazer deste país uma democracia” (Figueiredo, apud Skidmore: 1988: 412).

Alguns meses antes de assumir o cargo, no entanto, uma entrevista publicada na *Folha de S. Paulo* revelava um candidato que assumia seu desprezo pela opinião pública e pelo voto popular, uma postura bem diferente da imagem oficial construída pelo regime. Vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo, a matéria “Exclusivo: fala Figueiredo”, publicada nos dias 05 e 06 de abril de 1978, mostrou o perfil político do ex-chefe do SNI, que declarou à *Folha* temer pela abertura política caso o MDB, partido oposicionista, vencesse as eleições para governadores naquele ano.

Durante a entrevista de 95 minutos com Figueiredo, os repórteres Getúlio Bittencourt e Haroldo Cerqueira Lima foram proibidos de fazer anotações ou usar gravadores. Os jornalistas publicaram o depoimento do futuro presidente a partir de um esforço de memória na sala de redação. Os repórteres tentaram inclusive reproduzir o estilo com que o general construía frases ao falar, preservando o tom informal do diálogo. Mas alguns dados, principalmente envolvendo números, não foram publicados em razão das condições profissionalmente adversas da entrevista. Essa dificuldade fez com que os repórteres, em vez de divulgar o número exato, informassem, por exemplo, “um número enorme de entidades fantasmas”.

A edição da entrevista foi dividida em duas partes: no primeiro dia, o jornal publica a posição de Figueiredo sobre assuntos políticos, tais como democracia, eleições presidenciais, eleições para governadores, processo de anistia e direitos humanos; no segundo, ele expõe sem formalismos suas ideias sobre vários aspectos da economia brasileira, incluindo privatização da Petrobras, reforma agrária, evolução do processo de

estatização e relações trabalhistas. O jornal optou pelo gênero de entrevista no formato pergunta e resposta, com um breve texto introdutório, reunido as declarações do general consideradas mais importantes pela *Folha*. É importante citar também que a edição do material não obedeceu necessariamente às ordens das perguntas:

“A entrevista terminou às 18h10 e às 18h30 começamos a escrever. Tivemos um cuidado especial para reconstituir nossa conversa, não na sequência em que ela realmente ocorreu, mas tema por tema. Relacionamos os assuntos abordados – conceito de democracia, o voto popular, direitos humanos, etc – e a partir dessas grandes linhas tornou-se relativamente simples montar o diálogo” (“*Um longo teste de memória*”. *Folha de S. Paulo*, 06/04/1978).

A entrevista ocupou pouco mais de uma página inteira em cada edição e também foi bem explorada na capa do diário. O assunto foi manchete da *Folha* nos dois dias de publicação: “Exclusivo, fala Figueiredo” (05/04/1978) – com uma foto do entrevistado e um quadro com algumas declarações do general em três colunas – e “Privatizar é tarefa difícil” (06/04/1978). As fotos não acrescentam informação ao trabalho jornalístico, funcionando mais como registro do encontro entre os repórteres e o candidato. Algumas legendas também são apenas descritivas, sem o uso do verbo, contextualizando o momento. Um exemplo é a legenda na foto de capa (05/04/1978): “O general João Batista Figueiredo, ao conceder ontem, em seu gabinete no Palácio do Planalto, uma longa entrevista a dois jornalistas da ‘Folha’”. O curto intervalo de tempo entre o fim da entrevista e o *deadline* para o fechamento da matéria também pode explicar alguns erros de digitação na transcrição, que passaram despercebidos no processo de revisão.

Nas páginas internas, um recurso de edição bastante utilizado é o “olho” ou destaque “para anunciar os melhores trechos de textos longos e arejar sua leitura”, como informa o manual de redação do jornal (1992:158). “Em geral, tem apenas três linhas de texto centralizadas, nas quais se destacam frases relevantes e sugestivas do artigo, entrevista ou transcrição” (idem). No caso da entrevista com o candidato Figueiredo, destacam-se as frases que sintetizam as ideias mais conservadoras da fonte no contexto em que o país discutia o processo de abertura política: “Estado precisa defender-se contra os extremistas”, “Há muita gente hoje fantasiada de democrata”, “Vocês não vão me convencer a derrubar o regime”, “Me digam: o povo está preparado para votar?”, “Se o MDB vence e vem com

constituente, aí a coisa explode”, “De que adianta um nome competente se perder a eleição?” e “É mentiroso me atribuir condição de torturador”.

O pensamento de Figueiredo mostra uma coerência em relação à política adotada pelo regime militar naquela conjuntura histórica de promover uma transição “lenta e gradual em direção a um regime que amplie substancialmente a atual taxa de democracia” (“A Revolução não vai acabar”, *Folha de S. Paulo*, 05/04/1976). O futuro presidente aponta, portanto, sua intenção em dar continuidade à política adotada pelo antecessor Geisel de manter sempre o controle sobre a abertura política. Ao declarar, por exemplo, que o “Estado precisa defender-se contra os extremistas”, ele reafirma a importância de se evitar a reorganização de grupos de esquerda, silenciados desde o governo Médici, para manutenção do sistema político e do próprio regime. Do mesmo modo, para fortalecer a Arena, o partido do Governo, nas eleições de novembro de 1978 adotou um tom de ameaça na entrevista, caso a oposição saísse vitoriosa no pleito para governadores:

“Quanto aos futuros governadores, Figueiredo diz que sua preocupação não é estabelecer perfis, mas escolher, dentre os capazes administrativamente, aqueles que podem ajudar a Arena a vencer as eleições de novembro próximo. Isso porque, adverte, a derrota do partido situacionista vai tornar mais ásperos os caminhos da distensão” (“A Revolução não vai acabar”, *Folha de S. Paulo*, 05/04/1976, grifo nosso)

A afirmação de Figueiredo de que a vitória do MDB poderia prejudicar o processo de abertura foi a principal crítica de parlamentares opositores ouvidos pela *Folha de S. Paulo* ao repercutir as entrevistas do então candidato à Presidência na matéria “Opositores decepcionados com a entrevista” (06/04/1978). O jornal abriu espaço para declarações do deputado Tancredo Neves, líder do MDB na Câmara, Ulisses Guimarães, presidente do MDB, e Freitas Nobre, ex-líder emedebista na ocasião, entre outros ocupantes de cargos de direção no partido. Tal seleção acentua o peso que os jornais conferem às fontes autorizadas, aquelas com poder outorgado por grupos, partidos ou instituições para falar sobre determinados assuntos.

O mesmo procedimento se verifica na reportagem “Mesmo entre os arenistas, discordância e preocupação” (06/04/1978), em que são ouvidos aliados do governo militar, como o deputado José Bonifácio, líder da Arena na Câmara, o senador Petrônio Portela, presidente do Congresso, Eurico Resende, líder da Arena no Senado, e Francelino Pereira,

presidente nacional da Arena. As fontes aparecem numa posição claramente defensiva diante da repercussão da entrevista. Atuam como “procuradores” na defesa de Figueiredo, apesar do título da matéria:

“Nos gabinetes dos líderes arenistas, contudo, um esforço era despendido no sentido de demonstrar que o general, sendo um homem franco, colocara os problemas abertos e sem malícias, pois suas reais intenções seriam as de que ‘devemos partir para um regime democrático, dentro de nossas características peculiares’” (“*Mesmo entre os arenistas, discordância e preocupação*”, *Folha de S. Paulo*, 06/04/1978)

Por último, o jornal abre espaço para a reprodução da nota oficial de Paulo Brossard, líder do MDB no Senado, contestando uma das declarações de Figueiredo. O chefe do SNI afirmara na entrevista que Brossard, quando era secretário de Justiça do Rio Grande do Sul, havia determinado a invasão da Rádio Guaíba (RS). A versão do senador tem destaque na matéria “‘É falso, é falso’, responde Brossard” (06/04/1978). O assunto também ganhou chamada na primeira página da *Folha*.

A matéria “Exclusivo: fala Figueiredo”, de Getúlio Bittencourt e Haroldo Cerqueira, conquistou o Prêmio Esso na categoria principal por mostrar, segundo relatório da comissão julgadora, a real imagem do futuro presidente, “sem a censura psicológica que tende a mitificar a figura do primeiro mandatário da nação” (Lisboa, apud Luz e Borges, 1980: 129). Segundo Haroldo, a partir da publicação daquela reportagem “o jornalismo político deslanchou”. Para Getúlio, “a entrevista estabeleceu uma relação entre imprensa e poder que não é de submissão”¹¹¹.

Entendemos que um outro elemento, que está presente em “Exclusivo: fala Figueiredo” tem um importante significado para o campo jornalístico: a questão da exclusividade das matérias, como destaca o próprio título da entrevista da *Folha*. O chamado “furo” jornalístico recupera uma categoria essencial para a construção do simbolismo da profissão de repórter, quando do seu aparecimento ainda no início do século XX. É quando o ineditismo se converte em um dos principais valores-notícia. Nesse sentido, cabe ao repórter descobrir desde curiosidades sobre temas populares até desmandos administrativos das autoridades. O fato de dominar um conhecimento inédito evoca um lugar de poder e, nesse sentido, a dimensão do “exclusivo” surge como matéria-prima do bom ou “verdadeiro” jornalismo.

¹¹¹ *Folha de S. Paulo*, 30/11/1978.

A questão da exclusividade das matérias, como estratégia de construção de autoridade, ganha força principalmente a partir dos anos 1980. Reivindicar para si o papel de investigador ou trazer o “furo” para o chefe da redação confere ao jornalista maior poder simbólico. A busca por esse tipo de identidade tem espaço privilegiado na cobertura política ou policial, mas orienta, pelo menos em teoria, toda a produção jornalística. Em outras matérias premiadas, o “furo” também está presente. O jornalista Carlos Chagas, que realizou a série vencedora do programa da Esso em 1970, ocupava um lugar privilegiado como secretário de Imprensa da Presidência para reportar os últimos dias de Costa e Silva.

4.2 Unidade temática: questões sociais

As matérias expressando questões sociais tiveram uma predominância em relação às demais temáticas vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo entre 1964-1978. Do total de 15 reportagens consagradas na categoria principal no período, oito estão classificadas nesta unidade, que pode ser dividida em quatro subtemas: condições de vida e de trabalho, comportamento (saúde), questão das drogas e questão indígena. Abordaremos inicialmente os trabalhos jornalísticos enquadrados no primeiro subtema: condições de vida e de trabalho.

Subtema: condições de vida e de trabalho

Três matérias foram premiadas abordando a situação do homem brasileiro no campo e na cidade, as desigualdades sociais, as potencialidades econômicas, o desenvolvimento desordenado, os problemas locais de infra-estrutura, a qualidade de vida nos grandes centros urbanos e a problemática da preservação dos ecossistemas nas áreas mais remotas do país: “Cem dias na Amazônia de ninguém”, do *Jornal do Brasil*, premiada em 1964; “Receita para São Paulo”, do *Jornal da Tarde*, vencedora em 1971; e “Edição especial sobre a Amazônia”, da revista *Realidade*, que ganhou o reconhecimento do concurso em 1972.

Cem dias na Amazônia de ninguém (1964)

A série de reportagens vencedora do Prêmio Esso de 1964, publicada no *Jornal do Brasil* entre os dias 07 e 12 de janeiro de 1964, procurou mostrar as precárias condições de vida de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes da Amazônia. Fome, incidência de doenças, como malária, lepra e tuberculose, falta de assistência médica, desemprego e analfabetismo foram alguns dos temas apresentados pelo jornalista Walter Firmo. Durante 100 dias, ele percorreu cerca de 50 cidades, vilas e lugarejos, “ouviu missionários religiosos e documentou em fotografias os dramas de uma população (...) que vive, de um modo geral, na dependência de países fronteiriços e vê o Brasil apenas como o país amigo mais próximo” (“JB revela realidade amazônica”, capa *Jornal do Brasil*, 07/01/1964).

“Saindo de Marco, cidadezinha limítrofe a Letícia, na Colômbia, e percorrendo o mesmo trajeto feito por Francisco Orellana, quando descobriu o Rio Amazonas há 422 anos passados, a paisagem é uma só: dor, sofrimento, angústia, desespero. Em Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Fonte boa, Tefé, Coari, Anori, Codajás, Manacapuru, Itacoatiara, Parintins, Juriti, Urucurituba, Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Santarém, Monte Alegre, Prainha, Gurupa, Breves, Currálinho, São Francisco da Jararaca e Boa Morte a fome, a doença e o analfabetismo são as meias tintas indeléveis” (“O pesadelo da seca e da cheia”, *Jornal do Brasil*, 07/01/1964).

Não se pode dizer que Firmo desconhecia completamente a região. O fotógrafo carioca costumava passar as férias em Monte Alegre, cidade natal do seu pai, localizada próxima a Santarém, no Pará. “Sugeri essa pauta ao Dines [Alberto Dines, editor-chefe do *Jornal do Brasil* naquele período] calcado nessa paixão pela Amazônia. Tinha curiosidade de percorrer todo o Rio Amazonas, desde o início em Letícia, Colômbia, até a sua foz próxima ao Amapá. A ideia era ir parando nas populações ribeirinhas e fotografar”, contou Walter Firmo, em entrevista ao autor¹¹². Posteriormente, além do Rio Amazonas e Solimões, ele incluiu no roteiro o Rio Negro para a cobertura jornalística.

Durante a etapa que antecedeu a viagem, Firmo revelou uma curiosidade: a matéria “Cem dias na Amazônia de ninguém” seria escrita por Hamilton Almeida Filho, então um jovem promissor jornalista que, na ocasião, não pertencia ao quadro efetivo da equipe de jornalistas do *JB*. Muito mais que repórter de rua, Firmo era fotógrafo, profissão que o consagraria nas décadas seguintes, com trabalhos divulgados em diversas publicações nacionais e estrangeiras. Os dois chegaram a estudar mapas da região e os lugares a serem

¹¹² Entrevista ao autor em 11/11/2009 no Rio de Janeiro.

percorridos. No entanto, por questões financeiras, a ideia da viagem foi sendo adiada, recorda Walter Firmo. “Senti que a ideia ia morrer e falei para o Dines: ‘se é questão de grana e por isso não pode mandar uma pessoa comigo, eu faço a reportagem’”¹¹³. O fotógrafo nunca havia escrito até então uma grande reportagem, apenas alguns textos para a seção “Atrás do gol”, publicada na *Última Hora* reunindo comentários de jogadores nos gramados. Hamilton, que não viajou com Firmo, participaria anos mais tarde de uma cobertura jornalística na mesma região também consagrada pelo Prêmio Esso. Ele integrava a equipe da revista *Realidade* na edição especial sobre a Amazônia, vencedora do concurso em 1972.

A dupla função de atuar como repórter e fotógrafo foi a principal dificuldade encontrada por Firmo para realizar a série premiada. Ele lembra até que ponto a necessidade de ter que apurar e, ao mesmo tempo, não perder o momento da foto alterou a rotina de produção da reportagem. O depoimento tem o ponto de vista do fotógrafo, ou seja, a imagem como elemento que deve se sobrepôr à obtenção de informações textuais no momento da apuração:

“Aconteceram situações de estar apurando a matéria e perceber que estava perdendo uma foto importante. Ao contrário isso não acontece. Você pode correr atrás de uma informação depois como repórter, mas o fotógrafo não pode perder aquele instante. Muitas vezes fiquei numa situação muito atravessada, porque se eu não trago um texto convincente, como ficava a minha situação profissional no JB? Hoje acho que é cada macaco no seu galho, porque é difícil você apurar vendo as coisas acontecerem. Numa ação de notícia, não dá para fazer as duas coisas. Alguma coisa vai faltar”¹¹⁴.

Na diagramação das reportagens, há um total equilíbrio entre o espaço dedicado ao texto e o reservado para o fotojornalismo. Foram publicadas duas páginas por edição, sendo obedecido o critério de uma página de texto e outra inteiramente de imagens. Tal divisão aparece até nos créditos: na primeira, Walter Firmo assina como repórter e, na segunda, como fotógrafo. Cabe ressaltar ainda algumas particularidades. O texto geralmente ocupa quatro das seis colunas, que são separadas por fios. Os espaços em branco ajudam a arejar a leitura. Na página de texto, também há sempre uma pequena foto sobre o título da matéria, valorizando a parte gráfica. Analisada em seu conjunto, a série “Cem dias na Amazônia de

¹¹³ Durante a viagem pela Amazônia, Firmo teve a companhia do tio Manoel Batista, morador de Monte Alegre.

¹¹⁴ Entrevista ao autor em 11/11/2009 no Rio de Janeiro.

ninguém” é bastante visual. Foram publicadas 22 fotos – uma média de quatro, por edição – de grandes dimensões e diferentes formatos (horizontal e vertical). Podemos afirmar que as reportagens de Firmo representam, nesse aspecto, uma excepcionalidade em termos de premiação na categoria principal no programa da Esso, que tradicionalmente consagra trabalhos nos quais a informação textual é determinante e se sobrepõe à imagem. O fotógrafo comenta que o impacto das fotos teve influência no resultado: “Se quem julgou a matéria foi influenciado pelas fotos? Tenho certeza absoluta. A fotografia não é só denunciadora. Ela também apazigua, informa de maneira subliminar. Você passa a conhecer aquele mundo sem estar lá”¹¹⁵.

Um ponto que aproxima a matéria sobre a Amazônia do *JB* de outros trabalhos vencedores no período escolhido para a análise (1964-1978) é a opção pelo formato de série. O título principal “Cem dias na Amazônia de ninguém” é mantido ao longo de toda a cobertura e passa a ser numerado para marcar a sequência das reportagens. O título foi sugerido, segundo Walter Firmo, por Amílcar de Castro, um dos principais responsáveis pela renovação visual do *JB* nos anos 1950. Como a série foi dividida por temas, cada edição apresenta um subtítulo diferente: “O pesadelo da seca e da cheia” (07/01/1964), “Onde o Brasil nasce” (08/01/1964), “As cidades malditas” (09/01/1964), “Onde a escola é triste e proibida” (10/01/1964) e “O espírito de Deus sobre as águas” (12/01/1964).

As matérias foram publicadas no Caderno B, espaço dedicado às grandes reportagens do *Jornal do Brasil* nos anos 1960 e 1970, quando ainda não tinha o perfil de suplemento cultural. Tanto que os quatro trabalhos jornalísticos do jornal, premiados com o Esso nacional entre 1964 e 1978 – “Cem dias na Amazônia de ninguém” (1964), “Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama” (1967), “Volta ao ponto de partida” (1974) e “As drogas” (1975) –, saíram nas páginas do Caderno B.

A cobertura dedicou espaço para tratar do cotidiano de personagens comuns com o objetivo de revelar, a partir de suas histórias, um Brasil que dificilmente vira notícia. “Queria beijar aquela população pobre e esquecida com a minha maneira de vê-los. Sabia que os fotografaria em seu estar diário, que era peixe com farinha e farinha com peixe. Era um *status quo* do modo de vida, romantizado por um olhar certamente monitorado no afeto,

¹¹⁵ Idem

como faço em meus trabalhos”¹¹⁶. O repórter escreve a partir de suas impressões pessoais. Examinando a dimensão do texto, faltam depoimentos de um modo geral, o que o impede de traçar um perfil mais apurado dos personagens, que se sucedem na trama narrativa, e apresentar o contexto particularizado da vida que os cercava.

“Olga Tenório, chefe do serviço de tecelagem feminino, todo dia, após o pôr-do-sol, faz o lugarejo renascer brincando de roda ou contando histórias às indiazinhas tareanas e dessanas. O viajante, ao desembarcar, tranqüilo, do avião, diante da placidez das matas em Uaupés, leva um tremendo susto. É que a irmã Elza Ramos, diretora do Colégio Maria Auxiliadora, toda vez que chega um avião da FAB, detona a sua espingarda, calibre 20, festejando o acontecimento” (“*O espírito de Deus sobre as águas*”, *Jornal do Brasil*, 12/01/1964)

Importa afirmar que a análise ficou prejudicada por falta de legibilidade da cópia do material obtido na Biblioteca Nacional. Várias passagens do texto estão ilegíveis e não puderam ser examinadas. Ainda assim é possível observar que o trabalho jornalístico se aproxima mais do formato ensaio do que propriamente do gênero reportagem. Sua narrativa é marcada por adjetivações, frases longas e estilo rebuscado, características que seriam incompatíveis com o modelo retórico da objetividade, embora o jornalista afirme que o texto final passara por revisões de um copidesque para se adequar ao projeto editorial do jornal:

“Os brasileiros de outras regiões, principalmente os do Sul, ignoram inteiramente as agruras, as cenas terríveis e emocionantes que sofrem seus irmãos da Amazônia, numa dor silenciosa e constante, nessa epopéia muda, sem um gemido, sem um grito, com resignação. Com a superfície a emergir, numa eclosão de gêneses, contaminada de detritos, folhas, galhos, raízes, cascas, carne de animais em decomposição, expostos à luz forte, a terra fermenta, apodrece e as exalações de péssimo odor espalham as febres palustres” (“O pesadelo da seca e da cheia”, *Jornal do Brasil*, 07/01/1964).

O repórter escreve as matérias em 3ª pessoa, não se constituindo, portanto, como personagem do acontecimento. As poucas citações não são acompanhadas por nome, profissão ou idade dos seus autores. O verbo declarativo, muitas vezes carregado de significado e intencionalidade por parte do repórter, aparece normalmente na 3ª pessoa do plural, como, por exemplo, nos trechos: “– Foi a vontade de Deus – dizem” ou “Seus habitantes (...) naquela linguagem pura e tranquila, característica do homem ribeirinho, vociferam: – Agora estamos ficando acordados” (idem, 07/01/1964, grifo nosso).

¹¹⁶ Entrevista ao autor em 11/11/2009 no Rio de Janeiro.

O prêmio foi concedido para uma reportagem sem vinculação diretamente política num momento de peculiar importância na história do país, com a instauração da ditadura militar em 31 de março/ 1º de abril de 1964. Como reconhece o jornalista Wilson Figueiredo, que, naquele ano, atuou na comissão julgadora:

“O Prêmio Esso de 1964 foi, sem dúvida, o mais destoante no sentido de atualidade que insufla o jornalismo diário. Um ano marcadamente político, de consequências ainda hoje palpáveis na vida nacional, concedeu um primeiro prêmio a um testemunho sobre a Amazônia” (Figueiredo, apud Luz e Borges, 1980: 70).

Sem atribuir o resultado a qualquer interferência dos militares ou da empresa promotora, Nascimento justifica que o prêmio foi concedido ao trabalho de Firmo por ter despojado “a visão pitoresca” sobre a Amazônia, como se percebe em livros ou reportagens acerca do assunto:

“Assim o julgamento que, muito provavelmente, terá parecido à época um prêmio de consenso, com um sentido de fuga ao aspecto político da situação nacional, veio garantir-lhe vida mais longa do que a realidade costuma dispensar ao trabalho jornalístico e até aos critérios dos atribuidores de láureas” (idem).

Firmo também acredita que a série de reportagens ajudou a desmistificar a Amazônia brasileira, mostrando não apenas a exuberante natureza, mas o analfabetismo, a mortalidade infantil e principalmente o cotidiano dos ribeirinhos. “Com certeza, o brasileiro passou a ver o ribeirinho amazônico como um sobrevivente. Ele só sabia, antes de tudo, que o nordestino era um forte, mas desconhecia qualquer lápide em relação ao povo amazonense”¹¹⁷.

Receita para São Paulo (1971)

As matérias premiadas no programa da Esso oferecem um campo privilegiado para a análise sobre a formação ou consolidação de representações sobre a atuação da imprensa durante a ditadura militar. A série de sete cadernos especiais do *Jornal da Tarde*, vencedora do prêmio jornalístico em 1971, é outro exemplo que confirma o amplo leque de possibilidades no estudo das identidades jornalísticas. O trabalho “Receita para São Paulo”, que traça um diagnóstico sobre o crescimento desordenado da maior capital brasileira e

¹¹⁷ Idem

encaminha soluções para a resolução dos principais problemas da cidade, mostra a disposição dos jornais em se auto-referenciar também como veículos a serviço das reivindicações da sua comunidade. Assim, o repórter torna-se o principal aliado das causas dos moradores. Mais do que o político, o jornalista passa a ser o interlocutor autorizado a exigir das autoridades o cumprimento de projetos que promovam o bem-estar coletivo.

A despeito de o papel da imprensa como órgão prestador de serviços fazer parte historicamente de um ideário consolidado no campo jornalístico, outros sentidos sobre a profissão não são anulados, pois partimos do pressuposto de que existem, na verdade, múltiplas identidades. A “missão” dos produtores de notícias que devem não apenas mostrar os problemas urbanos, mas contribuir para o encaminhamento das soluções converge para outras representações já vistas neste trabalho. À função de “utilidade pública”, soma-se, por exemplo, a valorização de uma identidade “investigativa” no contexto de abertura política ou da ação fiscalizadora do poder, sobretudo a partir dos anos 1980.

De autoria dos jornalistas José Maria Mayrink e Ricardo Gontijo, o trabalho “Receita para São Paulo” resultou de uma série de encontros promovidos em 1971 pelo grupo *Estado*. Durante três meses, especialistas de diferentes áreas reunidos no Seminário sobre Problemas Municipais debateram os principais gargalos de infra-estrutura na capital paulista, que concentrava na época cerca de seis milhões de habitantes. O resultado foi transformado em sete cadernos especiais, publicados entre 17 e 24 de agosto de 1971. O objetivo do *Jornal da Tarde* era encaminhar sugestões em curto, médio e longo prazo ao engenheiro Figueiredo Ferraz, que assumia a Prefeitura de São Paulo naquele ano. A série abordou dez temas: habitação; saúde; circulação e transporte; serviços públicos; bem-estar social; educação e cultura; escoamento de águas; uso do solo; abastecimento; e máquina administrativa.

Cada um dos sete cadernos saiu com quatro páginas dentro do noticiário do *Jornal da Tarde*. A edição comemorativa dos 50 anos do Prêmio Esso (Beloch e Fagundes, 2006) informa que, a partir das questões discutidas no Seminário sobre Problemas Municipais, os repórteres complementaram as matérias com reportagens de campo, ouvindo moradores e observando *in loco* as deficiências nos serviços públicos. Iniciamos a análise do trabalho do *Jornal da Tarde* com base nesta consideração. Outro dado contido no livro organizado pela empresa promotora também foi objeto de algumas observações: atribuindo uma declaração ao repórter premiado José Maria Mayrink, a publicação informa que “um dos maiores

desafios foi transformar um relatório burocrático, com números e estatísticas, em uma reportagem agradável para o leitor” (idem: 59).

Em relação ao primeiro aspecto, observamos que a fala dos moradores (personagens comuns) não está representada na série. Ao contrário, as reportagens acentuam a autoridade das fontes. As matérias foram construídas a partir das apresentações feitas no seminário e nas conclusões contidas nos relatórios dos especialistas convidados a participar do projeto. Por exemplo, na edição que discutiu o tema “Escoamento de águas”, o jornal utilizou como fontes os professores da USP Lysandro Pereira da Silva, Paulo Sampaio e Maury de Freitas Julião, além de Otávio Camilo Pereira de Almeida, na ocasião diretor de Obras da Prefeitura de São Paulo. O mesmo critério se aplica a outras edições. Ao tratar do tema “Uso do solo”, os informantes são invariavelmente os técnicos daquele grupo de trabalho: o engenheiro Luiz Gomes Cardim Sangirardi e os arquitetos Ary Albano e Guilherme Londoño. Não obstante, as declarações são atribuídas ao grupo e não a uma fonte específica.

Quanto à produção do texto, observamos que o objetivo do repórter em transformar informação técnica em linguagem acessível para o público não foi atingido em parte do material. Em algumas passagens, os dados extraídos de relatórios dos especialistas são publicados aparentemente sem qualquer modificação por parte do jornalista. Esse processo pode ser verificado na abertura (lead) da matéria “O que se deve fazer para evitar inundação, e o que não se deve fazer” (17/08/1971):

“Há quatro tipos principais de obras de defesa contra as inundações: 1) – Obras que facilitem o escoamento das águas nos fundos de vales: consistem, por exemplo, na abertura de canais; 2) – Obras que confinem as inundações, contendo as águas dentro de limites adequados: são os diques proximalmente paralelos à direção dos cursos de água; 3) – Obras de retenção das águas nas cabeceiras, ou o montante dos locais sujeitos a inundações, reduzindo os picos da enchente: são as empresas regularizadoras da vazão dos cursos de água ou de retenção de enchentes; 4) – Obras de desvio das águas para bacias vizinhas (reversões) que possam recebê-las sem inconveniente e que apresentem condições fisiográficas favoráveis” (“O que se deve fazer para evitar inundação, e o que não se deve fazer”, *Jornal da Tarde*, 17/08/1971)

A narrativa em formato de relatório aparece também nas matérias “Os maiores defeitos da grande máquina” e “A falta de inovação e outros problemas”, publicadas no encerramento da série, em 24/08/1971. As reportagens têm apenas uma abertura com o texto dos repórteres. Em parágrafo único, sem alinhamento do texto (justificação) nas margens, são listados integralmente os pontos contidos no documento dos técnicos especializados em

assuntos de administração pública, dentre eles Werther Krause, um dos coordenadores do seminário organizado pelo grupo *Estado*.

O tratamento dado a cada um dos assuntos que compõem a série obedece a um certo padrão. Isso significa que as matérias, de um modo geral, são divididas em duas partes: diagnóstico e soluções. Por exemplo: ao abordar o tema “Uso do solo”, os repórteres relacionam inicialmente os problemas, como a falta de espaços públicos de lazer, a exploração da publicidade em áreas verdes e a falta de pessoal capacitado na administração municipal para realizar as obras e fazer a fiscalização. Em seguida, eles apontam algumas alternativas discutidas no âmbito do grupo de trabalho do seminário. No caso específico, as recomendações são divididas em quatro grandes categorias (zoneamento e código de obras; renovação urbana; áreas verdes; e recursos humanos e custos operacionais), cada uma incluindo até oito pontos que poderiam fazer parte da legislação sobre o uso do solo. A seguir, apresentamos outro exemplo da aplicação da fórmula diagnóstico - soluções no caderno especial sobre “Escoamento de águas”:

Diagnóstico:

“Os quatro técnicos que discutiram o problema das águas superficiais no Seminário sobre Problemas Municipais (todos com experiência de longos anos no Departamento de Obras da Prefeitura) partiram desses dois pontos: 1) a constatação da importância dos rios Tietê, Tamanduateí e Pinheiros e dos 150 córregos para o escoamento das águas pluviais; 2) a constatação da falta de dados complementares sobre a hidrologia urbana para o planejamento e execução de obras que permitam acabar com as inundações” (“O problema das enchentes, e suas soluções”, *Jornal da Tarde*, 17/08/1971)

Soluções:

“Os técnicos concluíram que os problemas mais difíceis de inundação são causados pelas falhas do traçado urbano de São Paulo. (...) Os técnicos sugerem um novo levantamento aerofotogramétrico para a atualização das plantas. Recomendam, para isso, que os dados sejam imediatamente passados para o mapa, a fim de que não fiquem logo ultrapassados. Tendo plantas atualizadas, a Prefeitura poderia estudar o traçado dos 150 córregos de São Paulo, localizar essas áreas a serem expropriadas e descobrir as linhas divisórias das bacias de contribuição dos cursos de água. O plano diretor de escoamento das águas superficiais seria então articulado com os planos de canalização dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí. Esse plano seria necessário também para se estabelecer um plano racional de pavimentação” (“E os córregos”, *JT*, 17/08/1971)

Com pouco mais de cinco anos de existência, o *Jornal da Tarde* mantinha em 1971 um projeto gráfico inovador para os padrões da grande imprensa no país. A valorização de espaços em branco tornava a diagramação dinâmica e arejada. Os títulos, que tinham grande destaque no vespertino, fugiam também de convenções jornalísticas. De diferentes tamanhos e formatos, eram criativos, sem verbos de ação no presente, alguns formados por uma única palavra. Alguns exemplos da série premiada: “E os córregos”, “O solo proibido”, “Os grandes jardins do passado”, “A máquina” e “Enfim, é preciso reformar tudo”. Observamos ainda a valorização de subtítulos informativos, funcionando quase como lead da matéria. No caderno especial sobre “Abastecimento”, o subtítulo da reportagem “Feira ou supermercado” (24/08/1971) complementava: “Os supermercados são proibidos onde deveriam existir – nas zonas residenciais. As feiras são permitidas, mas criam problemas. Como deve ser feito o abastecimento?”

A edição das fotos representava outro diferencial do diário. Em “Receita para São Paulo”, o *JT* utilizou o recurso gráfico que consistia em “sangrar” as imagens, fazendo com que elas invadissem as margens da página. Outras eram recortadas, dando um efeito de ilustração às fotos de especialistas ouvidos na reportagem. O jornal também estampou em todas as páginas um desenho que funcionou como identificação da série. A figura, que não ocupava espaços fixos, trazia um sol nascendo “sorridente” entre os arranha-céus da metrópole, sugerindo o surgimento de um novo momento para a cidade.

O exame do aspecto gráfico do *JT* permite outras considerações. Não havia padronização em relação ao número de colunas. O texto era diagramado em colunas de diferentes tamanhos, separadas por fios, mas sempre valorizando os “clarões” (espaços em branco). O tema principal também não se localizava necessariamente no alto da página. A diagramação arrojada do jornal subvertia assim a hierarquia dos assuntos, sem tornar a organização das matérias, entretanto, confusa para os leitores. Na edição sobre “Uso do solo”, título, subtítulo e foto sangrada nas margens ocupavam juntos 50% do espaço total. Em outro exemplo de solução esteticamente criativa, ao tratar do tema “Máquina administrativa”, o diário publicou o título na metade inferior da página, destacando o subtítulo no alto.

O caderno especial “Máquina administrativa” foi também o último da série premiada. A edição abordou a importância de uma gestão planejada e uma máquina pública eficiente

para a resolução dos problemas de infra-estrutura urbana em São Paulo. Para encerrar o trabalho jornalístico, os repórteres se basearam em informações prestadas por Werther Krause, um dos coordenadores do seminário. Segundo o especialista, “foi o tratamento inadequado dos problemas da cidade que provocou o crescimento desordenado de São Paulo” (“Enfim, é preciso reformar tudo”, *Jornal da Tarde*, 24/08/1971).

“De nada adianta a cidade conhecer todos os seus problemas, e dispor de recursos para resolvê-los, se não tiver também uma máquina administrativa adequada. No caso de São Paulo, concluíram os técnicos no Seminário sobre Problemas Municipais – a máquina administrativa tem tido muita dificuldade para enfrentar os problemas que a cidade tem de resolver, na rotina do dia-a-dia. (...) Os principais desses problemas são a falta de uma visão geral dos problemas da Grande São Paulo, a falta de uma definição clara de funções e dos respectivos níveis de competência e a inércia da máquina administrativa” (“A máquina”, *JT*, 24/08/1971)

Algumas das propostas apresentadas em “Receita para São Paulo” tornaram-se políticas públicas a partir do governo Figueiredo Ferraz. A criação do Código de Endereçamento Postal (CEP) foi uma das sugestões acolhidas pela administração municipal, bem como a integração dos meios de transporte. Após a publicação das reportagens, também foi aprovada uma nova lei de zoneamento na cidade.

Para a comissão julgadora do Prêmio Esso de Jornalismo de 1971, o trabalho de José Maria Mayrink e Ricardo Gontijo teve valor de documento histórico, fornecendo subsídios para a tomada de decisões no âmbito político. O jornalista Luiz Orlando Carneiro, integrante do júri naquele ano, justificou a escolha, na edição comemorativa dos 25 anos do concurso, informando que as matérias cumpriram o “dever da imprensa de trabalhar para e com a comunidade” (1980: 99). No artigo, Carneiro reforça a crença de que o jornalismo atua como instrumento de utilidade pública, agindo permanentemente em defesa da cidadania. Esse sentido aparece muito bem expresso no trecho abaixo:

“Os grandes jornais sentem cada vez mais a obrigação de intervir na condução dos negócios públicos, não apenas exercendo o papel de *ombudsman* atento e, quando necessário, de crítico inclemente, mas contribuindo competentemente para equacionar e ajudar a resolver problemas imediatos e mediatos. ‘Receita para São Paulo’ (...) é um excelente exemplo desse tipo de jornalismo sério e conseqüente” (1980: 98)

Amazônia (1972)

Realidade buscou documentar diferentes aspectos da região em 320 páginas da edição especial nº 67, lançada em outubro de 1971. O desenvolvimento econômico, com o deslocamento de parte da população do Nordeste para a Amazônia brasileira, era considerado um dos objetivos estratégicos do governo Médici, embalado pelo discurso ufanista do Brasil “grande potência”. Para retratar, conforme anunciou o diretor da Abril, Victor Civita, “o instante mais extraordinário da vida dessa última grande reserva natural do planeta” (“Carta do editor”, *Realidade*, nº 67, outubro de 1971), a revista mobilizou mais de 20 repórteres e fotógrafos, chefiados pelo jornalista e editor Raimundo Rodrigues Pereira. Foram nove meses para produzir a edição, sendo cinco meses de viagem por 131 localidades da Amazônia. Partindo de Belém (PA), a equipe percorreu, segundo dados da publicação, 1.200 horas de barco e 184.000 quilômetros de avião para a “mais longa, custosa e apaixonada reportagem” (idem) de *Realidade*.

A decisão do governo Médici de povoar a região amazônica, combatendo, ao mesmo tempo, o excesso de população no Nordeste pretendia atacar dois problemas com uma só solução: “homens sem terra no Nordeste e terras sem homens na Amazônia” (Médici, apud Skidmore, 1988: 288). O Programa de Integração Nacional (PIN) projetava a construção de rodovias para colocar no vale amazônico 70 mil famílias, com “prioridade absoluta” para as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (idem: 289). Além disso, a revista alertava para a abertura de quase 300 grandes fazendas de gado na região, algumas com o tamanho de países europeus, e uma corrida internacional para exploração das riquezas minerais em seu subsolo. Na ocasião, cem mil pessoas já viviam da derrubada da mata.

A preocupação quanto à soberania nacional era, de fato, crescente entre os militares, que temiam incursões de países vizinhos, principalmente Peru e Venezuela, em extensas áreas despovoadas da Amazônia brasileira. O temor de que os recursos da Amazônia pudessem ser explorados por estrangeiros se acentuou com o lançamento do projeto Jari, complexo econômico do bilionário norte-americano Daniel Ludwig. O projeto abrangia uma área de pelo menos 1,5 milhão de hectares do Pará ao Amapá.

Para agrônomos, geógrafos e outros analistas que conheciam a região, o potencial econômico da Amazônia, porém, era discutível. Muitos foram ouvidos na reportagem de

Realidade. Denunciavam riscos ambientais e alertavam, por exemplo, para a fragilidade do solo, limitando a capacidade agrícola. Como informa Skidmore, o programa amazônico tinha, porém, um grande valor simbólico para a “campanha triunfalista de relações públicas do governo que exaltava a ‘grandeza’ do Brasil e seu inexorável salto para o status de potência mundial” (idem: 293). Nesse sentido, o autor vê aproximações entre as políticas de integração nacional de Juscelino Kubitschek e de Médici: o primeiro buscando resolver o problema da pobreza rural endêmica no interior do Brasil com a construção de Brasília e o segundo tentando combater o problema do excesso populacional do Nordeste através do desenvolvimento da Amazônia, “ambos projetos monumentais em que seus autores investiram enorme prestígio” (idem: 294).

Na edição especial, não verificamos um posicionamento político da revista favorável ou contrário aos planos ambiciosos do governo Médici na Amazônia. *Realidade* apresentou temas dos mais diversos: as condições de vida dos ribeirinhos e dos moradores no interior da mata, o meio ambiente, as inundações sazonais, a caça e a pesca predatória, as doenças típicas, o turismo, a cultura, a culinária, além de mitos e história da Amazônia. As reportagens também trouxeram uma ampla abordagem sobre aspectos econômicos, como o extrativismo de castanha e borracha, a agricultura, a pecuária, a exploração das riquezas minerais do subsolo, o drama dos garimpeiros, os grandes investimentos previstos em infraestrutura, como a construção da Rodovia Transamazônica, e a navegação fluvial.

Não era a primeira incursão de Raimundo Rodrigues em áreas praticamente inóspitas no Norte do país. Ele já havia produzido matérias para *Veja* sobre a região e, após deixar a publicação da Abril em meados de 1970, fez um trabalho para a revista *Transporte Moderno* abordando as estradas da Amazônia. Convidado por *Realidade* para conduzir a edição especial, o jornalista recorda que a cobertura exigiu grande investimento humano e financeiro. O planejamento da reportagem foi feito por ele e Hamilton Almeida Filho. “Nunca mais na história houve um investimento de reportagem como aquele. Como investigação jornalística, pela mobilidade de recursos envolvidos em trabalho e dinheiro, foi um trabalho excepcional e importante para a imprensa”¹¹⁸. Segundo Raimundo, 300 mil exemplares foram vendidos em menos de uma semana, compensando comercialmente o grande investimento feito pelos donos da revista.

¹¹⁸ Entrevista concedida por telefone ao autor em 14/11/2009.

A equipe de repórteres contava com importantes nomes do jornalismo, dentre eles Octavio Ribeiro, José Martinez, Carlos Azevedo, Domingos Meirelles, Norma Freire, Luis Carlos Bardawill, Sérgio Buarque e Roberto Dantas, além do próprio editor Raimundo Rodrigues e Hamilton Almeida. Também participaram os fotógrafos Jean Solari, Maureen Bisilliat, Cláudia Andujar, George Love, Amâncio Chiodi e Darcy Trigo, profissionais da arte e da pesquisa e colaboradores especiais. O trabalho coletivo foi reconhecido pelo programa da Esso não apenas na categoria principal. A edição especial recebeu o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa. Outra particularidade envolvendo a revista marcou o concurso naquele ano: pela primeira vez os julgadores concederam um prêmio na categoria principal a um trabalho realizado em equipe. Até então, o concurso havia consagrado um nome individualmente ou uma dupla de repórteres.

A reflexão proposta ou o conceito central da reportagem se reveste de atualidade: desenvolvimento e sustentabilidade. Já no editorial, a edição assinala as consequências do desmatamento e da exploração desenfreada dos recursos naturais para a qualidade de vida dos habitantes e os problemas decorrentes do adensamento populacional de centros urbanos:

“A Amazônia é a última grande fronteira terrestre a ser civilizada. Até aqui, o homem, como um deus, moldou a terra à sua imagem e semelhança: destruiu a vida selvagem e a natureza, aniquilou espécies, fez com que a palavra ‘civilização’ muitas vezes não significasse mais que monotonia e massacre. A Amazônia não seria o local para a maravilhosa experiência do progresso em harmonia com a natureza? Não seria a nossa ilha da Utopia onde se fará o progresso limpo e colorido que ainda existe no coração de todos os homens?” (“*Carta do editor*”, *Realidade*, nº 67, outubro/1971)

Na maior parte das matérias, predomina o uso de recursos literários para narrar os eventos jornalísticos, mostrando a influência do *new journalism* no projeto editorial de *Realidade*. Os fatos são apresentados ao leitor em estilo narrativo em que o repórter descreve o ambiente, particulariza os detalhes, explora a temporalidade da ação, busca dar ênfase às sensações e apela às dualidades. As reportagens sobre a Amazônia são construídas com base em todas essas características textuais que apontam, muitas vezes, para o dado ficcional. Tais estratégias fortalecem o vínculo dos leitores com a trama narrativa.

“Num mundo menor, o Jarí seria um oceano. Aqui, é simplesmente um dos 1.100 desconhecidos afluentes do grande Amazonas. Mas em qualquer parte deste planeta seria o que é: um rio esplêndido. Ali fica a cachoeira de Santo Antônio. As águas chegam a uma plataforma circular de pedra de 30 metros de altura e se despejam espumantes. Gaivotas e outras aves pescadoras mergulham entre nuvens de neblina em busca de peixes atordoados. Depois, a massa de líquido verde-musgo, larga, de

mais de meio quilômetro, escorre mansa por 150 quilômetros até o rio-oceano. (...) Logo acima da floresta que cerca todo o horizonte, o pôr do sol espalha vermelhos desesperados. Pouco a pouco eles se fundem no negro da noite. A manhã teve neblina até as 9; a tarde foi quente, abafada. A escuridão vem fresca e agradável” (“*Os insetos, o calor, a chuva*”. *Realidade*, nº 67, outubro/1971, grifos nossos)

O emprego de figuras de linguagem, como a prosopopeia em “o pôr do sol espalha vermelhos desesperados”, está presente em outras passagens do texto. É muito frequente nas reportagens o uso de metáforas para um melhor entendimento do leitor sobre a cena descrita pelo repórter: “Santarém surge na margem direita da desembocadura do Tapajós. À primeira vista, parece um menino grande demais para suas calças curtas” (“As cidades, as civilizações”, *idem*). Ou ainda: “Num mapa do mundo, a Amazônia parece uma folha verde onde os rios são veias azuis” (“Carta do editor”, *idem*). Numa reportagem em que acompanha um grupo de caçadores, o jornalista recorre às sensações e ao emprego de onomatopeias para tentar descrever o som de uma onça que acompanha a equipe: “RROOMMM...RROOMMM... RROOOMMM... ROOMM-ROOMM-ROOMMM... ROM-ROM. Os sons saem da lata com uma das bocas fechadas com couro de macaco: parece vir mesmo de uma cuíca, mas são bem mais graves. Ao fim, se tornam rápidos, apressados” (“Rrrooommm...rrrooom...room: Melquíades chama o amigo da onça morta”, *idem*). A narrativa da edição especial sobre a Amazônia procura também ilustrar situações através do contraste de imagens que possam ser reconhecidas pelo público, como na abordagem sobre os “motores”, veículo de transporte coletivo do caboclo:

“Talvez seja impossível entender a Amazônia sem ter vivido nesses barcos. De formas e dimensões variadas, todos eles parecem ter em comum uma concepção amazônica de tempo, vida e distância. Neles, as viagens não são contadas em horas e minutos, mas em dias e semanas. É o tempo Amazônia, tempo-barco, tempo-rio, lento como o escorrer das águas da planície. Não existe o tempo-automóvel, tempo-avião, o tempo da angústia do nosso astronauta urbano. São 150 quilômetros por dia e não por hora, quando se desce um rio. Ir de um lugar para outro não é um tempo morto, o intervalo branco e inútil na vida do homem que toma o ônibus ou o avião, da cidade para o bairro, do Rio para São Paulo. Viajar na Amazônia significa viver. Você come, bebe, dorme, cozinha, banha-se, ama nesses ‘motores’ cheios de redes ou camarotes” (“*As cidades, as civilizações*”. *Realidade*, nº 67, outubro/1971, grifos nossos)

Uma outra característica observada na edição sobre a Amazônia é a presença do repórter em algumas reportagens, fazendo dele personagem da história narrada. Assim, o jornalista não apenas reporta o fato com um olhar onisciente, mas procura transmitir ao

leitor suas próprias experiências a respeito de determinado assunto. Um bom exemplo desse tipo de reportagem de vivência, outra influência do *new journalism* aplicada ao estilo da revista, está na matéria em que os repórteres Octávio Ribeiro e Jean Solari acompanham um grupo de caçadores.

“Estirada de comprido no chão, a cabeça virada para o poente, morta está uma esplendida onça-pintada. (...) Melquíades, uma faca na mão e uma espécie de cuíca na outra, de pé ao lado da onça, olha nervoso para um ponto fixo da mata. Jean Solari e Octávio Ribeiro, costas coladas, revólveres nas mãos, olham em todas as direções. Os grandes olhos amarelos da onça morta estão abertos, parados” (“Rrrooommm...rrrooom...room: Melquíades chama o amigo da onça morta”, *Realidade*, n° 67, outubro/1971, grifos nossos)

Por sua estrutura e linguagem, a reportagem mescla realismo e romance. Em outro trecho, Octávio Ribeiro relata o dia-a-dia de um pescador em busca de um peixe-boi. É minuciosa a descrição da cena, novamente com a participação direta do repórter:

“A área do Piraiauara – 62 lagos ligados uns aos outros por densa rede de canais – é de propriedade de uma família de Manaus, que a arrendou aos moradores. Sua flora aquática é a comida do peixe-boi. O pescador que Octávio acompanha, Rodrigues Simões, 29 anos, calmo e franzino, viu um *bezerro*, um filhotão do peixe-boi boiando ao sol da manhã. (...) Agora tudo que Octávio e Rodrigues terão de fazer é esperar em silêncio. O peixe sobre, de tempos em tempos, para respirar ou para comer a vegetação da superfície do lago. Rodrigues e Octávio esperam mais de cinco horas, cada um em sua canoa” (idem)

A mesma matéria demonstra a habilidade dos repórteres de *Realidade* em construir linhas de história baseadas no uso do suspense, controlando muitas vezes a capacidade de reação do público ao combinar auge e declínio da ação. Através dessa estratégia discursiva, os acontecimentos se sucedem até atingir o seu clímax ou o grande desfecho:

“De repente, com uma onda de bolhas e espuma, sobe à tona o focinho avermelhado e logo as costas cinzentas de um estranho animal, mal visto de relance. Rodrigues dispara o arpão. A comprida vara com uma fiska metálica na ponta acerta as costas do animal. (...) A caçada ao peixe-boi, embora proibida pelas leis de proteção às espécies ameaçadas de extinção, é o momento mais tenso e épico da vida de Rodrigues Simões e de toda a gente daquela região, onde se leva uma vida quase anfíbia, entre a terra e a água, em busca da sobrevivência, que ora está nos rios, ora na mata” (idem)

Elizabeth Bird e Robert Dardenne (1993), ao analisar as qualidades narrativas dos textos jornalísticos, afirmam que relatar notícias significa, de fato, construir histórias.

Segundo os autores, o enquadramento dramático das matérias resgata antigas formas de contar histórias, reforçando a ideia da notícia como “narrativa mitológica”. “Muita da qualidade mítica das notícias deriva de uma tal ‘ressonância’ – a sensação de termos escrito ou lido as mesmas ‘estórias’ repetidas vezes” (1993: 268). A narrativa como procedimento jornalístico obedeceria assim a sistemas simbólicos e processos de longa duração, cujos temas são familiares e bem compreendidos pelo público. “As notícias, enquanto abordagem narrativa, não negam que as notícias informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. No entanto, muito do que aprendem pode ter pouco a ver com os fatos, nomes e números que os jornalistas tentam apresentar com tanta exatidão” (idem: 265).

A ênfase em valores duais também integra esse conjunto de estratégias narrativas que facilita a identificação dos leitores com as reportagens. A oposição entre a cultura indígena e a cultura branca, o atraso e o progresso ou o velho e o novo permeia a cobertura sobre a Amazônia. Nesse sentido, a cidade de Belém representa a “civilização”, a “Manhattan dos trópicos”, contrapondo-se aos perigos e mistérios da selva. Os trechos, a seguir, reproduzem alguns exemplos dessas dualidades:

“Com 633.749 habitantes, congestionamento, arranha-céus, Belém é o último porto da civilização branca antes do mundo verde. (...) A apenas 160 quilômetros (ao Sul) da Linha do Equador, Belém é a união dos extremos. O início da selva, o último baluarte da civilização branca, a Manhattan dos trópicos, o encontro de dois mundos” (“*Os insetos, o calor, a chuva*”. *Realidade*, nº 67, outubro/1971)

“Se vale filosofar, Belém é o encontro do velho e do novo. – Esse encontro não se faz sem choques – diz o poeta de Belém, João de Jesus Paes Loureiro. – O forte regionalismo nosso está sendo atingido pelo violento impacto dos meios de comunicação. Vivemos o choque. É a canoa de remo contra a nave espacial. É o recado de comadres contra a Embratel. É o isolamento endêmico contra a nova tribalização, mcluhiana (...)” (“*As cidades, as civilizações*”. Idem)

Além das reportagens, a edição de *Realidade* utiliza outros gêneros jornalísticos, como entrevistas, perfis e serviços. Foram publicadas 17 entrevistas com autoridades políticas, economistas, empresários e especialistas na área do meio ambiente, incluindo Jarbas Passarinho, Mario Andreazza e Ramiro Nazaré, dentre outros. Há espaço também para textos mais analíticos, que demonstram intenso trabalho de pesquisa da equipe. É o caso da matéria “Você já imaginou o Brasil sem a Amazônia?”, que apresenta índices econômicos, contextualizando-os com informações acerca dos recursos naturais da região: “Tem sentido discutir o seu valor simplesmente analisando os índices econômicos atuais? Como ficaria o

Brasil-sem-Amazônia se analisássemos então a potencialidade desse grande mundo verde ainda inativo? A perda seria brutal”, sugere a reportagem, ilustrando esse raciocínio com uma série de dados e indicadores, tais como o tamanho do território e as reservas de água doce, sal-gema, estanho, alumínio, ferro e petróleo.

A cobertura dedicou grande espaço para assuntos de interesse humano. Muitas pautas tratavam da história de personagens comuns, como caçadores, pescadores, poetas, garimpeiros e agricultores da região. As fontes revelam um Brasil profundo e desconhecido para a maioria dos moradores das grandes cidades. O repórter, quase como um autor ficcional, descreve o cotidiano desses brasileiros anônimos particularizando os detalhes, como a rotina do casal de seringueiros Élcio e Teresa:

“Élcio vem saindo de uma picada na mata, um saco de borracha nas costas – 15 quilos de látex –, um balde nas mãos, calça cortada acima dos joelhos, mancando do pé esquerdo. (...) Teresa, sua mulher, está sentada num banco ao lado do forno, girando uma massa branca grudada num pau apoiado pelas pontas em duas forquilhas. O látex que a outra mão de Teresa despeja continuamente na massa enfumaçada vai se transformando em uma bola grossa e consistente, a péla” (“Rrrooommm...rrrooom...room: Melquíades chama o amigo da onça morta”, idem)

Em razão da predominância das chamadas matérias “frias”, não se observa na edição sobre a Amazônia a existências de fontes não identificadas nem a preocupação da revista em publicar documentos comprobatórios. Foi necessário, no entanto, um grande planejamento para os repórteres fazerem a cobertura. Percebe-se que o roteiro estava previamente traçado antes da viagem da equipe, dando a entender que os jornalistas já demonstravam acumular conhecimento sobre a região para produzir o material.

As páginas de *Realidade* apresentam grande quantidade de fotos. A equipe trouxe da Amazônia mais de 30 mil fotografias. Esse dado consta nos livros comemorativos sobre o Prêmio Esso. Foram editados alguns ensaios que confirmam o destaque que a revista conferia ao fotojornalismo, dentre eles o documento fotográfico “Imagens de um massacre”, que registra cenas da morte de macacos, onças, jacarés e peixes-boi. Em “Amazônia, hoje”, a publicação reserva dez páginas de fotos para mostrar a vida no interior da Amazônia. A edição também fez uma seleção das melhores imagens sobre os rios, a fauna e a flora da região e produziu um ensaio fotográfico sobre a beleza indígena na matéria “A última chance dos últimos guerreiros”.

Subtema: comportamento (saúde)

Dentre os temas sociais consagrados pelo Prêmio Esso, podemos destacar duas reportagens que abordam mudanças de comportamento na sociedade nos anos 1960: “Os filhos proibidos”, da revista *Fatos e Fotos*, vencedora do concurso na categoria principal em 1965, e “Psicanálise: remédio ou vício?”, do jornal *Última Hora*, que conquistou o Esso nacional em 1969. Foi o único prêmio recebido pelos veículos em toda a trajetória da premiação. Em “Os filhos proibidos”, a revista trata do processo de revolução sexual a partir da criação de novos métodos contraceptivos. Já na série de reportagens de *Última Hora*, o foco era discutir a popularidade da psicanálise, apresentando defensores e críticos do tratamento que propunha a possibilidade de autoconhecimento diante dos problemas do mundo moderno.

Os filhos proibidos (1965)

A série de reportagens da revista semanal *Fatos e Fotos*, escrita pelo jornalista José Itamar de Freitas, foi publicada de 15 de fevereiro a 07 de março de 1964, algumas semanas antes do golpe militar no Brasil. A reportagem sobre a evolução do uso de anticoncepcionais, apresentando opiniões de defensores e críticos da política de controle de natalidade no Brasil, teve grande repercussão. A temática sexual, ainda considerada um tabu na sociedade, não frequentava o noticiário nos anos 1960.

“Vamos deixar de hipocrisia: não é apenas nos Estados Unidos que 3 milhões de mulheres tomam, diariamente, pílulas anticoncepcionais, isto é, pílulas que impedem a gravidez. Nem só na Inglaterra, onde 4 milhões recorrem a esses e outros remédios. A realidade é maior e mais grave do que as estatísticas, pois nem todos têm coragem de ‘confidenciar intimidades’, e não há lugar no mundo onde as mulheres ou os homens não recorram, habitualmente, a jeitos, drogas, panacéias ou aparelhos destinados a evitar filhos. Ou onde moças e mulheres que não puderam evitar a concepção não recorram ao aborto” (“*Os filhos proibidos*”, *Fatos e Fotos*, 15/02/1964).

A série foi dividida em quatro capítulos, um tema específico por semana. Cada edição tem em média sete páginas, que apresentam equilíbrio entre texto e imagem. As fotos foram produzidas por Carlos Abruñhosa. Na primeira reportagem “Os filhos proibidos”, o repórter

José Itamar abordou as principais razões e os métodos novos e tradicionais usados por quem desejava evitar filhos, como a pílula ou “inibição da evolução”, que era novidade no Brasil.

“Método mais recente, de ampla divulgação, motivo de muita discussão sobre o mecanismo de ação e inocuidade dos produtos farmacêuticos. (...) Usadíssimo nos EUA e na Europa, o método vem tendo a maior aceitação no Brasil, e só não se generalizou porque: (a) há receio de que produza efeitos maléficos; (b) há intolerância a ele, por parte de certas mulheres; (c) o preço é elevado” (“*Os filhos proibidos*”, *Fatos e Fotos*, 15/02/1964)

O texto tem uma linguagem didática, revelando uma tentativa do repórter de transformar conhecimento científico em informação jornalística acessível a um público não especializado, como é o caso dos leitores de *Fatos e Fotos*. A matéria demonstra o grau de especialização de José Itamar, um dos pioneiros do jornalismo científico no Brasil. Nesse trabalho podemos identificar acentuado trabalho de pesquisa, análise de estatísticas e interpretação de dados técnicos para manter o público informado sobre os avanços na descoberta de meios contraceptivos. O jornalista mostra a experiência em vários países, incluindo os mais populosos, que apóiam o controle da natalidade, como Japão e China. Ao se apoiar em pesquisas e estudos científicos, a reportagem de abertura da série praticamente não apresenta aspas ou citações. Também não há fontes ouvidas no Brasil sobre o tema.

O debate entre liberdade e prazer ou ato sexual para finalidade única de procriação foi o tema da segunda edição “Deus e a pílula”. O jornalista procurou conhecer a posição de líderes católicos (“catolicismo espera por um remédio”), protestantes (“protestantismo admite um controle”), judeus (“Judaísmo manda ouvir a consciência”) e espíritas (“Espiritismo não teme superpopulação”). As fontes incluem o frei dominicano Pedro Secondi, o pastor Benjamin de Moraes, presidente da Sociedade Bíblica do Brasil, o rabino Meir Masliah Melamed, do Centro Israelita Brasileiro Bené Herzl, e o espírita Ismael Gomes Braga, membro do Conselho Superior do Espiritismo. Informa o texto que “as religiões são unânimes em condenar os que evitam filhos por comodismo, mas reconhecem ‘casos de necessidade’”.

Na se trata propriamente de uma reportagem. “Deus e a pílula” é na verdade uma entrevista, no formato pergunta e resposta, com os representantes das quatro religiões. Eles respondem a questões “Como pareceria a Deus uma lei dos homens que obrigasse os casais a evitar muitos filhos como uma forma para evitar a superpopulação?” ou “Deus reconhece os casos em que evitar é necessário?”. É interessante notar que esse formato se repete no

decorrer da série. Isso significa que o repórter não constrói a narrativa. O texto é produzido a partir de perguntas do jornalista e resposta dos entrevistados, sem a interferência do primeiro, salvo em alguns casos em que pode ter havido necessidade de corte de algum trecho para adequação ao tratamento gráfico da revista.

Na terceira “O Brasil e a pílula”, José Itamar apresentou visões antagônicas sobre o controle da natalidade, utilizando como fontes principais o engenheiro e membro da Academia Brasileira de Ciências Glycon de Paiva, que propôs a vinda de uma missão técnica da Suécia para avaliar como nascem os brasileiros e elaborar um “Plano Nacional de Natalidade”, e o médico sanitário Mario Magalhães da Silveira, para quem o controle da natalidade é um “complô contra os subdesenvolvidos” por parte das potências mais ricas. Uma das informações destacadas é a constatação de que chega a um milhão o total de abortos voluntários por ano no Brasil. Novamente José Itamar limita-se a escrever as respostas das duas fontes, optando por não produzir um texto em ordem indireta a partir das entrevistas. As questões abordam principalmente a relação entre crescimento populacional e desenvolvimento.

Na última reportagem da série “O povo e a pílula”, a revista divulgou uma pesquisa de opinião com 200 casais da antiga Guanabara das mais diferentes classes sociais, revelando como e porque evitaram filhos. Segundo o levantamento de *Fatos e Fotos*, “143 revelaram que evitaram e evitam filhos, aparecendo o aborto como o recurso utilizado por 32%” do total de casais entrevistados. Esse percentual aumenta para 49,5% entre os moradores de comunidades. Além do quadro geral, o repórter apresenta um detalhamento da pesquisa por localização e classe social. Assim, a revista mostra também o resultado entre os 125 casais de classe média moradores da Zona Sul e os 75 da favela do Cantagalo.

José Itamar busca a relevância nas conclusões da pesquisa e a aplicação de seus resultados no cotidiano das pessoas, um dos atributos básicos do jornalismo científico. Porém, a reportagem tem formato de relatório, sem encantamento do leitor, trazendo também um longo depoimento em 1ª pessoa, ocupando duas páginas, do ginecologista Jean-Claude Nahoum, professor da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Alberto Dines, membro da comissão julgadora em 1965, destaca o pioneirismo do repórter de *Fatos e Fotos*, um dos maiores incentivadores na criação do jornalismo científico no Brasil. Para o julgador, o vencedor do Prêmio Esso “foi um dos primeiros

jornalistas a esquecer um pouco a rua, a não gastar sola de sapato, mas investir em pesquisa”¹¹⁹. José Itamar migrou posteriormente para a televisão, tendo comandado o programa “Fantástico”, da *TV Globo*.

Psicanálise: remédio ou vício? (1969)

As reportagens produzidas pelo jornalista Luís Edgar de Andrade foram publicadas no formato de série pela *Última Hora* entre 17 e 30 de julho de 1969¹²⁰. O trabalho jornalístico, buscando entender as motivações que levavam um número cada vez maior de pessoas, famosas ou não, a recorrer à psicanálise, foi o primeiro a discutir o tema na imprensa brasileira. As raízes da psicanálise, as diferentes correntes no Brasil, as principais queixas entre homens e mulheres, o perfil dos analistas, a duração do tratamento, os custos para o paciente, as opiniões sobre a eficácia da psicoterapia de grupo, a posição da Igreja e a existência de outros tratamentos, como a reflexologia, compõem o amplo painel de assuntos levantados em 10 reportagens pelo repórter de *UH*.

Luís Edgar não era repórter contratado de *UH*. Realizou o projeto como *free lancer* após convite de Samuel Wainer durante um encontro informal na areia da praia do Arpoador, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Edgar estava desempregado na ocasião, depois de passar o ano de 1968 cobrindo a guerra do Vietnã¹²¹. Ele comenta o encontro inusitado com o dono da *Última Hora*: “Deu-se um acaso. Morava no Leblon no trecho conhecido como Conjunto dos Jornalistas. Nesse dia, saí caminhando na praia até o Arpoador pensando o que ia fazer da vida. Ao passar próximo ao Arpoador, vi o Samuel na areia da praia”¹²². Travou-se então o seguinte diálogo:

- Edgar, o que você está fazendo? – perguntou Samuel.
- Literalmente, não estou fazendo nada. Estou desempregado – respondeu Luís Edgar.

¹¹⁹ Entrevista concedida ao autor em 20/10/2009 no Rio de Janeiro

¹²⁰ Posteriormente, a matéria também foi publicada também no *Jornal da Tarde*.

¹²¹ O jornalista realizou a viagem para o Vietnã por conta própria com o dinheiro da indenização que recebera do *Jornal do Brasil*, onde ocupava o cargo de editor de Internacional até ser demitido em dezembro de 1967. “Nesse tempo havia muitas pressões. Embora minha editoria não tivesse nenhuma relação com o momento político do Brasil, começaram a surgir queixas em relação ao noticiário internacional do *Jornal do Brasil*, contra a cobertura da Guerra do Vietnã”, afirmou o jornalista, em entrevista ao autor. Ele também havia trabalhado como correspondente do *JB* na França, o que lhe rendeu o apelido de “francês” entre os colegas de redação. Do Vietnã, ele enviou reportagens para a revista *Fatos e Fotos*. Algumas matérias também foram publicadas na *Manchete*.

¹²² Entrevista concedida ao autor em 27/10/2009 no Rio de Janeiro.

- Você não quer voltar à reportagem? Faz o seguinte: apareça hoje à tarde na *Última Hora* para a gente conversar.

A redação ficava na Praça da Bandeira, Zona Norte do Rio, próximo ao Centro, num prédio moderno que já fora a sede do *Diário Carioca*. À tarde, Samuel explicou a pauta: “Olha, tenho um assunto pra você. Já tenho até o título da reportagem: um mergulho no submundo da psicanálise no Rio de Janeiro”. Segundo Luís Edgar, o proprietário da *Última Hora* queria uma reportagem de denúncia, pois estava indignado com o tratamento psicanalítico aplicado ao filho Samuel Wainer Filho, o Samuca¹²³, no começo da sua adolescência. “Samuel queria uma reportagem de denúncia, porque o filho, por cujo tratamento ele pagava uma fortuna, voltou toda a sua ira contra o pai nos primeiros meses de tratamento. Ele não entendia. Pagava uma nota e o filho esbravejava contra ele”¹²⁴.

Para investigar o comportamento dos psicanalistas, Luís Edgar não se limitou a recolher depoimentos entrevistando as fontes. Durante três meses de apuração, o próprio repórter passou a fazer análise, descrevendo, em tom autobiográfico, a sua experiência e os diálogos travados com os profissionais. A decisão de que primeiro precisava se “psicanalisar” foi comunicada pelo jornalista logo no primeiro encontro com Samuel Wainer. “Na época eu tinha uma informação sobre a psicanálise muito superficial. Disse que para fazer uma reportagem precisava fazer uma experiência sobre o que é psicanálise por pelo menos três meses”¹²⁵. Samuel concordou em pagar antecipadamente três meses de tratamento. “Acertamos isso, ele não fez nenhum contrato. Então saí à procura de um analista, o que não faltava naquela ocasião no Rio de Janeiro”¹²⁶.

A dupla atribuição de atuar como repórter e paciente, ao mesmo tempo, interferiu diretamente no texto das reportagens. A narrativa projeta o jornalista como personagem dos fatos relatados principalmente nas primeiras reportagens – “Como entrei no reino de Freud” e “Temporada no açougue de uma jovem doutora”. Há reproduções de longos diálogos entre o paciente-repórter e a psicanalista. As matérias escritas em 1ª pessoa têm uma linguagem leve, por vezes bem humorada, como podemos observar nos trechos seguintes:

¹²³ Samuca também era jornalista e morreu em 29 de junho de 1984, vítima de um acidente de carro na rodovia RJ 124 quando voltava com a equipe da TV Globo de Macaé. Ele viajou para fazer a cobertura de um acidente aéreo envolvendo funcionários da Petrobrás e outros jornalistas que seriam transportados para uma plataforma de petróleo na Bacia de Campos.

¹²⁴ Entrevista concedida ao autor em 27/10/2009 no Rio de Janeiro.

¹²⁵ Idem

¹²⁶ Idem

“Resumi, o mais objetivamente possível, a minha história afetiva e profissional. Ele ouviu interessado, fez as perguntas clássicas: infância, pais, irmãos, círculo de amizades, namoradas, insatisfações, como a minha vida está organizada. Notei na voz dele um ligeiro tom de pastor protestante. Depois me disseram que, em geral, os analistas têm voz de pastor. – Como é, doutor? Meu caso é difícil? – perguntei no fim” (*“Como entrei no reino de Freud”, Última Hora, 18/07/1969*)

“Meu gravador japonês só entrou em cena daí a dois dias. Em vez de falar, pus uma gravação para a doutora ouvir: certa conversa com minha namorada, uma noite de março, na Barra da Tijuca. (...) De tanto trabalhar com o gravador, ele quebrou. Ou neurotizou-se para citar o meu amigo Hélio Pelegrino. (...) Minha última inovação foi convidar uma ex-namorada para ir comigo à análise, para prestar um depoimento. Pretendia apresentá-la: – Trago aqui, pelo braço, uma de minhas neuroses. A jovem se recusou. Ainda bem” (*“Temporada no açougue de uma jovem doutora”, Última Hora, 19/07/1969*)

A partir da matéria “Os mil clientes do Dr. Freud são estes”, terceira da série em que aborda as razões que levam as pessoas ao consultório, o repórter escreve dentro de convenções jornalísticas mais consagradas, apoiado num texto em 3ª pessoa, com muitas citações (aspas) das fontes, sem adjetivações e com poucos recursos narrativos que seduzam o leitor. A reportagem informa que “os homens são levados ao tratamento principalmente por problemas afetivos” e as “mulheres, por motivos existenciais de afirmação”.

Os títulos permanecem tendo como característica a criatividade, sem prejuízo à informação. Em “De Freud e de louco cada um tem um pouco”, revela que no Brasil só existem 131 analistas registrados na Associação Psicanalítica Internacional e discute se os psicólogos teriam direito de curar neuróticos. Na edição seguinte – “Projeto Apolo da alma pode durar a vida toda” – Luís Edgar aborda as controvérsias sobre qual seria o tempo ideal de tratamento, normalmente de três a cinco anos, “embora alguns analistas achem que a análise muito prolongada pode criar novas neuroses”. O custo do tratamento aparece em “Na hora de pagar é cada um por si e Deus contra todos”, matéria na qual o repórter mostra como diferentes personagens se desdobram para conseguir pagar o analista: “Maria Lucia traduziu um livro para pagar o analista”, “Maria José fez dívidas por causa da análise, empenhou jóias, levantou empréstimos em bancos”, “Teresa se priva de vestidos para não interromper o tratamento”, etc. Na sequência, a reportagem “Jogo da verdade não chega a ser Maracanã das almas” informa as vantagens (opção de tratamento mais econômica) e desvantagens (o medo da exposição em público) da psicoterapia de grupo.

“O principal atrativo da análise de grupo é que ela sai muito barata. Enquanto a análise individual custa uma média de 60 cruzeiros novos por sessão e exige três a cinco sessões por semana, a análise de grupo é semanal a uma média de 80 cruzeiros novos por mês. Apesar disso, não se trata de um tratamento para pobres. Em certos casos, constitui uma terapêutica mais dinâmica do que a análise individual. (...) Em geral são oito pessoas em torno de um analista. (...) Uns falam demais. Outros sentem-se frustrados por não falar. Mas o tratamento beneficia a todos” (“*Jogo da verdade não chega a ser Maracanã das almas*”, *Última Hora*, 25/07/1969)

Nas três últimas reportagens da série, o jornal apresenta a leitura que o catolicismo fazia sobre a doutrina de Freud, os tratamentos que se opunham à psicanálise, como a reflexoterapia, e as opiniões favoráveis de quem conseguiu bons resultados no divã. É disso que trata, respectivamente, as matérias “Igreja não é contra nem a favor de Freud”, “Pavlov contra Freud ou a cura em poucos meses” e “Porque eu me orgulho de fazer pipi na cama”.

Ao longo de toda a série, o repórter busca equilibrar opiniões contrárias e favoráveis em relação ao tratamento psicanalítico. Ao analisarmos o material, no entanto, é perceptível que Luís Edgar ficou longe de cumprir à risca as orientações de Samuel Wainer, que, ao sugerir o tema, esperava receber uma matéria de denúncia para desmascarar os charlatões. “Mas ele absolutamente não mudou uma vírgula. Foi muito correto”, relata Luís Edgar¹²⁷. Apenas na reportagem “Pavlov contra Freud ou a cura em poucos meses” há uma postura mais crítica sobre a real eficácia do tratamento. Para produzi-la, o jornalista ouviu o reflexologista Maurício Schueler Reis. A reflexologia, que utiliza em determinados casos sessões de eletro-sono e hipnose, nega a existência do inconsciente e considera a neurose resultado de um condicionamento patológico. Outra fonte consultada foi o médico Silva Melo, autor do livro *Ilusões da Psicanálise*, “o mais extenso estudo publicado no Brasil contra os seguidores de Freud”, conforme descreve o repórter na matéria. Para o médico, que estudou psicanálise em Viena, “analistas criam neuroses”:

“Silva Melo formula a hipótese de que, ao criar a psicanálise, Freud ‘foi apenas vítima dos seus próprios complexos recalçados que soube explorar de maneira genial’. Na sua opinião, ‘em muitos casos, a psicanálise, em vez de resolver problemas e mitigar sofrimentos, complica a situação do doente, transformando-o num pobre-diabo que sabe o porquê dos males que o atormentam ou inutilizam, sem conseguir deles se libertar’. Sendo assim, ‘a psicanálise pode constituir-se um passatempo ou um divertimento aproveitável sobretudo por mulheres ociosas que, por meio de tratamento pago, conseguem transferência para o médico, quase à moda do que acontece nos cabarés quando se divertem à custa de dançarinos remunerados” (“*Pavlov contra Freud ou a cura em poucos meses*”, *Última Hora*, 29/07/1969)

¹²⁷ Entrevista concedida ao autor em 27/10/2009 no Rio de Janeiro.

Quanto ao aspecto gráfico, a série de reportagens de *UH* apresenta grande volume de texto e baixo aproveitamento de fotos. Em alguns casos, não há um sincronismo entre texto e imagem, como ocorreu na diagramação da matéria “Os mil clientes do Dr. Freud são estes”, onde aparece uma foto de Nara Leão com uma declaração sobre a psicanálise. Ocorre, porém, que a citação da cantora só seria publicada três edições depois na reportagem “Na hora de pagar é cada um por si e Deus contra todos”.

O jornalista datilografou todas as matérias em casa, inclusive estabelecendo a ordem em que deveriam ser publicadas. Para isso, fez uma colagem de textos em dezenas de folhas de papel, emendadas umas às outras, formando um imenso rolo. Ele comenta esse método curioso do processo de produção:

“Trabalhava de noite, de manhã. À medida que escrevia três ou quatro parágrafos, cortava e colava os trechos. No final, ficou um papiro. Era um rolo grande. Quando levei pela primeira vez o resultado da reportagem à *Última Hora*, mostrei ao chefe da redação, que era o Washington Novaes. Dez reportagens naquele papiro. Paguei uma datilógrafa, que bateu as matérias em capítulos separados. E o trabalho começou a ser publicado”¹²⁸.

Luís Edgar acompanhou na redação o trabalho dos diagramadores, preparando títulos e legendas. Alguns pequenos recursos de edição foram explorados pelo jornal: intertítulos, chamadas no alto de página anunciando sempre a próxima reportagem da série e pequenos boxes explicativos: “Dicionário da Neurose”, publicado em três edições; “O Id do ex-analista” (citação de um romance escrito pelo ex-psicanalista Roberto Freire); “ABC-G da Neurose” (jargões usados em análises de grupo); e “O caso de Cuernavaca” (emprego de psicanálise coletiva no convento de um ex-monge beneditino da diocese de Cuernavaca).

O roteiro fotográfico foi elaborado por Joel Maia. As fotos são meramente ilustrativas e ocupam pouco espaço nas páginas. “Havia fotos minhas no divã que ficaram horríveis. Naquele tempo, o negócio era solene. Eu ficava, de paletó e gravata, deitado no divã. Parecia um defunto”, recorda Luís Edgar¹²⁹. Personagens conhecidos, como a cantora Nara Leão e a atriz Odete Lara, permitiram que suas imagens fossem publicadas. Fotos de psicanalistas, como Hórus Vital Brasil e Silva Melo, também estão presentes. Na matéria em

¹²⁸ Entrevista concedida ao autor em 27/10/2009 no Rio de Janeiro

¹²⁹ Idem

que repercute a visão da Igreja sobre a psicanálise, *UH* publica imagens de Dom Estevão Bittencourt e padre Marçal Versiani, mostrando a divisão de opiniões acerca do tema.

O repórter entrevistou mais de 50 pessoas, entre personalidades, psicanalistas e pessoas comuns. Nos depoimentos, ele revela as dificuldades dele próprio e dos pacientes no primeiro contato, as motivações e a importância das sessões de análise. Algumas fontes aparecem em mais de uma reportagem da série, de acordo com o assunto abordado. O texto também combina depoimentos de analistas e analisados, dando fluidez à narrativa com explicações dos profissionais às inquietações dos pacientes.

Apesar de ser uma reportagem de comportamento, o tema ainda era considerado tabu na sociedade. Muitas fontes só concederam entrevistas sob a condição de não serem identificadas. Nesses casos, Luís Edgar usava apenas o primeiro nome dos personagens ou pseudônimos. Não era incomum, principalmente diante da desinformação e preconceito que ainda cercavam a doutrina de Freud no Brasil, os pacientes serem taxados de “loucos”:

“A tentativa inicial é sempre difícil. Quando Maria Lúcia procurou pela primeira vez o psicanalista, há cinco anos, guardou segredo com medo de que a família a achasse louca. Estava tão perturbada que não conseguiu engrenar com o médico. (...) Três anos mais tarde, seu problema agravou-se e ela voltou à psicanálise com uma volúpia extraordinária” (“*Os mil clientes do doutor Freud são estes*”, *Última Hora*, 21/07/1969)

Uma das primeiras fontes consultadas e, a partir de então, a mais recorrente ao longo da série de reportagens, foi o psicanalista Hélio Pelegrino. Em seguida, o repórter de *UH* procurou três analistas das principais correntes no Rio de Janeiro: freudiana, jungiana e culturalista. No início da apuração, Luís Edgar chegou a omitir a sua identidade como jornalista, não informando que o seu objetivo nas sessões era produzir matérias sobre o tema. Foi dissuadido da ideia de continuar se transmutando em outro personagem por Carlos Byngton, da corrente jungiana. Na segunda matéria da série, ele descreve sua reação diante da psicanalista Roxana Galli depois de contar os motivos profissionais que o levaram ao divã: “De repente, engasguei. As palavras me fugiram. Senti o nó na garganta. E agora, Luís? Foi aí que me descobri em plena engrenagem: estou realmente me psicanalizando” (“*Temporada no açougue de uma jovem doutora*”, *UH*, 19/07/1969).

Segundo um dos julgadores do Prêmio Esso, cujo nome não foi divulgado na matéria “Um prêmio ao talento do bom repórter”, publicada na edição comemorativa de 11/12/1969 da *Última Hora*, a comissão do concurso considerou o trabalho sobre a psicanálise “uma das

melhores reportagens já publicadas na imprensa brasileira em todos os tempos”. A comissão foi formada pelos jornalistas Hideo Onaga (relator); Carlos Lemos, do *Jornal do Brasil*; Aloísio Gentil Branco, do *Correio da Manhã*; Murilo Felisberto, do *Jornal da Tarde*; e Wladimir Maia Calheiros, do *Jornal do Commercio* (Recife). Três aspectos foram ressaltados pelo júri: estilo do texto, a experiência pessoal do repórter para fazer a reportagem e a organização da série. Em relação ao último atributo, afirma o jurado:

“Seu trabalho é um primor de técnica, em que os diversos aspectos da psicanálise são postos numa ordem tal que os capítulos da reportagem se completam. Não temos na série o defeito que é muito comum nos trabalhos grandes: cada uma das matérias parecer estanque, sem ligação nem com as anteriores, nem com as posteriores. A série de Luis Edgar se desenrola como um livro, com um princípio, meio e fim”
(“*Um prêmio ao talento do bom repórter*”, *Última Hora*, 11/12/1969)

Em artigo escrito para a edição comemorativa dos 25 anos do Prêmio Esso, Carlos Lemos, um dos julgadores, confirma que o repórter premiado fez, sob o ponto de vista jornalístico, “uma das mais perfeitas reportagens que conheço” (1980: 87), justificando a escolha ao “estilo vigoroso, objetivo, claro, conciso, às vezes bem humorado, sempre informativo” (idem: 88) de Luís Edgar de Andrade.

Ex-correspondente do *Jornal do Brasil* na França e autor de várias reportagens publicadas pela *Manchete* e *Fatos e Fotos* sobre a Guerra do Vietnã, onde esteve em 1968, Luís Edgar já era um dos jornalistas brasileiros de maior experiência internacional. Nada porém o impressionou tanto como o trabalho sobre a psicanálise para o vespertino de Samuel Wainer: “Esta foi a reportagem mais perigosa que eu fiz. Para usar a linguagem dos vietcongs, a psicanálise é um ataque às zonas ainda não libertadas do nosso Vietnã interior” (“Do Ceará ao divã, via Vietnã”, *UH*, 17/07/1969)

Ao receber o prêmio, durante um almoço no Hotel Glória, Rio de Janeiro, o jornalista fez um célebre discurso contra a ditadura, denunciando as torturas que presenciou no período em que esteve preso e defendendo a liberdade de imprensa. Interessante notar que a série de *UH* não tinha caráter político, mas na cerimônia de premiação sua atitude foi de contestação e crítica ao regime militar. O pronunciamento do repórter, reproduzido no capítulo 3, foi destaque na imprensa estrangeira e, mais tarde, Luís Edgar teria sua atitude reconhecida pela Anistia Internacional.

Subtema: drogas

Em duas edições do concurso jornalístico, o Prêmio Esso nacional foi outorgado para profissionais que construíram matérias abordando um fenômeno então crescente na sociedade brasileira, principalmente nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo: a questão das drogas. A comissão de julgadores reconheceu o mérito das reportagens “As drogas”, série vencedora em 1975, publicada pelo *Jornal do Brasil*, e “O assassinato de Cláudia Lessin”, da revista *Veja*, que conquistou o prêmio na categoria principal em 1977.

“As drogas” (1975)

A série de reportagens do *Jornal do Brasil* vencedoras do concurso em 1975 apresentou um abrangente painel sobre o universo das drogas no país. As matérias, publicadas entre 20 e 25 de julho daquele ano, trataram do aumento do consumo de entorpecentes na década de 70, inclusive entre crianças, o lucro desse mercado ilegal, as principais rotas do tráfico, a inexistência de programas preventivos e o precário atendimento aos dependentes nos hospitais, dentre outros assuntos. O trabalho foi produzido pelo jornalista Juarez Bahia. Durante três meses de apuração, o repórter ouviu mais de 50 fontes governamentais e especialistas em toxicomanias em diferentes áreas. O enfoque não ficou restrito ao campo policial. Aspectos religiosos, jurídicos, econômicos, médicos e comportamentais foram incluídos na pauta.

Os dados revelados pelo *JB* mostram como a questão das drogas está longe de ser um fenômeno atual no Brasil. A expansão do consumo e os problemas decorrentes do tráfico fazem parte de um processo gradual que privilegiou historicamente a ótica da repressão em detrimento da prevenção. A série já alertava, por exemplo, que o país poderia se transformar em rota privilegiada de narcotraficantes “se medidas de natureza jurídica, médica, social, ética e cultural não foram desde logo tomadas” (“Tráfico cresce e reclama agora ação coordenada”, *Jornal do Brasil*, 21/07/1975). Bahia especifica as diferentes causas do problema, como a desarticulação dos órgãos oficiais voltados para o combate, que contribuiu para o ingresso crescente de cocaína no mercado das drogas pesadas:

“A vigilância sobre o tráfico ainda é falha e descoordenada, pesando num reduzido efetivo da Polícia Federal, nem sempre suficientemente treinado, o sistema de repressão. Também é precário o apoio institucional e administrativo no combate às drogas e aos traficantes. O sistema de prevenção e recuperação é tão medíocre que apenas absorve as contradições da legislação antitóxicos. O tráfico nacional e internacional (...) beneficia-se da extensão territorial, do imenso contingente jovem da população, do desenvolvimento industrial, dos hiatos populacionais em muitas partes do país e do ainda não praticado policiamento ao longo da costa” (“Tráfico cresce e reclama agora ação coordenada”, *Jornal do Brasil*, 21/07/1975)

As matérias deram ênfase às deficiências nas formas de tratamento e a confusão jurídica que não distinguia usuários de traficantes. Predominam críticas à legislação e ao aparato repressivo contra os toxicômanos, como nas passagens abaixo:

“– Combater mal o uso de drogas ilícitas é pior do que não combatê-lo – disseram experimentados especialistas no tratamento de dependentes, interessados numa linha social da psiquiatria. Para eles, o país inclinou-se por um conceito repressivo, esquecendo outros fatores básicos, como por exemplo a prevenção e a recuperação ou ‘o simples fato de que a incidência do fenômeno do largo consumo das drogas se faz maciçamente sobre a juventude” (“Tráfico cresce e reclama agora ação coordenada”, *Jornal do Brasil*, 21/07/1975)

“O médico Osvald Moraes Andrade lamentou que os aspectos bons da lei antitóxicos não estejam sendo aplicados. ‘Só a parte negativa, que transformou o doente ou viciado em traficante, está sendo executada’, disse ele, acrescentando que as clínicas especializadas, os pronto-socorros, os hospitais estão cheio de jovens na faixa dos 16 aos 25 anos. (...) ‘O fenômeno da expansão do uso de tóxicos (...) não pode ser estudado sob o ângulo de uma análise simplista, na invocação de uma legislação rígida, que enquadre, indistintamente, todos aqueles que se envolvam com entorpecentes e drogas afins. Não podem ser considerados simples marginais, cujo comportamento deva refletir-se apenas no fato punível e submetidos ao severo castigo das penas. Não basta acionar o aparelho repressivo” (“Constatação alarmante à espera da eficácia”, *JB*, 22/07/1975)

O trabalho jornalístico combina reportagem de campo e extensiva análise de pesquisas e estatísticas de diferentes fontes, sobretudo de universidades, instituições sociais e sociedades médicas. Para produzir as matérias, o jornalista utilizou informações da Coordenadoria da Saúde e Assistência Social da Universidade de São Paulo (USP), da Sociedade Brasileira de Saúde e Higiene Mental Escolar, do Programa Educacional sobre Tóxicos, coordenado pela Escola Paulista de Medicina e pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional, da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto Social Morumbi. Dados oficiais sobre a situação das drogas no país eram praticamente inexistentes, conforme Juarez Bahia explica nas reportagens. Sem dispor de um banco de dados, os agentes da Divisão de Repressão a Entorpecentes do Departamento de Polícia Federal, entrevistados na matéria de

abertura “Brasil, conexão internacional na geografia do tráfico” (20/07/1975), não conseguiram prestar informações sobre uma série de questões formuladas pelo repórter. O mesmo ocorreu com a Divisão Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, que não dispunha de dados concretos sobre a situação do atendimento psiquiátrico aos dependentes.

“Os números levantados para cadastramento médico-sanitário são incompletos em todas as áreas. A imprecisão estatística tanto da Divisão Nacional de Saúde Mental quanto das outras unidades de planejamento dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, além do sistema médico-hospitalar privado, concorre para atrasar a reformulação desejada e impõe um desperdício de recursos humanos e de energias institucionais e administrativas” (“Doente mental é simples número no circuito”, *Jornal do Brasil*, 24/07/1975)

Ao longo da série, também foram ouvidos, dentre outras fontes, os juízes João Lacerda Menna Barreto e Alyrio Cavallieri; o professor Ulysses Vianna Filho, secretário da Associação Brasileira de Psiquiatria; o médico Osvald Moraes Andrade, presidente do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Justiça para levantar os problemas do controle e repressão ao tráfico; dom Emílio Jordan, da Ordem Beneditina; Carlos Meirelles, chefe do Serviço de Liberdade Assistida (SLA) do Juizado de Menores; e os professores E.A. Carlini, do Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, e José Elias Murad, da Faculdade de Farmácia da UFMG, responsável por uma pesquisa de opinião sobre abuso de drogas entre 536 universitários de Belo Horizonte.

Ainda sobre esse aspecto, observamos predomínio das fontes “autorizadas” (autoridades e especialistas) em relação aos personagens comuns (dependentes, menores infratores e traficantes). As declarações das fontes oficiais se sobrepõem ao texto do próprio repórter: dos dez parágrafos da reportagem “Uma vaga para a escola preencher” (23/07/1975), oito são citações do professor Carlos Meirelles, chefe do SLA do Juizado de Menores. Analisando todas as matérias da série, apenas três são baseadas no relato de personagens comuns, ou seja, pessoas que se envolveram com as drogas, nenhuma delas identificadas: “J.S., evitar o salto para o tráfico maior” (23/07/1975), “M.D.J., um processo de bom resultado final” (23/07/1975) e ““Eu fui um escravo da droga, agora tento libertar-me”” (24/07/1975). Entre os menores de 18 anos, o jornal adotou a nomenclatura de utilizar apenas as iniciais do nome. Nos dois primeiros casos, Bahia ouviu, respectivamente, um adolescente infrator da classe baixa e um viciado em drogas da classe média alta. Na terceira

matéria, que inclui o depoimento de um dependente químico adulto, a fonte aparece com o pseudônimo “Silvio”.

O jornalista praticamente não recorre ao uso do “off”. Excepcionalmente na matéria “O pai, entre a polícia e a justiça” (25/07/1975), Bahia constrói o texto com informações prestadas por fontes (uma autoridade do judiciário e um informante policial), que aceitaram fornecer declarações ao jornal sob a condição de não serem identificadas. Este procedimento se verifica também no relato do pai de uma jovem dependente, na mesma reportagem. Ele denuncia a prática de extorsão para que sua filha, acusada de porte de drogas, possa responder o processo em liberdade. O recurso se justifica, nesse caso, como forma de o jornal proteger a vítima de eventual represália dos denunciados:

“– A coação é de tal forma que você parte para qualquer sacrifício pecuniário. (...) Há sempre um funcionário, mais ou menos qualificado no cerco da coação, que lhe diz: – O sr. precisa ter pressa, não há tempo, o julgamento é sumário. Eu perdi 24h correndo daqui pra lá, de lá pra cá, vendendo meus quadros, falando com amigos. Nas primeiras 24 horas, o assunto se resolve com 10 mil, 20 mil ou 30 mil cruzeiros, se é maconha, bem entendido. Se é cocaína, o preço é outro. Ou se é LSD, como pagou um amigo meu, o preço pode ir até Cr\$ 280 mil” (“O pai, entre a polícia e a justiça”, *Jornal do Brasil*, 25/07/1975).

Em meados da década de 70, a discussão sobre a presença do tráfico nos morros cariocas ainda não estava presente. Na sequência da série, Bahia procurou apresentar soluções no âmbito administrativo-institucional, como a integração das ações dos ministérios da Saúde e Educação e a criação de um Conselho de Defesa Social e centros de reabilitação voltados para os dependentes. Também repercutiu a visão psiquiátrica sobre a inocuidade do debate entre drogas lícitas e ilícitas, pois “as lícitas de venda livre podem provocar dependências tão acentuadas quanto certas drogas ilícitas de venda controlada ou proibida” (“Uma diferença só arbitrária”, *Jornal do Brasil*, 21/07/1975).

“Dá-se normalmente um sentido pejorativo às drogas não reconhecidas legalmente, sobre as quais pesa a intervenção das forças da ordem. E não se restringe o apoio publicitário ao uso cada vez maior das drogas legalizadas, como o álcool, o fumo e os medicamentos que compõem os coquetéis farmacêuticos. Procura-se excluir os adultos da massa de dependentes, viciados ou toxicômanos. Os jovens são os mais vigiados e também os mais vulneráveis, não obstante haver indicação segura de parcelas crescentes de consumidores de mais de 18 anos de idade” (“Milhares de usuários no universo do vício”, *JB*, 22/07/1975)

O jornalista escreve a maior parte das matérias seguindo convenções discursivas consagradas pelo campo jornalístico, incluindo a narrativa em 3ª pessoa, com muitas citações entre aspas ou precedidas de sinais de pontuação, por exemplo, o travessão. Dentro do modelo de objetividade descrito por Tuchman (1993), Bahia utiliza outras estratégias, tais como o uso da pirâmide invertida, concentrando todas as informações importantes no lead, com os demais dados distribuídos numa sequência apropriada¹³⁰. Em alguns casos, ele optou por iniciar a reportagem com lead declarativo, fórmula desgastada, normalmente usada para declarações de impacto. Outros textos apresentam grande volume de números e estatísticas, assemelhando-se a um relatório técnico. Mas de uma forma geral, a linguagem é direta, pouco adjetivada e informativa. A abertura da matéria “Milhares de usuários no universo do vício” (22/07/1975), que reproduzimos a seguir, ilustra bem o domínio dessa técnica pelo jornalista premiado. Juarez Bahia revela dados sobre o consumo de entorpecentes no Brasil, a partir do cruzamento de estatísticas por ele consultadas:

“As drogas para consumo interno são fornecidas por traficantes (70%), passam de mão-em-mão (15%) ou procedem de drogarias, farmácias e receitas médias (15%). As estatísticas existentes são imprecisas, ignoram até a evolução por categorias sociais das toxicomanias, mas previsões conservadoras de autoridades ligadas ao controle, repressão e orientação médico-hospitalar dão 800 mil consumidores em São Paulo, de 700 a 800 mil no Rio de Janeiro e aproximadamente 1 milhão nos demais estados, com parcelas significativas para Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Distrito Federal. (...) A maconha lidera o mercado consumidor a uma taxa de ingresso de 75% em relação aos 25% da cocaína e outros estupefacientes depressores tipo ópio e barbitúricos ou ativadores da mente tipo messalina, LSD e bolinhas” (idem)

As informações obtidas na apuração permitem ao jornalista assumir também a função de pesquisador-analista. Ele não apenas informa, mas interpreta os fatos. O seu relato sobre a precária situação dos hospitais psiquiátricos públicos e atendimento deficitário na rede privada é indicativo dessa intenção. O trecho abaixo tem um tom editorializado e evidencia as conclusões de Bahia logo na abertura da matéria:

¹³⁰ Tuchman (1993) reflete sobre o significado do emprego dessas técnicas, por ela descritas como “rituais estratégicos de objetividade”, para a comunidade jornalística. Segundo a autora, o ideal de objetividade surge como instrumento estratégico que autoriza os *media* a produzir sentidos, enquadrar as ocorrências e reinterpretar a realidade, projetando no jornalista a imagem de profissional isento e livre de manipulações. As rotinas de produção também protegem as empresas de comunicação das acusações de parcialidade, dos erros de apuração e das críticas daqueles que possam se sentir prejudicados pela reportagem. Os rituais de objetividade, como consequência, acabam por legitimar a imprensa como instituição de poder no campo social.

“Os hospitais psiquiátricos públicos são em sua maioria depósitos de doentes mentais e neles convivem o equivalente a 10% de internados por dependência a drogas que não têm escolha e portanto não podem pagar tratamento particular em clínicas especializadas, algumas das quais mantêm convênios com o INPS mas dedicam-se principalmente ao seu próprio mercado de doentes. Como não há pesquisa científica na área das toxicomanias e como a especialização pouco responde a padrões desejáveis de controle e orientação clínicos, os doentes ficam com as alternativas de pagar ou não pagar e só podem optar entre a assistência no depósito público e a assistência no depósito particular” (“Doente mental é simples número no circuito”, *JB*, 24/07/1975)

As duas primeiras edições foram publicadas no 1º caderno (editoria Nacional) e as demais, na página 10 do Caderno B. Apesar da mudança, a série “As drogas” tem um aspecto visual padronizado: o texto foi diagramado em cinco colunas (à exceção da última edição, com seis colunas) normalmente separadas por fios e com grande quantidade de intertítulos. Outra característica comum pode ser observada no desequilíbrio entre texto e imagem, com predomínio da primeira. As fotos ilustrativas de fontes entrevistadas pelo repórter, como o juiz Menna Barreto e dom Emílio Jordan, e os registros mostrando, por exemplo, a rotina de crianças abandonadas e de moradores na fronteira de países produtores de drogas estão presentes em apenas 50% do material. Em três edições, no lugar das fotos, o jornal recorreu a desenhos e gráficos simples para ilustrar as rotas do tráfico de maconha, cocaína e psicotrópicos e os resultados da pesquisa sobre abuso de drogas entre universitários mineiros. Nota-se que a utilização de gráficos informativos era um recurso ainda incipiente no *Jornal do Brasil*. Um deles, publicado na edição de 22/07/1975, é de difícil entendimento para o leitor. Trata-se de um “esquema de personalidade sob o aspecto psiquiátrico para melhor compreensão da relação entre personalidade e drogas”.

Juarez Bahia tem um histórico de conquistas no programa da Esso. Além do reconhecimento na categoria principal em 1975, o jornalista recebeu outras cinco distinções em categorias secundárias do concurso: “O grande despertar” (prêmio regional em 1962), “Habitação: desafio nacional” (menção honrosa em 1965), “SOS para o sisal” (prêmio regional em 1967), “A nova idade da aviação brasileira” (informação científica em 1974) e “Os farofeiros do sistema” (menção honrosa em 1977). Os três primeiros foram trabalhos publicados no jornal *A Tribuna*, de Santos. Em solenidade de entrega da láurea máxima na sede do *Jornal do Brasil* pela série “As drogas”, em fevereiro de 1976, destacou o trabalho coletivo da equipe:

“O prêmio é do jornal – do editor aos demais companheiros que me ajudaram na realização da reportagem e, também, das pessoas de fora que me deram a sua cooperação desinteressada e competente, reiterando um velho preceito do jornalismo: a ação isolada em nada resulta neste campo” (“Juarez Bahia recebe Prêmio Esso de Jornalismo e Tabak e Fontes, a Menção Honrosa”, *JB*, 17/02/1976).

“O assassinato de Cláudia Lessin” (1977)

O resultado consagrando a matéria “O assassinato de Cláudia Lessin” foi inédito na história do programa promovido pela multinacional de petróleo. Até então, nenhuma matéria policial havia sido premiada na categoria principal. As reportagens de *Veja*, publicada em setembro de 1977, alteraram os rumos da investigação sobre a morte da jovem de classe média alta do Rio de Janeiro, cujo corpo foi encontrado nos penhascos da avenida Niemeyer, em um local conhecido como “Chapéu dos Pescadores”, em 25 de julho daquele ano. Os criminosos haviam amarrado, com fios de arame, uma mala cheia de pedras em seu pescoço para ocultar o corpo no fundo do mar. Até a publicação da reportagem, a polícia caminhava para o arquivamento do inquérito, desqualificando a vítima e concluindo que Cláudia Rodrigues, então com 21 anos, havia morrido pelo uso simultâneo de cocaína, álcool e remédios. Justificava-se o crime, como observou a revista, através de acusações à conduta moral da jovem. Os repórteres de *Veja* Valério Meinel e Amicucci Gallo revelaram, no entanto, que a vítima fora assassinada no apartamento do milionário Michel Frank, filho do industrial Egor Frank, “ao fim de uma orgia de drogas e sexo”. O crime também envolvia o cabeleireiro George Khour.

As revelações sobre o assassinato partiram de uma fonte localizada por *Veja* depois de três semanas de apuração: o doutor em patologia e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Domingos de Paola. O médico fora acionado pela família do empresário Michel Frank para contestar o laudo cadavérico do corpo de Cláudia Rodrigues, que atestava que a vítima havia morrido por “estrangulamento manual”¹³¹. Inicialmente, o médico relutou a prestar informações aos repórteres, mas depois decidiu revelar como conheceu “a verdadeira história do assassinato de Cláudia Rodrigues”. Seu depoimento – obtido com

¹³¹ O Auto de Exame Cadavérico havia constatado “lesões traumáticas decorrentes de ação contundente nas agressões físicas repetidas e violentas”, com “escoriações no pescoço” e “esfoladuras da margem do ânus”, indicando que Cláudia fora vítima também de agressões sexuais. Em seu ânus teria sido introduzido um objeto, provavelmente uma garrafa, que lhe causara alargamento anal de 6 centímetros. Os peritos concluíram que a morte foi decorrente de “asfixia por estrangulamento com as mãos” (Argolo, 2004: 124/125).

“exclusividade”, como reforça a edição nº 470 de *Veja*, de 07/09/1977 – contradisse todas as declarações apresentadas anteriormente pelo acusado. Após a publicação da edição, Michel Frank e George Khour tiveram a prisão decretada pela Justiça por assassinato, ocultação de cadáver e facilitação do uso de drogas.

“Em um longo desabafo, feito na última quarta-feira, o respeitado patologista carioca Domingos de Paola revelou com exclusividade a VEJA que Michel Frank lhe confessara, durante uma reunião havida num apartamento de seu pai, o industrial Egon Frank, ter visto Claudia Lessin Rodrigues morrer, ao fim de uma orgia de drogas e sexo, em seu próprio apartamento – no bairro do Leblon – segundo o jovem, por excessiva ingestão de cocaína, vinho e comprimidos de Mandrix. O depoimento feito por Michel Frank a De Paola durante essa reunião (...) contradiz todas as declarações feitas anteriormente pelo jovem milionário” (“*O mistério vai acabar?*”, *Veja*, 07/09/1977)

A capa de *Veja* destaca o título “Crime e drogas” e apresenta a chamada: “Exclusivo: Cláudia foi morta na casa de Michel Frank”. Reaparece aqui a importância que confere o campo jornalístico à questão da exclusividade das matérias. Tal concepção concebe a atuação da imprensa não apenas como registro factual, mas poderoso instrumento capaz de promover uma ação transformadora do real. Nessa perspectiva, mais importante do que informar é descobrir, revelar os fatos ocultos, denunciando-os ao público. Não aprofundaremos esse debate, pois já abordamos anteriormente a dimensão que assume o “furo” jornalístico como estratégia simbólica de construção de autoridade por parte dos produtores de notícias.

Na reportagem de 10 páginas, a revista acentua a autoridade da fonte, o que confere credibilidade às afirmações de *Veja*: “uma das maiores autoridades mundiais em patologia”, “autor de 349 trabalhos sobre sua especialidade” e “membro de dezenas de associações científicas através do mundo”. O depoimento do médico “Michel me disse que viu Cláudia morrer” ocupa um box de página inteira e compõe a matéria principal intitulada: “O mistério vai acabar?”.

Algumas fontes não foram ouvidas pelos repórteres, como as testemunhas do crime, por exemplo. É o caso do operário Luiz Gonzaga de Oliveira, o “índio”, que trabalhava em uma obra de contenção das encostas da avenida Niemeyer e dormia na ocasião num barraco próximo ao local aonde os acusados abandonaram o corpo de Cláudia. As declarações de “índio” foram extraídas do inquérito a que *Veja* teve acesso durante a apuração com fontes policiais não identificadas. Assim, a revista reforça a tese principal de que a vítima já estava

morta ao ser levada ao “Chapéu dos Pescadores” por Michel Frank e George Khour. O texto é objetivo, sempre escrito em terceira pessoa:

“Michel Frank, segundo a testemunha pôde observar sob as luzes de dois postes, abriu o porta-malas da Brasília, onde havia um grande volume – possivelmente o corpo de Claudia – envolto num saco. (...) O depoimento de Índio, olhado com descrença pela polícia, basicamente indica que Claudia chegou morta à avenida Niemeyer – e isso, sabe-se agora, é confirmado pelas declarações de Michel a dr. De Paola” (idem)

A edição, coordenada pelo jornalista Zuenir Ventura, resgata fotos do álbum de família da vítima, uma imagem do acusado e a reprodução de um dos últimos registros de Cláudia Lessin. As fotos são meramente ilustrativas. Em outra imagem, aparece o psicanalista Carlos Castellar, que mantinha um grupo de psicoterapia do qual Cláudia fazia parte. A revista também utilizou uma foto-montagem dos acessórios para o “cerimonial do pó” – pedra de ágata e canudinho de prata – e duas ilustrações, o que demonstra a dificuldade de *Veja* em editar fotos para edição: um grande desenho simulando o consumo da droga entre pessoas da alta sociedade e outro da folha da coca – “a fonte do pó”. Um infográfico também ajuda a visualizar as rotas da cocaína na América. Retratos ou “bonecos” de consumidores ilustres da droga, como Arthur Conan Doyle, Sigmund Freud e o papa Leão XIII, fecham o material. Uma particularidade é que não há fotos de Amicuci Gallo na edição de 07/09/1977.

Em relação ao texto, a revista traz, na matéria “A ascensão da cocaína”, um levantamento sobre o aumento do consumo de drogas no país e sua relação com a criminalidade. Outro aspecto ressaltado é a permissividade ou “glamourização social” da cocaína no meio artístico e nas camadas mais altas da sociedade em contraste com a “reputação marginal” que cerca o viciado em heroína.

“Limitado até há pouco a grupos discretos e esparsos de boêmios, grã-finos, artistas e policiais, o consumo de cocaína hoje se alastrou. Ela agora anima as festas do industrial, levanta o ânimo do burocrata, pesa na produção do cineasta, alivia a memória do tira e protege a vigília do homem de televisão. (...) Embora seja um grande estimulante – ou um ‘euforizante’ – não há quem tenha ainda estabelecido vínculos diretos entre o consumo da cocaína e a criminalidade. Mas como tantas outras drogas pesadas – e necessariamente provenientes de um tráfico criminoso –, ela frequentemente aparece associada a crimes como o que vitimou Claudia Rodrigues” (“A ascensão da cocaína”, *Veja*, 07/09/1977)

É importante destacar que o uso do “off” está presente em toda a cobertura. Apenas para ilustrar esse dado, observamos que a revista manteve em sigilo os nomes de nada

menos que 18 personagens para construir a matéria “A ascensão da cocaína”, que ocupa seis páginas da cobertura. As fontes não identificadas são, em sua maioria, usuários da droga e policiais responsáveis pelo combate ao narcotráfico.

No box “Cocaína – um pó inodoro, amargo e ilusório”, a reportagem apresenta um detalhamento sobre a composição da droga, seus efeitos no organismo e os riscos da dependência a partir de fontes com autoridade para falar sobre o assunto, dentre eles Lester Grinspoon, psicólogo da Universidade de Harvard (EUA) e Richard Resnick, psiquiatra do *New York Medical College*. Também revela pesquisas de universidades publicadas em revistas científicas internacionais, como a *National Institute of Drug Abuse*, dos Estados Unidos. A revista publicou ainda um quadro com as principais rotas da cocaína na América.

Se a série de matérias “Assim vivem os nossos superfuncionários”, de *O Estado de S. Paulo*, vencedora do concurso em 1976, é emblemática por denunciar, como vimos, os abusos de poder e a corrupção nas esferas públicas, a conquista de *Veja* aponta para a valorização de reportagens baseadas na autoconstrução do repórter quase como um detetive. Sobretudo a partir do caso Cláudia Lessin, a reportagem investigativa no Brasil ver surgir na cobertura policial um espaço privilegiado de atuação, com o produtor de notícias passando a atuar na fronteira entre dois territórios – o jornalismo e o policial. Sem a sua ação investigativa, não haveria sequer notícia.

O editorial de *Veja*, publicado na edição de 07/09/1977, aponta para a valorização do trabalho de “investigação” do repórter, visando criar um novo ideário sobre o fazer jornalístico. Nesse sentido, o profissional de imprensa tende a deixar no passado a superficialidade da cobertura e as estreitas relações com o aparelho policial que teriam contribuído para a cultura da impunidade envolvendo “criminosos escudados em sua posição social”. Dessa vez, o repórter conseguiu obter, através do seu empenho pessoal, informações que pessoas ou instituições tentam manter em segredo. “Através do exercício normal da investigação jornalística, *Veja* teve acesso a informações bem mais precisas que as obtidas até agora pela polícia carioca” (*Veja*, 07/09/1977).

O editorial revela como a revista procurava diferenciar, naquele contexto, a reportagem que conduzira sobre o caso Cláudia Lessin das demais notícias produzidas na rotina da cobertura policial na imprensa brasileira:

“O objetivo era reunir informações seguras e consistentes sobre a morte da jovem Cláudia Rodrigues – um crime que, cometido no final de julho em meio ao afluente universo carioca da cocaína, já começava a mostrar os sintomas clássicos dos casos policiais em que os envolvidos não são marginais comuns, mas pessoas de boa família e bom dinheiro. Que sintomas? A relutância em investigar com seriedade os suspeitos (...) e a mal-disfarçada insistência em fazer carga contra a vítima. (...) Trata-se de um excelente caminho, já muito bem testado, para se obter a impunidade – e a crônica policial brasileira dos últimos anos é rica em exemplos desse tipo” (Veja, 07/09/1977, grifo nosso)

Diversos autores buscam conceituar o jornalismo investigativo como uma categoria específica dentro da profissão por incluir grande planejamento e empregar determinados métodos de captação de informações¹³². Sequeira (2005) corrobora a tese de que o jornalismo investigativo se diferencia de outras categorias, como o jornalismo informativo e opinativo, “pelo processo de trabalho dos profissionais, obrigados a lançar mão de metodologias e estratégias nada ortodoxas (...) para obter a reportagem” (2005: 11). Nesse sentido, a investigação jornalística se distingue mais pelo método do que pelo assunto abordado (Abreu, 2002: 48). A partir da defesa de uma identidade “investigativa”, como informa Abreu, o “faro” torna-se marca distintiva no jornalismo.

Alguns atributos apontados pelos especialistas estão presentes na reportagem de *Veja*. Os jornalistas partiram, por exemplo, de uma hipótese básica – a vítima não teria morrido por overdose, mas assassinada na casa do milionário Michel Frank – para, a partir daí, desenvolver suas próprias estratégias de investigação. O esforço e a insistência dos repórteres até conseguir localizar, diante de um cenário adverso, a principal fonte da matéria – o médico patologista Domingos De Paola – é apontada como outra característica importante da investigação jornalística. Sem muito destaque no início da cobertura, o assunto alcançaria, após algumas semanas, repercussão nacional. Já na edição anterior, publicada em 31/08/1977, com o título “Sem respostas”, a revista já havia tentado obter a revelação da fonte, sem conseguir êxito.

Veja também continuou oferecendo ampla repercussão ao caso, após a publicação da reportagem principal de 07/09/1977. Para Paul Williams (1978), utilizando um modelo disseminado nos Estados Unidos, uma das etapas fundamentais na elaboração da reportagem

¹³² Uma revisão bibliográfica mostra que a preocupação dos pesquisadores em conceituar o jornalismo investigativo no Brasil é recente. As poucas análises sobre o tema têm como principal referência os trabalhos publicados por estudiosos da mídia nos Estados Unidos, onde, pela primeira vez, houve um reconhecimento formal deste modelo a partir da criação de uma categoria denominada Reportagem Investigativa pelo *Pulitzer*, o mais ambicionado prêmio do jornalismo americano.

investigativa envolve justamente o acompanhamento das repercussões. No caso Claudia Lessin, a revista mostrou os desdobramentos da revelação feita pelo médico: “Com a prisão dos dois decretada em decorrência do depoimento de De Paola a *Veja*, começaram a surgir, em defesa de Frank e Khour, os convidados que estiveram presentes à festa em que morreu Cláudia (...)” (“Cercos fechados”, *Veja*, 14/09/1977). As reportagens exigiram entrevistas com grande número de fontes. Na edição seguinte, a pauta é ampliada para mostrar uma suposta ligação dos participantes da festa em que Cláudia foi assassinada com uma rede de traficantes de drogas (“Um novelo sem fim”, *Veja*, 21/09/1977) e o provável roteiro do acusado para deixar o país (“Fugas e fitas”, *Veja*, 28/09/1977). Nesta última, a publicação também divulgou diálogos que comprovariam uma suposta tentativa de extorsão de *Última Hora* contra a família de Michel Frank. O jornal teria pedido NCr\$ 500.000 para “esfriar” a cobertura sobre o assassinato¹³³.

A nota explicativa da Comissão Julgadora do Prêmio Esso daquele ano – composta pelos jornalistas Jorge Leão Teixeira, da *Visão*, Oliveira Bastos, do *Correio Braziliense*, Murilo Melo Filho, da *Manchete*, Oliveiros Ferreira, de *O Estado de S. Paulo*, e Wilson Figueiredo, do *Jornal do Brasil* – afirma que “a reportagem restabeleceu a confiança pública na Justiça” (“Prêmio à verdade”, *Veja*, 14/12/1977). O depoimento do repórter Valério Meinel também aponta para uma certa idealização do trabalho da imprensa a serviço do interesse coletivo e do bem comum: “A reportagem veio demonstrar que não há poder econômico nem impunidade capaz de resistir a uma imprensa livre e ao drama de uma consciência honesta” (idem). Para o repórter, o reconhecimento naquele ano fortaleceu “o trabalho de campo e a iniciativa individual, condenando o repórter atrelado à redação e ao bip-bip, o jornalismo tecnocratizado” (idem).

Tal ideário, ao nosso ver, tem relação com a construção de uma certa identidade investigativa do jornalista no contexto de abertura política. Essa imagem do repórter como investigador, descobrindo crimes que o aparelho policial tenta ocultar por interesses

¹³³ Hélio Fernandes, proprietário da *Tribuna da Imprensa*, também abordou esse tipo de chantagem em depoimento a Marconi (1980). Ele denunciou que o *Jornal do Brasil* e o *Última Hora* levaram, respectivamente, seis milhões e 1,5 milhão de cruzeiros, respectivamente, para não associar o nome da família ao caso. Um intermediário, segundo ele, estaria atuando a serviço de ambos os jornais para obter vantagens financeiras do industrial Egor Frank (Fernandes, apud Marconi, 1980: 168). Sobre o assassinato de Cláudia Lessin, Fernandes afirmou que o caso foi conveniente aos jornais na sua relação com os militares. Nesta linha, a intensa repercussão da morte tirava o foco da repressão política ainda vigente no país. Acusa Fernandes que a cobertura “anestesia a opinião pública, choca e revolta a opinião pública, mas não incomoda os interesses deles” (idem).

políticos ou econômicos dos acusados, começou a ser construída, como vimos, sobretudo a partir da morte de Herzog, dois anos antes. É quando a reportagem passa a ser menos submissa às versões oficiais e o repórter procura se desvencilhar da imagem de colaborador do Estado, revelando contradições contidas nos trabalhos de investigação dos órgãos de segurança.

Subtema: questão indígena

“Expedição de contactação dos índios Kranhacarore” (1973)

Considerada a última civilização primitiva do Brasil, a tribo kranhacarore se mantinha isolada no extremo norte de Mato Grosso, na selva amazônica, sem qualquer contato com o homem branco. Os “índios gigantes”, como eram chamados por etnógrafos, eram fortes, usavam os cabelos raspados, tinham o corpo pintado de preto e uma estatura acima da média da maioria dos índios. No início dos anos 1970, a área ocupada por eles era considerada estratégica para o projeto de integração da região amazônica. O governo militar pretendia construir ali a Rodovia Cuiabá-Santarém, com 1.652 quilômetros de extensão ligando a região Centro-Oeste ao Médio Amazonas. Para evitar o confronto entre os índios e a equipe de topógrafos do 9º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), que representava a linha de frente na implantação da estrada, a Fundação Nacional do Índio (Funai) organizou em 1972 uma expedição, liderada pelos irmãos sertanistas Cláudio e Orlando Villas Boas, com a missão de tentar fazer um contato inicial com os kranhacarores. O relato da expedição e a abordagem aos índios primitivos foram o tema de uma série de reportagens de *O Estado de S. Paulo*, que conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo de 1973. O material foi produzido pelo repórter José Marqueiz e a equipe de correspondentes e sucursais do jornal.

A expedição partiu do Parque Nacional do Xingu, em janeiro de 1972, com 26 índios aculturados, mas o primeiro contato só ocorreu 382 dias depois, em fevereiro de 1973, numa região próxima ao acampamento da missão da Funai, localizado às margens do rio Peixoto de Azevedo, no Estado de Mato Grosso. Em menos de cinco dias, o grupo conseguiu fazer dois contatos com os “índios gigantes”. O encontro dos sertanistas com os kranhacarores foi o ponto alto do trabalho jornalístico de *O Estado de S. Paulo*, que havia acompanhado

praticamente toda a missão na selva amazônica. Examinamos as matérias publicadas entre 06 e 11 de fevereiro de 1973, período em que os índios foram contactados. Além do relato sobre a aproximação e a reação dos kranhacarores à presença do homem branco, as reportagens deram ênfase ao fato de a expedição ter marcado a despedida dos irmãos Villas Boas do trabalho de campo. Ao repercutir o afastamento dos sertanistas, o jornal também abriu espaço para fazer críticas ao trabalho da Funai e à política indigenista brasileira.

Antes do primeiro contato, havia um clima de tensão na região. No dia 25 de maio de 1972, Aureliano Bispo de Oliveira, um dos topógrafos do 9º Batalhão, chegou a ser flechado pelos índios na perna e na coxa a dois quilômetros do acampamento. Cercado, disparou tiros de espingarda em direção aos kranhacarores. Experientes sertanistas, com o trabalho reconhecido no exterior, Cláudio e Orlando sabiam da importância de planejar um contato gradual, amistoso, baseado na troca de presentes para facilitar a aproximação. Na primeira abordagem, 30 índios foram ao acampamento. O repórter José Marqueiz escreveu a reportagem com base no diário de Cláudio Villas Boas:

“Desconfiados e hesitantes, os índios gigantes se aproximaram, domingo, do acampamento localizado às margens do Rio Peixoto de Azevedo. Ao notar a presença do grupo, Cláudio Villas Boas adiantou-se e foi logo abraçando-os, para que eles se sentissem entre amigos. A tática deu certo – segundo o sertanista – e os índios ficaram descontraídos, trocaram presentes rapidamente com a expedição da Fundação Nacional do Índio e retiraram-se em seguida, em meio a risos e muita algazarra, embora demonstrando um certo espanto pelo primeiro contato com os brancos. Na manhã de ontem os índios – aparentemente os mesmos – retornaram ao local, onde se repetiu praticamente o encontro do dia anterior: depois dos abraços, os representantes da Funai presentearam-nos com colares, facas, machados e outros objetos, recebendo arcos, flechas (...). Segundo o sertanista Cláudio Villas Boas, a maioria dos gigantes que compareceram ao acampamento da expedição tem uma estatura mediana – 1,70 metro – e alguns chegam a quase dois metros de altura” (“Índios desconfiados”, *O Estado de S. Paulo*, 06/02/1973)

O segundo contato ocorreu na mesma semana, a 800 metros do acampamento. Dessa vez, os irmãos foram ao encontro de dois índios kranhacarores, na outra margem do rio Peixoto de Azevedo:

“À medida que o barco avançava lentamente pelo rio, Cláudio e Orlando acenavam mostrando colares, facões e machados. Os kranhacarores retribuíaam aos acenos levantando feixes de flechas. (...) Os Villas Boas desembarcaram da canoa e pediram que os demais esperassem. Orlando seguiu na frente levando colares. Cláudio trazia facões. Enquanto eles avançavam, os dois índios recuavam. Os sertanistas pararam e começaram a fazer brincadeiras e gestos amigos. Os dois selvagens pararam atrás de uma árvore, Orlando avançou e conseguiu colocar um colar no pescoço de um deles.

Cláudio procurou contato com o outro e entregou-lhe presentes. Os kranhacarores retribuíram com um maço de flechas” (“O novo encontro, uma festa na selva”, *O Estado de S. Paulo*, 10/02/1973)

O repórter escreve a matéria como observador participante, combinando a narrativa com observações feitas no diário do sertanista. Marqueiz não recorre a outras fontes. Em outro trecho, ele descreve o porte físico dos kranhacarores:

“Corpos atléticos e pintados de preto com tinta de jenipapo, os dois índios tinham de 1,70 a 1,80m. O cabelo é cortado bem rente à cabeça e têm diversos cortes cicatrizados, provavelmente feitos a faca, descendo em perpendicular do peito até a altura do umbigo. Nas duas coxas, os mesmos sinais. Orlando observou também que eles traziam nas costas uma faca, pendurada no pescoço por um cordão. Também usavam brincos de cera, em forma de cone e com a base em concha. Sua linguagem não foi entendida por nenhum dos índios aculturados da expedição. Mas Cláudio continua acreditando que eles pertencem ao grupo Ge. Feito o contato, os sertanistas se dirigiram para a canoa e enquanto se afastavam, um dos kranhacarores erguendo o arco e a flecha soltou o seu canto na floresta. Um canto ouvido pelo homem branco pela primeira vez” (idem, 10/02/1973).

O processo de produção do trabalho jornalístico foi curioso. Marqueiz usou uma máquina de escrever portátil no meio da selva. Já no aeroporto de Cuiabá, para que o material não perdesse o atributo da atualidade, tentou embarcar imediatamente para São Paulo, porém não havia mais vagas no vôo. “Só conseguiu mandar o texto e o filme com as fotografias por um passageiro, que entregou o material a um emissário do jornal na chegada à capital paulista” (Beloch e Fagundes, 2006: 68).

A missão de aproximação com os kranhacarores marcou também a última expedição dos irmãos sertanistas, depois de 30 anos de trabalho junto aos índios no Brasil central. Nos anos 1950, eles foram os primeiros a estabelecer contato com os caiapós. A importante contribuição dos Villas Boas fez com que seus nomes fossem propostos para o Prêmio Nobel da Paz em 1971. A Sociedade dos Povos Primitivos, de Londres, fez essa solicitação pelo trabalho que ambos desenvolveram no Brasil pela pacificação dos índios. O termo “pacificação”, no entanto, era questionado por Orlando, pois partia da ideia de que os índios eram os agressores, denotando uma visão preconceituosa da elite branca. Segundo ele, conforme relata Marqueiz, os silvícolas não fazem parte de povos primitivos, mas pertencem a uma cultura paralela. “Daí porque não há sentido em se falar em pacificação” (“Uma vida inteira em defesa dos indígenas”, *O Estado de S. Paulo*, 06/02/1973).

Ao decidirem se aposentar e se afastar da Funai, os irmãos lamentaram que o contato com o homem branco acabaria representando a destruição dos hábitos e a perda da autenticidade dos kranhacarores:

“Na realidade, nunca atingimos nossos verdadeiros objetivos. Todos os índios pacificados vão perdendo, aos poucos, suas características, sua autenticidade, e tendo sua cultura corrompida em contato com os civilizados. Pacificados, deixarão de ser livres, de perpetuar sua cultura. Aos poucos, perderão seus costumes e abandonarão sua arte. Porque, mesmo que permaneçam em seu ‘habitat’ natural, sofrerão a pressão constante do civilizado. É uma pena!” (“A grande luta inglória”, *O Estado de S. Paulo*, 06/02/1973)

Apesar da visão cética em relação ao trabalho de integração dos índios na comunidade branca, os irmãos Villas Boas destacaram a importância da contactação com os kranhacarores. Se não houvesse essa intermediação, segundo eles, a cultura indígena estaria dizimada. Citaram o Parque Nacional do Xingu como exemplo que contribuiu para minimizar os efeitos da aculturação. Eles também defenderam, na ocasião, a transformação de uma área do Vale do rio Peixoto de Azevedo em reserva indígena. Dois anos depois do primeiro contato com a civilização, no entanto, mais da metade da população dos “índios gigantes” deixou de existir, acometida por moléstias. A tribo, que havia sido reduzida a apenas 79 membros, conseguiu se recuperar após se transferir para o Parque Nacional do Xingu. Em 2006, a comunidade tinha 250 pessoas, incluindo muitas crianças (Beloch e Fagundes, 2006: 68). “Em 2000, ganhou na Justiça uma ação indenizatória por danos morais e materiais causados pelo contato com a civilização” (idem).

As matérias de repercussão sobre a expedição e o afastamento dos irmãos Villas Boas apresentavam críticas à política indigenista brasileira. O jornal abriu espaço para outras fontes que, após deixarem ou terem sido afastadas da Funai, questionavam a excessiva centralização do órgão governamental. Um das principais divergências era também a pressão para uma rápida integração dos índios em virtude de interesses comerciais para abertura de estradas, como a Cuiabá-Santarém, dentro do projeto de colonização da Amazônia. Foram ouvidos os sertanistas Cotrim Netto e Gama Malcher, ex-presidente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), além do padre José Vicente César, presidente do Instituto Anthropos do Brasil, dentre outros. Os títulos das reportagens publicadas na sequência da série – “Sertanistas lamentam a saída dos Villas e criticam a Funai” (07/02/1973), “O erro da Funai: não ouvir os sertanistas” (08/02/1973) e “Cláudio Villas

Boas critica a Funai” (11/02/1973) – reforçam a ideia destacada no capítulo 3 sobre a instauração de um discurso crítico, mas em outras instâncias não nitidamente políticas ou não enquadradas na unidade temática “Política nacional”. O trabalho de acompanhamento da série de Marqueiz contou com a colaboração de correspondentes e jornalistas das sucursais do *Estadão*.

“Cotrim adiantou que a ‘Funai age, simplesmente, como guarda pretoriana desse novo tipo de colonialismo interno, destruindo a civilização indígena para que outros grupos possam ocupar o território das tribos’. (...) Cotrim Netto fez uma análise da política da Funai: ‘(...) A política de *pacificação* tem significado para os índios a mais triste experiência, resultando sempre em epílogos fatais para eles, seja com o seu desaparecimento como grupo étnico, ou a perda de seu território, sem esquecer a resultante de natureza biológica, com a redução drástica de sua população” (“Sertanistas lamentam a saída dos Villas e criticam a Funai”, *O Estado de S. Paulo*, 07/02/1973)

Em “O erro da Funai: não ouvir os sertanistas” (08/02/1973), produzida pela sucursal do Rio, a mesma fonte afirma ter se transformado em “coveiro de índio” e “administrador de cemitérios indígenas”, numa crítica mais acentuada contra o governo. O jornal também abordou o processo de esvaziamento do órgão governamental. Embora não tenha sido escrito pelo autor premiado, reproduzimos o trecho abaixo para ilustrar que, fora da arena política, era possível abordar aspectos – pouco convenientes aos militares – da realidade brasileira em temáticas aparentemente não censuráveis:

“Do ano passado para cá, sete sertanistas se afastaram da Funai e outro foi praticamente encostado, após incomodar bastante a Presidência do órgão com denúncias públicas sobre erros que estão sendo cometidos na atual política indigenista brasileira. Esta evasão de experientes sertanistas, alguns com mais de vinte anos de dedicação à causa indígena é um sintoma claro de que não está existindo um entrosamento satisfatório entre eles e a Funai. O diálogo entre os homens de campo e a direção do órgão foi cortado definitivamente o ano passado, quando Apoena, Francisco Meirelles e Cotrim Neto propuseram a criação de um Conselho de Sertanistas, logo considerado pelo general Bandeira de Mello como uma ‘organização subversiva, nos moldes das encontradas na União Soviética’” (“O erro da Funai: não ouvir os sertanistas”, *O Estado de S. Paulo*, 08/02/1973, grifo nosso)

A Funai não se pronunciou nas matérias analisadas entre 06 e 11 de fevereiro de 1973. A declaração de Bandeira de Mello foi dada quando da proposta de criação do Conselho de Sertanistas, um ano antes. Entre as fontes oficiais, a política era a do “nada a declarar”. Ninguém estava autorizado a falar em nome da Funai. Censura e ameaças de represália a quem desobedecesse a essa determinação inseriam-se nesse contexto:

“Na Funai, foi aberto um inquérito para se descobrir quem prestava informações à imprensa e um radiograma foi passado para todas as unidades descentralizadas, postos indígenas, delegacias regionais proibindo qualquer pronunciamento em nome da Funai. Este foi o clima que imperou durante todo o ano de 1971 e 1972 na Funai” (idem, 08/02/1973)

Uma rápida análise do trabalho jornalístico de José Marqueiz mostra, portanto, que a série teve basicamente três eixos centrais: a expedição e contactação com os kranhacarores, a despedida dos irmãos Villas Boas e os comentários sobre a política indigenista conduzida pela Funai. A cobertura teve dois momentos de maior repercussão, com maior número de matérias por edição: o primeiro encontro com os “índios gigantes”, publicado em 06/02/1973, e a segunda abordagem com membros da tribo, registrada pelo *Estadão* em 10/02/1973. Apenas nestas duas ocasiões, o assunto ganhou chamada de capa.

Na edição de 06/02/1973, o assunto ocupou inteiramente as páginas 16 e 17 do noticiário, reunindo nove matérias no total: “Abraços e sorrisos no encontro com gigantes”; “Índios desconfiados”; “Flexada retarda a paz”; “Dia após dia, uma questão de paciência” (cronologia da expedição); “Os últimos primitivos” (depoimento do repórter José Marqueiz); “A comunicação difícil” (depoimento do repórter Luiz Salgado Ribeiro, também do *Estadão*); “Desiludidos, Villas Boas voltam para casa”; “A grande luta inglória” e “Uma vida inteira em defesa dos indígenas”. Quanto ao aspecto gráfico, podemos observar um equilíbrio na edição de textos e fotos. Na página 16, foram publicadas duas fotos: uma horizontal em três colunas no alto da página e a outra vertical em duas colunas. O trabalho de fotojornalismo, registrando momentos da expedição, ficou a cargo do próprio repórter José Marqueiz. A página 17 apresenta seis fotos agrupadas dos irmãos sertanistas.

Em 10/02/1973, o jornal voltou a produzir ampla cobertura sobre a contactação, dessa vez com predomínio da imagem sobre o texto. A matéria “O novo encontro, uma festa na selva” ocupou a página 8 do noticiário. A valorização da imagem se deve ao caráter de registro histórico das fotos de Marqueiz. Pela primeira vez, os jornalistas que participaram da expedição conseguiram fotografar um índio da tribo. São quatro fotos que mostram a sequência da ação, nessa ordem: “De canoa, os Villas acenam, como amigos”, “Levando presentes, para facilitar aproximação”, “Já sem medo, ele faz gestos: quer mais presentes” e

“No meio da selva, antes seu reduto intocado, o kranhacarore espera pelo branco e sua máquina”, as duas últimas mostrando nitidamente o aspecto físico de um kranhacarore.

Alguns erros gramaticais podem ser observados nas edições, inclusive em títulos como “Flexada retarda a paz” (06/02/1973) e “Quase impossível achar substitutos” (07/02/1973). Para a comissão julgadora do Prêmio Esso de Jornalismo de 1973, era indiscutível, porém, a qualidade da série de *O Estado de S. Paulo*, tanto que não houve divergências no trabalho de avaliação. O júri foi composto excepcionalmente naquele ano por dois publicitários (Celso Japiassu e Roberto Dualibi) e dois representantes da ABL (Adonias Filho e Octávio de Faria). Zevi Ghivelder, da *Manchete*, era o único jornalista atuante em redação. Japiassu comenta que o mérito de “Expedição de contactação dos índios kranhacarore” residiu no impacto gerado pelo inusitado:

“Das matérias inscritas, a aproximação com os índios foi o que mais impressionou. A notícia tem que ter sempre um elemento que surpreenda. Foi um trabalho de reportagem bem feito. Uma coisa que discutimos na época é que a humanidade não evolui de forma homogênea. Você tinha pessoas que viviam na pré-história da humanidade e outras sociedades nas regiões metropolitanas, como São Paulo, vivendo no século XX. A matéria trazia esse elemento de forma muito interessante”¹³⁴.

Em artigo escrito na edição comemorativa dos 25 anos do Prêmio Esso, o acadêmico Adonias Filho destacou que as reportagens deram “uma contribuição incomum à etnografia brasileira” (1980: 109). Complementa o julgador sobre a fidelidade do jornalista aos fatos observados no trabalho de campo e no diário de Cláudio Villas Boas:

“O repórter, deixando-se guiar pela experiência do sertanista, não sacrifica a própria percepção. Vê, anota, registra, comenta. Evita, porém, em consequência do roteiro e da linguagem – enxuta, precisa, direta –, o relatório que seria inevitável em colocação meramente descritiva” (idem).

4.3 Unidade temática: política internacional

Duas reportagens envolvendo questões de política internacional foram reconhecidas pelo Prêmio Esso no período definido para a análise: “Brasileiros, go home”, da revista *Realidade*, vencedora em 1966, e “Volta ao ponto de partida”, do *Jornal do Brasil*, escolhida pela comissão de julgadores o melhor testemunho jornalístico em 1974.

¹³⁴ Entrevista concedida ao autor em 05/10/2009

“*Brasileiros, go home*” (1966)

A matéria “Brasileiros, go home”, de autoria do jornalista Luiz Fernando Mercadante, com fotos de Walter Firmo, mostra a participação dos militares brasileiros na Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana. Os jornalistas permaneceram três semanas em São Domingos, capital daquele país, para acompanhar o cotidiano dos pracinhas brasileiros.

A República Dominicana vivia um clima de instabilidade política em 1965. De um lado, estavam os partidários de Juan Bosch, que chegou ao poder em 1962 como o primeiro presidente a assumir o cargo por meio de eleições livres e derrubado sete meses depois por um golpe militar. Do outro, os grupos de direita que promoveram o golpe e que também haviam sido afastados do poder por militares constitucionalistas, liderados por Francisco Caamaño Demo. O objetivo dos caamañistas era restabelecer a constituição democrática de Bosch, reempossá-lo e abrir o Congresso¹³⁵.

O Brasil integrava a frente com outros quatro países da América Latina: Nicarágua, Honduras, Costa Rica e Paraguai. A formação da FIP havia sido aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para reforçar o contingente de 30 mil soldados americanos na região. A presença norte-americana no país era justificada pelo temor de que a revolução liderada por Caamaño teria forte influência comunista. Mantendo a política de alinhamento com os Estados Unidos, o governo do marechal Castello Branco propôs e o Congresso Nacional aprovou a posição do executivo, autorizando, em maio de 1965, o envio de 1.100 soldados da Infantaria do Exército e do Corpo de Fuzileiros navais. Os militares brasileiros fizeram parte do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (Faibras), formando o maior contingente de soldados entre os países latino-americanos.

No período em que permaneceram naquele país, os soldados da Força de Paz, incluindo os brasileiros, entraram em confronto com os constitucionalistas e com

¹³⁵ A história da República Dominicana é marcada por conflitos armados e invasões. São Domingos esteve sob o domínio espanhol, foi colônia francesa e resistiu a uma invasão e anexação ao Haiti Entre 1916 e 1924, os americanos assumiram o controle do país. A partir de 1930, passou por uma das mais longas e violentas ditaduras no hemisfério sob o regime do ex-sargento Rafael Trujillo, assassinado em 1961. Como informa Mercadante, autor da reportagem premiada de *Realidade*, o “drama que os dominicanos vivem hoje é produto dessa herança sinistra” (“A Ilha de sangue”, *Realidade*, abril de 1966).

movimentos estudantis. Para protestar contra a intervenção militar dos cinco países que compunham a FIP, os manifestantes dominicanos gritavam “*go home*” para os militares invasores. Os brasileiros participaram da FIP até a sua dissolução em setembro de 1966 após a posse do novo presidente eleito Joaquim Balaguer.

“Brasileiros, *go home*” foi publicada na edição de lançamento de *Realidade*, em abril de 1966. A revista dedicou pouco mais de oito páginas à presença dos soldados da Faibras na República Dominicana para conter os conflitos decorrentes da crise institucional naquele país. Na reportagem, o jornalista Luiz Fernando Mercadante procura mostrar a vida cotidiana dos soldados utilizando um texto narrativo leve, sempre em terceira pessoa. Ele não interfere na ação. Para ambientar e atrair a atenção do leitor, ele também faz uso do estilo descritivo, particularizando os detalhes. Dessa forma o repórter apresenta a rotina dos pracinhas, as horas de lazer, o carnaval e a prática de esportes:

“Às 9 horas e às 16, pracinha liga o transistor para ouvir a rádio das forças armadas norte-americanas, instalada em São Domingos. Tem programa brasileiro, produzido e transmitido pelo tenente Oliveira, que dedica as manhãs ao samba tradicional e as tardes à bossa nova. De manhã tem Ângela Maria. De tarde, Nara Leão. E, nas vitrolas automáticas dos bares da cidade, é fácil encontrar discos de Milton. Roberto Carlos ainda não entrou em São Domingos. De noite, há cinema no acampamento. O Brasil contribuiu com algumas comédias do tempo em que Oscarito era um jovem promissor. Os pracinhas protestaram. E agora só vêem filmes americanos. Uma noite destas foi exibido *Intriga Internacional*, com Cary Grant, e, na seguinte, *O dia mais longo da história*, que conta a invasão da Normandia pelos aliados, em 1944. Foi um tiroteio do começo ao fim. O sargento Tavares, do pelotão de Saúde, reclamou: - Assim não dá. Filme de guerra é bom assistir na Cinelândia” (“*um filme de guerra*”, *Realidade*, abril/1966)

A ênfase em focalizar a vida cotidiana dos personagens parece se relacionar com o ambiente de relativa tranquilidade na República Dominicana durante as três semanas de apuração da equipe de *Realidade*. O repórter não encontra naquele momento um país em clima de guerra civil. “Êta guerra murrinha – desabafa um pracinha. Vai dar bicho no cano do meu fuzil” (“*Quando toca a perereca*”, *Realidade*, abril/1966). A “guerra” aparece apenas no relato sobre as operações de treinamento dos pracinhas, no qual há uma combinação do estilo narrativo com informações mais objetivas acerca das manobras militares, como as simulações aerotransportadas:

“A operação básica consiste em embarcar ou desembarcar 7 homens do helicóptero em 5 segundos. O último tem que fechar a porta para proteger os pilotos dos tiros dos guerrilheiros. E isto carregando fuzis, uma bazuca e uma metralhadora média. Os brasileiros chegaram aos 5 segundos facilmente. Também, o helicóptero estava a 4

metros de altura é já havia gente pulando” (“*No ar e na selva*”, *Realidade*, abril/1966).

Algumas passagens do texto apresentam características trazidas do melodrama, conferindo uma carga de ficcionalidade aos fatos narrados. É importante lembrar que a revista recebeu forte influência do *new journalism*, aproximando o jornalismo da literatura. Um bom exemplo dessa lógica narrativa pode ser verificado na apresentação do personagem do soldado corneteiro Itamar. Ele enfrenta um conflito afetivo particular: a guerra que o separa de Dolores, descrita como “a morena de olhos grandes que flerta com ele nas calçadas da Avenida Independência”. Os dados são retirados de uma realidade objetiva, mas a narrativa segue uma estrutura romanceada. Assim, o leitor, por mais afastado que esteja do objeto noticiado, acompanha o enredo e familiariza-se com os personagens. Importa transportá-lo para a cena do acontecimento:

“Mas a grande alegria de Itamar, confessada quase com lágrimas, será o dia de voltar ao Brasil, beijar os pais e os irmãos e mergulhar despreocupadamente em Copacabana, longe do conflito que não consegue entender. Se ao menos pudesse sair com Dolores, a morena de olhos grandes que flerta com ele nas calçadas da avenida Independência. Mas Dolores tem medo, pois os tigres estão vigilantes, prontos para raspar a cabeça das moças que namoram soldados da FIP. E Itamar olha de longe, quase com carinho, os longos cabelos da moça Dolores. Se insistisse, ele talvez arriscasse. Mas Itamar prefere não insistir: - Gosto dela o bastante para protegê-la. E, por um instante, parece um velho aquele menino de 19 anos” (“*O menino corneteiro*”, *Realidade*, abril/1966, grifos nossos).

O tema “saudade”, conforme vimos na passagem acima, está presente em todo o texto. Por esse motivo aparecem várias referências sobre o Brasil, como a Praia de Copacabana, o samba e a culinária: “Mas pracinha faz festa é quando aparece uma lata de goiabada brasileira” (“*O cabo de Hollywood*”, *Realidade*, abril/1966). O repórter Luiz Fernando Mercadante dá grande destaque ao contato dos pracinhas com seus familiares no Brasil, através do serviço de fonia e da troca de correspondências. Cartas, revistas, jornais e presentes eram transportados toda semana do Brasil para a República Dominicana por um avião da FAB apelidado de “Carcará” pelos militares: “Quando o vagão-voador prateado aparece no céu com seu nariz vermelho e o bojo recheado de notícias de casa, é uma festa” (“*Domingo tem carcará*”, *Realidade*, abril/1966). A edição reproduz uma das cartas que contém forte apelo emocional, colaborando para evocar uma realidade próxima ao universo de quem está lendo a reportagem.

No início do texto, cada intertítulo apresenta a história de um personagem: “O comandante e os tiros”, “O menino corneteiro” e “O cabo de Hollywood” são alguns exemplos. *Realidade* utiliza mais de duas dezenas de fontes, a maior parte delas identificadas pelo autor, para construir um relato humanizado sobre a participação da tropa brasileira na FIP. O texto não prioriza a fala de oficiais em relação aos depoimentos fornecidos por cabos e soldados. Há uma distribuição equânime de fontes ao longo da matéria até porque as declarações são apenas ilustrativas do clima e da convivência amistosa entre os militares de diferentes patentes. Muitos diálogos são reproduzidos integralmente pelo repórter, que privilegia o texto em ordem direta: “O que é isso, cabo Damião? *Hygienic paper*, chefe. E essa comida enlatada alimenta? Alimentar, alimenta. Mas eu bem que pegava um prato de feijão agorinha mesmo. Amanhã, eu desforro, chefe” (“*O cabo de Hollywood*”, *Revista Realidade*, abril/1966)

A edição da matéria “Brasileiros, go home” dedicou grande espaço para o fotojornalismo. Foram publicadas 14 fotos ocupando sempre as páginas ímpares da revista. O fotógrafo Walter Firmo registrou as manobras dos soldados brasileiros em São Domingos, o ambiente de tensão entre os moradores e os exercícios militares na selva, como a travessia de um rio através de cordas. Outras imagens acompanham a narrativa dos personagens e das situações apresentadas no texto. As legendas complementam as informações: “Dar amor a pracinha estrangeiro é perigoso”; “os ‘tigres’ raspam a cabeça das mulheres”, “Domingo é dia de matar saudades. Carcará, o avião, traz cartas e revistas”, “Carnaval na guerra: pracinhas de biquíni e batom” e “Os pracinhas falam com o Brasil pelo rádio. Da cabina, muitos saem sorrindo, mas existe sempre uma lágrima”.

Firmo reconhece que a relativa tranquilidade encontrada em São Domingos durante a cobertura dificultou o trabalho como fotógrafo, pois não havia cenas de combate. Ele recorda que pelo menos duas imagens foram simuladas numa tentativa de demonstrar ação.

“Não sou um repórter eminentemente fotográfico no sentido da verdade do fato. Nas artes plásticas, tem um jargão entre os pintores chamado alegoria. Sou um alegórico em relação às notícias. Tem uma foto de um soldado com um rifle na mão ao lado de uma criança. Alguém poderia pensar que era um ato de agressividade do soldado brasileiro em relação às crianças. É a malícia do olhar fotográfico”¹³⁶.

¹³⁶ Entrevista ao autor concedida em 11/11/2009 no Rio de Janeiro. Segundo Walter Firmo, prêmios jornalísticos, como o Esso, tendem a privilegiar fotos atreladas a algum tipo de tragédia social. Ele discorda desse critério, acrescentando que o prêmio de fotografia deve estabelecer outras diretrizes que não sejam apenas consagrando a ação.

Praticamente não há ilustrações, apenas um pequeno mapa da localização da República Dominicana na abertura da reportagem. Além dos intertítulos, *Realidade* destaca algumas frases no alto das páginas pares, mas que não funcionam como títulos. São recursos gráficos que contribuem para uma apresentação mais leve e arejada do material: “Atrás das árvores estão os ‘tigres’”, “Ação é remédio contra saudade”, “Pracinha não pode ter namorada”, “Sete homens em cinco segundos” e “Brasileiro inventa para viver”. Há também uma retranca na primeira página, intitulada “A ilha de sangue”, com informações mais objetivas contextualizando o histórico de disputas, invasões e conflitos internos desde a sua descoberta, em 1492, quando ainda se chamava Ilha Hispaniola.

Embora a reportagem envolva uma temática de política internacional tratando de um conflito com motivações ideológicas no contexto da guerra fria, a recém-lançada publicação da Abril optou por apresentar aos leitores um trabalho que mais se aproxima de uma matéria de comportamento. Não há um posicionamento político explícito ou questionamento da revista quanto à presença dos militares brasileiros na República Dominicana. Luiz Fernando Mercadante, autor da matéria, costumava escrever para *Realidade* perfis de presidentes militares. Como informa Moraes (2007), era considerado pelos colegas “o diplomata do grupo”. O trecho mais “editorializado” da reportagem indica uma posição favorável em relação ao governo:

“Os pracinhas encontraram as paredes cobertas de xingamentos, o lixo apodrecendo nas ruas, os homens ameaçadores nos telhados, as mulheres vestidas de luto e até as crianças de punhos fechados. Ficaram tristes. Mas continuam cantando. E, desde o primeiro dia até hoje, vêm cumprindo o seu dever com responsabilidade, dedicação e coragem exemplares: protegem os civis, patrulham as ruas e zelam pela ordem” (“*Brasileiros, go home*”, *Realidade*, abril/1966, grifo nosso).

Opiniões favoráveis e contrárias sobre a participação brasileira na operação para reforçar o contingente dos Estados Unidos naquele país aparecem no box “Intervenção na República Dominicana: Sim ou não?”. Foram citados os comentários de sete autoridades políticas do país (Castelo Branco, Jânio Quadros, Ademar de Barros, Costa e Silva, Vieira de Melo, Juraci de Magalhães e Juscelino Kubitscheck) e duas do exterior (Lyndon Johnson e Charles De Gaulle). Jânio Quadros, Vieira de Melo e De Gaulle condenaram a ação da FIP, a exemplo de Juscelino. O ex-presidente JK, apesar da crítica, ressaltou: “(...) Mas, consumado o fato, não se pode deixar de aprovar a participação do Brasil na organização de uma força de paz”.

A esse respeito, o jornalista, escritor e político Barbosa Lima Sobrinho, ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), afirmou em depoimento ao CPDOC que a participação brasileira na República Dominicana foi “uma das páginas mais tristes da história política do Brasil”. Lima Sobrinho, um dos mais ativos intelectuais nacionalistas, recorda que a opção de Castelo Branco em enviar tropas para aquele país mostrava claramente o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no contexto da “guerra fria”:

“Castelo Branco também estava convicto disso. Todos estavam dentro daquela tese da guerra fria, que não colocava alternativa: ou o Brasil se entregava totalmente aos Estados Unidos, ou estaria indiretamente apoiando a União Soviética. Então, para dar uma demonstração de que nessa alternativa eles não tinham nenhuma hesitação, eles apoiavam integralmente os Estados Unidos até o ponto de mandar um corpo militar para a República Dominicana” (B. Lima Sobrinho/ CPDOC).

Uma particularidade do concurso, na edição de 1966, é que não houve vencedores na categoria principal. A matéria “Brasileiros, go home” ganhou na categoria Reportagem, a segunda mais importante na hierarquia do prêmio. Foi a única vez em toda a história do programa da Esso que a comissão optou não conceder a láurea máxima. O júri era formado pelos jornalistas Guimarães Padilha (*Tribuna da Imprensa*), Paula Patarra (*Realidade*) e Pedro Jorge de Andrade (*Jornal do Commercio – Recife*)¹³⁷. Padilha revela que a decisão – tomada por consenso – foi a forma encontrada pelos julgadores para denunciar a falta de liberdade de imprensa no país. Segundo ele, as reportagens inscritas já indicavam um certo temor dos jornalistas em produzir material mais investigativo.

“Era um sinal para o governo, para os donos de jornais e para a sociedade. O recado era: ‘nós estamos num regime de mordação’. Os jornalistas já não tinham aquela liberdade absoluta. Entendíamos que o prêmio poderia ser um instrumento de afirmação da cultura brasileira e também da liberdade de expressão. Esse foi o propósito que norteou o nosso trabalho. Fomos criticados na ocasião, mas tínhamos que ficar em paz com a nossa consciência como jornalistas”¹³⁸.

No artigo escrito para a edição comemorativa dos 25 anos do programa da Esso, o jornalista da *Tribuna da Imprensa* já expunha esse raciocínio ao afirmar que “não poderia de, sã consciência, conferir um prêmio que, a curto ou longo prazo, pudesse reverter em detrimento do próprio prestígio da imprensa” (Padilha, apud Luz e Borges, 1980: 78). É

¹³⁷ Além da comissão que avaliava o prêmio nacional, havia três comissões regionais (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife) para julgar os melhores trabalhos jornalísticos em outras categorias.

¹³⁸ Entrevista concedida ao autor em 09/10/2009 no Rio de Janeiro.

importante salientar que os depoimentos sobre a atuação da imprensa durante a ditadura resultam de uma reinterpretação do passado e tendem a resgatar o papel de resistência e de luta dos jornalistas contra as arbitrariedades do regime.

Pode-se dizer que a decisão foi inovadora. Não havia no regulamento a possibilidade de a comissão não conceder o prêmio na categoria principal, mas a empresa promotora, afirma Padilha, também não interferiu no resultado. Segundo ele, o “dilema de conferir um prêmio apenas por concedê-lo à melhor matéria concorrente não se apresentou ante a comissão julgadora” (Padilha, apud Luz e Borges, 1980: 79).

O relato de Guimarães Padilha publicado no livro institucional da Esso não apresenta a avaliação da comissão sobre o trabalho “Brasileiros, go home”, de Luiz Fernando Mercadante pela revista *Realidade*. Em entrevista ao autor, ele explica que a matéria não apresentava um viés investigativo, um dos critérios de julgamento adotados naquele ano. “Era um trabalho sensacional, o que mais se aproximava do ideal, mas não tinha aquele calor de matéria investigativa”¹³⁹. O julgador recorda que o resultado gerou um grande mal estar entre os pares. “Os jornalistas entenderam o resultado como uma crítica ao Mercadante. Mas não era isso. Mercadante era um grande jornalista, porém a matéria não abordava a situação reinante no país. Eles achavam também que aquilo quebraria o ritmo do Prêmio Esso”¹⁴⁰. Ao contrário, ele conclui que decisão dos membros da comissão contribuiu para evitar uma acomodação por parte dos profissionais de imprensa que poderia ferir o espírito do concurso.

Volta ao ponto de partida (1974)

A série de cinco matérias “Volta ao ponto de partida” foi publicada no *Jornal do Brasil* entre 10 e 14 de março de 1974. O jornalista Humberto Borges, autor do trabalho, relata a aventura vivida por ele e pelo piloto Fernando Faria, que trabalhava numa companhia aérea brasileira, durante uma viagem a bordo da embarcação “Lisa”. A ideia era sair do porto de Miami (EUA) com destino ao Brasil, mas uma tempestade em alto-mar acabou arrastando o veleiro para a baía de Banes, costa Oeste de Cuba. Detidos na ilha, os

¹³⁹ Entrevista concedida ao autor em 09/10/2009 no Rio de Janeiro.

¹⁴⁰ Idem

dois foram alvo de investigação das autoridades cubanas. O governo de Fidel Castro, que mantinha um intenso controle em suas águas territoriais pela proximidade com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, queria confirmar se Borges e Faria eram mesmo náufragos ou agentes de uma missão secreta contra o regime comunista. Permaneceram 36 dias em Cuba, dos quais 24 sob vigilância direta de militares.

Enquanto esteve no país, o repórter observou o cotidiano de moradores, registrou particularidades e abordou, sem a pretensão de fazer um texto analítico, a conjuntura política e econômica da ilha. Optou por uma narrativa em 1ª pessoa dentro de um modelo conhecido como “reportagem de vivência”, no qual o repórter torna-se personagem principal das matérias, transmitindo impressões pessoais sobre fatos por ele presenciados. Os dois foram detidos para interrogatório na base naval de Banes em 26 de janeiro de 1974. A passagem involuntária por Cuba coincidiu com o desembarque, dois dias depois, do líder soviético Leonid Brejnev. Se por um lado, a visita do chefe de Estado aliado de Castro aumentou a apreensão do jornalista estrangeiro, que temia ser considerado suspeito caso ocorresse algum atentado no país, por outro enriqueceu a reportagem do *JB*. Borges relatou o clima na ilha com a chegada de Brejnev e como os cubanos recebiam as informações por meio das transmissões oficiais.

Apesar de ter sido consagrada com o título “Volta ao ponto de partida”, a série intitula-se na verdade “Prisão e suspeita em Cuba”. Humberto Borges optou por estruturar o texto cronologicamente. Assim, a primeira matéria “Prisão e suspeita em Cuba, a rota que evitou um naufrágio” (10/03/1974) apresenta os preparativos da viagem, ainda nos Estados Unidos, com a programação de chegada no Brasil, os primeiros dias da travessia e a forte tormenta que os levou à costa cubana. Na abertura da reportagem, ele narra como foi o primeiro interrogatório, dando ênfase à particularização dos detalhes e reproduzindo os diálogos que manteve com o oficial cubano. Em todas as matérias, aliás, as histórias são construídas a partir dos diálogos, um recurso eficiente que contribui para tornar o texto atraente sem perda de informação para os leitores:

“Antes que meus pés secassem a água do mar das caraíbas, me mandaram sentar diante de uma cadeira vazia e de *O capital*. Marx e Engels, perfis graves sobre fundo vermelho, presentes ao interrogatório.

– Nome, idade e profissão. Nacionalidade.

O oficial que entrou e sentou se chama Bettencourt, tem um olho mais escuro que o outro. Abriu meu passaporte na página do carimbo *não é válido para Cuba*. Apontou, eu li e ele disse:

– O que vocês vieram fazer em Cuba.

Eram 11 horas da noite de 26 de janeiro. Eu estava salgado e esfolado na imobilidade da saleta da Base Naval de Banes, Província Oriental. Minha cadeira era mais baixa que a do interrogador, e respondi:

– Em princípio me declaro náufrago. Nós não viemos deliberadamente a Cuba. Fomos trazidos por uma tempestade. As ondas eram mais altas que o mastro, o vento soprou quatro dias. O indicador marca 60 nós (108 km) e o ponteiro topava no fim da escala. Buscamos refúgio aqui para salvar a vida” (“Prisão e suspeita em Cuba, a rota que evitou um naufrágio”, *Jornal do Brasil*, 10/03/1974, grifos nossos)

Além da particularização dos detalhes, aspecto que pode ser observado no lead acima, a narrativa apela também para uma certa ironia, por exemplo “Marx e Engels (...) presentes ao interrogatório”. Há várias passagens em que o autor utiliza esse recurso para quebrar a dramaticidade dos momentos de tensão vividos em Cuba, como na continuação do diálogo entre o repórter e o interrogador: “O Caribe, o senhor deve conhecer, é um mar traiçoeiro. É como uma mulher muito bonita: perigosíssima” (idem).

Borges consegue dar unidade ou sentido de coesão à série encerrando a reportagem sempre com um determinado tema a ser explorado na edição seguinte. Um exemplo foi o relato sobre a arma *Remington 30.60*, com mira telescópica, réplica da que matara John Kennedy, que os dois carregavam no barco. Eles haviam jogado a arma na água quando entravam baía de Banes, antes da abordagem dos militares cubanos. “Se tivessem descoberto, talvez ninguém esse relato”, descreve o repórter. O episódio encerra a matéria “Prisão e suspeita em Cuba, a rota que evitou um naufrágio” (10/03/1974) e serve de mote para a abertura da segunda matéria “Bandeira brasileira na baía de Banes” (11/03/1974).

A narrativa prossegue com o repórter controlando o uso do suspense. Os fatos são apresentados gradualmente de modo que o clímax, o ponto alto da história, seja reservado para o encerramento do trabalho, com a liberdade dos dois estrangeiros pela ditadura de Fidel Castro e o retorno ao “ponto de partida”: o porto de Miami (EUA). Nessa lógica, o público acaba se inserindo no drama do jornalista e do piloto brasileiros. Os títulos das matérias sugerem essa intenção: “Prisão e suspeita em Cuba, a rota que evitou um naufrágio” (10/03/1974), “Bandeira brasileira na baía de Banes” (11/03/1974), “Greve de fome contra o tédio socialista” (12/03/1974), “É proibido passar fome” (13/03/1974) e “Volta ao ponto de partida” (14/03/1974).

Após os primeiros interrogatórios na vila de Banes, Borges e Faria foram transferidos até Santiago numa viagem de cerca de 200 quilômetros. No caminho, o repórter relata em texto descritivo suas impressões sobre o socialismo na ilha:

“Canaviais em ambas as margens do caminho, cana alta e muito verde. Cartazes incitando à produção, à colheita, ao transporte. O oficial apontava as ‘conquistas da revolução’: uma granja, um asilo, uma escola que fornecia informações doutrinárias. Ele mostrava as plantações confiscadas à *United Fruit*, falava do fim da prostituição e do jogo, e aguardava nossos comentários. Mostrou a Igreja da Virgem do Cobre e disse que a religião estava quase extinta, embora o Governo desse liberdade de culto. Aí desancou a religião e os fieis que ‘antes da revolução faziam peregrinações de joelhos’.(...) De perto Santiago tem aspectos familiares aos brasileiros, mas é nítida a influência a espanhola. Limpa e de ruas movimentadas. Não há cartazes anunciando produtos e nas vitrinas nada vi que despertasse a atenção. Os carros que passavam por nós eram muito velhos, remendados na maioria ” (“Bandeira brasileira na baía de Banes”, *Jornal do Brasil*, 11/03/1974)

Sobre a bandeira brasileira a que se refere o título da reportagem, o jornalista exalta na matéria que o seu gesto representou uma pequena demonstração, informal, de reconciliação com a ilha comandada por Fidel Castro: “Foi a primeira bandeira brasileira a subir em Cuba desde que as relações com o Brasil foram rompidas, há 10 anos” (idem). O governo militar brasileiro rompera em 1964 as relações diplomáticas e comerciais com Cuba, pois o regime castrista representava a ameaça de expansão do socialismo na América. Em 1973, alinhado ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, o Brasil votou contra a reintegração de Cuba à Organização dos Estados Americanos (OEA). O reatamento só ocorreu em 1985 no governo José Sarney, após o fim do ciclo militar.

Os dois brasileiros estavam sob vigilância do governo cubano, mas o local onde estavam detidos não era propriamente uma prisão. Passaram a maior parte do tempo numa casa, nº 181 da Carretera Caney, em Santiago, com geladeira e uma televisão onde assistiam “os programas de doutrinação, os noticiários sobre a safra de cana, as reuniões dos Comitês de Defesa da revolução, que às vezes, para nossa alegria, apresentavam surpresas sensacionais”, conforme informa Borges na matéria “Greve de fome contra o tédio socialista” (12/03/1974). Ele prossegue descrevendo os programas, incluindo os desenhos do gato Félix e do pica-pau e filmes científicos alemães: “Vimos *Testemunhas de acusação*, uma série de filmes famosos do gênero banguê-banguê, observando que os guardas vibravam de pular nas cadeiras nas cenas de *pinhaços* (murros)” (idem).

Há um aspecto que aproxima a série do *Jornal do Brasil* da reportagem “Brasileiros, go home”, da revista *Realidade*, ambas enquadradas na unidade “Política internacional” no período 1964-1978. Apesar de a temática envolver a situação dos países caribenhos, no contexto da Guerra Fria, os trabalhos procuraram fugir de questões no plano político-ideológico. Em razão da censura no Brasil, *JB* e *Realidade* optaram por privilegiar a questão do comportamento, as curiosidades e fatos amenos do cotidiano dos moradores. As fontes são personagens comuns, que servem para ilustrar o ambiente, o clima do lugar. No caso da série “Volta ao ponto de partida”, foram reproduzidos diálogos com soldados, com o camponês Manuel Fernandes, com o cozinheiro cujo nome não foi identificado e, de forma frequente, com o interrogador Bettencourt, aquele com “um olho mais escuro que o outro”.

A suposta neutralidade, no entanto, não evita uma abordagem crítica sobre as privações do regime socialista, a falta de liberdade e a perseguição aos opositores do regime. O termo “paredão” e o verbo fuzilar são citados diversas vezes na série. O medo é expresso principalmente quando o repórter cita declarações do companheiro de viagem, Fernando Faria. É como se o personagem personificasse o senso comum, numa perspectiva capitalista, sobre a ilha governada por Fidel Castro. A questão da repressão comunista permeia a narrativa, como na passagem abaixo:

“Fernando me olhava e dizia: pára com isso, esses caras vão acabar fuzilando a gente por tua causa. Mas as provocações surtiam efeito. Foi defendendo o capitalismo que consegui com que eles explicassem o que ocorreu em Cuba em 15 anos de revolução” (“Greve de fome contra o tédio socialista”, *Jornal do Brasil*, 12/03/1974, grifo nosso)

O sentimento de insegurança dos dois brasileiros aumentou no 18º dia de estada “forçada” em Cuba, quando decidiram fazer uma greve de fome em protesto contra a permanência naquele país e a incomunicabilidade com as autoridades brasileiras. Diante da pressão dos militares cubanos, não insistiram no ato de resistência:

“– Comam – rosnou o oficial, que depois apelidamos de *El malo de la película*. Virou as costas, enterrou a cabeça nos ombros e me deixou falando sozinho: ‘Declaro a violação dos nossos direitos. As leis mandam que haja acusação formal para que se prenda pessoas. Nós nos consideramos seqüestrados.
– Fica quieto, o melhor é a gente ficar quieto. Esses caras podem fuzilar a gente e acabou-se, basta eles forjarem uma prova.
– Acho que não, Fernando. Piorar mais não dá. (...) O negócio é manter a greve.
Dez minutos depois eu estava tomando aquela média com pão e manteiga. Fernando jogava sempre na defesa. Era ele que levava o oficial com um olho de cada cor para

o canto e dizia que eu era defensor de Cuba, boa gente, mas estava nervoso” (“É proibido passar fome”, *JB*, 13/03/1974, grifo nosso)

Há apenas uma referência, em um dos parágrafos, sobre os avanços na área da saúde e educação, considerados “conquistas” do regime cubano. Por esse motivo, a série foi publicada sem enfrentar maiores problemas com os órgãos de censura no Brasil. As reportagens abordam ainda o culto à personalidade de Fidel e mantêm um tom de ironia quanto aos exageros da propaganda estatal e ao hábito de os russos trocarem beijos na boca.

“A visita de Brejnev ocupou pelo menos 70% do tempo de programação, durante os sete dias que o primeiro-secretário do Partido Comunista Soviético esteve lá.

– Salve a inquebrantável amizade entre os povos cubano e soviético.

– Viva Brejnev, viva Fidel.

A multidão foi calculada em um milhão de pessoas, entre o percurso e a Praça da Revolução. (...) A transmissão era maçante. Os locutores pregavam a revolução como se ela ainda estivesse por ser feita” (“Greve de fome contra o tédio socialista”, *JB*, 12/03/1974)

“A televisão mostrou sua chegada a Moscou e estranho hábito dos russos de se beijarem na boca. Na boca mesmo. Beijos estalantes e longos, bem no meio da boca. Os cubanos nem se abraçam. São machistas até debaixo d’água. Os beijos dos soviéticos provocaram gostosas gargalhadas. Nos já estávamos ambientados com os guardas e eu aproveitava:

– Vocês são irmãos dos russos. Vocês têm a mesma ideologia dos russos. As máquinas e os técnicos são russos. Vocês vão acabar beijando os homens na boca, como os russos.

– Essa não homem, essa não” (idem, 12/03/1974)

O repórter e o piloto foram liberados pelas autoridades cubanas no 24º dia após a chegada na ilha, mas as más condições do tempo os impediram de seguir imediatamente para Miami. Aguardaram mais oito dias na baía de Banes. Receberam autorização para partir a bordo do veleiro “Lisa” no dia 20 de fevereiro. Após iniciarem a viagem, precisaram retornar devido a problemas mecânicos na embarcação. Depois de nova autorização, a dupla deixou a costa cubana e enfrentou uma tempestade mais violenta do que a tormenta encontrada no trajeto de ida. No dia 26 de fevereiro, o barco desgovernado foi lançado aos arrecifes de coral de Cayo Conflite (Ilha Bombon). “Foi a coisa mais selvagem que vi na vida, e desta vez a morte realmente nos poupou”, descreveu o jornalista na última matéria da série “Volta ao ponto de partida” (14/03/1974). A narrativa mostra que os maiores riscos não ocorreram em Cuba, enquanto os dois permaneceram detidos pelo regime de Fidel Castro, mas durante a travessia, principalmente no retorno a Miami.

“Os arrecifes de coral se arrumam em camadas, igual nuvens de pedra, e suas bordas são afiadas à semelhança de dentes de barracuda. Eu levantei a cana do leme e soltei-a na vertical. Comecei a safar a balsa salva-vidas. Ao mesmo tempo, puxei com toda a força a alavanca de câmbio, dando marcha-ré sem aliviar a aceleração do motor. O cabo de marcha partiu (...). Parou de bombear e quando chegou na popa constatou que o leme não se movia. (...) O azar tinha acertado na loteria: a corrente escorregou pelo orifício redondo e foi entralhar-se no eixo da hélice, bloqueando o motor. (...) Ouvia mil vozes me chamando e era ateu até aquele momento: – Taí, Deus. Se você existe chegou a hora de se manifestar” (“Volta ao ponto de partida”, *Jornal do Brasil*, 14/03/1974)

Borges e Faria foram salvos pela torpedeira 020 da Marinha Cubana, que fazia a patrulha e costumava realizar salvamentos de embarcações encalhadas nas ilhotas da região, conhecida pelo histórico de naufrágios. O veleiro foi rebocado para um local de águas abrigadas. Os brasileiros receberam suporte dos tripulantes cubanos para o reparo das avarias no motor e no leme. O “Lisa” foi autorizado pelo comandante da torpedeira a seguir viagem no dia 2 de março. Dentro da estrutura cronológica da narrativa, com equilíbrio de relatos de acontecimentos no início, meio e fim da história, o repórter reserva para o encerramento da série premiada o feliz epílogo:

“Foi vôo de gaiivota por três dias seguidos. A proximidade do sossego nos dava forças e revesávamos de duas em duas horas ao leme, tendo a corrente a nosso favor. Na madrugada do dia 5 de março avistamos o clarão de Miami e quando o sol luziu no azul inigualável da *Gulf Stream*, divisamos a linha serrilhada dos arranha-céus brancos no horizonte. Acabara-se a aventura, mas não as surpresas. Atracamos no porto e pedimos imigração. O funcionário foi logo ouvindo que estivéramos 36 dias em Cuba, mas não quis saber de detalhes. Pediu os passaportes, verificou que as vias estavam em dia e disse: ‘Está bem, estão liberados’” (idem, 14/03/1974).

As duas primeiras reportagens da série foram publicadas no 1º caderno do *JB*, com texto em quatro colunas, contornado por um fio nas margens, semelhante a um box. As demais matérias ocuparam as páginas do Caderno B, o que resultou em pequenas mudanças no aspecto visual: o texto passou a ser diagramado em seis colunas separadas por fios. Como a maior parte das matérias analisadas, o trabalho se caracteriza por grande volume de texto. No caso do *JB*, a grande quantidade de intertítulos contribuiu para conferir uma leveza estética, tornando a leitura menos cansativa para o leitor. Apenas na reportagem de abertura, o jornal deu destaque à série de Humberto Borges na capa, com a publicação de uma foto e um texto-legenda.

Nas páginas internas, houve pouca variação no número de fotos. Cada edição saiu com uma ou, no máximo, duas imagens do veleiro, da baía de Banes, do leme avariado no trajeto de volta a Miami e momentos da travessia. O *JB* editou ainda uma ilustração sobre o roteiro de viagem. Uma foto, em especial, aproxima-se de um trabalho mais voltado para o fotojornalismo: o registro do posto de Guarda da Fronteira, camuflado na mata. O material foi produzido pelo próprio jornalista, que viajou desacompanhado de um repórter fotográfico. O material publicado não chegou a ser inspecionado pelos militares em Havana. A esse respeito, há uma passagem interessante no texto:

“ – E meus filmes? – perguntei.
– Os filmes também estão em Havana. Foram junto com o processo. (...)
– Vocês dizem que fizeram uma revolução pela verdade e o trabalho. Os filmes são o meu trabalho. Eu peço que se respeite o produto do meu trabalho. (...)
Na chegada a Banes eles tinham nos levado a uma sala onde estavam esses objetos e junto a eles, numa prateleira, havia dois envelopes pardos pequenos, dentro de outro maior onde se lia “segredo”. Eu me fiz de doido, dobrei tudo e meti dentro da bolsa. No barco é que fui ver. Os dois envelopes pequenos tinham fotos tiradas com minha própria máquina, para ilustrar o processo. Os filmes que tinham ido para Havana eram somente os coloridos e cassetes de super-8, provavelmente por não terem meios de revelá-los em Santiago” (“É proibido passar fome”, *JB*, 13/03/1974)

A comissão julgadora do Prêmio Esso de Jornalismo em 1974 decidiu conceder o prêmio a Humberto Borges por considerar o trabalho um exemplo de como um repórter que recebe determinada missão se comporta diante de uma situação imprevista. Murilo Melo Filho, um dos integrantes do júri naquele ano, apontou como justificativa na edição comemorativa dos 25 anos do prêmio o “arrojo da iniciativa” do jornalista do *JB* (1980: 113). Em entrevista ao autor, o acadêmico complementou que o texto se destacou pela isenção e objetividade:

“Muito se escreveu sobre Cuba, sobre Fidel Castro, mas nos deparamos naquele momento com um texto realmente isento, objetivo e calcado em observações pessoais, sem sofrer nenhuma influência ideológica. Demos o prêmio a ele com a maior tranquilidade, porque era esse o objetivo do Prêmio Esso: abster-se de qualquer influência política e se restringir ao valor literário e jornalístico do texto”¹⁴¹.

4.4 Unidade temática: esportes

¹⁴¹ Entrevista ao autor concedida em 22/10/2009 na sede da ABL, no Rio.

Duas reportagens sobre futebol foram premiadas com o Esso nacional no período definido para a análise (1964-1978): “O futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”, do *Jornal do Brasil*, vencedora em 1967, e “Juiz, ladrão e herói”, de *O Estado de S. Paulo*, que conquistou a premiação na categoria principal em 1968.

O futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama (1967)

Redator do departamento de pesquisa do *Jornal do Brasil*, João Máximo foi um dos jornalistas brasileiros que presenciou na Inglaterra a eliminação da seleção brasileira de futebol na primeira fase da Copa do Mundo de 1966. Era grande a expectativa por um tricampeonato da equipe, formada por craques como Djalma Santos, Bellini, Pelé e Garrincha, mas em campo foram duas derrotas em três jogos¹⁴². Ao retornar ao Brasil, o jornalista sustentava a tese de que o principal fator para a péssima campanha da seleção era o (mau) preparo físico dos jogadores em comparação com os atletas europeus. Grande parte do problema não era responsabilidade apenas dos clubes. A falta de condições ideais para a prática do futebol começava na formação dos jogadores, muitos acometidos por doenças provocadas pela desnutrição e outros males do subdesenvolvimento. Máximo tinha a ideia de fazer uma investigação social sobre a origem e as dificuldades que enfrentava o brasileiro com o sonho de brilhar nos gramados. Daí surgiu a pauta “Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”, trabalho jornalístico vencedor em 1967 do Prêmio Esso nacional.

Um dos maiores incentivadores para a produção da matéria foi Antônio Beluco Marra, editor de pesquisa do *JB*. Em entrevista ao autor, Máximo relembra o episódio:

“Comentei que o grande problema do futebol brasileiro é que nós tentamos transformar um jogador em atleta e eles (os europeus) tentam transformar o atleta em jogador. Claro que essa teoria envelheceu, pois quatro anos depois, na copa de 70, o Brasil daria um exemplo de preparo físico, mas naquela época o Beluco achou isso sensacional. Foi ele quem inscreveu a matéria no prêmio”¹⁴³.

A equipe do departamento de pesquisa do *JB* não servia apenas como suporte para os jornalistas da redação produzirem conteúdo mais qualificado e contextualizado aos leitores, como ocorre atualmente. O setor também realizava reportagens para o jornal. João Máximo

¹⁴² O Brasil venceu a Bulgária na estréia por 2 a 0, mas foi derrotado em seguida pelas seleções da Hungria e Portugal por 3 a 1 no estádio Goodison Park (Liverpool).

¹⁴³ Entrevista concedida ao autor em 09/11/2009 no Rio de Janeiro

trabalhava na editoria de Esportes das 17h às 22h, mas realizou a matéria pelo departamento de pesquisa, onde atuava como redator das 12h às 17h.

O jornalista afirma que a etapa de apuração durou cerca de três meses. Ele mesmo reconhece que não atuou como repórter, no sentido clássico da profissão, mas como um redator, pesquisando informações na própria redação sem a necessidade de sair a campo e fazer entrevistas com as fontes. “É muito mais um ensaio do que propriamente uma reportagem”¹⁴⁴. Para obter os dados, Máximo encaminhou cartas para todos os médicos de grandes clubes do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. O objetivo era coletar casos de jovens que chegavam ao clube já com algum tipo de doença. “Eles poderiam ou não indicar os nomes dos garotos. Garanti a eles sigilo absoluto”¹⁴⁵. A matéria foi construída com base nas respostas dos profissionais de departamentos médicos de Flamengo, Fluminense, Palmeiras, Corinthians, Cruzeiro, Atlético Mineiro, Grêmio, Internacional e Náutico.

A reportagem saiu nas páginas 4 e 5 do Caderno B em 30 de agosto de 1967, curiosamente no último dia do prazo de inscrição para o Prêmio Esso. Segundo João Máximo, o concurso acabou alterando os planos de fechar o trabalho com mais tranquilidade e com um melhor tratamento editorial.

“O Beluco me perguntou no dia 28 se a matéria estava pronta. Disse que estava apenas apurada. Então me mandou para casa porque ele queria fechar o material para sair até o dia 30. Lembro que terminei o texto em cima da hora, porque o Caderno B fechava muito cedo, por volta das 15h”¹⁴⁶.

O editor decidiu publicar a reportagem no Caderno B porque não havia página dupla na seção de esportes. Em relação ao aspecto visual, foram publicadas quatro fotos de arquivo sem relação direta com o assunto noticiado, como imagens de jogadores machucados ou praticando exercícios físicos durante o treinamento. Segundo o jornalista, a edição das fotos foi prejudicada também em razão do curto prazo de fechamento.

O contraste “fome” e “fama” expresso no título da matéria conduz também a narrativa. A ênfase nesse tipo de dualidade transparece na abertura da matéria em que o repórter personifica a imagem da miséria e da glória no futebol, respectivamente, nas figuras dos

¹⁴⁴ Entrevista concedida ao autor em 09/11/2009

¹⁴⁵ Idem

¹⁴⁶ Idem

jogadores Ivã Pelé, que morreu devido a problemas de saúde decorrentes de fatores sociais, e Bellini, capitão da seleção brasileira que conquistou a Copa do Mundo em 1958 na Suécia. A rica construção dessa trama facilita a identificação do leitor e está presente, como temos demonstrado, em outras matérias vencedoras do programa da Esso.

“Um jovem jogador, conhecido por Ivã Pelé, morre com os pulmões minados, sem realizar o seu sonho de craque, mas Hilderado Luís Bellini ergue uma taça de ouro, criando para o mundo a imagem olímpica do atleta brasileiro. Entre um e outro está o caminho longo, que separa a fome da fama, mas a eterna fantasia do futebol faz cair no esquecimento o fim trágico do primeiro e perpetua numa estátua de bronze a pose heróica do segundo. A questão é saber qual dos dois reflete uma realidade. Os que vivem a intimidade do futebol brasileiro, sabendo a distância que vai do primeiro chute num terreno baldio ao fim de uma carreira de vitórias concordam em que Ivã Pelé e Bellini são dois símbolos falsos: ao atleta brasileiro, nem está reservado o destino sem glória de um, nem a grandeza quase épica de outro (...)” (*Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama*, *Jornal do Brasil*, 30/08/1967)

Os nomes dos jogadores de “destino sem glória”, obtidos pelo jornalista através dos médicos consultados, foram suprimidos na reportagem. João Máximo apresenta apenas as características de jovens promessas obrigadas a interromper a carreira em razão de algum tipo de doença típica de países subdesenvolvidos: “Vinte anos, ponta-de-lança de temperamento vibrante, então rompedor de áreas. Todo o seu ímpeto morreu no dia em que descobriram nele uma úlcera duodenal. Não podendo fazer dieta, largou o futebol” (idem, *Jornal do Brasil*, 30/08/1967).

Como os dados da matéria se baseiam no relato por escrito dos médicos dos clubes, o trabalho não apresenta a “voz” dos personagens, o contexto em que os jogadores viviam, os dramas pessoais. Assim, sobressaem termos técnicos sobre os tipos de doenças (verminose, esquistossomose, raquitismo, tuberculose, anemia, avitaminose, ancilostomose, sífilis, etc) em detrimento de histórias de interesse humano. Além dos médicos, foi ouvido o ex-jogador Evaristo de Macedo, na ocasião técnico do América (RJ). A reportagem também divulga estudos internacionais sobre o quadro clínico de jogadores europeus e um levantamento do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada sobre a questão alimentar no Brasil.

“Desnecessário dizer que a verminose acompanha de perto o quadro da subnutrição, como outras infestações e infecções encontram no organismo mal alimentado uma espécie de convite. No futebol brasileiro, todas as doenças ligadas ao subdesenvolvimento, de um modo geral, já foram anotadas na experiência diária dos clubes” (*Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama*, *Jornal do Brasil*, 30/08/1967)

Algumas revelações, como no trecho abaixo sobre a incidência de parasitose entre os jogadores, surpreendem, mas carecem de um aprofundamento, como reconhece o próprio relator da comissão julgadora do Prêmio Esso de Jornalismo em 1967, o jornalista Zuenir Ventura (1980:82).

“Não há doença que atinja mais o jogador de futebol do que a parasitose em seus mais variados tipos. O médico do Internacional calcula em 70% a incidência no seu clube; o do Náutico em 80%. Entre o Norte e o Sul, estados como Rio, São Paulo e Minas Gerais não oferecem um quadro melhor: a cropologia funcional, nos dias atuais, é uma exigência que se faz tão logo o jogador chega ao clube, tendo a mesma prioridade dos exames de sangue e radiográficos. Na última seleção brasileira – que reunia a elite do nosso futebol – o índice foi de 15%, Pelé entre os infestados” (*idem*, *Jornal do Brasil*, 30/08/1967)

Para o relator do Prêmio Esso de 1967, o mérito da reportagem de João Máximo residiu no ineditismo do tema. Segundo Zuenir Ventura, a matéria do *Jornal do Brasil* foi a primeira abordagem social do futebol, uma “metáfora da realidade brasileira, onde riqueza e miséria convivem” (Ventura, apud Luz e Borges, 1980: 83). O tumultuado contexto político, um ano antes da edição do AI-5, pode ter influenciado na escolha à medida que os jornais já sofriam pressão do Estado, ainda nem tão acentuada – importa salientar – como viria a ser no pós-1968, quanto à publicação ou não de trabalhos jornalísticos na esfera política. O relator levanta essa possibilidade: “Estranho que o esporte e não a política tenha merecido a preferência do júri. Ou terá sido, não essa preferência, mas a ausência de bons trabalhos políticos a razão da escolha?” (*idem*: 81).

No início de 1967, Castelo Branco impôs por decreto a Lei de Segurança Nacional (LSN) para combater o “inimigo interno”. Assim, delegava a qualquer cidadão a responsabilidade pela defesa da segurança nacional do país. Costa e Silva, que assume o cargo de presidente em março daquele ano, teve uma gestão marcada por um período de forte agitação política na sociedade.

A despeito do crescente agravamento da crise institucional no país, Ventura ressalta a credibilidade do resultado: “Especulações à parte, uma coisa é certa: a premiação a João Máximo não foi nem protesto nem consolo. Ganhou quem, como se diz no esporte, se apresentou em melhor forma naquele momento” (*idem*: 82).

Juiz, ladrão e herói (1968)

Com a conquista de “Juiz, ladrão e herói”, de *O Estado de S. Paulo*, o concurso consagrava, pelo segundo ano consecutivo, uma matéria esportiva. A série, publicada entre setembro de 1967 a janeiro de 1968, denunciava um esquema de favorecimento envolvendo juizes de futebol, que aceitavam suborno para manipular o resultado de partidas no Campeonato Paulista. Nesse período, o país vivia um clima de efervescência política e aumento das tensões sociais por conta do fechamento do regime, às vésperas da edição do Ato Institucional nº 5.

Em 28 de março de 1968, uma invasão policial-militar no refeitório universitário Calabouço resultou na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Seu corpo foi conduzido para a Assembleia Legislativa, onde foi organizada uma vigília. No dia 4 de abril, após a realização de uma missa em homenagem a Edson Luís, a multidão foi surpreendida pela polícia montada. O episódio gerou reação de entidades da sociedade civil, que mobilizaram em junho de 1968, no Centro do Rio de Janeiro, a chamada Passeata dos Cem Mil, uma grande manifestação de oposição aos militares. Em agosto, a Universidade Federal de Minas Gerais foi fechada e a Universidade de Brasília, invadida pela Polícia Militar. Em outubro daquele ano, estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e a direita universitária ligada ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) dos alunos do Mackenzie também entraram em confronto na cidade. Neste mês, 739 universitários foram presos pelas forças de segurança no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, na Bahia.

A tensão social e os conflitos com as tropas de choque da Polícia Militar não ficaram restritos ao meio universitário. Nos meses de abril e julho, metalúrgicos de Contagem, em Minas Gerais, e trabalhadores da região de Osasco, em São Paulo, respectivamente, organizaram as primeiras greves operárias desde o golpe de 1964. Apesar do declínio inflacionário – de 100% em 1964 para 25% em 1967 (Skidmore, 1988: 141) – o ortodoxismo econômico mantido pelo ministro Defim Neto, sucedendo Campos e Bulhões, provocava forte queda no salário real dos trabalhadores.

A Igreja também passou a adotar uma postura mais crítica em relação aos militares. O principal representante da ala “progressista” era Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e

Recife, para quem as políticas do governo aprofundavam as injustiças sociais. A tentativa do Governo de controlar todas as instituições da sociedade civil levou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a divulgar um documento, em julho de 1968, denunciando as arbitrariedades da Doutrina de Segurança Nacional.

A crescente onda de manifestações apoiadas por segmentos da classe média e da igreja contra a ditadura, as greves e a articulação dos políticos de oposição movimentaram os setores identificados com a “linha dura”, a ala mais radical dos militares. O Serviço Nacional de Informações (SNI), então chefiado pelo general Emílio Garrastazu Médici, passou a defender uma resposta mais firme aos protestos, algo semelhante ao que ocorrera em 1964. Declaração do ministro de Exército, Aurélio de Lira Tavares, alegava que havia no país “um processo bem adiantado de guerra revolucionária” (CPDOC/FGV), unindo oposição e o comunismo. A “linha dura” do regime também temia a influência da onda de protestos que ocorria em outros países sobre os movimentos de oposição no Brasil. Na França, os estudantes se aliaram aos trabalhadores para reivindicar melhores salários e qualidade na educação. Protestos nos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã também faziam parte daquele conturbado contexto político em 1968.

É nesse contexto que voltamos a analisar o resultado do Prêmio Esso de Jornalismo em 1968. Para um dos membros da comissão, José Itamar de Freitas, da Enciclopédia Bloch, o trabalho de *O Estado de S. Paulo* se destacou entre os “assuntos permitidos na época” (Freitas, apud Luz e Borges, 1980: 86).

“Para os repórteres de ‘Juiz, ladrão e herói’, o incentivo de saber que vale a pena denunciar; que a denúncia bem fundamentada continua a ser um serviço público e o bê-á-bá do bom jornalismo. Para a empresa vencedora, a lição de que vale a pena investir em denúncias: pelo menos rende prestígio” (idem: 86)

A série, produzida pelos repórteres Vital Battaglia e Hedyl Valle Jr, revelou que juízes de futebol aceitavam suborno de dirigentes de clubes e interferiam diretamente no resultado das partidas¹⁴⁷. Não foi possível localizar material original ou cópia da série de *O Estado de S. Paulo* nas bibliotecas ou no setor de arquivo do jornal premiado, apesar de

¹⁴⁷ Esquemas de corrupção não chegam a ser novidade no futebol brasileiro. Casos de favorecimento voltaram a ganhar destaque recentemente na imprensa, envolvendo o árbitro Edílson Pereira de Carvalho. O juiz foi preso em setembro de 2005 por manipular resultados de partidas no Campeonato Brasileiro. Suas atuações favoreciam empresários que participavam de apostas milionárias em sites de apostas na Internet.

várias solicitações. Entrevistado pelo autor, o jornalista Vital Battaglia lembra alguns episódios na etapa de apuração, a relação com as fontes e o processo de produção do texto. Semanalmente eram publicadas duas páginas da série.

Ele conta que as redações tinham informações não confirmadas da atuação de uma máfia da arbitragem, comandada por um alto dirigente da Federação Paulista de Futebol, favorecendo resultados de clubes do interior. Em troca, o dirigente obtinha apoio político para sua eleição na Assembleia Legislativa do Estado. O processo de apuração foi demorado. “Começamos a reunir histórias em todo o Estado, com o maior número de detalhes possíveis. Depois de três anos havíamos conseguido um número considerável de casos que, segundo imaginávamos, não poderiam ser desmentidos perante a Justiça”¹⁴⁸.

As ameaças de processo não demoraram a surgir. Segundo Battaglia, os envolvidos entraram com 28 processos, incentivados pela federação paulista. A maior parte das ações, no entanto, não teve continuidade. A confirmação das manipulações dos resultados veio após um programa esportivo na TV com a participação do árbitro João Ezzell.

“O programa saiu do ar, mas o Ezzell ficou conversando com Walter Abrahão (famoso locutor esportivo) e passou a dizer-lhes que todas as reportagens que havíamos publicado, com todas as acusações, eram corretas. No dia seguinte, procurei pelo Walter e ele assinou um documento reproduzindo as palavras de Ezzell. Dias depois a maioria dos árbitros retiraram os processos contra nós”¹⁴⁹.

Durante a etapa de apuração, Battaglia afirma ter omitido sua identidade como jornalista para obter informações sobre a corrupção de juízes. Numa ocasião, chegou a se apresentar como árbitro no jogo entre Linense e Noroeste e, assim, ter contato com o intermediário da negociação criminosa. “Enquanto isso, o fotógrafo registrava todas as cenas”, recorda o jornalista¹⁵⁰. Algumas matérias foram escritas em 1ª pessoa por Battaglia e Hedy Valle Jr. Eles acompanharam, simultaneamente, dois jogos conduzidos por um juiz corrupto e por outro sem participação no esquema, apontando as diferenças na arbitragem.

Documentos comprobatórios e fontes em “off” foram recursos utilizados pelos jornalistas para dar autenticidade às denúncias ou mesmo indicar novos caminhos para a continuidade das reportagens. Um dos documentos, assinala Battaglia, demonstrava o acerto entre Guarani e Palmeiras para que este último não fosse rebaixado para a 2ª divisão. “Foi o

¹⁴⁸ Entrevista concedida ao autor, por email, em 29/10/2009

¹⁴⁹ Idem

¹⁵⁰ Idem

único caso que soube de um ato de corrupção, garantido pelas partes, por escrito. Até hoje não posso dizer quem me forneceu cópia desse documento, pois eles ainda estão ativos no futebol”¹⁵¹.

¹⁵¹ Entrevista concedida ao autor, por email, em 29/10/2009

5. OS JULGADORES

Vimos que os prêmios jornalísticos, como instâncias de consagração, proporcionam aos vencedores uma espécie de patrocínio simbólico. Individualmente, a conquista representa o momento de consagração de uma carreira. Do ponto de vista coletivo, o resultado da premiação estabelece a adoção de modelos e certas práticas profissionais. As comissões de avaliação e seleção dos melhores trabalhos atuam justamente como detentoras desse poder de consagrar métodos de apuração e estratégias narrativas e, ao mesmo tempo, definir o “sumário” dos assuntos que devem merecer o reconhecimento da comunidade jornalística.

Objetivamos nessa parte examinar o peso da participação das organizações noticiosas nas comissões julgadoras e os principais mercados em que atuavam os jornalistas - jurados no período 1964-1978. Identificamos também neste momento histórico o conjunto de valores que guiavam o julgamento do prêmio. Para verificar os pressupostos utilizados como critério de avaliação das reportagens, utilizamos como material empírico os artigos dos jurados que justificam as escolhas das matérias vencedoras na categoria principal. Os textos estão reunidos na edição comemorativa lançada pela empresa Esso por ocasião dos 25 anos do concurso. Tais relatos resgatam o passado, apresentando um afastamento em relação ao tempo realmente vivido pelos agentes que participaram das comissões julgadoras. As primeiras atas, que podem ser apontadas como “testemunhos atuais” dos jornalistas-julgadores, só foram produzidas a partir do Prêmio Esso de 1977, portanto, no final do período definido para a presente análise. Decorre daí a preocupação em tomar os depoimentos como versões provisórias sobre determinados acontecimentos. A análise também foi feita a partir das entrevistas com as fontes.

5.1 A composição do júri

As comissões julgadoras do Prêmio Esso de Jornalismo são formadas tradicionalmente por cinco jornalistas oriundos dos principais veículos da grande imprensa do país. Algumas edições do concurso, no entanto, apresentaram outra configuração. No início da década de 60, havia, por exemplo, comissões para avaliar categorias específicas. A partir dos anos 1990, esse modelo foi reincorporado ao regulamento da premiação. Outro dado que chama

atenção é que, embora a empresa promotora enfatize a presença exclusiva de jornalistas na composição do júri, com o propósito de dar ao resultado do prêmio um caráter de isenção e imparcialidade, a análise das comissões julgadoras mostra que houve exceções na trajetória do programa. Aprofundaremos um pouco mais a análise quanto a esses dois aspectos.

As primeiras mudanças ocorreram em 1961 e 1962, quando foi criado um júri específico para avaliar os melhores trabalhos fotográficos. É importante lembrar que a edição de 1961 marcou o primeiro ano do Prêmio Esso de Fotografia, concedido ao repórter fotográfico Sérgio Jorge, da revista *Manchete*. Já durante o regime militar, entre 1964 e 1967, o concurso desmembrou ainda mais as comissões. Além da existência de um corpo de jurados na categoria principal, havia em 1964 e 1965 as comissões de fotografia e reportagem esportiva. Em 1966 e 1967, foram criadas comissões regionais para selecionar reportagens produzidas no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. A partir de 1968, o Prêmio Esso voltou a sua formatação original, ou seja, com uma única comissão formada por cinco integrantes – em sua maioria, mas não exclusivamente, jornalistas.

Essa configuração se manteve até 1994. Segundo a empresa, o grande número de inscritos foi uma das principais razões para a criação, a partir de então, de um sistema de julgamento em duas instâncias: uma comissão de seleção passou a indicar três trabalhos finalistas em cada categoria, avaliados numa segunda etapa por uma comissão de premiação, responsável pelo resultado final. No site oficial do prêmio (www.premioesso.com.br), a Esso divulgou que mais de 20 mil trabalhos concorreram em 52 anos de história do prêmio (1956-2008). A partir de 2000, recuperando a ideia de formação de um júri para categorias específicas, foi incluída a comissão julgadora de fotografia, reunindo de 45 a 50 jornalistas e editores de fotografia. Outra mudança ocorreu em 2001, vigorando até os dias atuais, com a criação do Prêmio Esso Especial de Telejornalismo. Uma comissão de seleção e premiação passou a avaliar as reportagens nesta área.

Para evitar questionamentos de favorecimento a determinados grupos jornalísticos com interesse direto no resultado, a organização decidiu não convidar mais, a partir de 2001, os executivos de redação (diretores e editores-chefe) para as comissões finais de premiação. Porém, a medida não evitou que importantes veículos jornalísticos do país, dentre os quais *Veja* e *TV Globo*, proibissem a participação de seus profissionais no concurso, como vimos no item 1.4.3. A saída desses grupos foi justificada exatamente pela falta de transparência e

práticas de acordo político entre os membros das comissões julgadoras. Mas quem são esses jornalistas selecionados pela empresa para julgar seus pares e hierarquizar os melhores trabalhos? Já observamos anteriormente, na lista de avaliadores, a presença de profissionais que haviam se consagrado em edições anteriores no programa da Esso. Afinal, a experiência adquirida como vencedor da premiação pode ser considerada como critério para composição da banca? Entrevistado pelo autor, o organizador atual do prêmio, Ruy Portilho, responde a essa questão:

“Ser premiado é bem-vindo, mas não é o primeiro critério não. O primeiro critério é que ele seja um jornalista consagrado e reconhecido pelos pares e pela categoria como sendo um profissional que tenha dado uma contribuição ao jornalismo no período que atuou dentro das redações. Geralmente, são ex-editores, ex-diretores de redação que hoje estão dedicados a escrever seus livros ou mais recentemente a fazer seus blogs. Outros ainda têm atuação em assessorias, mas, de um modo geral, são profissionais que deixaram a sua marca na passagem pelo jornalismo”¹⁵².

Os integrantes do júri são remunerados pela empresa promotora para prestação desse serviço, como revela Ruy Portilho. Em 2009, os que participaram das comissões de seleção, que funciona como primeira instância de julgamento, receberam R\$ 1,2 mil bruto. O valor sobre para R\$ 3 mil no caso dos julgadores das comissões de premiação.

Como opção metodológica, do mesmo modo como procedemos no capítulo sobre as matérias premiadas, realizamos o fichamento no período 1964-1978 englobando as comissões julgadoras na categoria principal. A presente análise não inclui, portanto, os júris formados para selecionar os melhores trabalhos nas categorias específicas. Procuramos quantificar a participação de jornais e revistas nessas comissões e sua distribuição por estados da Federação.

No período definido para a pesquisa (1964-1978), participaram 67 profissionais de 28 veículos, sendo 21 jornais e sete revistas. Dentre os diários, os veículos com maior número de julgadores foram, em ordem decrescente: *Jornal do Brasil* (9), *Folha de S. Paulo* (6), *Jornal da Tarde* (5), *O Estado de S. Paulo* (4), *Correio da Manhã* (3), *O Globo* (3), *Jornal do Commercio - Recife* (2), *A Tarde - Salvador* (2) e *Correio Braziliense* (2). Outros jornais regionais ou grupos de comunicação tiveram ao menos um representante na banca de jurados: *Correio do Povo - Porto Alegre*, *Diário de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora - São Paulo*, *Diários Associados*, *O Paiz*, *Diário de Pernambuco*, *Folha da*

¹⁵² Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009 no Rio de Janeiro.

Tarde, Diário de Notícias, Estado de Minas, O Povo – Fortaleza e O Estado do Paraná. No caso das revistas ou editoras, temos a seguinte classificação: *Manchete* (7), *Realidade* (4), *Bloch Editores/ Enciclopédia Bloch* (3), *Visão* (2), *Fatos e Fotos* (1), *Cruzeiro* (1) e *Editora Abril* (1).

A maior parte dos veículos se concentra, com base nos dados acima, no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. A análise do prêmio confirma o peso que as duas capitais exercem no cenário jornalístico brasileiro. Das 28 publicações, 11 têm ou tinham sede no Rio e nove em São Paulo, representando 71,42% do total. Os outros estados representados nas comissões julgadoras são: Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

É interessante observar que muitos profissionais eram convidados a integrar o júri em mais de uma edição do concurso. No período 1964-1978, os jornalistas Luiz Orlando Carneiro, do *Jornal do Brasil*, e Murilo Melo Filho, da revista *Manchete*, foram os julgadores com maior número de participações: Carneiro atuou em 1971, 1974 e 1975 e Melo Filho nos anos de 1974, 1976 e 1977. Outros seis jornalistas fizeram parte da comissão em duas edições: Wilson Figueiredo (1964 e 1977), Arnaldo Niskier (1965 e 1975), Zuenir Ventura (1965 e 1967), José Hamilton Ribeiro (1971 e 1972), Zevi Ghivelder (1972 e 1973) e Oliveiros S. Ferreira (1975 e 1977).

O ano de 1973, auge da repressão militar no Brasil, representou uma excepcionalidade na formação do júri. Naquele ano, apenas a revista *Manchete*, representada por Zevi Ghivelder, compunha, como veículo jornalístico, a comissão julgadora. Dois membros – Adonias Filho e Octavio de Faria – eram representantes da Academia Brasileira de Letras (ABL) e, de forma inédita na história do concurso, os outros dois julgadores eram representantes de duas das maiores agências de publicidade do Brasil: Roberto Dualibi, da *DPZ*, e Celso Japiassu, da *Denison Propaganda*.

A Denison, com sede em São Paulo, tinha 199 funcionários e cinco escritórios no país. Em 1974, a agência obteve faturamento de Cr\$ 122 milhões, ocupando o sexto lugar no ranking das maiores empresas de publicidade, segundo a Revista Propaganda (nº 222, de janeiro de 1975). A DPZ, também de São Paulo, ocupava a nona posição, com faturamento de Cr\$ 90,9 milhões e 155 funcionários.

Não foi possível identificar nos relatos escritos – artigos, biografias, edições comemorativas, etc. – os motivos pelos quais a organização resolveu restringir a atuação de jornalistas na composição da banca de jurados em 1973. Importa lembrar que a formação de comissões compostas por profissionais de imprensa contribuiu historicamente para a imagem de isenção e imparcialidade do concurso. Os depoimentos obtidos através de entrevistas com julgadores do Prêmio Esso em 1973 fornecem, no entanto, algumas pistas para entendermos essa peculiaridade.

Celso Japiassu, que chegou a atuar em redações de jornais e revistas na área econômica, consolidou sua carreira profissional na *Denison Propaganda*, onde foi de redator a presidente da empresa. Fundou ainda o Intergrupo Mercolatino, rede de agências de publicidade com presença em todos os países da América Latina. Entre 1997 e 2003, assumiu o cargo de diretor-geral da *Publicis – Norton*, uma das mais prestigiadas agências do país. Japiassu acredita que o convite da Esso tenha sido motivado pelo desenvolvimento da publicidade nos anos 1970.

“Foi naquela época que a publicidade brasileira começou a se destacar. Os profissionais passaram a desenvolver uma linguagem e a criar anúncios mais criativos que certamente chamaram a atenção dos organizadores. O final da década de 60 e princípio da década de 70 foi a época que a publicidade brasileira apresentou uma verdadeira revolução criativa, tudo evidentemente sob a influência da publicidade americana. Até aquele momento a publicidade era voltada para venda (*hard sell*). Pode ser que, em função disso, a gente tenha sido convidado, como representantes de uma área de comunicação que estava começando a ter prestígio. A publicidade passou a ser muito veiculada no noticiário dos jornais. Talvez isso tenha influenciado na decisão”¹⁵³.

Para o jornalista Zevi Ghivelder, que também foi convidado em 1973 para integrar o júri, os publicitários deram uma grande contribuição aos trabalhos da comissão. Sem saber apontar os motivos que definiram a escolha dos julgadores, o diretor de *Manchete* confirma a ascensão das agências de publicidade no período. “As agências começaram a se firmar no Brasil a partir dos anos 60. Quase não havia agência no Brasil nos anos 1950. Nem se falava publicidade. Chamava-se reclame”¹⁵⁴.

¹⁵³ Entrevista concedida ao autor em 05/10/2009.

¹⁵⁴ Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009.

5.2 Os critérios de julgamento

A partir dos relatos dos julgadores ao justificar a escolha dos premiados foi possível reunir os principais atributos valorizados pelo concurso no período 1964-1978. Tais valores dizem respeito ao assunto abordado, mas principalmente ao modo de atuação do repórter e a qualidade do texto. Embora a pesquisa tenha um foco temporal específico, muitos dos critérios defendidos pela comissão orientam o julgamento do prêmio ao longo de sua história. A presente análise identificou os seguintes requisitos exigidos aos concorrentes:

- Pertinência e ineditismo do tema;
- Interesse público;
- Boa técnica de redação e apresentação geral da matéria;
- Arrojo e iniciativa do repórter;
- Condições em que o trabalho foi realizado;
- Seriedade profissional e competência intelectual e cultural;
- Veracidade da informação;
- Método de apuração (esforço de memorização);
- Apresentação de matéria em formato de série;
- Repercussão;
- Objetividade;
- Ética

Em relação ao segundo atributo, há uma tentativa de avaliar, como informa o jornalista da *Tribuna da Imprensa* Guimarães Padilha, membro da comissão em 1966, a contribuição social e o sentido construtivo do tratamento dispensado ao tema (1980:77). Quanto ao aspecto redacional, o jornalista do *Jornal do Brasil* Carlos Lemos, integrante do júri em 1969, afirma que um bom texto deve reunir diferentes ferramentas, tais como “a descrição, a entrevista, o testemunho pessoal, o depoimento, a pesquisa, o diálogo, os testemunhos contra, os a favor” (idem: 89). Percebe-se que a apresentação de duas versões diferentes do fato, uma das estratégias de objetividade do texto jornalístico, está presente como um valor importante para avaliação das reportagens. Lemos corrobora essa visão idealizada do texto

como espelho da realidade: “Uma reportagem não é contra nem a favor. Ela tem que ser retrato. Um retrato completo, sem faltar nenhum ângulo” (idem).

Já a justificativa apresentada pela comissão julgadora em 1977, quando foi premiada a matéria “O assassinio de Cláudia Lessin Rodrigues”, da *Veja*, é emblemática no sentido de mostrar o peso que assumem o arrojo e a iniciativa pessoal do repórter nos critérios de julgamento. Os avaliadores ressaltam a “perspicácia”, “versatilidade”, “coragem” e “persistência” dos repórteres Valério Meinel e Amicucci Gallo. Mais do que simplesmente informar o acontecimento ou reproduzir a versão oficial, eles teriam contribuído decisivamente para elucidação do caso. Dentre os 240 trabalhos inscritos naquele ano, a reportagem da revista se diferenciou por “auxiliar a apuração dos fatos circunscritos à pequena parcela de interessados em detrimento da verdadeira justiça a serviço da comunidade” (1980: 124).

“A Comissão (...) decidiu distinguir o esforço daqueles que buscam fazer com que a imprensa traduza a realidade da vida nacional e oponha a informação à desinformação. Buscou assim realçar a dignidade profissional, o trabalho do jornalista voltado para os diferentes problemas que afetam a sociedade (...). A Comissão reconheceu objetivamente e sem preconceitos que a sociedade brasileira pode encontrar na imprensa, que não se demitiu o intérprete de seus reclamos e aspirações (...), reivindicando a liberdade e assumindo responsabilidade, suscitar problemas gerais, apontar erros na condução da coisa pública e denunciar atrasos e desvios na administração da Justiça. A Comissão deseja tornar público que esta é a missão da imprensa capaz de situar-se acima da circunstância da posição social ou política dos atores do drama humano que busca retratar com independência (...)” (*Correio Braziliense*, 09/12/1977, grifos nossos)

A valorização do traço investigativo contribuiu para preencher uma lacuna identitária provocada pelo esvaziamento do debate político na imprensa diante das diversas formas de censura durante o período autoritário. A nota explicativa da comissão, publicada pelo *Correio Braziliense*, ratifica esse raciocínio.

O método de apuração foi uma característica importante apontada pelos julgadores especialmente na edição do concurso em 1978, quando a *Folha de S. Paulo* recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo pela matéria “Exclusivo: fala Figueiredo”, uma entrevista revelando o perfil político, o linguajar e o temperamento do general João Batista Figueiredo, candidato oficial à sucessão do presidente Ernesto Geisel. É curioso observar que, para além do impacto da matéria no período de abertura política, ganhou repercussão no meio jornalístico o esforço de memória dos repórteres Getúlio Bittencourt e Haroldo Cerqueira

Lima. Isso porque o candidato proibira os profissionais de fazer anotações ou usar gravadores. “Vinte minutos após o término do encontro, os repórteres já estavam em sua redação, passando para a máquina os detalhes que lhes ocorriam, confrontando textos, avivando um a memória do outro”, relata o jornalista Luiz Carlos Lisboa, membro da comissão julgadora daquele ano (1980: 130). Figueiredo não contestou a exatidão com que suas afirmações foram transcritas, embora tenha comentado, segundo assessores, que não sabia que se tratava de uma entrevista.

A maior parte dos trabalhos analisados também apresenta o formato de série, ou seja, as matérias foram publicadas em capítulos numerados, mantendo o título principal, por exemplo: “Psicanálise, remédio ou vício? 1”, “Psicanálise, remédio ou vício? 2” ou “100 dias na Amazônia de ninguém I”, “100 dias na Amazônia de ninguém II” e assim por diante. Como afirmou Zevi Ghivelder, membro das comissões julgadoras em 1972 e 1973, as reportagens consagradas tinham em comum o fato de serem extensas e apresentarem muito volume. Segundo ele, muitas impressionavam mais pela quantidade do que pela qualidade.

“Um trabalho de qualidade excepcional, como a famosa matéria de Gay Talese sobre o Frank Sinatra, que deveria ter umas quatro ou cinco páginas de revista, não ganharia o Prêmio Esso e teria sido a melhor matéria do ano de qualquer maneira. Não teria ganhado porque não tinha a impressão do volume, que sempre contou muito”¹⁵⁵.

A repercussão, ou seja, os desdobramentos do assunto e o impacto da matéria perante a opinião pública em nível nacional também aparece como critério importante para a concessão da láurea máxima.

Claro está que certos critérios apresentam caráter fortemente subjetivo, não sendo possível avaliá-los do ponto de vista técnico, objetivo. É o caso de atributos como pertinência do tema, seriedade profissional e ética. Na impossibilidade de as comissões aplicarem uma metodologia precisa para selecionar os melhores trabalhos jornalísticos, as justificativas dos jurados reforçam o caráter consensual da escolha. Enfatizam a unanimidade na decisão, que se sobrepõe a qualquer tipo de divergência. O resultado, muitas vezes, prescinde até da realização de uma votação, pois não se contesta o mérito do trabalho vencedor. A questão do consenso aparece de forma bastante clara em seis edições do prêmio: 1968 (“Juiz, ladrão e herói”, de *O Estado de S. Paulo*), 1969 (“Psicanálise: remédio

¹⁵⁵ Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009 no Rio de Janeiro.

ou vício?”, de *Última Hora*), 1973 (“Expedição de contactação dos índios Kranhacarore”, de *O Estado de S. Paulo*) 1974 (“Volta ao ponto de partida”, do *Jornal do Brasil*), 1975 (“As drogas”, do *Jornal do Brasil*) e 1977 (“O assassinio de Cláudia Lessin Rodrigues”, de *Veja*).

A justificativa apresentada pelo julgador Oliveiros S. Ferreira, de *O Estado de S. Paulo*, para a escolha de “As drogas”, em 1975, sintetiza esse pensamento. Reproduzimos a seguir uma parte do seu depoimento em que reconhece a dificuldade de explicar o resultado por critérios técnicos:

“Particpei de duas comissões julgadoras do Prêmio Esso, número que se não é suficiente para falar sobre os critérios de premiação, pelo menos permitiria dizer alguma coisa sobre critérios. A tarefa, no entanto, é difícil, pois nas duas vezes a comissão, distintamente composta, chegou a seus resultados por obra de um consenso que se estabeleceu sem que ninguém suscitasse, em reuniões prévias ou durante os trabalhos de julgamento, que tipo de critérios deveríamos adotar para cumprir a dura tarefa de selecionar entre os bons os melhores, e entre os melhores o excelente. É por isso que se torna difícil, passados tantos anos, dizer porquê premiamos – e digo no plural, pois não houve sequer votação, o trabalho vencedor aparecendo naturalmente como o mais destacado – as reportagens de Juarez Bahia sobre o problema das drogas” (1980: 117, grifos nossos)

Nas justificativas apresentadas pelos julgadores, há também algumas referências em relação ao contexto político-social marcado pelo controle do Estado sobre a produção da imprensa no período 1964-1978. Importa lembrar que os artigos analisados foram publicados em 1980, quando o país atravessava um momento de transição e liberalização política. No final dos anos 1970, o regime militar já havia retirado a censura prévia de jornais e revistas e revogado o Ato Institucional nº 5.

Os depoimentos extraídos da edição comemorativa dos 25 anos do prêmio, portanto, são reconstruções de sentido feitas a posteriori e não testemunho do que efetivamente se passou quando da avaliação das reportagens vencedoras. Resultam de uma reinterpretação do passado e, como tal, produzem uma versão provisória sobre determinado acontecimento. É preciso ter em mente que as justificativas foram construídas em referência à posição que os julgadores ocupavam num momento histórico de abertura política, um cenário bem diferente se comparado ao período de repressão e censura no final dos anos 1960 e início da década de 70.

A decisão de consignar em ata as razões da escolha das matérias premiadas foi tomada apenas a partir de 1977. A ideia partiu do julgador Oliveira S. Bastos, jornalista do *Correio*

Braziliense e membro da comissão naquele ano, como informa Oliveiros S. Ferreira (1980: 118). O fato de os testemunhos apresentarem um distanciamento em relação ao momento realmente vivido, pressupondo esquecimentos de determinados aspectos do passado, não compromete a análise. Os silêncios, tão relevantes quanto às lembranças, fazem parte dos trabalhos de memória. Importa levar em conta o significado que os não ditos assumem na exposição de motivos dos julgadores. O que as narrativas dos que participaram das comissões julgadoras podem informar sobre o lugar que certos fatos ocupavam no contexto histórico e social dado? Além do mais, o reconhecimento da pluralidade e diversidade de versões permite uma reflexão mais ampla sobre o objeto estudado, sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de interpretação. Afinal é a partir das demandas construídas no presente, com questões inerentes às especificidades da pesquisa, que o pesquisador deve interrogar o passado.

Na maior parte dos artigos analisados, a qualidade dos trabalhos vencedores, segundo os critérios de julgamento já apontados, parece se sobrepor a circunstâncias políticas. Assim, a comissão destacava, principalmente até 1968, que a escolha não era condicionada ao contexto social e político imediato. As justificativas demonstram a tentativa de dissociar o resultado do prêmio das lutas externas travadas por alguns segmentos da sociedade civil, descontentes com os novos rumos que seguia o país em direção ao autoritarismo, com aumento gradativo das restrições às liberdades individuais.

Em 1965, a comissão de julgadores, da qual fazia parte o jornalista Arnaldo Niskier, consagrou a série de reportagens da revista *Fatos e Fotos*, intitulada “Os filhos proibidos”. Ao justificar a concessão do prêmio, Niskier adota uma posição de neutralidade política: “Era ainda cedo para que se assentasse a poeira levantada pela mudança ocorrida em março de 1964. Visava-se ao equilíbrio da economia, mas os assuntos de natureza social tinham a sua importância (como sempre tiveram) e galvanizavam o interesse público” (Niskier, apud Luz e Borges, 1980: 73).

A partir de 1966, surgem algumas referências aos atos arbitrários do governo como forma de justificar o afastamento do debate político. O julgador Guimarães Padilha, que presidiu a comissão naquele ano, reconhece “que as dificuldades econômico-financeiras e as múltiplas e variadas formas de cerceamento com que muitas vezes se procurava tolher a imprensa, eram seríssimos problemas” (Padilha, apud Luz e Borges: 1980: 78). Além da

censura, outros motivos são relacionados pelo jornalista da *Tribuna da Imprensa*, como a falta de estrutura das empresas noticiosas e o problema da precária formação dos jornalistas.

“Não posso deixar de reconhecer – e isso, evidentemente, se fez sentir de forma acentuada no conjunto dos trabalhos apresentados – que a imprensa, a despeito de todo o seu entusiasmo e espírito de renovação, vinha enfrentando, na época, problemas, alguns independentes da sua vontade, outros provocados pela própria falta de estrutura das empresas (...). O que se observava quase sempre era o desprezo pela notícia. (...) Era comum o aparecimento nos jornais de estagiários, egressos de faculdades, que insistiam em querer trabalhar em matérias de caráter opinativo (...). Também não posso deixar de reconhecer que as dificuldades econômico-financeiras e as múltiplas e variadas formas de cerceamento com que muitas vezes se procurava tolher a imprensa, eram seríssimos problemas” (idem: 77/78, grifos nossos)

Em meio a um conturbado contexto político, duas matérias esportivas, como vimos anteriormente, foram consagradas em 1967 e 1968. Relator da comissão julgadora em 1967, Zuenir Ventura, então jornalista da revista *Visão*, admite sua estranheza quanto ao fato de que “o esporte e não a política tenha merecido a preferência do júri” (Ventura, apud Luz e Borges, 1980:81). Naquele ano, foi premiado na categoria principal o trabalho do *Jornal do Brasil* “O futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”, de autoria de João Máximo. O julgador lança algumas hipóteses, dentre elas a possibilidade de a reportagem política não ter conseguido avaliar “o passado recente nem projetar o futuro imediato – pelo menos não soube fazê-lo a ponto de merecer um prêmio” (idem: 82). Em seu relato, Ventura aborda as limitações impostas pelas tentativas de cerceamento da informação por parte do governo, no entanto a censura não aparece como fator preponderante: “Outra possibilidade é a de que, por cautela, o jornalismo tenha se afastado, nessa época, dos temas políticos mais quentes. Mas essa fuga não era tão comum como viria a ser depois do AI-5, quando a censura impôs um jornalismo despolitizado, anódino e amestrado” (idem). Sua justificativa é mais pragmática, destacando uma vez mais o mérito da reportagem vencedora a despeito da tumultuada conjuntura política: “Especulações à parte, uma coisa é certa: a premiação a João Máximo não foi nem protesto nem consolo. Ganhou quem, como se diz no esporte, se apresentou em melhor forma naquele momento” (idem).

Um ano após a decretação do AI-5, a comissão passa a atribuir a fatores externos – como a pressão do Estado sobre a produção noticiosa, a repressão e a tortura – a principal razão para a ausência de temáticas políticas no resultado do concurso. O júri procura se defender de eventuais críticas de que sua atuação tinha um viés colaboracionista. O

depoimento do julgador Carlos Lemos, do *Jornal do Brasil*, justificando a escolha da matéria “Psicanálise: remédio ou vício?”, publicada pelo *Última Hora* (RJ), vencedora do concurso em 1969, ilustra esse aspecto:

“Passados tantos anos, pode parecer estranho que, em 1969, a reportagem vencedora do Prêmio Esso tenha sido sobre a psicanálise. Afinal, aquele foi o ano em que estourou a guerrilha urbana no Brasil e se instalou a tortura, a repressão desenfreada que fez sofrer tantos brasileiros e cobriu (ou pelo menos deve cobrir) de vergonha a todos. Pode parecer, mas não é. A Ditadura que nos oprimiu de 1964 a 1978 soube usar brilhantemente contra nós, jornalistas em particular, e contra o povo brasileiro em geral, essa arma incrível, nossa pior inimiga, que é a censura” (Lemos, apud Luz e Borges, 1980: 88, grifo nosso)

Os depoimentos resgatam um passado memorável sobre a atuação da imprensa durante a ditadura militar. Sobressaem nas narrativas dos julgadores, principalmente a partir de 1969, as dualidades, ou seja, a ideia dos jornalistas como vítimas da censura e a ditadura como agente opressor. Em outro trecho, Carlos Lemos afirma que “(...) traumatizados pela violência do AI-5, os jornalistas foram sufocados pela censura, à qual, graças a Deus, alguns souberam reagir, dando – de uma forma ou de outra, como, quando ou onde podiam – algumas informações sobre o pouco que se sabia àquela época (...)” (idem). Compartilhamos a ideia de que o uso da memória tem estreita relação com a construção da identidade. Ao enfatizar a resistência dos profissionais de imprensa, omitindo outros aspectos como a autocensura, os julgadores vão estabelecendo alguns valores fundamentais que legitimam a função social do jornalismo. Barbosa (2007) observa que o discurso idealizado sobre “o tempo de antes” não deve ser interpretado como pertencendo propriamente a um passado. Sua importância reside na significação que essa construção assume para a definição de como deve ser visto o jornalista no presente.

O mesmo processo se verifica nos relatos sobre o Prêmio Esso concedido em 1971 para a reportagem “Receita para São Paulo”, do *Jornal da Tarde*. O julgador Luiz Orlando Carneiro, do *Jornal do Brasil*, sublinha que a incapacidade investigativa de a imprensa atuar como fiscalizadora do poder público se relacionava com o poder de uma censura “tão eficiente como a ‘espada de Dâmocles’ do Ato Institucional nº 5”. No entanto, Carneiro prossegue afirmando que “os jornais procuravam, na medida do possível, não encarar passivamente a censura, até mesmo forçando a sua oficialização, o que acabaria acontecendo

no ano seguinte, a fim de que a opinião pública não vivesse o clima da autocensura ou da liberalidade consentida” (idem: 101).

À medida que o país avançava no caminho da abertura política, as reportagens com viés mais investigativo, incluindo críticas ao governo central, passaram a obter reconhecimento maior por parte das comissões julgadoras. De 1976 a 1978, os trabalhos vencedores demonstravam uma certa disposição da imprensa em se auto-referenciar como protagonista na luta em defesa da liberdade contra o arbítrio. Na análise dos depoimentos, o Prêmio Esso aparece como instrumento do campo jornalístico para avaliar o grau de liberdade de imprensa no país.

Vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo em 1976, concorrendo com outros 215 trabalhos, a série de matérias “Assim vivem nossos superfuncionários”, de *O Estado de S. Paulo*, representou o “tiro de largada para a abertura”, conforme título do artigo escrito pelo julgador Mussa José de Assis, de *O Estado do Paraná* (1980:121). Apesar da retirada da censura prévia em *O Estado de S. Paulo* em janeiro de 1975, permaneciam em vigor o AI-5 e leis restritivas, como a de Segurança Nacional. Segundo Assis, “não se tinha ideia de até onde os jornalistas poderiam ir no exercício do seu direito de opinar, de criticar, de informar e de ter acesso à informação sem serem atropelados por leis truculentas” (idem). Dessa forma, mesmo sem a pretensão de ser usada como “teste de carga”, a série de *O Estado de S. Paulo* contribuiu para levantar “a cortina de medo que pairava sobre a imprensa” (idem:122). Seu depoimento reforça o papel do jornalismo como “descortinador” dos segredos do poder.

Do mesmo modo, a matéria vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo de 1978 – “Exclusivo: fala Figueiredo”, da *Folha de S. Paulo* – também “contribuiu para ampliar a cota de liberdade de informação no país” (1980: 131), na avaliação do jornalista Luiz Carlos Lisboa, membro da comissão julgadora daquele ano.

5.3 O atributo da ação fiscalizadora do poder na redemocratização

Embora o período pós-1978 não seja objeto desse estudo, podemos afirmar que as temáticas políticas são determinantes para distinguir os jornais vencedores do Prêmio Esso a partir dos anos 1980. Os trabalhos jornalísticos premiados são, em sua maioria, construídos

com base em denúncias contra o poder público. *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* foram os diários que mais souberam se aproveitar dessa reorientação nos critérios de julgamento do concurso, conquistando a maior parte dos prêmios na categoria principal. O fim da ditadura militar favorecia a abertura do debate político na imprensa e a explicitação de práticas desonestas que afetam o interesse público.

No caso de *O Globo*, dos sete prêmios conquistados neste período, por exemplo, dois tratam de corrupção (“Nilo ajudou Betinho a receber doação de bicheiro”, em 1994, e “Os homens de bens da Alerj”, em 2004) e dois apresentam críticas ao judiciário (“Sentenças suspeitas”, em 2002, e “Voto combinado na corte suprema”, em 2007). Tomando como exemplo a *Folha de S. Paulo*, três das sete matérias consagradas a partir de 1985 também abordam casos de corrupção governamental: “A lista da fisiologia”, “Caso PC: uma investigação sobre as mortes de Paulo César Farias e Suzana Marcolino” e “Denúncia do mensalão”, respectivamente, nas edições de 1988, 1999 e 2005.

Com efeito, nota-se uma progressiva concentração das temáticas nos chamados centros do poder. Nos dois primeiros ciclos apresentados na análise (1956-1963 e 1964-1978), havia uma valorização de matérias de cunho social, que tratavam de apresentar aos leitores os dramas humanos de um Brasil afastado das maiores cidades. Revelavam o flagelo das secas, a vida das comunidades ribeirinhas, a questão indígena e os problemas da Amazônia, dentre outros temas. No período 1979-2008, quando os assuntos consagrados pela comissão de julgadores, como vimos, passaram a se relacionar com questões de “política nacional”, o foco principal do noticiário passou a ser a capital do país com enquadramento mais crítico das ações do governo.

O Prêmio Esso acompanhou essas transformações que vinham ocorrendo no noticiário, consagrando reportagens cuja abordagem preferencialmente se relacionava com uma ação fiscalizadora do poder em Brasília. A título de ilustração, delimitando a análise ao período 2000-2008, podemos citar as matérias vencedoras na categoria principal: “Caso Luiz Estevão” (2000), “Senadores envolvidos na fraude do painel de votação no Senado” (2001), “Sentenças suspeitas” (2002), “Denúncia do Mensalão” (2005) e “Voto combinado na corte suprema” (2007).

Uma das razões que favorecem o processo de concentração dos assuntos num determinado espaço geográfico está associada às exigências de uma racionalidade

administrativa aplicada pelas organizações jornalísticas diante de um mercado fortemente competitivo. Tal racionalidade funciona como própria razão de ser dessas empresas, que precisam se ajustar aos processos rotineiros de produção industrial para poder oferecer seu produto diário que é a notícia. Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, que podem surgir em qualquer parte e a qualquer momento, os jornais precisam impor ordem no espaço e no tempo (Traquina, 1993: 170).

As empresas jornalísticas utilizam variadas estratégias para “capturar” os acontecimentos. Tal como se espera que as notícias ocorram com mais frequência em determinados horários para facilitar o fechamento do jornal (dimensão temporal), as notícias tendem a se concentrar em certas localidades e não em outras (dimensão espacial). No caso brasileiro, as empresas mantêm seus repórteres no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. O “resto do país” é notícia quando há desordem, quebra de normalidade ou ainda em decorrência do deslocamento de autoridades federais para as regiões mais distantes. As empresas também distribuem sucursais em lugares que, embora não sejam considerados centros do poder, concentram expressivo potencial de informações. Em locais aonde o jornal não pode estar presente com sua equipe, utiliza-se o serviço das agências. A especialização organizacional complementa o espaço geográfico do acontecimento. Trata-se da figura do repórter setorista, que cobre determinadas instituições em detrimento de outras. Há repórteres especializados nas três esferas de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Portanto, do ponto de vista teórico, podemos dizer que os acontecimentos são mais facilmente observáveis quando estão definidos no espaço e no tempo. Essas duas dimensões fazem parte da cultura profissional dos jornalistas e interferem diretamente na produção de reportagens.

6. OS VEÍCULOS JORNALÍSTICOS

6.1 O mercado jornalístico nos anos 1960 e 1970

O período pós-1964 marca o aceleração de um processo, iniciado na década anterior, de forte concentração do mercado jornalístico brasileiro. Hons (1982: 16) aponta uma concentração em diferentes níveis: quantitativo (redução do número de títulos em circulação), qualitativo (diferenciação dos jornais entre grandes e pequenos) e financeiro (expansão de grupos de imprensa). Esse processo pode ser ilustrado tomando-se como exemplo o número de títulos editados no Rio de Janeiro: dos 22 jornais diários em 1956, o número caiu drasticamente para 12 no final dos anos 1970, sendo que apenas três grandes jornais (*O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*) monopolizavam cerca de 70% dos leitores (idem: 19).

Diferentes fatores podem ser apontados como determinantes para a crise da imprensa nos anos 1960/1970. O declínio dos jornais que desapareceram do mercado jornalístico neste período deve ser analisado separadamente, pois apresenta razões endógenas ou está associado a uma conjuntura econômica e política mais ampla. Enquanto alguns veículos – sobretudo os que pertenciam aos *Diários Associados*, como *O Jornal* (1919-1974) – foram vítimas de sua própria incapacidade administrativa, outros sofreram ingerências de natureza política – o *Correio da Manhã* (1901-1974) talvez tenha sido o caso mais emblemático. As represálias do Estado autoritário brasileiro não se restringiam às perseguições, apreensão de exemplares ou censura política. O bloqueio econômico por parte dos anunciantes também era diretamente responsável pelo colapso financeiro das empresas jornalísticas.

O processo de concentração provocou o desaparecimento de outros importantes títulos, como *A Noite* (um dos mais importantes vespertinos cariocas na primeira metade do século XX), o *Diário da Noite* (que chegou a ter uma tiragem de até 100 mil exemplares), o *Diário Carioca* (pioneiro na renovação dos padrões técnicos do jornalismo brasileiro e prestigiado jornal político), o *Diário de Notícias* (um dos diários mais lidos do país entre 1940 e 1960), *A Notícia* (vespertino sensacionalista que também apresentava grandes tiragens) e *Luta Democrática*, dentre outros.

A revista *O Cruzeiro*, primeira vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo em 1956 e durante décadas líder do mercado jornalístico em seu segmento, também foi tragada nesse

processo de retração do mercado jornalístico. No fim dos anos 1970, a tradicional publicação controlada pelo grupo de Assis Chateaubriand, como vimos no subcapítulo 3.2.3 *A abertura (1979-2008)*, foi alvo de um esquema que teve a participação do Serviço Nacional de Informações (SNI) – órgão de repressão política do governo militar¹⁵⁶. O objetivo era transformar o veículo em instrumento de propaganda do governo militar. O novo produto se transformou num fracasso jornalístico e comercial. Desacreditado por leitores e anunciantes, atuando no vermelho e com dívidas acumuladas, *O Cruzeiro* foi comprado, em fevereiro de 1981, pela AMA - Comunicação e Participação, deixando de circular definitivamente.

A origem do processo de concentração pode ser localizada antes da instauração do regime militar. Entre 1960 e 1964, o país atravessava uma grave crise econômica decorrente da política de desenvolvimento do período de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e do endividamento do país. A espiral inflacionária provocou o aumento de 85% no preço de importação do papel de imprensa entre 1960 e 1964 (Hons, 1982: 43). O país não conseguia atender à demanda do mercado. Em 1960, o consumo era de 198 toneladas de papel para uma produção nacional de apenas 72 toneladas (idem: 41).

O aumento do preço do papel de imprensa contribuiu para o movimento de retração, mas não pode ser apontado como único fator para o desaparecimento de importantes jornais a partir dos anos 1960. Com a instauração do regime militar, o processo de concentração se agravou por motivos de ordem cultural, política e econômica.

O fator cultural se refere a uma crise de identificação entre os órgãos noticiosos e o público como consequência do sistema autoritário a partir de 1964. Um traço característico da imprensa nos anos 1950 era o seu papel opinativo interferindo em decisões na esfera política. Essa postura combativa criava segmentação, favorecendo vínculos com certos núcleos de público. No período de ditadura militar, o matiz político e ideológico, contudo, foi cedendo espaço para a adoção de um jornalismo mais informativo. Esse processo gerou uniformidade em termos de linguagem e conteúdo entre os jornais, esvaziando a sua relação com os leitores. “Se a discussão política, a polêmica, as controvérsias estão definitivamente longe do jornalismo diário, o público também não encontra mais os parâmetros culturais aos

¹⁵⁶ A “Operação Cruzeiro”, como ficou conhecida, foi revelada pela Revista *Veja* na matéria sobre a morte do jornalista Alexandre Von Baumgarten, vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo de 1983.

quais tradicionalmente identificam os jornais diários na sua formatação narrativa” (Barbosa, 2007: 199).

Do ponto de vista político, a interferência do Estado no campo jornalístico era exercida através do uso de um forte aparato repressivo. Nos primeiros anos do pós-1964, profissionais de imprensa foram presos ou intimados a depor e as redações de jornais, invadidas por forças policiais e militares. Com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, a censura prévia e a autocensura passaram a fazer parte do conjunto de estratégias utilizadas pelos militares para afastar o debate político da imprensa.

As ações violentas contra o *Correio da Manhã* foram as mais contundentes, antes mesmo do AI-5. À invasão da redação seguiram-se diferentes atos de arbitrariedade: prisões, apreensões de exemplares e suspensão da circulação. Essa situação foi descrita em detalhes pela proprietária do jornal, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, no editorial “Retirada”, em 11 de setembro de 1969:

“Para inventariar os fatos mais recentes e significativos recordarei apenas que no dia 7 de dezembro de 1968 uma bomba de alto teor explosivo foi atirada contra a nossa agência da Av. Rio Branco, recém-reformada. A 13 do mesmo mês, tivemos a redação invadida por policiais, de metralhadoras e revólveres, para prenderem, não a mim, mas ao nosso diretor-superintendente e redator chefe Osvaldo Peralva, e que só foi posto em liberdade no dia 28. Em 7 de janeiro de 1969, toda a edição do *Correio da Manhã* foi apreendida, antes mesmo de ser integralmente impressa, e todos nós fomos arrastados ao cárcere, ficando ainda a Casa submetida a regime de terror. A 16 de fevereiro o jornal teve a sua circulação suspensa por 5 dias, enquanto a nossa sede, escritórios, agências e oficinas gráficas – que imprimiam outros jornais – foram interditados pela polícia (...)” (*Correio da Manhã, 11 de setembro de 1969, p. 1*)

Outros mecanismos complementavam a atividade repressora, reconfigurando o cenário da imprensa brasileira no pós-1964. A pressão governamental sobre a produção noticiosa se exercia através da regulamentação da atividade jornalística (via leis de imprensa e de profissionalização) e de impostos, subsídios e preços de insumos e matérias primas necessárias à produção jornalística (Ribeiro, 2000: 96). O uso da publicidade também teve papel fundamental neste processo de concentração ao promover boicotes financeiros aos veículos que faziam oposição ao regime.

Esse bloqueio ocorria de duas formas: uma relacionada aos recursos da publicidade estatal, que correspondiam, segundo Carvalho (2001), de 15% a 30% do faturamento dos jornais; a outra associada aos grupos privados, que retiravam anúncios das páginas dos diários por influência do governo. Os dados mostram como a dimensão econômica também

se constituía num tipo de censura na medida em que grande parte da receita dos jornais advinha da publicidade, principalmente estatal¹⁵⁷. O publicitário Celso Japiassu afirma que o uso da publicidade, sobretudo a patrocinada pelo governo, colaborou para o processo de concentração da imprensa:

“O uso da publicidade era uma forma de asfixiar economicamente o jornal. Naquela época, a publicidade estatal representava mais da metade do volume de investimento em publicidade geral. Dos 100% que eram investidos em publicidade, mais de 50% vinham do setor estatal. Então o jornal que não recebesse nenhuma publicidade oficial estava com problema”¹⁵⁸.

O caso do *Correio da Manhã* é emblemático no sentido de ilustrar este mecanismo de estrangulamento financeiro de vários jornais nos anos 1970. Em março de 1969, diante da queda da receita publicitária, o *Correio da Manhã* pediu concordata preventiva. O jornal circulou por mais cinco anos, período em que foi arrendado por Maurício Nunes de Alencar, ligado a uma das maiores empreiteiras do país, a Companhia Metropolitana. O diário teve sua linha editorial modificada, alinhando-se às diretrizes do governo. Niomar ainda tentou retomar o controle do *Correio* através de uma ação na Justiça contra os arrendatários em agosto de 1973. Em 8 de julho de 1974, o periódico que atingira tiragens diárias superiores a 200 mil exemplares parou de circular definitivamente. O jornal, em sua última edição, tinha oito páginas, circulava com apenas três mil exemplares e devia salários a 182 funcionários.

Por fim, podemos citar, do ponto de vista econômico, a concorrência, a formação de novos grupos de imprensa, a perda de receita publicitária a partir do desenvolvimento da televisão e outros fatores que historicamente estão associados ao processo da concentração da imprensa desde os anos 1950 e que tiveram continuidade no período militar. Referimo-nos à elevação do preço do papel de imprensa e à retomada do processo inflacionário.

No início dos anos 1970, a crise energética mundial, decorrente da queda da produção de petróleo nos países árabes durante a guerra do Yom Kippur, agravou o problema da importação do papel de imprensa. O choque do petróleo refletiu principalmente no preço do frete. Em 1974, o valor cobrado pelo papel de imprensa produzido no Canadá passou de US\$ 41 para US\$ 110 a tonelada métrica (Hoineff, 1977). Além daquele país, com produção

¹⁵⁷ Na lista dos principais anunciantes constavam as estatais Petrobras, Eletrobras, Companhia Siderúrgica Nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Vale do Rio Doce, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dentre outras.

¹⁵⁸ Entrevista ao autor concedida em 05/10/2009 no Rio de Janeiro

estimada em 11 milhões de toneladas anuais, outros grandes produtores no período eram Japão, Finlândia, URSS e Suécia, todos com produção acima de 1 milhão de toneladas/ ano (idem). Nesse período, o Brasil importava 80% do produto para atender ao mercado.

Neste cenário, os jornais também passaram a perder fatias importantes do bolo publicitário para outros meios de comunicação, principalmente para a televisão. “Este novo veículo, muito mais eficiente em termos de impacto publicitário, desviou a seu favor as promoções de produtos de grande consumo” (Hons, 1982: 58). Segundo o Anuário Brasileiro de Mídia (1979-1980), a participação da televisão na distribuição de verba de publicidade passou de 24,7% em 1962 para 55,9% em 1979. Já a dos jornais se manteve estagnada: de 18,1% para 20,1% no mesmo período. Outras fontes também indicam uma predominância do investimento em propaganda na televisão. Os dados da Associação Brasileira de Propaganda, referentes ao ano de 1974, foram extraídos do Almanaque Abril 1976: a televisão recebeu 38,71% dos recursos; os jornais, 23,43%; o rádio, 14,84% e as revistas, 14,69%.

Para Ribeiro (2000), o êxito de empresas como o *Jornal do Brasil* e *O Globo* e, em menor grau, *O Dia* nesse período teve como elemento fundamental a sua adequação, de um lado, à ordem política imposta pelo regime militar e, de outro, às novas exigências técnicas e administrativas do mercado jornalístico. “À medida que alguns jornais se modernizavam, técnica e administrativamente, tornavam-se mais aptos a ganhar a corrida concorrencial, que cada vez se acirrava mais frente à conjuntura de crise da imprensa” (idem: 97). Outros órgãos, como *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite* e *A Noite*, não conseguiram compensar esse déficit estrutural. Neste cenário de concorrência extremada, declinaram lentamente até o encerramento de suas atividades.

O jornalista Alberto Dines, que era editor-chefe do *Jornal do Brasil* no período, ilustra como o *JB* se preparou empresarialmente para se destacar nesse ambiente de forte concorrência no mercado jornalístico brasileiro. Uma das medidas de maior êxito foi a contratação, segundo ele, da firma de consultoria empresarial Montreal.

“Essa empresa estudou a estrutura do jornal, organizou o *JB* sob o ponto de vista empresarial, estabeleceu níveis de comando, papel timbrado, a necessidade de tudo ser por escrito, memorando, etc. Inclusive eles ajudaram a abrir minha cabeça para a organização da redação. Começamos então a dividir os repórteres em categorias, por exemplo, o repórter de cinco horas, o repórter *full time* que ganhava mais. Estabelecemos esse negócio de ‘meritocracia’. Em suma, eles ajudaram muito na

parte organizacional. Nunca se meteram na parte editorial. Então o *Jornal do Brasil* se destacou por isso”¹⁵⁹.

Importa lembrar que os grandes jornais que se projetaram na época do “milagre econômico” brasileiro foram beneficiados pelo Estado autoritário. Com disponibilidade de capitais, os grandes conglomerados obtinham a cessão de terrenos do Estado para a construção de novas e modernas sedes e conseguiam alíquotas reduzidas para importação de novos equipamentos. Exemplo disso foi a construção da imponente sede do *Jornal do Brasil*, inaugurada em 1974 na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. O apoio do poder público foi também fundamental para a consolidação da liderança das *Organizações Globo* no mercado jornalístico brasileiro. Estabeleceu-se, assim, uma grande contradição: o período de maior crise da imprensa para a maioria dos jornais foi também o momento de forte crescimento empresarial para um reduzido grupo de organizações jornalísticas. Todos esses fatores levam Abreu (2002) a concluir que os governos militares financiaram a modernização da imprensa. As vantagens e privilégios representavam “um instrumento adicional de controle sobre a mídia” (idem: 21).

O jornalista e publicitário Celso Japiassu, que integrou a comissão julgadora em 1973, afirma que a tese levantada por Abreu pode ser aplicada perfeitamente à publicidade. Segundo ele, a modernização do setor só foi possível graças também ao forte investimento militar nas agências brasileiras, que recebiam as principais contas de empresas estatais.

“As grandes campanhas de publicidade da Petrobras, do Ministério da Saúde, da Educação, todas eram conduzidas para as agências brasileiras. As estrangeiras não podiam participar. Trabalhavam apenas com clientes multinacionais, como a *McCann Erickson* para a Esso. Isso significava mais recursos para as agências brasileiras, que desenvolveram sua técnica, capacitaram o publicitário brasileiro. Esse é o lado perverso”¹⁶⁰.

Esse cenário mudou, segundo Japiassu, a partir dos anos 1980, com a abertura do mercado. “Quando as campanhas passaram a ser globais, os clientes concentraram suas contas nas empresas de publicidade estrangeiras, retirando as campanhas das agências brasileiras, que sofreram o processo de esvaziamento”, complementa ele¹⁶¹.

¹⁵⁹ Entrevista ao autor em 20/10/2009 no Rio de Janeiro.

¹⁶⁰ Entrevista de Celso Japiassu concedida ao autor em 05/10/2009 no Rio de Janeiro

¹⁶¹ Idem

Zevi Ghivelder consolidou sua carreira jornalística trabalhando de repórter a diretor nas revistas da editora Bloch. Sobre o cenário de crise da imprensa nos anos 1970, ele afirma que o processo de concentração deve ser avaliado em termos de análise de competência. Segundo ele, “quem foi competente superou a crise”. Sobre esse aspecto, acrescenta o jornalista:

“Sobreviveu quem foi profissional, quem foi competente, senão o mercado foi implacável. Isso não é só no Brasil. Revistas importantíssimas americanas saíram de circulação. Por isso é que existe no jornalismo a função do *publisher* no jornal, que é aquela pessoa ou grupo de pessoas que faz o meio de campo entre circulação, publicidade e editorial. São os três pilares. Ainda tem a parte industrial. Então não adianta você ter um ótimo editorial e uma circulação ruim. São eles que conseguem harmonizar esses elementos fundamentais num veículo de comunicação. Roberto Marinho foi um grande profissional, que sempre soube reunir bem esses elementos”¹⁶².

Na contramão do processo de retração do mercado de jornais no Rio de Janeiro, a televisão, meio de comunicação para o qual foram direcionados significativos recursos inclusive da publicidade estatal, encontram nesse cenário seu momento de mais intensa popularidade. Os investimentos na televisão e também nas emissoras de rádio fizeram parte da estratégia de construção do consenso e divulgação em torno da imagem de um Brasil desenvolvimentista liderado por um Estado moderno. Em uma década, o percentual de domicílios urbanos com TV passou de 9,5% em 1960 para 40% em 1970 (Skidmore, 1988: 222). “No Brasil dos anos 70 os jornais diários e as principais revistas atingem um público acima de dois milhões de leitores contra 50 milhões do contato instantâneo através do rádio e da televisão” (BAHIA, 1989: 331).

O impulso da televisão no Brasil se torna um processo irreversível com a consolidação dos planos de compra a crédito. Não apenas a compra de aparelhos televisores registra crescimento. Aumenta também o número de concessões de TV durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Quando assumiu, o país tinha 45 emissoras. Mais 20 licenças, como informa Bahia, foram concedidas em seu governo. O papel central que passa a ocupar esse meio de comunicação na sociedade consolida principalmente o poder da *Rede Globo*, uma emissora que havia iniciado suas transmissões praticamente junto com o movimento militar de 1964.

¹⁶² Entrevista de Zevi Ghivelder concedida ao autor em 07/10/2009 no Rio de Janeiro

Pertencente ao grupo jornalístico controlado por Roberto Marinho, a *TV Globo* foi criada um ano depois do golpe de Estado, tendo recebido apoio financeiro do grupo *Time-Life*. Opositores denunciaram este acordo, tendo como base o Artigo 160 da Constituição, que impedia grupos estrangeiros de ter participação financeira em órgãos de comunicação e interferir na orientação intelectual da programação¹⁶³. A criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), também em 1965, permitiu a *TV Globo* ampliar sua cobertura. Em pouco tempo, formou a maior rede de televisão no país. A rádio e a televisão, de um modo geral, evitavam o confronto com os militares, pois temiam perder as concessões do governo ou verbas publicitárias oficiais que garantiam seu funcionamento. Eram, portanto, veículos facilmente controlados pelos censores.

Quem procurava ocupar o espaço da resistência intelectual na fase mais aguda da repressão eram os jornais da chamada imprensa alternativa. Os anos 1970 registram a ascensão dessas publicações – muitas delas efêmeras quanto ao tempo em que efetivamente circularam, outras sem muita visibilidade, mas todas apresentando uma postura bem mais crítica ao governo em comparação aos jornais da grande imprensa. Muitos veículos alternativos são criados tendo como viés um ideário marxista, mas outros se destacam por introduzirem em seu discurso questões existenciais e comportamentais, fazendo uma crítica dos costumes e do moralismo da classe média, influenciados que estavam pelos movimentos de contra-cultura nos Estados Unidos (Kucinski, 1999). “Mas mesmo esses jornais alternativos de raízes mais existencialistas do que marxistas, atuavam no plano da contingência política (...). Nesse plano, mantinham-se nos marcos de uma cultura convencional de esquerda e da crítica intransigente” (idem: 15).

Na década de 1970, surgiram cerca de 150 periódicos alternativos, com destaque para o *Pasquim*, *Opinião* e *Movimento*. Outros alcançaram repercussão razoável, como *O Bondinho*, *Em Tempo* e *Coojornal*. O estilo bem-humorado da narrativa e as charges

¹⁶³ A Comissão Parlamentar de Inquérito, aberta em 1965 para apurar o caso, apresentou parecer desfavorável a Roberto Marinho, embora este tenha justificado na CPI que o contrato de assistência técnica e a conta de participação com a empresa *Time-Life* não feriam a legislação. A polêmica permaneceu nos anos seguintes. Em 1967, o consultor-geral da República Adroaldo Mesquita da Costa considerou que os acordos não garantiam a *Time-Life* poder de interferência na gestão da emissora. Em 1971, a *TV Globo* encerrou o contrato de assistência técnica, restituindo ao grupo americano os recursos repassados. O contrato de participação não chegou a entrar em vigor, afirmou Marinho na ocasião da CPI. A empresa estrangeira havia repassado, mediante assinatura de uma promissória, cerca de 300 milhões de cruzeiros. Informações extraídas do site Memória Globo (www.memoriaglobo.globo.com)

políticas misturavam-se a denúncias de torturas e prisões e críticas sistemáticas ao modelo econômico. Almeida Filho comenta a importância dos jornais alternativos:

“A imprensa alternativa veio desmistificar, provar que era possível resistir no estágio em que a imprensa estava. Os jornais pequenos, mesmo sem suporte econômico, passaram a competir com a grande imprensa porque a informação passava a ser seu maior valor” (Almeida Filho, apud Marconi, 1980: 192)

O *Pasquim* foi um dos mais populares, chegando a alcançar uma tiragem de 225 mil exemplares. Reuniu em épocas diferentes importantes profissionais da imprensa – dentre eles Millôr, Jaguar, Ivan Lessa, Ziraldo e Henfil. A publicação criada em 1969 costumava ridicularizar slogans conhecidos do governo Médici, como “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país”. Em 1º de novembro de 1970, a redação foi invadida e seus principais redatores, detidos durante dois meses na Vila Militar, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Compositores, como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil, cujas músicas eram frequentemente controladas e censuradas, também colaboravam com o *Pasquim*.

Os alternativos contavam em seus quadros com intelectuais e ex-militantes da luta armada. Muitos jornalistas de veículos formadores de opinião migram para a imprensa alternativa. Como descreve Abramo, citado por Pereira Filho (2004), havia uma relação dialética entre os dois modelos de jornalismo. “Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário ou completar o que não fora dito (...)” (Abramo, apud Pereira Filho, 2004).

Embora sofrendo todo tipo de represálias da censura, *Opinião*, *Movimento* e *O São Paulo* inserem-se nesse cenário com uma linha editorial de oposição política. O semanário *Opinião*, criado em 1972, tinha mais da metade dos seus textos proibida pelos censores. Resistiu até 1977, quando os jornalistas suspenderam a sua circulação em protesto contra a pressão do governo Geisel. *Movimento*, identificado com as ideias da esquerda radical, adotava uma linha progressista, produzindo um noticiário em defesa da democracia e das liberdades individuais. Teve uma edição especial sobre o “Esquadrão da Morte” interdita pela censura. Reportagens sobre o tema, contudo, já haviam sido publicadas em outros jornais, como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Já *O São Paulo*, semanário da Arquidiocese de São Paulo, tinha como foco os interesses populares, as condições de vida e de trabalho nas periferias das cidades e a defesa dos direitos humanos.

Os atentados promovidos por grupos de extrema direita em bancas que vendiam jornais alternativos também contribuíram para colocar um ponto final na experiência alternativa no período de abertura política, no final dos anos 1970. Pressionados, jornaleiros passaram a recusar a distribuição, provocando o estrangulamento financeiro desses veículos que, sem anunciantes, dependiam fundamentalmente das vendas avulsas para sua sobrevivência. Do universo de 150 jornais, cerca de 25 conseguiram chegar aos cinco anos de existência. Outros tiveram vida curta, não completaram um ano de circulação¹⁶⁴.

6.2 As publicações premiadas

Vimos que os anos 1970 marcaram um momento de consolidação de alguns jornais por diferentes motivos de ordem econômica e política. No Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* e *O Globo* souberam se adaptar às novas técnicas administrativas que o mercado jornalístico exigia num período de forte concorrência entre os diários. Ao mesmo tempo, em plena crise da imprensa, essa modernização não se realizaria sem o apoio do regime militar, via publicidade, cessão de terrenos e redução de tributos para importação de novos equipamentos.

Em São Paulo, outros dois jornais também tinham um papel hegemônico no campo jornalístico neste período histórico: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. O poder a que nos referimos se deve ao peso político-ideológico, à estrutura empresarial e à tiragem e à circulação expressivas regionalmente. Diz respeito também ao processo de profissionalização da sua redação. Em que pese o desenvolvimento de cada um dos periódicos ter se dado em momentos distintos na história da imprensa brasileira e as particularidades de linguagem e conteúdo, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* assumiram, a exemplo do *Jornal do Brasil* e *O Globo*, a condição de formadores de opinião em nível local e nacional.

Esses quatro jornais foram também os maiores vencedores na história do Prêmio Esso. Duas características aproximam os veículos que integram os maiores empreendimentos jornalísticos no Brasil: a força econômica e a relação dos órgãos de imprensa com o poder.

¹⁶⁴ Um painel mais completo sobre os jornais alternativos pode ser encontrado no livro “Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa”, de Bernardo Kucinski (1991). Nele, o autor explica os motivos do declínio da experiência alternativa no período de abertura política.

Em relação ao primeiro aspecto, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* integram estruturas maiores de comunicação, ou seja, são produtos de conglomerados empresariais que expandiram sua atuação no mercado jornalístico para além do impresso. A existência de grupos de imprensa, controlados por um pequeno número de famílias tradicionais identificadas com setores dominantes do capital, é uma tradição no jornalismo brasileiro. Assim, há uma forte concentração do mercado de comunicação no eixo Rio de Janeiro - São Paulo nas mãos da família Octávio Frias (*Folha de S. Paulo*), Mesquita (*O Estado de S. Paulo*), Marinho (*O Globo*) e Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*). De modo geral, o jornal impresso desencadeou o processo de formação das grandes empresas, que consolidaram seus negócios com a expansão dos meios de comunicação ao longo do século XX, absorvendo revistas, rádio, televisão e, mais recentemente, a internet.

Quanto ao segundo atributo, podemos afirmar que a relação com o poder tende a ser um traço comum no desenvolvimento dos grupos de imprensa. Os proprietários de jornais – assumindo, na maior parte dos casos, uma visão conservadora da elite liberal – estiveram afinados ideologicamente com os governos em diferentes períodos históricos, buscando eventualmente espaços para denunciar o arbítrio. Mesmo no período em que houve legitimação da censura com cerceamento de informações por parte do Estado, veículos da grande imprensa optaram por permanecer no palco das decisões políticas. Não apenas *O Globo*, mas outros grupos, como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, ficaram em maior ou menor grau ao lado dos vencedores de 1964 a exemplo de outros setores empresariais. A *Folha de S. Paulo* também manteve uma postura de distanciamento em relação aos principais acontecimentos políticos, sobretudo até o processo de anistia e abertura política no final dos anos 1970. O processo de interlocução, de recuos e avanços no diálogo com os militares, era reforçado pela necessidade de sobrevivência dos jornais.

A partir da contextualização do cenário jornalístico, voltamos a analisar o Prêmio Esso. Somando todas as edições, verificamos que o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* foram também os maiores vencedores na história do concurso jornalístico. Os quatro veículos conquistaram 35 dos 53 prêmios distribuídos na categoria principal entre 1956 e 2008, representando 67,30% do total. Separando a análise por jornais premiados, lideram o ranking, com nove prêmios cada, o *Jornal do Brasil*, *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. Em seguida, aparece *O Estado de S. Paulo*, com oito

premiações. O quadro geral que reproduzimos abaixo nos permite extrair outras informações relevantes sobre os veículos premiados:

TABELA 21 (1956-2008)

VEÍCULOS	Nº PRÊMIOS
<i>Jornal do Brasil</i>	09
<i>O Globo</i>	09
<i>Folha de S. Paulo</i>	09
<i>O Estado de S. Paulo</i>	08
<i>Veja</i>	04
<i>Correio Braziliense</i>	03
<i>Isto é</i>	02
<i>Realidade</i>	02
<i>O Cruzeiro</i>	02
<i>Jornal da Tarde</i>	01
<i>Última Hora (RJ)</i>	01
<i>Fatos e Fotos</i>	01
<i>Correio da Manhã</i>	01
<i>Jornal de Brasília</i>	01
Total	53

Fonte: Prêmio Esso (1956-2008)

Podemos observar que, em 53 edições, um total de 14 órgãos de divulgação foi consagrado pelo programa institucional da Esso. Outro aspecto a ser ressaltado é a alternância de jornais vencedores de acordo com determinado momento histórico. Assim, nota-se que há uma diversidade maior de publicações premiadas até 1980. A partir daí, nas últimas três décadas, apenas sete veículos se revezaram na conquista da láurea máxima: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Isto é*, *Veja* e *Correio Braziliense*.

Importa sublinhar também que deste seleto grupo de 14 jornais/ revistas contemplados na categoria principal entre 1956 e 2008, cinco desapareceram do mercado – a maior parte tragada pelo processo de concentração da imprensa a partir dos anos 1970. Entre os jornais, fecharam *Última Hora (RJ)* e *Correio da Manhã*. No segmento de revistas, *O Cruzeiro*, *Fatos e Fotos* e *Realidade* também foram do auge à decadência.

Delimitando a análise aos anos 1964-1978, o resultado do concurso demonstra uma predominância do *Jornal do Brasil* e de *O Estado de S. Paulo*. Os dois diários conquistaram praticamente a metade dos 15 prêmios em disputa na categoria principal neste período:

TABELA 22 (1964-1978)

VEÍCULOS	Nº PRÊMIOS
<i>Jornal do Brasil</i>	04
<i>O Estado de S. Paulo</i>	03
<i>Realidade</i>	02
<i>Fatos e Fotos</i>	01
<i>Última Hora (RJ)</i>	01
<i>O Globo</i>	01
<i>Jornal da Tarde</i>	01
<i>Veja</i>	01
<i>Folha de S. Paulo</i>	01
Total	15

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

6.2.1 *Jornal do Brasil*

A performance do *JB* no concurso jornalístico entre 1964-1978 é indicativa da evolução do diário após as reformas editoriais e gráficas iniciadas nos anos 1950. Fundado em 1891 por Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, o matutino era identificado como um boletim de anúncios na primeira metade do século XX. Tinha uma primeira página composta inteiramente por classificados e chegava a dedicar 80% do seu espaço interno à divulgação de pequenos produtos. Se essa opção garantia uma certa estabilidade financeira, ao mesmo tempo, deixava o *JB* em posição secundária no cenário jornalístico no Rio de Janeiro como órgão noticioso.

O perfil da publicação começou a mudar gradualmente a partir de 1956 com a decisão da condessa Pereira Carneiro, diretora-presidente do *JB*, de modernizar o jornal. Com uma equipe de jovens profissionais, reestruturou a gestão empresarial, investiu na aquisição de novos equipamentos e transformou os padrões jornalísticos do diário, implantando uma renovação visual e valorizando as reportagens e o fotojornalismo. Da qualidade da tinta e do papel, passando pela mudança dos tipos, dos formatos e do material de impressão, até a

adoção de novos critérios de apuração e de redação da notícia, o *Jornal do Brasil* em nada lembrava a época de boletim de anúncios. Os repórteres também passaram a usar a técnica norte-americana do *lead* e da pirâmide invertida, eliminando a linguagem rebuscada e as adjetivações no texto.

Na primeira fase, conduzida por Odylo Costa Filho, Aníbal Freire e Amílcar de Castro, o jornal inovou com a criação de uma página feminina, que daria origem ao *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil (SDJB)*. O caderno, editado por Reinaldo Jardim, foi um dos responsáveis pelo lançamento do movimento concretista e se tornou porta-voz da vanguarda intelectual do país, publicando trabalhos de Ferreira Gullar, Augusto e Haroldo de Campos, e Carlos Drummond de Andrade, dentre outros poetas e romancistas (Bahia, 1989: 379). Posteriormente, Jânio de Freitas assumiu a chefia de redação, aprofundando o processo de experimentação por que passava o jornal tanto na parte gráfica como editorial. O jornalista Alberto Dines, que assumiu o cargo de editor-chefe em janeiro de 1962, consolidou a reforma. “As inovações do *Jornal do Brasil* foram graduais e fruto do trabalho coletivo de sucessivas equipes. Não podem, de forma alguma, serem atribuídas a uma única pessoa” (Ribeiro, 2000: 151).

Sob o comando de Dines, as editorias do jornal foram organizadas. É nesse período que surgiu inclusive a primeira editoria de fotografia da imprensa brasileira. Dines estabeleceu ainda reuniões regulares com a equipe de editores. Com o objetivo de produzir conteúdo mais qualificado e contextualizado aos leitores, o diário passou a contar também com um arquivo e um estruturado departamento de pesquisa.

As conquistas na categoria principal do Prêmio Esso representavam o êxito das mudanças iniciadas na década de 50. Foi o maior vencedor do concurso entre 1964-1978, com a consagração das matérias “Cem dias na Amazônia de ninguém” (1964), “O futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama” (1967), “Volta ao ponto de partida” (1974) e “As drogas” (1975). Pesquisamos algumas edições nos diferentes anos em que o *JB* foi laureado com o prêmio máximo para avaliarmos alguns aspectos gráficos e redacionais bem como alterações empreendidas pelo jornal no decorrer do tempo. Assim, examinamos material de novembro de 1964, agosto de 1967, março de 1974 e julho de 1975, coincidindo com os meses em que foram publicadas as matérias vencedoras. Adotaremos o mesmo critério para fazer um breve mapeamento morfológico de outros jornais premiados, sem a

pretensão de fazer uma análise exaustiva dos textos publicados e de todos os atributos estéticos.

De modo geral, o *Jornal do Brasil* era dividido em três cadernos nos dias úteis: noticiário (1º caderno), classificados (2º caderno) e *Caderno B* (cultura). Nos fins de semana, o *JB* editava um caderno especial e a *Revista de Domingo*. Outros suplementos eram publicados em dias específicos: em 1967, por exemplo, havia o caderno de automóveis e turismo, encartado no jornal às quartas-feiras, e os suplementos de moda e literário, que saíam, respectivamente, às quintas-feiras e a cada terceiro sábado do mês. Em 1975, o periódico já trazia nas edições de segunda-feira o caderno *JB Esportes*.

Entre 1964 e 1967, não se registra grandes variações no tamanho do noticiário: oscilava entre 16 e 20 páginas, com oito páginas para o *Caderno B* e 10 para os classificados. Até 1972, o *Jornal do Brasil* não saía às segundas. Já em 1974 e 1975, percebe-se uma valorização ainda maior da reportagem em relação à seção de anúncios: o primeiro caderno tinha entre 38 e 44 páginas, o *Caderno B*, 10 páginas e os classificados, apenas 4. Aos domingos, com maior número de reportagens e grande espaço para os classificados, o *JB* chegava às bancas com até 106 páginas, sendo 42 somente de noticiário, conforme edição publicada em 20/07/1975.

Um traço de permanência nos diferentes períodos analisados foi a característica de o *Jornal do Brasil* organizar os assuntos conforme seu valor jornalístico. Observa-se, no entanto, que o peso das editorias variou conforme o contexto histórico. Assim, podemos notar que a tipologia de notícia mais frequente entre 1964 e 1967 recaía sobre o noticiário político, nacional, assuntos do cotidiano da cidade e esportes. Já em 1974 e 1975, a seção política cedeu espaço para a cobertura de economia e internacional. Registra-se que, nos anos 1970, o país vivia um clima de repressão política, legitimada pelo Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, e o momento mais intenso do chamado “milagre econômico”.

Uma análise mais detalhada dos aspectos editoriais gerais confirma a influência da conjuntura política nas páginas do matutino carioca. Comparamos as edições dominicais de 01/11/1964 e 20/07/1975. No primeiro caso, o noticiário reservava quatro páginas para política, sete para nacional, quatro para assuntos da cidade e três para esportes. As editorias de economia e internacional ocupavam, cada uma, apenas duas páginas da publicação. Já na edição de julho de 1975, havia nove páginas abordando a temática econômica e sete

voltadas para o noticiário internacional, incluindo seções inteiramente dedicadas à América Latina, África Europa e Portugal. A editoria de esportes permanecia sendo muito valorizada pelo *JB*, com seis páginas. É interessante notar que havia grande espaço nos jornais do período para a cobertura de turfe. O entretenimento também ganhou destaque.

Em relação aos textos, o diário tinha um caráter essencialmente informativo, publicando grande volume de notícias e reportagens. O espaço ocupado pelas fotografias ainda não era significativo. Gradualmente, o *Jornal do Brasil* foi substituindo fotos mais ilustrativas por trabalhos de fotojornalismo. O matutino contribuiu de forma decisiva para essa transição ao criar a figura de um editor de fotografia nos anos 1960. Até então o fotógrafo não tinha participação na escolha das fotos a serem publicadas na primeira página, ficando essa atribuição a cargo do secretário do jornal. A criação de uma editoria, acompanhada posteriormente pelos demais jornais, estimulou a participação do fotógrafo em todas as etapas de produção, não apenas no processo de apuração de informações.

Ainda assim, o espaço disponível para o texto prevalecia sobre as imagens (fotos ou ilustrações) nas edições analisadas do *JB*. Essa percepção é confirmada pelo estudo morfológico realizado por Nelson Hoineff (1976/1977) que investigou os reflexos da crise mundial de papel de imprensa na linguagem do jornalismo impresso brasileiro. O autor examinou o número total de páginas com suas respectivas medidas (espaço total disponível) para determinar o espaço despendido em publicidade, texto e imagens (fotos, charges, recursos gráficos, etc). Hoineff coletou material de jornais editados no Rio de Janeiro em três datas: 25 de agosto de 1964, 25 de agosto de 1970 e 24 de agosto de 1976. Sobre o comportamento do *JB*, concluiu que a presença de fotos e ilustrações situou-se numa média de 7% do espaço total, não havendo grandes variações nos três períodos. Já o texto ocupava praticamente a metade do espaço do jornal entre 1964 e 1976.

Voltando à abordagem da tipologia dos textos publicados, a página 6 do jornal era reservada para a publicação de dois ou três editoriais, além de artigos de opinião. Em 1964, assinavam nesse espaço nomes como Barbosa Lima Sobrinho, Tristão de Athayde, Mario Martins e Martins Alonso. A página contava também com a coluna “Coisas da política”. Em 1975, os editoriais e artigos eram acompanhados por charges de Ziraldo e Lan e pela seção “Carta dos leitores”. Naquele ano, outras duas importantes colunas - a “Coluna do Castelo” e o “Informe JB” – saíam, respectivamente, nas páginas 2 e 8.

Em sua primeira página, o *JB* cria uma solução gráfica original, também verificada mais tarde na diagramação de outros periódicos: a publicação de uma foto aberta na metade superior, geralmente em três colunas, e uma foto menor na parte inferior. O jornal abandonou os fios e passou a valorizar o branco da página. Além da manchete, sem subtítulo, apresentava chamadas curtas em uma coluna, mas também havia chamadas maiores ocupando até quatro colunas. Outra curiosidade era a seção de classificados, denominada “Achados e perdidos”, publicada em formato de “L” na capa.

6.2.2 *O Estado de S. Paulo*

Mais antigo jornal da cidade de São Paulo, *O Estado de S. Paulo* recebeu essa designação em janeiro de 1890, mas já circulava com o título *A Província de S. Paulo* desde 4 de janeiro de 1875. Fundado por um grupo de 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, o diário surgiu como veículo abolicionista com o propósito de fazer oposição ao regime monárquico. A mudança do nome, 15 anos depois, decorreu da nova nomenclatura para as unidades da federação pelo governo da República. Genro de José Alves de Cerqueira César, que integrava o grupo dos 16 fundadores, e redator desde os primeiros anos de *A Província*, Júlio Mesquita tornou-se o único proprietário do jornal em 1902¹⁶⁵.

Principal empresa do Grupo Estado, o diário sempre manteve historicamente sua posição editorial de jornal liberal-conservador, o que explica o apoio do grupo ao movimento militar que depôs o presidente João Goulart. No período, a “Revolução de 1964” significava para o *Oesp* uma “intervenção democrática” necessária para combater a desordem e a ameaça comunista. Somente a partir do fechamento político em 1968, entendendo que a presença dos militares não seria transitória, retirou seu apoio ao governo, passando a sofrer represálias, com apreensão de edições e censura prévia.

À exceção da publicação de poemas de Camões no lugar das matérias censuradas na primeira página – uma solução gráfica e editorial original adotada a partir de 1973 para denunciar que o jornal estava sob censura – pode-se afirmar que o *Oesp* manteve, no período do regime militar, um aspecto visual extremamente conservador, com blocos de texto

¹⁶⁵ Informação extraída do site do jornal (<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>) em 29/08/2009.

ocupando grande espaço nas páginas e fios verticais separando as colunas. O seu processo de modernização, com a adoção de um novo conceito gráfico, ocorreu de forma bastante lenta, depois da reforma empreendida pela maioria dos jornais concorrentes.

Apesar da manutenção do modelo do velho jornal diário, pesado e pouco atraente, *O Estado de S. Paulo* foi um dos mais influentes veículos da grande imprensa durante a ditadura. Prova disso foi seu desempenho no mais importante e tradicional concurso jornalístico no período. Entre 1964 e 1978, conquistou três prêmios na categoria principal, atrás apenas do *Jornal do Brasil* no ranking do Prêmio Esso: “Juiz: ladrão e herói” (1968), “Expedição de contactação dos índios Kranhacarore” (1973) e “Assim vivem os nossos superfuncionários” (1976). Para verificarmos algumas características visuais e temáticas do diário paulistano, coletamos material de setembro de 1967, janeiro de 1973 e agosto de 1976, correspondendo ao período em que foram publicadas as matérias vencedoras.

As edições de *Oesp* tinham em torno de 40 a 52 páginas nos dias da semana. Não havia cadernos específicos para a área de cultura ou classificados. Um caderno único reunia todas as seções do jornal. Os classificados, por exemplo, ocupavam as últimas páginas. Aos domingos, o noticiário já apresentava uma divisão em diferentes cadernos. Em 1967, as edições dominicais, apresentando grande quantidade de anúncios, vinham com até 152 páginas. Quase uma década depois, o *Oesp* chegava às bancas ainda mais robusto: em 01/08/1976, circulou com 224 páginas. O periódico não era publicado na segunda-feira.

Assuntos de política nacional e do exterior, economia, esportes e sobre a cidade predominavam no noticiário nos exemplares analisados em 1967. A edição de 19/09/1967 ilustra a frequência desses temas no jornal: as editorias de Política, País e Exterior ocupavam nove páginas; Esportes, seis páginas, incluindo duas sobre Turfe; Local (municípios da Região Metropolitana de São Paulo), quatro páginas; e Economia, três. Notas, notícias e reportagens nas seções Falecimentos, Artes, Interior (outros municípios do Estado de São Paulo) e Variedades completavam o noticiário. Numa análise comparativa com as edições publicadas nos anos 1970, percebemos pequenas mudanças editoriais. Além dos grandes eixos temáticos já citados, com ênfase nos assuntos sobre a cidade, o *Oesp* passou a discutir questões relativas a transporte e valorizar também abordagens que começavam a gerar grandes debates na sociedade naquele período, como ecologia e saúde.

Os suplementos editados pelo jornal já buscavam atender à necessidade dos novos leitores e seus interesses específicos por determinados temas. Num cenário em que a segmentação assumia grande importância no jornalismo brasileiro, o diário publicava em 1967 o suplemento Feminino de oito páginas (domingo), o suplemento Literário de seis páginas (sábado) e o suplemento de Turismo de seis páginas (sexta). Outros nichos foram atendidos, como um caderno inteiramente dedicado ao setor agrícola. Naquele ano, a tiragem do periódico ultrapassava a marca de 340.000 exemplares¹⁶⁶.

As notícias e reportagens ocupavam grande espaço nas páginas de *Oesp*, analisando as edições de 1967. Nos anos 1970, comparativamente, o jornal adota textos mais curtos, porém ainda extensos em relação aos outros jornais no período. Observa-se um equilíbrio maior entre texto e imagem apenas na 1ª página, espaço privilegiado do fotojornalismo no diário. Nas páginas internas, o jornal utilizava fotos mais ilustrativas.

A exemplo de outros veículos jornalísticos, o matutino paulistano também buscava estabelecer uma separação entre texto informativo e opinativo, dando ênfase ao primeiro. Em 1967, os artigos, comentários e editoriais limitavam-se a duas páginas: na página 3, a seção “Notas e informações” reunia um editorial e três ou quatro pequenos blocos de textos opinativos; na página 4, havia sempre uma charge ocupando quatro colunas no canto superior direito e um artigo de colaboradores, políticos e autoridades do governo, dentre elas o economista Roberto de Oliveira Campos, que teve texto publicado na edição de 19/09/1967¹⁶⁷. Não era uma prática do jornal nesse período publicar cartas de leitores. Nos anos 1970, o *Oesp* restringiu o espaço para opinião. A seção “Notas e informações” foi mantida na página 3, dividindo espaço com matérias produzidas pelas sucursais. As edições analisadas no período de agosto de 1976 já não traziam mais as charges e os artigos de colaboradores na página 4. Mas aos domingos as cartas eram publicadas na seção intitulada “Dos leitores” em páginas aleatórias no interior do jornal. A título de ilustração, em 01/08/1976, o *Oesp* abriu espaço para os comentários de sete leitores na página 51.

As mudanças editoriais na primeira página são as mais perceptíveis na análise morfológica do *Estadão* no período 1967-1976. A modernização editorial pode ser observada nas chamadas. Em 1967, elas não representavam um resumo dos aspectos

¹⁶⁶ Informação extraída do site do jornal (<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>) em 29/08/2009.

¹⁶⁷ Diplomata, escritor, professor e ex-parlamentar, Roberto Campos teve grande influência na formulação da política externa do Brasil como ministro do Planejamento no governo Castelo Branco (1964-1967).

considerados mais importantes do acontecimento, conforme convenção jornalística, mas correspondiam ao início das reportagens, com continuação nas páginas internas. A organização das reportagens era oferecida ao leitor na página 3 numa espécie de sumário intitulado “Hoje no ‘Estado’”, reunindo os principais assuntos de cada editoria acompanhados de um texto explicativo de cinco linhas. Em 1973 e 1976, embora as chamadas apresentassem ainda grande volume de texto, já indicavam melhor ao leitor se aquela notícia poderia ser de seu interesse. Esse modelo gradualmente foi aperfeiçoado, dispensando o uso do sumário na página 3.

As manchetes não tinham subtítulo nos três períodos analisados. As fotos passaram a ganhar cada vez mais destaque na capa. Se em 1967, o jornal tinha o hábito de publicar duas fotos, ocupando três ou quatro colunas, em 1976 o aspecto visual era bem diversificado: o periódico utilizava um número maior de fotos em diferentes tamanhos, incluindo fotos-legendas.

O *Oesp* também já tinha como característica publicar o nome do fundador e dos antigos diretores em seu cabeçalho, normalmente sob o título do jornal ou em suas margens, uma tradição que se mantém até os dias atuais. Conserva assim um traço patriarcal e patrimonialista que se estende por outros grandes grupos de imprensa no Brasil, como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*, todos dirigidos por famílias tradicionais. No caso de *O Estado de S. Paulo* no período da ditadura militar, sobressai a valorização do papel da família Mesquita na defesa das liberdades individuais e de imprensa.

Em 1967, o jornal era dirigido por Júlio de Mesquita Filho e tinha Marcelino Ritter como redator-chefe. Mesquita Filho foi autor, em 13 de dezembro de 1968, do célebre editorial “Instituição em frangalhos”, que motivou a suspensão da circulação por ordem dos militares e, segundo a memória construída pelo jornal, teria representado o início da censura em *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, também do grupo Estado. Com o seu falecimento, em 12 de julho de 1969, o *Oesp* passa a ser comandado por Júlio de Mesquita Neto, outro nome sempre evocado pelo campo jornalístico para demonstrar a atuação de resistência da imprensa contra o arbítrio e o autoritarismo. Mesquita Neto chegou a receber, em setembro de 1974, o prêmio Pena de Ouro da Liberdade outorgado pela Federação Internacional de Editores de Jornais, em Copenhague, na Dinamarca.

6.2.3 *Realidade*

A revista *Realidade* começou a circular em abril de 1966, inovando tanto em sua política editorial quanto no aspecto gráfico. Foi lançada pela Editora Abril, dirigida por Victor Civita. O projeto foi criado pelo jornalista Paulo Patarra, que viria a ser o redator-chefe nos primeiros anos da publicação. Com periodicidade mensal, a revista deveria, na proposta de Patarra, apresentar “muita cor e papel bom”, “trazer prestígio” através da “escolha dos assuntos, com a qualidade do texto e da apresentação”, ser de “interesse geral, mais masculina que feminina no relacionar e tratar os assuntos” e “equilibrar texto e ilustração”, dentre outros atributos. O jornalista também apontava que o novo produto deveria contemplar dois aspectos: “necessidade e possibilidade da Editora” e “necessidade de possibilidade dos leitores” (Patarra, apud Moraes, 2007: 45).

Além de Paulo Patarra, a equipe original contava com os jornalistas Sérgio de Souza, José Hamilton Ribeiro, Fernando Mercadante, Narciso Kalili e Mylton Severiano da Silva, entre outros. Os primeiros números de *Realidade* apresentavam ao público uma diversidade de temas, desde a abordagem sobre grupos diferenciados, como infância, mulher, estudantes e a questão do negro até assuntos da atualidade, com reportagens mais aprofundadas e contextualizadas em relação ao que era publicado nos jornais acerca da política, esporte, ciência e economia. Matérias de comportamento sobre religião, casamento, saúde e liberação sexual também eram um dos pontos fortes da revista, reconhecidamente defensora da mudança de costumes. Cada edição vinha em média com 12 reportagens.

Quanto à relação de *Realidade* com o poder vigente, ocorreram conflitos pontuais nos primeiros anos em razão da apresentação de temas considerados tabus na sociedade brasileira. Em agosto de 1966, a revista teve problemas com a censura ao levar para suas páginas uma pesquisa intitulada “A juventude diante do sexo”. A segunda parte desse material, que sairia na edição seguinte, não foi publicada, pois a edição poderia ser apreendida pelo Juizado de Menores da Guanabara (Moraes, 2007: 49). Outro atrito, dessa vez com o Juizado de Menores de São Paulo, ocorreu em janeiro de 1967, quando *Realidade* preparou um número especial voltado para questões relacionadas à mulher. A edição reunia uma pesquisa sobre como pensavam as mulheres brasileiras, a descrição do corpo feminino, um ensaio fotográfico sobre o amor materno e entrevistas com mulheres desquitadas, dentre

outras matérias sobre o tema. As reportagens foram consideradas “obscenas” e “profundamente ofensivas à dignidade e à honra da mulher” pelo Juizado de São Paulo. O curador de Menores Luiz Santana Pinto requereu a imediata apreensão da publicação. A mesma ameaça foi feita pelo juiz de Menores da Guanabara, na figura do sr. Alberto Cavalcanti Gusmão (idem: 50/51).

Moraes afirma que, a despeito da imagem de publicação “revolucionária”, a revista, no entanto, manteve uma relação amistosa com os governos militares. Após os dois episódios mencionados acima, *Realidade* “passa a tratar com mais descrição os temas que poderiam desagradar o governo e, como consequência, trazer prejuízos à empresa” (idem: 54). Também costumava publicar perfis de presidentes e autoridades importantes do *establishment* político.

As inovações editoriais fizeram da revista um marco na história do jornalismo brasileiro. Em pouco tempo, conquistou a credibilidade do público, consolidando sua posição no mercado jornalístico. Já no número de lançamento, em abril de 1966, os cerca de 250 mil exemplares esgotaram-se rapidamente nas bancas. No ano seguinte, a revista atingiu a tiragem de 505 mil exemplares.

Foi uma das primeiras publicações a investir na chamada reportagem de investigação, procurando explorar todas as dimensões do assunto em pauta e privilegiando a interpretação e a opinião. Emblemática nesse sentido foi a edição nº 67 sobre a Amazônia, publicada em outubro de 1971 e vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo e de Melhor Contribuição à imprensa no ano seguinte – para muitos jornalistas, o mais importante trabalho produzido pela revista e o mais bem elaborado documento jornalístico já feito no Brasil sobre uma região. Outros números também tiveram grande repercussão, como a edição especial sobre o Nordeste, em novembro de 1972.

Quando à tipologia dos textos publicados, *Realidade* combinava matérias especiais, depoimentos, perfis, ensaios e divulgação de pesquisas. Sua linguagem apropriava-se do *new journalism*, movimento surgido nas redações norte-americanas nos anos 1960 que utilizava recursos literários para narrar eventos jornalísticos. Assim, o próprio repórter tinha liberdade para escrever em primeira pessoa, tornando-se ele também personagem da matéria. Na era seu objetivo sair em busca da notícia em primeira mão, do “furo” jornalístico. O princípio era tratar a informação com estilo e qualidade. “Essa opção de

qualidade editorial é enriquecida pelo tratamento gráfico, muito mais apurado que o vigente até o seu aparecimento no mercado” (Bahia, 1989: 384).

As matérias eram ilustradas por farto material de fotojornalismo. A valorização de gráficos, ilustrações e outros trabalhos produzidos pela equipe de arte era também uma marca distintiva da publicação da Editora Abril. Na edição nº 67 sobre a Amazônia, de outubro de 1971, 209 páginas (64,2% do total de 326 páginas) foram reservadas para textos e imagens (fotos, quadros e ilustrações). Outras 117 páginas ou 35,8% do total eram ocupadas por publicidade. Grande parte dos anúncios advinha de empresas estatais.

Coube ao jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, convidado por Luís Carta, na ocasião diretor editorial da Abril, fazer a edição do número especial sobre a Amazônia. O trabalho envolveu mais de 20 repórteres e fotógrafos. Contou também com colaborações de especialistas sobre o tema.

Nesse período, o jornalista Milton Coelho ocupava a direção de *Realidade*. Sua equipe era composta pelos editores Audálio Dantas, José Hamilton Ribeiro, Múcio Borges da Fonseca e Roger Bester e pelos repórteres Antônio Alberto Prado, Antônio Euclides Teixeira, Jorge Andrade, José Antônio Severo, Laís de Castro, Domingos Meireles e Ruy Fernando Barbosa. Jean Solari e Luigi Mamprin eram os fotógrafos do quadro fixo da revista. A publicação, com sede em São Paulo, também possuía escritórios regionais no Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Nova York (EUA), além de correspondentes em Roma (Itália) e Londres (Inglaterra).

A partir de 1973, a revista já não consegue repetir o desempenho em tiragem dos primeiros anos e perde espaço para outras publicações. Em setembro, sofre uma grande mudança no formato e no conteúdo numa tentativa de recuperar o público. Reduz de tamanho – de 30 x 24 cm para 26,5 x 20 cm – deixa de produzir números especiais temáticos e passa a publicar até 24 matérias sobre diversos assuntos por edição, com abordagens mais superficiais e sensacionalistas (Moraes, 2007: 64). A redação perde alguns profissionais importantes nessa fase, como Audálio Dantas e José Hamilton Ribeiro. Ao mesmo tempo, movimentos da Editora Abril no mercado jornalístico indicam cada vez sua intenção de concentrar os investimentos na revista *Veja*. A experiência da revista *Realidade* chega ao fim em março de 1976.

6.2.4 – *Fatos e Fotos*

A revista semanal *Fatos e Fotos*, da Bloch Editores, foi lançada em janeiro de 1961, às vésperas da posse de Jânio Quadros na Presidência da República. Adolpho Bloch, presidente do grupo de comunicação, decidiu fazer ampla cobertura para homenagear o amigo Juscelino Kubitschek, que deixava o governo. Ainda sem equipe para colocar a revista nas bancas, Bloch conduziu pessoalmente a produção do primeiro número, tendo a colaboração de Justino Martins. Eles aproveitaram o material da *Manchete* e montaram uma edição basicamente de fotos. As vendas surpreenderam. Já no segundo número, Bloch convidou o jornalista Alberto Dines, que havia sido demitido do *Diário da Noite*, para assumir a direção da redação. Dines relata essa experiência:

“Fui e resolvi fazer a revista em rotogravura, com máquinas espetaculares, em preto-e-branco – isso que nós estávamos fazendo em jornal diário. Em pouco tempo a *Fatos e Fotos* estava vendendo mais que a *Manchete*. Trabalhávamos com as sobras da *Manchete*, porque não tínhamos repórteres, usávamos as fotografias que sobravam, e passamos a *Manchete*” (Dines, apud Abreu, Lattman-Weltman e Rocha, 2003: 85)

Jovens profissionais, que se tornaram nomes conhecidos no jornalismo brasileiro, atuaram na redação, como Carlos Leonam, Paulo Henrique Amorim e José Itamar de Freitas. Com apenas quatro anos de atividade, *Fatos e Fotos* recebeu o Prêmio Esso nacional: “Os filhos proibidos”, matéria de Itamar de Freitas publicada no início de 1964. No mesmo ano, a revista contava com Macedo Miranda, Raul Giudicelli, Paulo Afonso Grisolli, Raimundo Magalhães Júnior, Zevi Ghivelder, Fernando Pinto, Ney Bianchi e José Rodolpho Câmara em seu quadro de repórteres. A chefia de reportagem ficava a cargo do jornalista Cordeiro de Oliveira. Como colaboradores atuavam Ibrahim Sued, Narum Sirotsky e Luiz Edgar de Andrade, este também vencedor do concurso promovido pela multinacional em 1969, trabalhando pela *Última Hora*. A equipe de fotógrafos incluía Alberto Jacob, Gil Pinheiro, Nicolau Drei e Antônio Trindade, dentre outros. A publicação, com sede no Rio de Janeiro, tinha sucursais em três cidades: Brasília, São Paulo e Porto Alegre. O *bureau* na capital federal era dirigido por Murilo Melo Filho.

No período em que *Fatos e Fotos* conquistou o Prêmio Esso, a publicação, com formato 35,5 x 26cm, circulava com 64 páginas. No noticiário, apenas as últimas

apresentavam cor. Algumas páginas com publicidade também eram coloridas. Havia um predomínio do texto e da imagem (fotos). Na edição nº 166, de 04/04/1964, apenas 10 páginas ou 15,6% do total eram ocupadas por anúncios, a maior parte voltada para o setor de serviços. A revista divulgava marcas de cigarro (“Orleans” e “Kingston”), veículos (“Renault Gordini” e “Aerowillys”), calçados (“Alpargatas”), móveis e tecidos, como cobertores e malharias. A *TV Tupi* e os postos Shell também eram anunciantes. Outros serviços, como os da extinta companhia aérea Paraense, e produtos, tais como canetas e até gel fixadores, ocupavam as páginas de *Fatos e Fotos* na edição nº 237, de 14/08/1965.

A tipologia de notícia mais frequente estava relacionada a assuntos na área de política, atualidades, comportamento, turismo, moda e curiosidades sobre a vida de artistas nacionais e internacionais na música, no teatro e no cinema. Na edição nº 166, por exemplo, a revista trouxe uma reportagem sobre Guarapari, o mais famoso balneário do Espírito Santo, e uma matéria sobre a atriz Brigitte Bardot. Foram reservadas oito páginas para a política e dez para atualidades da semana. A publicação aproveitava o material produzido pelas agências internacionais. A reportagem de capa abria o noticiário. Nesse período, a revista era encerrada com a seção “Moça da contracapa”, estampando fotos coloridas de modelos. Outras colunas fixas compunham o conteúdo de *Fatos e Fotos*: “Radar” (notas sobre o cenário político), “O mundo em Fatos e Fotos” e as seções iniciadas sempre com a abreviação do nome da revista. Assim, na edição nº 176, de 13/06/1964, tínhamos “F&F no turismo”, “F&F de plantão”, “F&F no cinema”, “F&F na história”, “F&F na passarela” e “F&F sexy”.

O noticiário dava ênfase ao texto informativo. O espaço da opinião ficava restrito às colunas assinadas pelos colaboradores, como “São Paulo é assim – Tavares de Miranda informa”, “Ibrahim Sued informa” e “Gente importante – histórias de Armando Nogueira e Haroldo Hollanda”. A crônica semanal era assinada por José Carlos Oliveira. Além disso, a revista contava com a seção “Carta dos leitores”. Semanalmente, eram publicadas cerca de dez cartas, todas respondidas pela equipe da redação.

Observa-se também grande espaço para o fotojornalismo, justificando o nome da publicação. Muitas reportagens eram feitas basicamente apoiadas em imagens. Foi o caso da matéria “Grande marcha da liberdade” sobre o apoio popular ao golpe militar no Brasil, publicada em 04/04/1964. As quatro páginas foram editadas com pouco texto e grande

quantidade fotos de grandes proporções. Duas colunas também eram fartamente ilustradas: “Flash” e “Foto do fato”.

Na capa da revista, o órgão da Bloch Editores privilegiava fotos de atrizes, cantoras e modelos de sucesso no período. Em outros números, destacava a imagem de alguma autoridade política em evidência. Como observamos anteriormente, o fotojornalismo estava mais presente no interior da publicação. *Fatos e Fotos* selecionava também até quatro chamadas sobre os assuntos considerados mais importantes da edição.

6.2.5 *Última Hora*

A *Última Hora* do Rio de Janeiro foi fundada em junho de 1951 por Samuel Wainer. A criação do jornal teve motivação política, como vimos no capítulo 1 sobre o processo de modernização da imprensa. Getúlio Vargas concedeu empréstimos oficiais vantajosos ao jornalista para colocar o jornal a serviço do governo, que vinha sendo alvo de contestação de grupos políticos adversários no início dos anos 1950. O vínculo político do jornal com o governo Vargas é um capítulo importante na história da *UH*, mas não o único. Na verdade, o diário carioca contribuiu de forma decisiva para a renovação da imprensa brasileira, estabelecendo um novo padrão gráfico e inovando no aspecto editorial. Também empregou novas estratégias empresariais que, em pouco tempo, conseguiram incrementar a circulação a tal ponto que o jornal passou a disputar a liderança em tiragem na capital. Grande parte das mudanças foi incorporada por outros órgãos noticiosos do Rio de Janeiro e do país.

Quanto ao aspecto gráfico, a principal renovação foi a utilização da imagem em seu noticiário. As edições davam destaque a fotos abertas e coloridas, com resolução de excelente qualidade, seguindo o padrão de revistas internacionais. O jornal também privilegiou o fotojornalismo em detrimento de fotos ilustrativas/ posadas, contribuindo para a valorização profissional do repórter fotográfico. A caricatura era outro recurso largamente utilizado, funcionando como espaço opinativo complementar de *UH* para combater os adversários políticos de Vargas, sobretudo Carlos Lacerda. Novos modos de diagramação e as histórias em quadrinhos fizeram parte da famosa reforma gráfica do diário de Wainer.

As inovações na parte editorial também foram marcantes. O jornal resgatou a fórmula do folhetim, com forte apelo popular, e abriu espaço para as colunas assinadas, que tinham

cedido lugar às reportagens e entrevistas nos anos 1950. Nelson Rodrigues era colunista da *Última Hora*. Sua linha editorial seguia uma orientação claramente nacionalista. O órgão foi o porta-voz de sucessivos governos que tinham como bandeira a defesa dos direitos trabalhistas e da presença do Estado em atividades produtivas e econômicas estratégicas. Depois do suicídio de Vargas, apoiou os presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, fomentando a discussão política em suas páginas.

A forte ligação com os grupos políticos dominantes até 1964 representou o momento de maior êxito de *UH*. Wainer havia construído um império jornalístico, com várias edições regionais do seu jornal. O movimento militar que derrubou o governo de João Goulart contribuiu para dismantelar o patrimônio do grupo. “Faltava dinheiro, faltava papel, o quadro de funcionários fora drasticamente reduzido, a situação política era francamente adversa” (Wainer, 1988: 273). O periódico foi um dos poucos a fazer oposição ao golpe. Samuel Wainer refugiou-se inicialmente na Embaixada do Chile e partiu para o exílio em Paris, na França. Retornou ao Brasil em 1968 para tentar salvar a *Última Hora* carioca, que deu origem ao grupo. Alvo de perseguições, o diário perdia gradativamente sua identidade. O controle do governo sobre o noticiário acabou por enfraquecer a relação de *UH* com o seu público. É interessante notar que, apesar da série de represálias, não houve um processo imediato de queda nas vendas. Utilizando dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), Barros (1978) informa que o jornal, apenas na Região Metropolitana do Rio, vendia em setembro de 1967 a média diária de 109.440 exemplares, sendo que 40% dos seus leitores eram oriundos das classes A e B, 31% da classe C e 29% da classe D.

Com um público diversificado, conseguia contemplar assuntos de diferentes áreas, combinando temas populares com assuntos da cidade e do mundo do trabalho. Matérias esportivas e policiais tinham destaque nas edições, bem como pautas de comportamento. Foi exatamente com uma reportagem sobre psicanálise, que ganhava força nos anos 1960, que a *Última Hora* (Rio) conquistou em 1969 o Prêmio Esso de Jornalismo, o único conquistado na categorial principal em toda a trajetória do jornal. Examinamos outras características do diário a partir da análise das edições de julho de 1969, quando foi publicada a série de matérias “Psicanálise: remédio ou vício”.

A *UH* circulava em duas edições – matutina e vespertina – com algumas variações na capa para destacar os acontecimentos mais recentes. O veículo tinha 18 páginas, divididas

em dois cadernos de um modo geral. O primeiro saía com 12 páginas. Interessante notar que o segundo caderno não era dedicado exclusivamente aos assuntos culturais. A seção policial, por exemplo, ocupava as últimas páginas, normalmente com títulos chamativos, como na edição de 17/07/1969: “Miniesquadrão matou 6”. Em algumas edições, o noticiário era dividido em três cadernos, porém mantendo as 18 páginas. O reduzido número de páginas – chegou a circular com 14 páginas em 1968 – em comparação aos concorrentes se devia aos graves problemas financeiros da empresa. Para justificar o tamanho do jornal, Wainer inventou a teoria do “jornal padrão brasileiro”. Em editoriais, sugeria que as outras publicações “só eram mais volumosas porque contavam com o apoio do capital estrangeiro” (Wainer, 1988: 274).

O jornal apresentava muitas seções fixas. No primeiro caderno, havia as editoriais “Cidade Livre”, “UH Zero Hora”, “Fatos e Figuras”, “Jornal do Mundo” e “Jornal da Lua”, essa última criada para cobrir naquele ano a missão espacial americana que realizou um feito inédito na história da humanidade¹⁶⁸. Outras foram mantidas com títulos mais convencionais, tais como “Política e economia”, “Forças Armadas”, “Esportes” e “História”. O segundo caderno abria espaço para seções reunindo *features* (temas de comportamento e cultura), como por exemplo “Mundo Moderno”, “Chão de Estrelas”, “Vida moderna e Cinema” e “Variedades”, encerrando com uma página esportiva sobre turfe e uma página policial, conforme mencionado.

As matérias não eram assinadas pelos repórteres, mas os colunistas e os editores apareciam com seus nomes em destaque nas páginas de *UH*. Através dessa prática, o jornal não apenas valorizava a equipe, mas estabelecia um vínculo com os leitores. Muitos compravam o diário para acompanhar um determinado colunista ou profissional da redação. As colunas “Hora H” e “Roda vida” eram assinadas, respectivamente, por Tarso de Castro e Nelson Motta. O espaço “Diversão” ficava a cargo de Luiz Carlos Maciel e “Artes” era responsabilidade de Antônio Bento. Já Artur da Távola assinava uma coluna sobre televisão. Integravam ainda a equipe de colunistas Abelardo Barbosa com o seu “Jornal do Chacrinha” e João Saldanha, que se licenciou do jornal para assumir o cargo de técnico da seleção brasileira de futebol nas eliminatórias para a Copa do Mundo de 1970.

¹⁶⁸ O módulo da missão Apollo 11, tripulado pelos astronautas Neil Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Collins, pousou na lua em 20 de julho de 1969. Armstrong, comandante da missão, foi o primeiro homem a pisar na superfície lunar (http://pt.wikipedia.org/wiki/Apollo_11).

Outros grandes nomes do jornalismo brasileiro passaram pelo periódico. Em julho de 1969, a *Última Hora* tinha como diretor-responsável Alaôr Gaspar de Menezes. O jornalista Teodoro Barros editava a seção “Jornal do mundo”, abordando o noticiário internacional. A editoria de “Esportes” era comandada por Maneco Muller, que usava o pseudônimo Jacinto de Thormes. Vicente Marinho tinha a função de editar “Chão de estrelas” e “Variedades” e Amado Ribeiro era editor da seção intitulada “Policial”.

O noticiário combinava notas e notícias curtas com reportagens especiais extensas, algumas publicadas em série, como foi o caso de “Psicanálise: remédio ou vício”. A diagramação, mais dinâmica e arejada em comparação com outros jornais da grande imprensa no período, privilegiava o uso de um número maior de fotos e em proporções maiores. Em 17/07/1969, o diário, reconhecido na imprensa brasileira por valorizar o fotojornalismo, publicou uma sequência de fotos abertas sobre os astronautas americanos em missão na Apollo 11. Na matéria, eles eram identificados como “homens-lua”.

Ainda assim, analisando a edição de *UH* em seu conjunto, podemos perceber um predomínio do texto sobre a imagem. Hoineff (1976/1977) constata esse desequilíbrio em seu estudo comparativo: entre 1964 e 1976, o volume de texto variou entre 66,66% e 69,25%. As imagens (fotos, charges e recursos gráficos) ocuparam no mesmo período apenas um quarto (cerca de 15%) do espaço disponível do jornal. A publicidade também se manteve na faixa dos 16% em relação ao volume total, apesar de o periódico atingir todas as classes sociais no fim dos anos 1960.

A página 2 representava o espaço da opinião da *Última Hora*. Os editoriais eram assinados por Danton Jobim, com colunas de Art Buchwald, Octavio Malta e João Pinheiro Neto, entre outros colaboradores. Era nítido, naquela conjuntura do pós AI-5 marcada pelo fechamento político do regime, como a linha editorial atendia aos interesses do governo militar, apagando a postura combativa do grupo verificada, por exemplo, nos primeiros dias após a instauração da ditadura em 1964. A influência e os contatos de Wainer no meio político o livraram da prisão em dezembro de 1968. Ele estava sob a proteção do Exército brasileiro. Porém, como afirmou o proprietário de *UH* em seu livro de memórias, “os militares me cobriam um preço pela proteção oferecida naquelas circunstâncias” (Wainer, 1988: 278).

A capa da edição de 30/07/1969 ajuda a ilustrar a posição política assumida por *UH*. A manchete destacava “Semestre de progresso deixa governo otimista”. No mesmo sentido, o editorial “Condenação”, de 17/07/1969, associava episódios de ataque contra emissoras de TV em São Paulo a grupos “terroristas”. Escreve o jornal:

“A sucessão de incêndios que atingem estações de TV e que já repercutem sob a forma de sinistras ameaças no Rio de Janeiro não causa apenas alarme, mas também indignação. Natural e justa indignação, pois, segundo tudo indica, trata-se de atos terroristas que obedecem a um plano de âmbito nacional e de raízes internacionais. (...) Deixando expresso o seu veemente repúdio a esses atentados, *Última Hora* se solidariza com as empresas paulistas atingidas pelo vandalismo terrorista” (“Condenação”, *Última Hora*, 17/07/1969, p.4)

Não foram localizadas charges ou caricaturas na análise das edições de julho de 1969. Uma curiosidade é que as histórias em quadrinho, publicadas na página 2 do segundo caderno, eram assinadas por Jaguar. O cartunista foi um dos fundadores de *O Pasquim*, ao lado de Sérgio Cabral e Tarso de Castro, outro jornalista de *UH*. O famoso semanário alternativo havia sido lançado em 26 de junho daquele ano.

Quanto aos aspectos editoriais da primeira página, o jornal apresentava algumas características bem particulares. Uma delas era a publicação de grandes manchetes, com fotos abertas e sem o acompanhamento de um texto sobre os aspectos principais do assunto em destaque. Algumas chamadas também seguiam esse formato, ou seja, vinham apenas com o título e uma foto. A capa da edição de 30/07/1969, por exemplo, trazia, além da manchete sem texto de apoio, oito chamadas apenas com o título, outras duas em forma de tópicos no alto da página e cinco fotos. Em função dessa flexibilidade na diagramação, a logomarca de *UH* não ocupava uma posição fixa na primeira página, variando de edição para edição conforme a disposição das chamadas e das fotos.

Com dívidas trabalhistas e sem saúde financeira para colocar o jornal nas bancas, Wainer vendeu a *UH*, em abril de 1972, por US\$ 1,5 milhão a um grupo de empreiteiros, liderado por Maurício Nunes de Alencar, da Companhia Metropolitana. A mesma empresa já havia arrendado em 1969 o *Correio da Manhã*. O objetivo era utilizar a bem equipada gráfica do *Correio* e manter a força popular da marca *Última Hora*.

6.2.6 O Globo

O jornal *O Globo*, fundado por Irineu Marinho e um grupo de jornalistas oriundos de *A Noite*, começou a circular em julho de 1925. O nome do veículo foi escolhido por meio de concurso promovido entre os leitores. Com a morte de Irineu Marinho, apenas 21 dias após o lançamento, Eurycles de Mattos assumiu a direção do diário. Nesse período, Herbert Moses, Justo de Moraes, Eloy Pontes, Horácio Cartier e Antônio Leal da Costa faziam parte da equipe, ocupando os principais cargos do jornal. Eurycles de Mattos faleceu em maio de 1931. Foi nesse momento que Roberto Marinho – que havia acompanhado todo o processo de formação de *O Globo* como secretário do pai, Irineu Marinho, e posteriormente de Eurycles de Mattos – foi designado para ser o novo diretor-redator-chefe do jornal. Ele aproveitou a experiência inicial de passar por todos os setores, da redação à oficina, passando pela administração. Tinha então 26 anos. A gestão de Roberto Marinho à frente de *O Globo* se estendeu por quase sete décadas.

O jornal começou a ganhar popularidade nos anos 1940 com a cobertura da 2ª Guerra Mundial. Chegou a publicar um caderno especial – o “Globo Expedicionário” – em formato tablóide com periodicidade semanal. Destacava, sobretudo, a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no conflito.

Na década seguinte, era o vespertino de maior circulação do Rio de Janeiro, com cerca de 100 mil exemplares vendidos diariamente (Ribeiro, 2000). A editoria de Esportes, coordenada por Mario Rodrigues Filho, também ajudava a impulsionar a tiragem.

A influência política do órgão, no entanto, era pequena. Com uma linha editorial conservadora, integrou ao lado da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e dos veículos que pertenciam aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, uma intensa campanha contra o governo Getúlio Vargas. Denunciava os empréstimos oficiais ao grupo *Última Hora*, de Samuel Wainer. Ao mesmo tempo, fazia oposição ao projeto de criação da Petrobras. No episódio do suposto atentado contra Lacerda, na Rua Toneleros, em Copacabana, *O Globo* publicou na íntegra o relatório do inquérito policial-militar instaurado pela Aeronáutica num caderno especial intitulado “O livro negro da corrupção”. A posição assumida pelo jornal teve consequências imediatas após o suicídio de Vargas. A sede do órgão foi apedrejada e caminhões do jornal, atacados e incendiados pela população.

O diário não acompanhou diretamente o processo de modernização da imprensa do Rio de Janeiro nos anos 1950. Poucas mudanças gráficas e editoriais foram empreendidas

pelo vespertino carioca no período, apesar do grande investimento em estrutura e maquinário. Favorecido por créditos da ordem de um milhão de dólares do Banco do Brasil entre 1950 e 1952, Roberto Marinho instalou o jornal numa nova sede na Rua Irineu Marinho (onde até hoje está localizado *O Globo*) e reequipou sua oficina gráfica com modernos equipamentos.

Mantendo-se coerente com o seu perfil conservador, *O Globo* esteve ao lado de outros segmentos da sociedade civil que apoiaram a solução militar na crise política institucional de março de 1964. Consolidou nos anos seguintes sua imagem de jornal governista, aproveitando-se também da contrapartida financeira dos grupos dominantes. Como vimos, as relações do empresário Roberto Marinho com o poder beneficiaram diretamente suas empresas. Um ano depois do movimento militar que derrubou o presidente João Goulart, foi inaugurada a *TV Globo*, consolidando em pouco tempo a liderança do grupo no mercado de comunicação no Brasil. As vantagens não decorriam apenas da redução de tributos para importação de novos equipamentos. O veículo passou a receber também grande volume de recursos em publicidade de empresas estatais.

Contraditoriamente, o momento de ascensão das Organizações Globo ocorreu no período de forte concentração empresarial, com o fechamento de inúmeros jornais, como *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite* e *A Noite*, dentre outros. Ainda nos anos 1960, durante a crise da imprensa, o vespertino carioca apresentava uma tiragem de cerca de 200 mil exemplares (Ribeiro, 2000).

Entre 1964-1978, *O Globo* conquistou uma única vez o Prêmio Esso na categoria principal com a série de matérias “113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente”, publicadas nos meses de janeiro e fevereiro de 1970. Nesse período, o jornal circulava diariamente, exceto aos domingos¹⁶⁹. O noticiário era dividido basicamente em dois cadernos, totalizando 32 páginas em média. Algumas edições chegavam a 40 páginas. Aos sábados, o diário editava o caderno *Ela*, voltado para o público feminino, e um suplemento voltado para temas de economia, o *Caderno Econômico*, com seis páginas. Às terças-feiras, os leitores contavam com o *Globo no campo*. Toda quinta também era publicado o *Caderno de Turismo*, com oito páginas. Não havia um caderno específico para

¹⁶⁹ O Globo passaria a circular, a partir de 1972, nos sete dias da semana (Bahia, 1989)

os classificados. O periódico costumava reservar apenas uma ou duas páginas para esta seção dentro do segundo caderno.

A tipologia de notícia mais frequente no período analisado recaía sobre o noticiário esportivo, político, de entretenimento (arte, cultura, serviço e entretenimento em geral) e temas da cidade. Três páginas abordavam assuntos predominantemente políticos. O noticiário esportivo ocupava cinco páginas. Páginas policiais também tinham um certo destaque, com duas páginas e títulos curtos e chamativos, conforme podemos constatar em matéria publicada em 07/01/1970 com a manchete “Mulher fuzilada”.

De um modo geral, o jornal disponibilizava no primeiro caderno grande conteúdo local, embora o projeto editorial não apresentasse uma separação claramente definida das editorias. A exemplo de *Última Hora*, o segundo caderno de *O Globo* também não reunia apenas assuntos da área cultural. A seção de arte e crítica se misturava a reportagens sobre ciência e tecnologia, educação e saúde. É interessante observar que a maior parte das matérias da série premiada “113 dias de angústia”, de temática política, saiu na primeira página do segundo caderno.

O vespertino carioca privilegiava, nas edições analisadas em 1970, o texto informativo. O jornal não tinha uma página específica de opinião. Apenas um artigo, assinado por colaboradores como Eugênio Gudín e Gustavo Corção, costumava ser publicado na página 2, onde também era reservado espaço para a seção “Carta dos leitores”. Os editoriais eram publicados na primeira página, relacionando-se com determinados fatos e acontecimentos, mas sem uma periodicidade diária. A orientação política do periódico expressa em artigos e editoriais era amplamente governista. Podemos ilustrar a postura favorável ao governo militar no editorial “Apelo aos intelectuais”, de 02/01/1970, endossando as considerações feitas pelo presidente Médici em sua mensagem de fim de ano. Nela, o general pedia o apoio dos intelectuais contra grupos “terroristas” que faziam oposição ao governo. Escreve o jornal que a mensagem do presidente Médici

“(…) é um convite à concórdia, à união nacional. O terror e a violência não beneficiam a ninguém. E é preciso que não haja um só brasileiro manejando os apetrechos de destruição que do estrangeiro chegam aqui clandestinamente. (...) Não há como entender o silêncio dos intelectuais diante dessa onda horripilante de atentados e assaltos que vêm vitimando humildes soldados da lei. (...) O apelo do presidente Médici foi sincero e mesmo comovido, esperamos que seja levado em conta em benefício ‘do Brasil a que amamos’” (“Apelo aos intelectuais”, *O Globo*, 02/01/1970)

O colunismo também tinha forte presença no vespertino da família Marinho: “Reportagem social”, de Carlos Swann, e “Jornal de Ibrahim Sued” eram as colunas mais conhecidas do jornal. Os autores permaneceram assinando colunas durante muitos anos nas páginas de *O Globo*.

Um aspecto que chama a atenção em *O Globo* em comparação aos outros periódicos analisados é o grande volume de publicidade. Hoineff (1976/1977) mostra que os anúncios ocupavam 32,89% do espaço disponível do jornal. O texto se manteve na faixa dos 52,37% em relação ao volume total. A presença de fotos e ilustrações situou-se numa média de 14,74%, levando-se em conta as edições de 1970. Quanto às imagens, optava-se pelo uso de grande número de fotos ilustrativas de pequenas proporções no interior do jornal.

Na primeira página, as manchetes de *O Globo* eram publicadas sem subtítulo. Embora o noticiário internacional tivesse pouco peso na distribuição editorial interna, o jornal dava destaque para assuntos veiculados por agências de notícias. Na edição de 02/01/1970, o título era: “Veemente apelo de paz do papa: poder humano para matar é diabólico”. Outra particularidade era a utilização de boxes para destacar determinados assuntos, além dos editoriais. Na mesma edição, a primeira página era composta por até quatro boxes e seis chamadas. A utilização de grande número de fotos preenchia o restante do espaço, tornando a diagramação confusa, sem espaços em branco. Ao leitor era praticamente impossível visualizar uma hierarquização dos assuntos mais importantes. Seguindo a solução gráfica de *Última Hora*, a logomarca *O Globo*, acompanhada pela inscrição “Fundação de Irineu Marinho” ficava solta na capa.

Além de Roberto Marinho no comando da empresa, o jornal tinha uma composição bastante familiar em sua estrutura organizacional. Em 1970, ocupavam os principais cargos Ricardo Marinho (diretor-secretário), Rogério Marinho (diretor-substituto) e Herbert Moses (diretor-tesoureiro), um dos colaboradores mais antigos de *O Globo* desde a sua fundação. Ocupando posições hierárquicas importantes também citamos Francisco Graell (diretor-superintendente), Luiz Paulo J. Vasconcelos (diretor-administrativo) e Ricardo Serran (subsecretário). Em dezembro de 1971, Evandro Carlos de Andrade assumiu a redação, implantando uma grande reforma editorial, que consolidou a posição de liderança do diário no mercado jornalístico do Rio de Janeiro.

6.2.7 *Jornal da Tarde*

O *Jornal da Tarde* foi lançado em 1º de janeiro de 1966 pelo grupo Estado promovendo uma inovadora experiência na imprensa brasileira. Com uma proposta editorial diferenciada e um novo conceito gráfico, o vespertino funcionou, como observa Bahia (1989), como um “laboratório de notícia e criatividade (...) no interior da então quase centenária empresa jornalística da família Mesquita” (idem: 385). As mudanças implantadas pelo periódico deixaram marcas importantes no jornalismo.

A primeira equipe teve Mino Carta como editor-chefe. Posteriormente Murilo Felisberto ocupou o cargo. O *Jornal da Tarde* conferiu à figura do editor um caráter multifacetado, tal como vemos hoje nas redações brasileiras. Esse profissional não apenas participava do fechamento, mas assumia funções de pauteiro, chefe de reportagem, repórter e redator, além de colaborar ativamente na diagramação. Jovens recém-saídos da universidade despontaram no diário, formando “uma redação barulhenta, irreverente, que produz um jornal ousado no estilo gráfico, inovador em seu texto leve e popular sem agredir a linguagem” (idem: 386). No quadro de repórteres, constavam nomes como Percival de Souza, Fernando Portela e Cláudio Bojunga.

Quanto ao aspecto gráfico, o jornal valorizou espaços em branco e fotos em grandes dimensões. Do ponto de vista editorial, privilegiou matérias de serviço e conteúdo local com uma linguagem simples, não rebuscada, com o objetivo de criar um vínculo maior com os seus leitores. E foi exatamente com a produção de uma série de reportagens com foco na cidade de São Paulo que o vespertino conquistou o Prêmio Esso nacional em 1971: “Receita para São Paulo” buscou apontar alternativas para problemas de infra-estrutura urbana na capital paulista. A seguir, apresentamos algumas considerações sobre os atributos editoriais e gráficos do *Jornal da Tarde* no período em que a matéria foi publicada.

O *JT* circulava com uma média de 24 a 30 páginas. Sem edição dominical, o veículo chegava às bancas às segundas-feiras com um volume maior de páginas em razão da grande quantidade de anúncios e do destaque para a cobertura esportiva, sobretudo o futebol. Assim, algumas edições totalizavam até 42 páginas. O diário não publicava suplementos.

Assuntos locais, conforme já ressaltado, tinham predominância no noticiário. Outro aspecto muito comum no material analisado era a preocupação em destacar as notícias mais

importantes do dia. Os fatos com maior destaque eram reunidos na seção “Resumo”, que ocupava várias páginas na mesma edição. O jornal também procurava valorizar matérias de comportamento. Dedicava duas páginas para a seção “Viver”, abordando as peculiaridades, a cultura, a tradição e as novidades de um determinado país. Em 01/03/1972, por exemplo, apresentou a reportagem “Viver na China”. Na área de entretenimento, seções organizadas por cada atividade cultural traziam informações detalhadas (matérias de serviço) sobre filmes em cartaz, shows, peças, restaurantes, livros e programas de televisão e rádio. Como não havia um caderno específico para os classificados, os anúncios costumavam ser publicados nas últimas páginas do vespertino.

O *JT* tinha como característica apresentar textos informativos e grandes reportagens. As notícias geralmente não eram assinadas pelo repórter, apenas as matérias especiais. Quanto ao aspecto gráfico, o diário mantinha os fios separando as colunas, a exemplo de *O Estado de S. Paulo*. A diagramação, no entanto, era mais limpa e dinâmica, favorecida pela valorização de espaços em branco. Os títulos, normalmente muito criativos, tinham grande destaque nas páginas, sendo um diferencial do jornal em relação aos concorrentes. Na primeira página, a manchete era estampada em quatro linhas, além de um subtítulo. O mesmo ocorria com o aproveitamento das fotos. Para exemplificar o peso do fotojornalismo no noticiário, na edição de 01/03/1972 a matéria “Um vôo sobre a cidade parada”, abordando os problemas de trânsito na capital paulista, trazia nada menos que oito fotos publicadas numa única página. Do mesmo modo, a capa do *Jornal da Tarde* procurava privilegiar a imagem sobre o texto. Na mesma edição, o diário trouxe duas fotos abertas e apenas três chamadas, sendo uma no alto da página e duas no rodapé, com seis linhas cada.

A página 4 era reservada para a opinião do jornal, os artigos de colaboradores e a carta dos leitores. Os editoriais eram assinados no período por Lenildo Tabosa Pessoa e Gilberto de Mello Kujawski, dentre outros articulistas. No espaço “São Paulo pergunta”, aberto para os comentários dos leitores, era selecionada uma média de três cartas por edição. O periódico também contava com as crônicas de Nelson Rodrigues, publicadas na página 2.

Dirigido por Ruy Mesquita, o *JT* tinha em março de 1972 uma equipe grande de diretores: José Vieira de Carvalho Mesquita, Júlio de Mesquita Neto, Luiz Vieira de Carvalho Mesquita, Ruy Mesquita, César Tácito Lopes Costa, Fernando Pedreira, Joaquim Douglas, José M. Homem de Montes e Leonel Vaz de Barros.

6.2.8 *Veja*

O primeiro número de *Veja* circulou em 11 de setembro de 1968. A Editora Abril, responsável por outros importantes títulos no mercado jornalístico, incluindo a *Realidade*, queria fazer de *Veja* a primeira revista de informação nacional. Para isso, elaborou um projeto editorial muito semelhante ao modelo da *Time*. No editorial de lançamento, o diretor da Abril, Victor Civita, destacou que a publicação tinha o objetivo de aproximar os leitores dos principais acontecimentos que ocorriam no Brasil e no mundo em diferentes áreas de conhecimento:

“O Brasil não pode ser mais o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA” (“Carta do editor”, *Veja*, 11/09/1968)

A capa de estreia tinha como título “O grande duelo no mundo comunista”. A revista também destacava a publicação de um mapa gratuito do Brasil. A primeira edição, no formato 27 x 21cm, circulou com 132 páginas em cores e em preto-e-branco. Basicamente apresentava três seções, como informa Almeida (2009): Brasil, reunindo política, economia e negócios; Geral, abrangendo notícias e reportagens sobre comportamento, ciência, esporte, educação, cultura e religião; e Mundo, que trazia a cobertura internacional. Também havia um espaço dedicado às reportagens especiais.

O projeto foi elaborado por Raymond Cohen, diretor de planejamento da Abril. O cargo de diretor de redação foi ocupado por Mino Carta, que retornou à editora a convite de Victor Civita depois de uma passagem pelo Grupo Estado, onde ajudou a lançar o *Jornal da Tarde* em 1966. Para selecionar os jornalistas da equipe, uma das estratégias da empresa foi realizar um inédito Curso Intensivo de Jornalismo, para o qual se inscreveram 1,8 mil universitários de todo o país. Ao final de três meses do curso, dos 100 candidatos participantes, foram selecionados 50 profissionais, que passaram a compor a equipe de *Veja* e outras publicações da editora Abril. Uma parte também foi deslocada para o novo departamento de pesquisa da empresa.

Fizeram parte da primeira turma do curso Dirceu Brisola, Silvio Lancelotti, Enio Squeff e José Carlos Bardawil. Outros jornalistas mais experientes foram convidados para trabalhar na revista, dentre eles Geraldo e José Maria Mayrink, José Roberto Guzzo, Paulo Totti, e Dorrit Harazim, Carmo Chagas e Tão Gomes Pinto, os dois últimos egressos do *Jornal da Tarde*. Além deles, também vieram do vespertino paulistano Sérgio e Renato Pompeu, Ulysses Alves de Souza, Armando Salém, Tim Teixeira e Hamilton de Almeida Filho (Almeida, 2009). A publicação contratou ainda os principais serviços de agências noticiosas e revistas para a cobertura internacional, como a *Paris-Match* (França), *Newsweek* (Estados Unidos), *Epoca* (Itália) e *Der Spiegel* (Alemanha).

O primeiro número saiu com uma tiragem de 700 mil exemplares. A empresa apostou no sucesso editorial de uma revista semanal de informação, no entanto, no final dos anos 1960 o público ainda tinha uma forte identificação com publicações ilustradas, como era o caso da *Manchete*. Segundo seus idealizadores, *Veja* investia no texto e não buscava concorrer com *Manchete*, porém os leitores encararam seu lançamento nessa perspectiva. Já no segundo número, conforme Almeida (2009), dos 31 anunciantes programados, 20 desistiram, e dos 500 mil exemplares distribuídos, 250 mil foram vendidos. A tiragem despencava número após número. “Durante cerca de 20 edições, a revista não vendeu mais do que 16 mil exemplares” (idem: 39). Segundo a autora, os lucros obtidos com as outras publicações da Editora Abril, sobretudo quadrinhos e fotonovelas, compensavam o prejuízo da revista semanal, sendo fundamentais para a sobrevivência de *Veja* nas bancas. O quadro financeiro adverso obrigou a empresa a fazer cortes na redação, comprometendo as reportagens especiais e pondo fim ao modelo da pauta circular, no qual todas as sucursais eram acionadas para repercutir um determinado tema.

Além da concorrência com as ilustradas, outra dificuldade apontada por Almeida dizia respeito à dificuldade de os repórteres se adaptarem ao estilo de revista semanal. A empresa chegou a produzir 13 edições experimentais completas – com capa, texto, foto e anúncios – como etapa de preparação da equipe antes do lançamento. A maioria atuava nos jornais diários, cobrindo assuntos locais. Encontrar a linguagem de uma publicação com outra periodicidade, voltada para a cobertura de assuntos nacionais, foi o maior desafio para os profissionais.

A autora aponta que a primeira reforma editorial de *Veja*, valorizando a cobertura política, foi o primeiro passo para a descoberta da fórmula ideal de revista semanal de informação¹⁷⁰. “Todas as outras alterações e resultados foram consequência dessa virada jornalística” (idem: 51). Foram criadas as editorias de Política e Economia. À reforma editorial seguiram-se, segundo Almeida, a seção de entrevista das “Páginas Amarelas”, a produção de um caderno de investimentos no final de cada número, também na cor amarela e um novo sistema de assinatura e promoção, como o lançamento de oito fascículos, editados por Raimundo Rodrigues Pereira sobre a chegada do homem à lua.

Ela afirma que “a maneira de escrever da revista foi sendo encontrada na prática, no dia-a-a-dia do fazer jornalismo: uso de adjetivação, apuração minuciosa e cuidado com o texto” (idem: 63). Utilizando dados da edição comemorativa do quarto aniversário da publicação semanal, a autora demonstra o êxito do conjunto de mudanças. “(...) em 1972, uma edição comum tinha 144 mil exemplares: cerca de 85 mil para bancas, 46 mil assinaturas e mais 13 mil para promoções” (idem: 51).

Naquele ano, *Veja* não contabilizava prejuízos, porém precisava cobrir o prejuízo dos anos anteriores. Ao obter credibilidade dos leitores, também consegue atrair novamente os anunciantes. Em 06/12/72, a revista saiu com 148 páginas, sendo 82,5 ocupadas por material editorial e 65,5 por anúncios. Em 12/09/73, das 164 páginas, 75 eram reservadas para publicidade¹⁷¹. Seis anos depois do lançamento, já era uma publicação lucrativa.

Entre 1964-1978, *Veja* conquistou o Prêmio Esso nacional com a matéria “Crime e drogas” sobre o assassinato de Cláudia Lessin Rodrigues. A cobertura sobre o caso foi publicada em setembro 1977. Nesse período, também apresentava o formato 27 x 21cm e mantinha o slogan “Revista semanal de informação”. A edição de 07/09/1977 circulou com 132 páginas, das quais 57 foram preenchidas por anúncios em cores e em preto-e-branco, correspondendo a 43,1% do total de páginas. A tiragem declarada foi de 266.600 exemplares.

¹⁷⁰ Almeida observa que a “primeira matéria em que a equipe acertou o tom do texto” foi a cobertura da crise da sucessão do presidente Costa e Silva em 1969. Participaram do trabalho os jornalistas Luís Guttemberg, José Ramos Tinhorão, Dirceu Brisola, Bernardo Kucinski e Elio Gaspari, além das sucursais do Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre. A equipe foi coordenada por Raimundo Rodrigues Pereira (2009: 55/56).

¹⁷¹ Os números relativos a anunciantes constam no estudo de Almeida a partir da dissertação de mestrado de Juliana Gazzoti intitulada “*Veja* e os governos militares”. São Paulo: UFSCAR, 1998.

O noticiário era dividido nas seguintes editorias: Brasil, Ambiente, Artes, Cidades, Cinema, Comportamento, Economia e Negócios, Educação, Esporte, Gente, Internacional, Investimentos, Literatura, Medicina, Música, Rádio e TV, Religião e Trânsito. Também havia as seções fixas “Cartas”, “Datas”, “Entrevista” e “Humor”.

Muitos jornalistas que trabalhavam em *Veja* nesse período eram remanescentes da primeira equipe em 1968. No comando da redação, estavam o diretor de redação José Roberto Guzzo, o diretor adjunto Sílvio Pompeu e o redator-chefe Carmo Chagas. Edgard de Silvio Faria ocupava o cargo de diretor responsável da revista. Constavam ainda Alexandre de Faria Machado, Almyr Gajardoni, Cláudio Bojunga, Geraldo Mayrink e Roberto Pompeu de Toledo (editores), Augusto Nunes, Fernando Moraes, Jorge Escosteguy, Luis Nassif, Luiz Weis, Regina Echeverria, Renato Pompeu, Ricardo Setti e Tales Alvarenga (editores), entre outros.

6.2.9 *Folha de S. Paulo*

A *Folha de S. Paulo* surgiu da experiência de outros títulos da empresa (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*) em 1º de janeiro de 1960. A *Folha da Noite*, fundada por Olival Costa e Pedro Cunha em 19 de fevereiro de 1921, foi o jornal que deu origem ao grupo. Depois vieram a *Folha da Manhã*, edição matutina criada em julho de 1925, e a *Folha da Tarde*, que começou a circular em 1949. O momento de fortalecimento da *Folha de S. Paulo* no mercado jornalístico brasileiro, como veremos adiante, ocorreu a partir dos anos 1980 com a consolidação do capitalismo na esfera econômica, a emergência de um novo contexto político e graças também a um bem sucedido e moderno projeto editorial – o “Projeto Folha” – baseado em valores como pluralismo, apartidarismo e jornalismo crítico.

Ainda nos anos 1960, a *Folha* foi pioneira na impressão *offset* em cores e em larga tiragem. Ao adquirir novos equipamentos gráficos e investir no processo de modernização tecnológica de suas oficinas, a empresa preparava as bases para uma reforma editorial capaz de conferir uma identidade para o jornal e credibilidade junto aos leitores. Em 1971, o

periódico abandona a composição a chumbo e se torna o primeiro jornal a usar o sistema eletrônico de fotocomposição¹⁷².

O projeto de criação de uma nova linha editorial começa a ser esboçado em junho de 1981 a partir da circulação de um documento interno fixando três princípios básicos: informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos. Com base nessas diretrizes, o “Projeto Folha” transforma as rotinas de produção noticiosas em sua redação, promovendo também modificações no fazer jornalístico de um modo geral. Seu “modelo de jornal vocalizado para o ‘mercado’”, como analisa Roxo (2002), é apropriado por outros órgãos da grande imprensa no país. O autor aponta as principais características do projeto: diluição do “impacto opinativo” do jornal; ênfase no caráter técnico e informativo; apartidarismo; e controle da produção associada aos procedimentos técnico-organizacionais através da melhora do fluxo interno de informações jornalísticas, cumprimento de cronogramas industriais, critérios homogêneos para tomada de decisões e controle dos erros de apuração e de escrita (Roxo, 2005: 96).

A exemplo do que ocorreu nos anos 1950, uma outra modernização foi implementada nos anos 1980, baseada em uma nova orientação empresarial que reconfigura o perfil do jornalista, dividido entre a responsabilidade social da profissão e as exigências de mercado. Exige-se dele cumprimento de prazos mais rigorosos para fechamento de matérias, o “furo” ou a informação exclusiva, texto final e versatilidade para assumir outras atribuições dentro do jornal. Enquanto cargos de redator e revisor são extintos das redações, surgem novas estruturas de poder, como os conselhos editoriais. Modernizar significa, para os dirigentes dos veículos de informação, buscar a adesão do profissional a uma nova racionalidade administrativa: redução dos custos operacionais e alto nível de desempenho.

Esse controle foi favorecido pela substituição dos “velhos jornalistas”, que participaram das reformas na imprensa brasileira na década de 50, por novos profissionais formados por cursos oferecidos pelas próprias empresas de comunicação. O fator geracional está no centro do debate sobre as consequências do jornalismo de mercado a partir da década de 80. Para os antigos jornalistas, como Alberto Dines, as reformas iniciadas pelo “Projeto Folha” resultaram na “juvenilização” das redações.

¹⁷² Informações extraídas da página da Folha de S. Paulo na Internet (www.folha.uol.com.br) em 15/09/2009.

“Os empresários atuaram na própria essência do fazer jornalismo, com toda aquela supremacia do marketing, com o movimento de trocar as redações, tirar os mais velhos e botar a garotada. (...) Eu coloco assim: estão tentando acabar com o resto de humanismo que havia no jornalismo brasileiro. Hoje, o jornalismo brasileiro é tecnocrático-mercadológico” (Dines, apud Abreu, Lattman-Weltman e Rocha, 2003: 129/130).

Para Carlos Eduardo Lins da Silva, um dos reformadores da *Folha de S. Paulo*, a lógica de mercado, no entanto, era um processo irreversível na sociedade capitalista brasileira dos anos 1980:

“Se nos anos 1970 era possível sobreviver no mercado jornalístico quase ignorando o fato de que se estava no mercado como fazia a própria *Folha* em sua redação, nos anos 1980 isso se tornou impossível. As normas e os padrões da sociedade de mercado não podiam mais ser evitados numa cidade como São Paulo” (Silva, apud Roxo, 2005: 88)

Para empreender as reformas, a *Folha* exigiu das chefias fidelidade ao novo projeto editorial. Em 1983, informatizou a redação, substituindo as máquinas de escrever por terminais de computador. A introdução da tecnologia facilitou a quantificação dos erros, gerou demissões e reduziu em 40 minutos o processo de produção do jornal. A influência da lógica empresarial também foi determinante para a padronização da linguagem. O texto adquire um caráter mais instrumental, fazendo do jornal um tipo de manual para a vida cotidiana. Todas as mudanças editoriais foram sistematizadas no Manual Geral da Redação da Folha, editado pela primeira vez em 1984. O livro impõe convenções jornalísticas, define conceitos e fornece até noções de produção gráfica, servindo como base para discussões no dia a dia da redação.

Citando os reformadores da nova política editorial do periódico, Roxo (2002) explica a nova função que assumiram os manuais de redação nos anos 1980: “Quando introduzidos na *Folha de S. Paulo* nos anos 60 serviram de orientação digamos ‘técnica’. Nos anos 80 eles transcenderam essa dimensão e passaram a servir como instrumento de controle e de adesão ideológica do jornalista ao projeto do jornal” (idem: 6). Na visão dos dirigentes, “a ideologia do desengajamento” era estratégica para a manutenção dos negócios da empresa.

O Projeto Folha foi fundamental para a revitalização do jornal, que conquista maior representatividade nacional como órgão formador de opinião. As reformas coincidem com o momento de redemocratização do país em 1984. A adesão à campanha em prol das eleições diretas para presidente fez parte das estratégias do jornal de apagamento de uma memória

que associava o grupo Folha à ditadura militar. Importa lembrar que a *Folha da Tarde*, após contar com policiais em seu quadro de repórteres, chegou a ser acusada de ceder carros de reportagem aos agentes do DOI-Codi. O contexto político de redemocratização nos anos 1980 favorecia, portanto, a construção da ideia de um “novo tempo” também para a *Folha de S. Paulo*, um dos órgãos noticiosos que mais souberam se ajustar ao novo momento histórico do país.

Em 1992, o empresário Octavio Frias de Oliveira passa a deter a totalidade do controle acionário da companhia. No mesmo ano, o jornal assume a liderança entre os diários com maior circulação paga aos domingos, com média de 522.215 exemplares. Em junho de 2009, figurava entre os jornais mais vendidos no país, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC): 289.381 exemplares nos dias úteis e 343.542 aos domingos.

No período 1964-1978, a *Folha* conquistou uma única vez o Prêmio Esso na categoria principal. A matéria “Exclusivo: fala Figueiredo” foi a vencedora do concurso em 1978. Nesse período, as edições do veículo saíam com 32 páginas nos dias úteis e 40 aos domingos. Além do noticiário no primeiro caderno, a publicação já mantinha diariamente a “Folha Ilustrada”, um caderno de oito páginas voltado para a área de cultura e entretenimento. Nos fins de semana, a “Ilustrada” circulava com até 16 páginas. Alguns suplementos também vinham encartados no jornal aos domingos. Era o caso do caderno “Economia” (8 páginas), “Folhetim” (16 páginas) e “Folhinha de S. Paulo” (oito páginas).

Assuntos de política nacional, cidades, economia, esportes e transportes tinham maior peso no noticiário. Conforme observamos na edição de 01/11/1978, as editorias Nacional, Local e Economia ocupavam, cada uma, cinco páginas. A seção de Esportes aparecia com quatro, o mesmo número reservado para Transportes. Completavam o noticiário matérias das editorias Exterior (duas páginas), Educação e Interior. A seção de Classificados também preenchia apenas uma página nos dias úteis.

A reportagem política, com a qual a *Folha* conquistou em 1978 o seu segundo Esso nacional, já aparecia com um peso importante na linha editorial do jornal¹⁷³. Na edição em que foi publicada a entrevista com o presidente Figueiredo, a primeira página trazia, além da

¹⁷³ Em 1960, a matéria “Um rio desafia o Brasil”, publicada pela *Folha*, foi a vencedora do concurso na categoria principal.

manchete, três chamadas e um box com enfoque político. Outras duas chamadas contemplavam assuntos locais e uma tinha um viés econômico.

Os textos publicados eram essencialmente informativos. Nos dias da semana, as matérias eram mais curtas, objetivas e sem assinatura dos autores. Reportagens especiais, assinadas pelos repórteres, apareciam com mais frequência nas edições dominicais, que apresentavam também grande quantidade de anúncios. Especialistas em determinados temas ajudavam a gerar atratividade para o jornal. Joelmir Beting, por exemplo, assinava a coluna “Notas econômicas”. O espaço ocupado pelas fotografias era bem equilibrado em relação aos textos na capa do periódico. Em suas páginas internas, observa-se a publicação de fotos menores e de caráter mais ilustrativo.

O espaço reservado para opinião da *Folha* já ocupava naquela ocasião duas páginas. A página 2 reunia normalmente dois editoriais principais, quatro textos produzidos pelas sucursais, uma charge, a seção “Frases” e um artigo de Luiz Alberto Bahia. Na página 3, o leitor podia conferir as seções “Painel”, com notas curtas sobre variados assuntos, e “Tendências/ Debates”, apresentando dois artigos de autores com visões distintas acerca de um determinado tema. “Tendências/ Debates” foi criada em 1976 com o objetivo de fomentar a pluralidade de opiniões, um dos princípios norteadores do “Projeto Folha”, elaborado posteriormente nos anos 1980. Como informa a própria *Folha* no texto explicativo que acompanha essa seção, a publicação dos textos “obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo”. Ainda na página 3, havia o expediente e “A palavra do leitor”. A seção normalmente abria espaço para cinco cartas, ocupando uma coluna na margem direita.

Quanto aos aspectos editoriais da primeira página, o diário paulistano já usava em seu cabeçalho o slogan “Um jornal a serviço do Brasil”. Apresentava manchetes acompanhadas sempre de um subtítulo. Fotos e chamadas dividiam espaço na capa. Na edição de 01/11/1978, foram publicadas quatro fotos, sendo uma associada à matéria principal, seis chamadas e um box com duas fotos e texto em duas colunas. Não havia anúncios na primeira página nem se editava outro tipo de imagem, como desenhos ou charges.

Um conselho editorial era responsável pela tomada de decisões no jornal. Era formado em 1978 por nomes importantes do jornalismo brasileiro, dentre eles ex-proprietários e

editores-chefes de outros veículos noticiosos. O conselho reunia o coordenador Cláudio Abramo, o editor-responsável Boris Casoy e o secretário Otávio Frias Filho, além de Samuel Wainer, Alberto Dines, Luiz Alberto Bahia, Ruy Lopes, Newton Rodrigues e Odon Pereira. Muitos também eram colunistas da *Folha*. Além de sucursais nas principais capitais brasileiras, o diário possuía uma extensa rede de correspondentes no exterior: Paulo Francis (Nova York), J.B. Natali (Paris), Osvaldo Peralva (Tóquio), Pedro Del Picchia (Roma) e Isaac Akceirud (Jerusalém).

6.3 Jornais x revistas

O exame do Prêmio Esso ilustra a pequena representatividade da *Folha de S. Paulo* e *O Globo* nos anos 1960 e 1970. O que parece ser apenas um parâmetro de prestígio entre os jornais refletia uma realidade do campo jornalístico durante a ditadura militar. O *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, por uma postura política mais crítica assumida em alguns momentos contra o poder autoritário, gozavam de maior credibilidade e apresentavam um vínculo maior com seus leitores. Por esse motivo também sofriam uma vigilância mais intensa dos órgãos de segurança.

Esse papel hegemônico do *Jornal do Brasil* e de *O Estado de S. Paulo*, corroborado pelas matérias vencedoras do mais importante concurso da imprensa brasileira, seria assumido justamente pela *Folha de S. Paulo* e *O Globo* numa outra conjuntura política, econômica e social. No período da redemocratização, sobretudo a partir dos anos 1990, estes dois diários tornam-se os principais vencedores do Prêmio Esso de Jornalismo. Para exemplificarmos, dos nove prêmios da *Folha de S. Paulo* na categoria principal, sete foram conquistados a partir de 1985. No caso de *O Globo*, a proporção é a mesma: sete dos nove prêmios foram obtidos a partir de 1994. Já o *Jornal do Brasil*, diário com maior número de prêmios durante a ditadura militar, teve um desempenho inverso: venceu pela última vez na categoria principal em 1990, momento que coincide com uma profunda crise financeira do periódico.

Além de uma progressiva concentração das temáticas nos chamados centros do poder, conforme foi visto no subcapítulo 5.3, a análise mostra também uma concentração geográfica dos veículos premiados na categoria principal. Todos os vencedores têm ou

tinham sede localizada em três capitais do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Fora do eixo Rio - São Paulo, destaque para o *Correio Braziliense*, que conquistou a premiação em 1985, 2000 e 2006. O *Jornal de Brasília* também entrou na história do concurso ao superar os concorrentes na edição de 1980.

Para Ney Peixoto do Valle, responsável pelo setor de imprensa do Departamento de Relações Públicas da Esso, quando da criação do programa em 1956, a concentração se deve ao peso político e econômico das três capitais.

“O eixo Rio - São Paulo tem a imprensa mais criativa e investigativa. É onde há mais oportunidades de trabalho para o jornalista, pois nessas cidades se localizam as sedes das principais revistas, redes de TV, além dos jornais mais influentes. Também são nessas cidades e em Brasília que se encontram as melhores fontes de notícias, em virtude de sua importância política e econômica”¹⁷⁴.

Ruy Portilho, atual organizador do prêmio, acentua as diferenças entre o “bom jornalismo” praticado nas grandes cidades e a dependência de veículos do Interior com determinados grupos políticos.

“Numa visão histórica, a imprensa do Interior era ligada a facções políticas, ou seja, jornais com uma chancela político-partidária muito forte. Isso geralmente não costuma gerar bom jornalismo nos padrões adotados pela Esso de imparcialidade. O eixo Rio - São Paulo durante muitos anos produziu jornalismo que tem muito essa característica do melhor do jornalismo. As comissões também entendiam assim. Entendiam que o jornalismo praticado no Interior saía com o pecado original da pouca independência”¹⁷⁵.

A maior parte dos veículos de outras capitais teve trabalhos reconhecidos pelo prêmio em categorias secundárias, por exemplo, nas áreas esportiva, econômica e científica. Historicamente o programa também sempre distribuiu prêmios em categorias regionais, inicialmente para os grupos Norte-Nordeste, Sul e Centro-Oeste. No decorrer dos anos, todas as regiões do país foram contempladas. Uma nova reforma no regulamento, nos anos 1990, incluiu a categoria Interior com o propósito de premiar publicações localizadas não apenas em capitais de estado.

Tentamos estabelecer também uma classificação de jornais e revistas quanto a sua abrangência (nacional ou regional). Embora o desenvolvimento das novas tecnologias digitais nas últimas décadas tenha propiciado a formação de grandes redes de comunicação,

¹⁷⁴ Entrevista concedida ao autor em 13/11/2009 por email.

¹⁷⁵ Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009 no Rio de Janeiro.

distribuindo conteúdo em diferentes plataformas, inclusive para outros países, os jornais impressos mantêm uma audiência de caráter essencialmente regional. Mesmo entre os principais diários do Rio de Janeiro e São Paulo, que integram grandes conglomerados de comunicação, não se observa uma concorrência no sentido de disputar a preferência dos leitores em nível nacional.

Compartilhamos a análise feita por Hons (1982) sobre alguns fatores que contribuem para a segmentação do público. O autor aborda as especificidades das realidades regionais, o que dificulta a existência de jornais circulando com o mesmo conteúdo em todos os estados brasileiros. As ocorrências locais tendem a ser valorizadas. A questão da proximidade com a realidade do público historicamente é um valor-notícia decisivo na seleção de matérias. “Os diários existentes têm, na sua maioria, um caráter tradicional e estão solidamente implantados. O próprio regionalismo brasileiro é um componente ideológico que impediu tais tentativas de circulação mais ampla” (idem: 37).

Nesse sentido, uma divisão das publicações vencedoras em termos de abrangência nacional ou regional ficaria prejudicada. Optamos por fazer uma análise quantitativa sobre o número de jornais e revistas premiados no período global (1956-2008) e no período específico (1964-1978). Proporcionalmente, não há muitas variações no resultado:

TABELA 23 (1956-2008)

VEÍCULOS	Nº PRÊMIOS	%
Jornais	42	79,24
Revistas	11	20,75
Total	53	100

Fonte: Prêmio Esso (1956-2008)

TABELA 24 (1964-1978)

VEÍCULOS	Nº PRÊMIOS	%
Jornais	11	73,33
Revistas	04	26,66
Alternativos	-	-
Total	15	100

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

No período 1964-1978, o número de jornais consagrados é praticamente três vezes o de revistas. Apesar da circulação de importantes publicações semanais e mensais, como *Realidade*, *Veja*, *Manchete* e *Fatos e Fotos*, jornais e revistas não deveriam concorrer na mesma categoria, na avaliação do jornalista Zevi Ghivelder. “É muito difícil comparar a reportagem de jornal com a reportagem de revista até porque a técnica e o estilo de redação são completamente diferentes. Naquele tempo, os jornais sequer publicavam fotos em cores”¹⁷⁶. Ghivelder também aponta diferenças na questão da periodicidade que interferem na qualidade da produção. *Realidade*, por exemplo, produzia 12 edições por ano, enquanto um jornal precisa fechar 365 edições no mesmo período.

Alberto Dines, com uma longa carreira na imprensa escrita diária, e Murilo Melo Filho, que trabalhou entre as décadas de 60 e 80 em diferentes funções nas revistas da Bloch, concordam que a cobertura dos jornais, por ser diária, exercia uma influência maior junto ao público e aos próprios jurados do concurso. “O jornal que sai todo dia tem mais oportunidade de chamar atenção. A revista, na melhor das hipóteses, é semanal. Lança uma matéria e tem que esperar uma semana para dar uma suíte. Então a repercussão naturalmente se dilui. No caso de *Realidade*, era ainda pior por ser mensal”, afirma Dines¹⁷⁷. O acadêmico Murilo Melo Filho tem uma interpretação semelhante: “A cobertura de revista não era factual. Eram matérias mais analisadoras de um conjunto de coisas. Não era a cobertura diária que faziam os jornais. Por isso, o prêmio passa a dar mais valor aos jornais do que às revistas”¹⁷⁸.

Analisando os quatro principais jornais brasileiros – *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* –, a tiragem somava cerca de 685 mil exemplares em dias úteis, conforme estudo de 1974 da Norton Publicidade e dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) de fevereiro de 1975, divulgados no Almanaque Abril 1976. A combinação de tais fontes mostra os seguintes números: *O Estado de S. Paulo* (190 mil exemplares), *O Globo* (185.736), *Folha de S. Paulo* (180 mil) e *Jornal do Brasil* (129.898). O *Jornal da Tarde*, vencedor do Prêmio Esso em 1971, aparece nessa lista com uma média de tiragem da ordem de 100 mil exemplares em dias úteis.

¹⁷⁶ Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009 no Rio de Janeiro.

¹⁷⁷ Entrevista concedida em 20/10/2009.

¹⁷⁸ Entrevista concedida ao autor em 22/10/2009 na sede da ABL.

Os dados sobre circulação também contribuem para ilustrar o peso dos diários no mercado jornalístico. Tomando como base apenas *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, houve um aumento do número médio de leitores num período de dez anos. Em abril de 1968, o *Globo* apresentava um índice de 2,24 e o *Jornal do Brasil*, 2,6 leitores por cada jornal (Hons, 1982: 203). Já o Anuário Brasileiro de Mídia apontava em 1978 um número médio de 4,3 leitores para cada exemplar de *O Globo* e 4,4 para o *Jornal do Brasil*.

Apesar da mudança do pólo econômico para São Paulo, no início dos anos 1970 a imprensa diária do Rio de Janeiro ainda apresentava grande força no cenário brasileiro. O mercado de revistas, ao contrário, já havia se transferido para São Paulo na década anterior, principalmente graças à atuação da Editora Abril, detentora de diversos títulos (*Capricho*, *Manequim*, *Intervalo*, *Quatro Rodas*, *Cláudia* e *Realidade*) para diferentes públicos (masculino, feminino, etc). A década de 1970 representa a consolidação desse mercado. Apenas para exemplificar, em 1978 houve um crescimento de 28% na circulação de revistas femininas e 18% no total de exemplares vendidos de títulos para o segmento masculino, segundo o Anuário Brasileiro de Mídia. As revistas de atualidade também tiveram níveis de venda cerca de 4% maiores no período.

Em números absolutos, citamos duas publicações da *Editora Abril* vencedoras do Prêmio Esso na categoria principal no período analisado (1964-978): *Veja* teve média de circulação líquida paga de 151.206 exemplares e *Realidade*, 125.136. Os dados do IVC, referentes ao primeiro trimestre de 1975, foram publicados no Almanaque Abril. O grande salto de *Veja* ocorreu na década seguinte, com média de circulação de 511.494 exemplares auditados pelo IVC no primeiro trimestre de 1983. Sua principal concorrente, a revista *Isto é*, teve no período uma circulação de 124.013 exemplares.

Outro dado que chama atenção na tabela 24 é a ausência de jornais alternativos no resultado do Prêmio Esso. Apesar do relativo sucesso da experiência alternativa nos anos 1970, quando jornais como *Pasquim*, *Movimento*, *Opinião*, dentre outros, gozavam de certa popularidade entre os leitores, apresentando críticas ao regime ou denúncias de violação de direitos humanos, nenhuma publicação neste segmento recebeu reconhecimento na categoria principal por seus pares no campo jornalístico.

Por apenas um voto, uma matéria sobre a morte de Vladimir Herzog, publicada pelo alternativo *Extra*, do Rio Grande do Sul, não quebrou a hegemonia de jornais e revistas da

grande imprensa no concurso. A partir do cruzamento de informações prestadas pelos jornalistas Ruy Portilho e Murilo Melo Filho, ambos entrevistados para a elaboração dessa pesquisa, pudemos confirmar que a reportagem do jornal *Extra* perdeu por três votos a dois a disputa em 1976 com a matéria “Assim vivem os nossos superfuncionários”, de *O Estado de S. Paulo*. A comissão era formada por Carlos Castello Branco (*Jornal do Brasil*), Claudio Abramo (*Folha de S. Paulo*), Murilo Melo Filho (*Manchete*), Murilo Felisberto (*Jornal da Tarde*) e Mussa José Assis (*O Estado do Paraná*). Castello Branco e Abramo votaram pela premiação da reportagem do *Extra* sobre Herzog. O julgador Murilo Melo Filho lembra que houve pressão de colegas alinhados com o pensamento de esquerda para que a matéria do jornalista assassinado nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército em São Paulo fosse premiada. O acadêmico justifica porque votou contra o trabalho do alternativo *Extra*:

“Achava que tínhamos que lutar para que o Prêmio Esso não sofresse as influências. Era um momento de muito radicalismo, muito apaixonado. Ou você era a favor dos militares ou contra os militares. Sempre mantivemos o Esso numa linha profissional equidistante de ambos os lados. Sempre nos orientamos em examinar bem as matérias, com objetivo prático e profissional absoluto”¹⁷⁹.

Registra-se que, excepcionalmente em 1971, os julgadores concederam o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa à revista *O Bondinho*, publicação quinzenal da Arte Comunicação e Editora, que tinha como editor Hamilton Almeida¹⁸⁰. Após a divulgação deste resultado, os editores do *Correio da Manhã* Washington Novaes e Aloysio Biondi chegaram a interpelar João Máximo, jurado que também trabalhava no *Correio* naquele ano, sobre os motivos para o fato de a comissão não ter reconhecido nessa categoria o lançamento do caderno de economia daquele jornal. O corpo de jurados era composto por Luiz Orlando Carneiro (*Jornal do Brasil*), João Máximo (*Correio da Manhã*), José Hamilton Ribeiro (*Realidade*), Ivan Ângelo (*Jornal da Tarde*) e Fernando Rocha (*A Tarde*). “O José Hamilton comoveu os membros da comissão a dar o prêmio para *O Bondinho*”, revela Máximo¹⁸¹.

¹⁷⁹ Entrevista concedida ao autor em 22/10/2009 na sede da ABL, no Rio.

¹⁸⁰ Definida em seu cabeçalho como “Revista-Guia da cidade de São Paulo”, *O Bondinho* procurava apresentar matérias criativas, baseadas em pautas do cotidiano. Investia também em reportagens investigativas e prestação de serviços. A publicação, que tinha em 1971 uma tiragem de 50 mil exemplares, buscava focar também os movimentos de contracultura, seguindo a linha editorial da imprensa alternativa da época.

¹⁸¹ Entrevista ao autor concedida em 09/11/2009 na redação de *O Globo*, no Rio de Janeiro

O triênio 1975-1977 marcou, segundo Kucinski (1999), o apogeu da experiência alternativa na imprensa brasileira, com oito publicações somando uma circulação de até 160 mil exemplares: *O Pasquim* (RJ) – 50 mil exemplares; *Crítica* (RJ) – 15 mil; *EX* (SP) – 20 mil; *Opinião* (RJ) – 10 mil; *Movimento* (SP) – 13 mil; *Brasil Mulher* (Londrina) – 10 mil; *Versus* (SP) – 20 mil e *Coojournal* (Porto Alegre) – 35 mil. O público era composto por estudantes, intelectuais, profissionais liberais, empresários, dirigentes políticos e autoridades.

Apesar do reconhecimento à publicação *O Bondinho* em 1971 e a disputa travada entre as reportagens do *Extra* e de *O Estado de S. Paulo* em 1976, de modo geral havia, por uma questão até ideológica, um desinteresse de jornais alternativos em participar do programa da Esso. Essa é uma leitura consensual dos julgadores entrevistados. Para ilustrar esse aspecto, citamos o depoimento de Celso Japiassu, que atuou na banca julgadora em 1973:

“Os alternativos não inscreviam matérias. Em 1973, não houve matéria inscrita por esses jornais. Acho que era também uma forma de autocensura da imprensa alternativa. Seria muito estranho ela entrar num prêmio patrocinado pela Esso. A empresa sempre representou o que havia de pior em termos políticos, ligada ao golpe militar”¹⁸².

O desinteresse era também dos jurados ao avaliar os poucos trabalhos que recebiam de veículos que atuavam nesse segmento. Grande parte deles se caracterizava pelo imprevisto e, por diferentes razões, não tinha uma periodicidade regular, não se enquadrando nos paradigmas construídos pelo Prêmio Esso. Guimarães Padilha, membro da comissão em 1966, atribui à falta de “continuidade de ação” o fraco desempenho da imprensa “nanica” no resultado do prêmio. “Os alternativos não tinham constância. Podiam dar uma matéria hoje como podiam não dar amanhã. O que se buscava realmente eram jornais que tivessem grande repercussão”¹⁸³.

¹⁸² Entrevista ao autor concedida em 05/10/2009 no Rio de Janeiro

¹⁸³ Entrevista ao autor concedida em 09/10/2009 no Rio de Janeiro

7. AS CATEGORIAS DO PRÊMIO

A análise das categorias criadas ao longo da história do Prêmio Esso demonstra que as alterações no regulamento acompanhavam as transformações verificadas na imprensa brasileira. Concomitantemente ao processo de profissionalização do campo jornalístico, já na segunda edição do concurso, em 1957, os organizadores deixaram de conceder uma premiação única, incorporando, além da principal, duas categorias regionais, uma para a Região Norte-Nordeste e outra para a Região Sul. Em 1959, foi criado um terceiro prêmio regional, destacando o melhor trabalho na região central do país. As mudanças tinham como propósito reconhecer a produção jornalística em outras cidades, para além do eixo Rio - São Paulo. “O concurso contribuiu para a evolução do jornalismo e essa mudança qualitativa motivou a própria evolução do prêmio, que passou a abranger outras áreas além da reportagem tradicional”, afirma Ney Peixoto do Valle, criador do Prêmio Esso¹⁸⁴.

Com a valorização do fotojornalismo na imprensa brasileira, foi criada em 1961 a categoria Fotografia. Nessa época, a comissão julgadora também já concedia destaques especiais, votos de louvor, *hors concours* e menções honrosas. Tais distinções representavam novos tipos de patrocínio simbólico que ampliavam o poder de consagração do concurso, conferindo, ao mesmo tempo, prestígio e notoriedade a um número maior de jornalistas. Esse processo teve continuidade entre 1964-1978, período escolhido para a presente análise.

O número de honrarias superava, em algumas edições do concurso, o número de categorias mais claramente definidas no regulamento. Em 1964, dez das 18 categorias eram prêmios *hors concours* ou menções honrosas. No ano seguinte, a proporção era ainda maior: 13 menções honrosas num total de 22 categorias. Podemos citar também as edições de 1969 e 1977, com seis menções honrosas, e 1975, com quatro homenagens especiais e cinco menções honrosas. Murilo Melo Filho reconhece que a concessão de honrarias era uma “espécie de compensação” para bons trabalhos inscritos, mas que eram preteridos por outras reportagens quando se avaliava o prêmio principal¹⁸⁵. Diferentemente do que ocorria nos

¹⁸⁴ Entrevista ao autor concedida, por email, em 13/11/2009.

¹⁸⁵ Entrevista concedida ao autor em 22/10/2009 na sede da ABL.

anos 1960 e 1970, a organização do concurso atualmente não concede mais distinções especiais, como explica o jornalista Ruy Portilho:

“Menção honrosa é uma válvula de escape das comissões. Elas ficam às vezes numa ‘saia justa’ para atribuir o prêmio para A, B ou C. Preferimos que os trabalhos sejam discutidos e as decisões sejam tomadas por consenso. Nos últimos 20 anos, temos evitado essa prática. Fizemos inserir no regulamento atual a proibição de concessão de qualquer outra distinção a não ser aquelas expressamente estabelecidas no regulamento”¹⁸⁶.

Não havia premiação em dinheiro nestas categorias. O maior capital era de ordem simbólica. Nos prêmios previamente definidos pelos organizadores, o valor pago em 1964 variava de Cr\$ 200 mil para os vencedores nas categorias regionais e de fotografia até Cr\$ 500 mil para o ganhador da categoria principal. Além deste prêmio em dinheiro, o detentor do melhor trabalho jornalístico recebia passagens para viajar a Nova Iorque (EUA). Em 1978 o prêmio máximo pagava ao vencedor Cr\$ 50 mil além de uma viagem aos Estados Unidos ou à Europa. Nas categorias menores, o valor era de Cr\$ 7,5 mil¹⁸⁷. Em alguns anos, os repórteres laureados receberam diplomas. A Varig, co-patrocinadora do prêmio principal, oferecia as passagens e entregava também o troféu Tucano de Ouro aos que mais se destacaram no ano.

Considerando apenas os prêmios específicos, ou seja, não levando em consideração as distinções especiais, observamos uma certa continuidade em relação às categorias em disputa entre 1964-1978. O concurso prestou reconhecimento em nove áreas, com algumas pequenas interrupções neste período¹⁸⁸ (tabela 25). Além do prêmio principal ou Esso de Jornalismo, os jornalistas concorriam nas categorias Reportagem, Regional e Fotografia. Com a especialização das editorias nos anos 1960, surgiram os prêmios de Reportagem Esportiva, Informação Econômica e Informação científica. Houve também o lançamento dos

¹⁸⁶ Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009 no Rio de Janeiro.

¹⁸⁷ Em novembro de 1964, o preço do litro de leite era de Cr\$ 160,00. A título de comparação, o prêmio pago pelo concurso naquele ano correspondia ao valor de quase dois refrigeradores, cada um custando, em média, pouco mais de Cr\$ 250.000,00 (*Jornal do Brasil*, 01/11/1964). Em 1978, o preço de uma dúzia de ovos e do quilo do feijão era, respectivamente, Cr\$ 6,90 e Cr\$ 7,80. O prêmio máximo pago pelo concurso no mesmo ano já era quase a metade do valor de um carro zero modelo Chevette com o preço de mercado de Cr\$ 92.752,00 (*Folha de S. Paulo*, 05/11/1978).

¹⁸⁸ Desconsideramos nesta classificação o Prêmio Esso de Chefe de Reportagem, concedido uma única vez na edição de 1965.

prêmios de Equipe e de Melhor Contribuição à Imprensa. Esse padrão de premiação teve como marco fundamental o ano de 1966.

TABELA 25

Categorias	Edições
Principal	Todas, exceto 1966
Reportagem	1966, 1967, 1968, 1971 e 1972
Regional	Todas
Fotografia	Todas
Reportagem esportiva	Todas, exceto 1967 e 1968, quando as matérias vencedoras na categoria principal abordaram essa temática
Informação econômica	Todas, exceto 1964 e 1965
Informação científica	Todas, exceto 1964 e 1965, sendo que a categoria passou a se chamar “Informação científica e tecnológica” em 1977 e 1978
Equipe	1964 a 1970; 1973 a 1975
Melhor contribuição à imprensa	1971 a 1975

Fonte: Prêmio Esso (1964-1978)

Somando todas as categorias, incluindo as distinções especiais, o concurso distribuiu 197 prêmios entre 1964 e 1978 – uma média de 13 por edição. A seguir, abordaremos rapidamente duas dessas categorias que apresentaram uma predominância no período 1964-1978: Reportagem e Melhor contribuição à imprensa.

Reportagem – O Prêmio Esso de Reportagem foi instituído em 1966, representando na prática um reconhecimento ao segundo trabalho jornalístico mais importante na hierarquia do concurso. A conquista nesta categoria se converte em acúmulo de capital específico quase tão importante, do ponto de vista simbólico para os vencedores, quanto à consagração na categoria principal – o Prêmio Esso de Jornalismo. Quem confirma esse aspecto é Ruy Portilho, organizador do concurso:

“É uma hierarquização feita pelas comissões de julgamento. O que ficou estabelecido ao longo do tempo é que o Prêmio Esso de Jornalismo é entregue para a matéria mais importante, a reportagem considerada pelas comissões o mais importante trabalho publicado naquele período. E o Prêmio Esso de Reportagem é o segundo mais importante. Dizemos que é o rei e o vice-rei, porque na hierarquia do concurso a reportagem está em segundo lugar. Depois vêm as outras categorias”¹⁸⁹.

Os valores distribuídos aos vencedores correspondem a essa hierarquização. Na última edição, em 2009, o prêmio principal que leva o nome do programa foi fixado em R\$ 30 mil, enquanto Reportagem distribuiu R\$ 10 mil, o mesmo valor pago ao vencedor em Fotografia. Já os contemplados em cada uma das três categorias regionais receberam R\$ 3 mil.

O Esso de Jornalismo, segundo fontes entrevistadas, levaria em conta também a qualidade no tratamento editorial. Nesse sentido, ser uma boa reportagem é importante, mas o trabalho deve ser avaliado em seu conjunto, diferenciar-se por uma boa edição (redação, títulos, recursos gráficos, espaço ocupado na capa e no noticiário) e ter uma boa estratégia de divulgação.

É interessante notar que a reportagem mantém um estatuto diferenciado dentro do concurso jornalístico. Enquanto os julgadores conferem o Prêmio Esso de Jornalismo ao trabalho de melhor qualidade dentre todos os inscritos, o Esso de Reportagem transforma-se em uma categoria que representa, de certa forma, a essência da atividade jornalística. O cumprimento dos critérios estabelecidos no regulamento parece inclusive ter contribuído ao longo dos anos para a criação de um gênero jornalístico próprio, ou seja, a reportagem produzida especialmente para concorrer ao Prêmio Esso, como destaca o jornalista Wilson Figueiredo, membro da comissão julgadora em 1964. Em artigo escrito na edição comemorativa dos 25 anos do concurso, ele afirma que, no decorrer dos anos, essa “fórmula passou a ser amplamente utilizada”, pondo fim a “todo um ciclo dos prêmios concedidos a trabalhos realizados por uma visão construtiva (...)” (1980: 70).

João Máximo, premiado em 1967 com a matéria “Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama” e jurado em 1971, concorda que, a partir da consolidação do programa da Esso no imaginário do campo jornalístico, muitos colegas começaram a realizar reportagens objetivando a vitória no concurso. No entanto, ele não vê a “corrida” ao prêmio como um dado necessariamente negativo. “Se por um lado criou-se uma série de matérias meio

¹⁸⁹ Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009 no Rio de Janeiro.

gratuitas, claramente apelativas para ganhar o prêmio, por outro instigou os repórteres e resultou em algumas matérias de qualidade. Nem todas as reportagens foram oportunistas, só visando simplesmente ao prêmio”, pondera Máximo, complementando que o Prêmio Esso não deve ser visto como um atestado de hierarquia ou superioridade de um trabalho sobre o outro, mas apenas um reconhecimento à qualidade das matérias vencedoras¹⁹⁰.

A leitura do item 4.5 do regulamento do concurso demonstra como os valores construídos em torno da ideia do repórter como aquele que descobre as novidades e denuncia as mazelas escondidas da sociedade são reconhecidos pelo campo e contribuem para a formação de uma certa identidade profissional. Descreve o documento que o Prêmio Esso de Reportagem “será conferido, preferencialmente, ao trabalho em que ficar evidenciado o esforço acima do comum por parte do repórter ou de equipe de jornalistas para obtenção das informações utilizadas na matéria”. O regulamento atual acrescenta que o objetivo é reconhecer a “coragem, determinação, perseverança, senso de oportunidade e isenção”, dentre outras virtudes pessoais e profissionais do repórter¹⁹¹.

Tais critérios não se afastam muito dos pressupostos que orientavam a atuação da imprensa ainda na virada do século XIX para o século XX, sobretudo no Rio de Janeiro. Atributos como “coragem”, “capacidade”, e “competência” do repórter remontam a postura combativa assumida por muitos diários a partir da Proclamação da República. Essa auto-imagem construída sobre a profissão constitui uma marca de autoridade fundamental do campo jornalístico¹⁹².

No ano de lançamento do Prêmio Esso de Reportagem, em 1966, uma peculiaridade é que não houve vencedores na categoria principal. Foi a única vez na história do concurso, como vimos no capítulo 5 *As matérias premiadas*, que a comissão não concedeu o Prêmio Esso de Jornalismo. Assim, a matéria vencedora na categoria Reportagem “Brasileiros, go home”, da revista *Realidade*, passou a figurar na galeria dos grandes vencedores do prêmio.

¹⁹⁰ Entrevista ao autor concedida em 09/11/2009 no Rio de Janeiro.

¹⁹¹ <http://www.premioesso.com.br/site/regulamentos/jornalismo.aspx>, acessado em 17/05/2008

¹⁹² É o que demonstra Barbosa (2000) em seu estudo sobre as relações entre a imprensa, o poder e o público. A pesquisadora aborda as mudanças por que passavam os diários e o novo papel que esses veículos assumiram na sociedade entre 1880 e 1920. O contexto põe em evidência o protagonismo do repórter na sociedade. Ele se identifica como um profissional destemido, distinto de outras categorias. Como demonstra Barbosa, “mais do que o político, o ocupante de importantes cargos públicos, é ele, o jornalista, quem descobre as novidades e as transmite para o público” (2000: 132).

No período analisado, o Prêmio Esso de Reportagem foi suprimido em diversas edições. Ele passou a integrar definitivamente a premiação a partir de 1980.

Melhor Contribuição à imprensa – Não há menção no regulamento quanto aos critérios para premiação nesta categoria. O então coordenador do Prêmio Esso, Guilherme Duncan, menciona no livro dos 50 anos da premiação que a sua criação em 1971 estava associada às transformações por que passava o jornalismo no país: “(...) o jornalismo nos estados começava a crescer. A tecnologia de comunicação apresentava estimulantes inovações (...). A publicidade brasileira dava o primeiro salto de qualidade” (Duncan, apud Beloch, Israel e Fagundes, Laura Reis, 2006: 9). Neste ambiente, afirma o ex-coordenador, “para reconhecer o mérito específico de um trabalho, de um veículo de comunicação, de uma obra, uma iniciativa, um nome, foi criado o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa” (idem).

Outra referência a esta categoria aparece na *revista Imprensa*, de dezembro de 1994. O veículo mensal voltado para a análise do jornalismo brasileiro foi contemplado pelo trabalho “Anatomia de um crime da imprensa”, de Roberto Pereira de Souza, que trata da cobertura da mídia sobre as denúncias não comprovadas de abuso sexual contra os diretores da Escola Base, em São Paulo¹⁹³. Informa a publicação:

“Contribuição à imprensa é a única categoria que foge dos requisitos tradicionais de premiação no Esso. A matéria, além de uma demorada triagem entre todas as inscritas, ainda é submetida a outro julgamento que questiona suas dimensões e amplitude que possam contribuir de alguma forma com a melhoria da imprensa nacional” (“*Autocrítica de um crime da imprensa*”, *revista Imprensa*, dezembro de 1994)

O Bondinho, *Realidade* e *Expansão* integram a lista das publicações vencedoras entre 1971 e 1973. Uma curiosidade envolve a revista *Realidade* em 1972. De forma inédita na história do concurso, a edição especial sobre a Amazônia conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo e o de Melhor Contribuição à Imprensa.

Em 1974, foi distribuído o prêmio aos quatro meios de comunicação (jornal, revista, rádio e TV) em reconhecimento a práticas bem-sucedidas na área administrativa ou no

¹⁹³ A revista *Imprensa* dividiu o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa em 1994 com o escritor Fernando Moraes pelo livro “Chatô, o rei do Brasil” e o *Correio Braziliense*, “cuja reforma comprova a viabilidade da imprensa independente no centro do poder, movimenta o mercado jornalístico na Capital e fortalece a estrutura dos Diários Associados” (BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis. *Uma história escrita por vencedores: 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006)

aspecto editorial: *Última Hora - RJ* (“Por sua recuperação como empresa jornalística e transformação num dos jornais brasileiros de melhor aspecto gráfico”), *Tendência* (“Pelo seu surgimento na vigência do concurso e amplitude de cobertura aos assuntos de macro e micro economia”), *Radio Panamericana* do grupo *Jovem Pan* (“Pela ênfase ao trabalho jornalístico, em especial a divulgação de todos os assuntos de interesse público”) e *TV Globo* (“Pelas sucessivas inovações e grande destaque dedicado ao telejornalismo”).

Em 1975, a comissão julgadora do Esso destacou a contribuição de três jornais diários e uma revista dirigida ao segmento agrícola: *O Estado de S. Paulo* (“Pelos suplementos especiais com que assinalou o centenário de fundação de um órgão – o próprio *O Estado de S. Paulo* – que é o modelo na imprensa brasileira”), *Jornal de Brasília* (“Pelo trabalho de uma equipe de jovens profissionais, criando um novo jornal na capital do país”), *Gazeta Mercantil* (“Pelo esforço de renovação do jornalismo econômico brasileiro”) e *Agricultura hoje* (“Pela abordagem editorial e feição gráfica no setor de revistas dirigidas”)¹⁹⁴.

Observa-se nesta categoria um reconhecimento aos veículos normalmente não contemplados nas categorias principais do concurso, à exceção de *O Estado de S. Paulo*. Outro aspecto é a valorização de publicações especializadas em economia, cujo momento de maior expansão, relacionado ao contexto do país marcado pelo “milagre econômico”, ocorria nos anos 1970. *Tendência* e *Gazeta Mercantil* estão inseridas nesta conjuntura, além de *Agricultura Hoje*, que também apostava na especialização da cobertura. Podemos destacar ainda o valor atribuído à questão do “novo” pelos julgadores. Em pelo menos três veículos jornalísticos, as contribuições à imprensa são justificadas por termos como “inovações” (*TV Globo*), “Jovens profissionais” (*Jornal de Brasília*) e “renovação” (*Gazeta Mercantil*).

O concurso promovido pela empresa petrolífera continuou se adaptando às transformações do campo jornalístico, que, por sua vez, influenciou e foi influenciado pelo contexto histórico, político e social do país. O prêmio acabou por sintetizar a evolução da imprensa brasileira, com a inclusão de novas categorias. Em 1977 e 1978, o concurso distribuiu cinco prêmios na categoria Regional, contemplando todas as regiões do país. Com o processo de redemocratização, o regulamento incorporou, no período 1985 a 1992,

¹⁹⁴ BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis (org.). *Uma história escrita por vencedores: 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006

Informação Política. Reflexo também da segmentação de categorias por áreas de interesse, os jornalistas passaram a concorrer, a partir de 1988, ao Prêmio Esso de Informação Cultural. Nos anos 1990, editores, diagramadores e editores de arte puderam participar do programa com a criação das categorias de Criação Gráfica e Primeira Página. Nessa reforma foi incluída a categoria Interior com o objetivo de premiar trabalhos jornalísticos editados não apenas em capitais de estado.

Atualmente são distribuídos prêmios em 13 categorias, das quais 12 relacionadas à mídia impressa. Só podem concorrer “trabalhos escritos em língua portuguesa, de autoria de profissionais brasileiros, e publicados em revista e jornal brasileiros, com sede no país” (item 2.5 do regulamento de 2007). A televisão passou a fazer parte do concurso somente a partir de 2001 com a entrega do Prêmio Esso de Telejornalismo.

Celso Japiassu comenta que a força dos jornais diários sempre esteve nitidamente ligada ao seu papel de formador de opinião ao contrário dos programas produzidos pela TV, que no passado era uma repetição do que se fazia no rádio. Esse “preconceito”, afirma ele, refletiu-se no Prêmio Esso com a tardia entrada do telejornalismo no concurso:

“A televisão era nitidamente um negócio, nitidamente comercial ao passo que os jornais tinham aquela áurea de participação política, de opinião, de representar os interesses dos seus leitores. A televisão não. No Brasil, sempre esteve ligada ao entretenimento, ao comercial, ao programa de auditório. Só veio a encontrar uma linguagem própria de uns tempos para cá. Hoje a cultura popular brasileira em todos os níveis está representada na televisão, muito mais do que nas páginas dos jornais”¹⁹⁵.

O então coordenador do Prêmio Esso de Jornalismo em 2006, Guilherme Duncan, explica que, apesar da evolução do telejornalismo, a categoria só foi incluída “quando (o prêmio) se convenceu de que havia condições para uma saudável competição e de que os profissionais de televisão tinham entendido que sua participação no Prêmio contribuiria para estimular toda a categoria” (2006: 9). O depoimento ilustra a concorrência entre profissionais de diferentes meios e um tipo de resistência dos jornalistas de jornal e revista em relação aos trabalhos de TV, percebidos como superficiais pelo campo. Do mesmo modo, o atual organizador Ruy Portilho acrescenta que a criação de uma categoria específica para o telejornalismo, praticamente 45 anos depois do surgimento do prêmio para

¹⁹⁵ Entrevista concedida ao autor em 05/10/2009 no Rio de Janeiro.

publicações impressas, deve-se à diferença de qualidade entre os trabalhos produzidos pela TV Globo e os dos demais concorrentes.

“Só quando essas emissoras começaram a produzir um jornalismo que pudesse ser também objeto de consideração e de eventual premiação é que foi lançado o Prêmio Esso de Telejornalismo. Se ocorresse antes, seria quase como lançar um prêmio para cancelar a boa qualidade do jornalismo praticado no passado e no presente também pela Rede Globo. Seria um prêmio único”¹⁹⁶.

Em 2009, foram inscritos 1.212 trabalhos, dos quais 121 produzidos por telejornais e outras programas de TV¹⁹⁷. O fato de o principal concurso da imprensa brasileira não conferir até 2001 uma distinção aos trabalhos produzidos na área de telejornalismo corrobora, ao nosso ver, a consolidação de um tipo de identidade jornalística muito centrado no suporte impresso. O próprio organizador atribui o salto de qualidade no jornalismo televisivo à migração de diversos profissionais formados na mídia impressa. “Eles tiveram um período de adaptação evidentemente, mas introduziram uma forte dose de conteúdo nos trabalhos de telejornalismo a partir da experiência vivida por eles em jornais”, afirma Portilho¹⁹⁸. As páginas dos jornais, nesse sentido, parecem sintetizar o que há de melhor na produção da imprensa brasileira.

¹⁹⁶ Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009 no Rio de Janeiro.

¹⁹⁷ Dado extraído do site do Prêmio Esso (http://www.premioesso.com.br/site/noticias/release_2009_02.aspx).

¹⁹⁸ Entrevista concedida ao autor em 03/11/2009 no Rio de Janeiro.

Conclusão

A análise do Prêmio Esso de Jornalismo entre 1964 e 1978, da instauração da ditadura militar até o início do processo de abertura política no país, ilustra as dificuldades encontradas pelo campo jornalístico para manutenção do debate político na sociedade. A divisão por unidades temáticas das reportagens vencedoras do programa demonstra que, dos 15 trabalhos premiados na categoria principal, apenas três tinham conotação mais diretamente política. As demais matérias se ocupavam de assuntos variados: questões científicas e de comportamento, como o debate sobre métodos contraceptivos e o fenômeno da psicanálise; de meio ambiente, com enfoque na descoberta de territórios e personagens desconhecidos para os brasileiros, respectivamente, a região amazônica e os índios kranhacarore; de infra-estrutura urbana, por exemplo, o diagnóstico e as soluções para os problemas da maior metrópole brasileira; e a ascensão do consumo e do tráfico de drogas nas principais capitais do país. Além das temáticas sociais, duas abordagens sobre o futebol brasileiro receberam a láurea máxima das comissões julgadoras em 1967 e 1968, período que antecedeu a decretação do AI-5, marcando o fechamento político do regime militar.

O resultado do concurso refletiu o contexto histórico que vivia o país com a ascensão do movimento militar de 1964. O programa da Esso acompanhou as transformações do campo jornalístico, que foi influenciado, por sua vez, pela conjuntura de repressão e supressão de liberdades individuais e de expressão. Percebemos que a baixa representatividade de reportagens de contornos mais nitidamente políticos esteve associada a uma problemática temporal: o controle governamental exercido através de diferentes instrumentos de coerção e intimidação, dentre eles a censura prévia e principalmente a autocensura. Outros mecanismos nas esferas de poder complementavam a vigilância sobre os conteúdos informativos. O desenvolvimento de assessorias de imprensa, a disseminação de releases e o critério de distribuição de credenciais estabeleceram nos anos 1970 uma nova relação dos repórteres políticos com as fontes oficiais, em que estas interferiam significativamente no resultado da produção jornalística.

Ainda sobre o distanciamento dos jornais em relação aos principais acontecimentos políticos no período, a análise do conjunto de entrevistas realizadas com repórteres vencedores, julgadores e organizadores do concurso permite concluir que as matérias

consagradas na categoria principal foram os melhores trabalhos inscritos no Prêmio Esso, porém cabem algumas ressalvas: estimulados a fazer uma releitura no presente sobre a participação no programa, os depoentes passam a relativizar a qualidade ou o mérito de parte desse material que obteve reconhecimento do júri entre 1964 e 1978. Isso porque as reportagens foram avaliadas no período de maior esvaziamento do prêmio, quando deixaram de ser publicadas reportagens de cunho investigativo, denunciador e fiscalizador das ações do governo, atributos formadores de uma dada identidade que contribuiu historicamente para legitimação do papel social do jornalismo. Emblemático nesse aspecto foi o discurso de Zuenir Ventura, durante solenidade de entrega do prêmio em 1967. Relator da comissão naquele ano, ele reconheceu as limitações da imprensa ao afirmar que o “melhor jornal brasileiro, hoje, seria feito não com o que se publica, mas com o que se deixa de publicar”.

A análise dos 15 trabalhos enquadrados em unidades temáticas e a visão das fontes consultadas sobre o contexto adverso de repressão corroboram a ideia de um “déficit” de autoridade jornalística no plano político. Isso não significa dizer que houve um processo por completo de despolitização dos profissionais de imprensa, visto que a questão ideológica estava presente nos anos 1960 e 1970 e o Estado como “inimigo” ainda animava um espírito contestador dentro das redações. Não podemos desconsiderar, contudo, que os instrumentos de controle da produção noticiosa limitaram e causaram prejuízos à autonomia do jornalista durante a ditadura. É nesse sentido que utilizamos a expressão “déficit” do poder interpretativo deste profissional.

Kucinski (1999) aborda o processo de “inflexão do papel social” do jornalista, sobretudo a partir da edição do AI-5, em dezembro de 1968: “No interior de cada grande empresa de comunicação o jornalista deixou de ser sujeito, mesmo minimamente. Tornou-se o objeto do arbítrio, despojado de autonomia intelectual” (idem: 24). Apesar da vinculação histórica dos meios de comunicação com grupos políticos, não transigir na defesa do interesse público assegurava as condições de aceitabilidade do discurso jornalístico. Durante a ditadura militar, o efeito retórico de autonomia perdia força na mesma proporção que recrudescia o aparato repressivo de controle estatal sobre o que podia ou não podia ser publicado nos jornais.

Se a realidade do jornalismo brasileiro se desvinculava durante os “anos de chumbo” de uma identidade baseada no seu papel de fiscalizador do poder público, a análise

qualitativa das matérias premiadas revela que as relações entre imprensa e Estado autoritário são mais complexas. Ao detalharmos os subtemas entre 1964-1978, para além das quantificações percentuais verificadas no capítulo sobre as unidades temáticas, foi possível observar como o diálogo entre o campo político e o campo jornalístico apresenta outras nuances e possibilidades de reflexão.

Alguns trabalhos jornalísticos premiados nos anos 1960 e 1970, mesmo fora da arena política, ilustram momentos de distanciamento em relação aos militares. Estão enquadrados em temáticas sociais, mas apresentam assuntos pouco convenientes aos que detinham o poder naquela conjuntura. As reportagens do *Jornal do Brasil* e da *Realidade* sobre a Amazônia, por exemplo, tratam das precárias condições de vida dos moradores da região e da falta de políticas públicas em serviços básicos de saúde, educação e moradia, dentre outros pontos. Sem utilizar um discurso denunciador, os veículos não deixam de expressar, contudo, questões políticas. Na matéria sobre a expedição dos irmãos Villas Boas formada com o objetivo de estabelecer contato com a tribo kranhacarore – outra temática que não costumava figurar na lista de proibições –, *O Estado de S. Paulo* encontrou espaço para discutir os problemas da política indigenista brasileira. A série também apresentou a visão de antropólogos e etnógrafos sobre projetos de desenvolvimento do governo Federal que desconsideravam o impacto ambiental e os riscos de ocupação desordenada na Amazônia. A abordagem crítica sobre assuntos aparentemente não censuráveis não deve ser interpretada, porém, como um ato propriamente político ou de resistência da imprensa. Eram trabalhos, até certo ponto, factuais motivados por acontecimentos que faziam parte da cobertura cotidiana de jornais e revistas.

A tentativa de entender a leitura que outras reportagens vencedoras faziam do Brasil naquele contexto histórico foi fundamental para desconstruir algumas questões pré-concebidas na fase inicial do projeto. Uma pergunta acompanhava a produção do trabalho: o concurso promovido pela multinacional do petróleo, refletindo o que ocorria, de um modo geral, no campo jornalístico, teria servido mais como suporte adicional ao trabalho de desinformação do governo? Investigar a perda de autonomia interpretativa do jornalista era um dos aspectos, mas poderia encerrar uma visão limitada sobre o papel assumido pelo prêmio durante a ditadura. Na continuidade da análise qualitativa das matérias premiadas,

deparamo-nos com outras perspectivas, não apenas a da contribuição do programa ao processo de esvaziamento do debate político.

Das três reportagens enquadradas na unidade temática “Política nacional”, a série de *O Globo* sobre o afastamento e morte do marechal Costa e Silva, premiada em 1970, tem a peculiaridade de mostrar como os jornais exerceram papel ambíguo em sua relação com o Estado, ora se aproximando dos militares, ora assumindo uma postura de maior resistência. Titular da Secretaria de Imprensa da Presidência da República no governo Costa e Silva, Carlos Chagas produziu um trabalho em que valoriza a biografia do seu assessorado, afastado do governo por problemas de saúde. Concomitantemente ao processo de idealização do presidente, ele adotou um discurso crítico em relação aos personagens antagonistas na trama, no caso os ministros militares que compunham a Junta Militar e conduziram o presidente Médici ao poder. A série abordou diretamente a questão da censura, o mais áspero dos assuntos normalmente interditados pelos órgãos de informação. Curioso observar que as matérias foram publicadas no jornal *O Globo*, veículo de perfil conservador e alinhado historicamente com o regime militar, justamente no período de maior repressão aos órgãos informativos, entre janeiro e fevereiro de 1970.

Decorre daí a dificuldade de estabelecer certas generalizações, tais como fixar o lugar dos órgãos de imprensa em dois grupos isoladamente: entre aqueles que resistiram e os que invariavelmente colaboraram com a ditadura. O extenso trabalho do jornalista de *O Globo* revela a possibilidade de inversão desses papéis, de acordo com as relações de força estabelecidas num determinado momento histórico. O exame dessas questões demonstra que o jornalismo brasileiro é muito heterogêneo em torno do seu papel funcional e ideológico. Compartilhamos a ideia de pensar a imprensa fora dessas dicotomias. O mesmo raciocínio vale para a análise do Prêmio Esso.

Se o reduzido número de matérias classificadas na unidade “política nacional” sinaliza um “déficit” de autonomia interpretativa dos produtores de notícias, algumas solenidades de entrega do tradicional concurso se constituíram em fóruns, espaços de construção de autoridade, onde os jornalistas publicamente condenavam a censura e exigiam a restituição da liberdade de imprensa. O histórico discurso em 1969 do jornalista e preso político Luís Edgar de Andrade (reproduzido na tese), denunciando a violação dos direitos humanos, foi reconhecido pela Anistia Internacional, mas a divulgação foi vetada nos jornais brasileiros.

As críticas ao regime militar, que também marcaram o tom dos discursos em outras cerimônias de premiação, levaram o governo Médici a convocar dirigentes da multinacional para prestar esclarecimentos no Ministério do Exército, em Brasília. Os momentos de confronto entre os dois campos – o político e o jornalístico – provocaram mudanças na organização desses cerimoniais. Inicialmente, os almoços de confraternização continuaram, mas a fala de premiados e julgadores foi retirada da programação. Em 1972, o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, responsável pela edição especial de *Realidade* sobre a Amazônia, distribuiu cópias do discurso aos convidados no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro. Também realizou, na ocasião, um ato de protesto pela tortura e morte do jornalista Luiz Eduardo Merlino, do *Jornal da Tarde*, nas pilastras do museu. Nos anos seguintes (1974 a 1977), pequenas cerimônias informais passaram a ocorrer somente na sede dos jornais premiados.

Considerado o mais tradicional reconhecimento ao trabalho dos jornalistas brasileiros, detentor de um poder de consagração profissional que o diferencia dos demais prêmios, o programa da Esso foi criado em 1955 como uma das estratégias de aproximação com a imprensa diante de um contexto político adverso para a sua atuação. Nos anos 1950, durante o processo de criação da Petrobras, a multinacional foi acusada por grupos nacionalistas de tentar controlar o noticiário através do forte investimento publicitário em jornais. A solução estatal do petróleo atingia diretamente os negócios da petrolífera no Brasil. A estratégia de relações públicas logo se transformaria no mais importante programa institucional da companhia no país. A empresa já mantinha no ar o “Repórter Esso” – um bem-sucedido programa radiofônico, depois transmitido pela TV.

Para as pesquisas em comunicação, o prêmio fornece um variado repertório de questões para o entendimento da dinâmica do funcionamento jornalístico na segunda metade do século XX. Por esse motivo, complementamos o estudo com o exame de outros quatro grupos de informação relacionados ao concurso nos anos 1960 e 1970: os atributos narrativos e gráficos das reportagens premiadas; a composição e os critérios de avaliação das comissões julgadoras; os jornais vencedores e as categorias do prêmio.

Esperamos que o trabalho de análise dos 15 trabalhos consagrados pelo programa possa ter contribuído no sentido de preencher algumas lacunas sobre as especificidades da produção jornalística durante a ditadura militar. Importa ressaltar que a pesquisa apenas

complementa outros estudos sobre a história da imprensa brasileira. Outras frentes de investigação estão abertas para futuros trabalhos e produções acadêmicas. A reflexão sobre diferentes etapas do produto jornalístico (apuração, produção e edição das matérias) levou em consideração a participação do repórter como personagem ou narrador em 3ª pessoa, o estilo do texto, a relação com as fontes, os gêneros ou formatos de reportagem e o tratamento visual, dentre outros atributos. As diferenças verificadas se relacionam menos com a divisão por unidades temáticas e mais com as características editoriais de cada meio (jornal ou revista) e dos veículos específicos. Ao final da leitura e análise das 15 reportagens premiadas, alguns pontos podem ser destacados:

– Um atributo que aproxima os trabalhos vencedores é a opção pelo formato de série, à exceção dos trabalhos produzidos pelas revistas *Realidade* (1966 e 1972) e *Veja* (1977). A reportagem sobre os índios kranhacarores, de *O Estado de S. Paulo* (1973), e a entrevista com o presidente Figueiredo, da *Folha de S. Paulo* (1978), também não foram idealizadas com esse formato, embora tenham sido publicadas em mais de uma edição;

– Em relação ao aspecto visual, a maior parte das matérias se caracteriza por grande volume de texto em detrimento da imagem e apresenta poucos recursos gráficos. Importa salientar que havia uma premiação específica para fotografia. Percebe-se um equilíbrio maior entre o espaço dedicado ao texto e o reservado para o fotojornalismo nos trabalhos publicados em revistas: *Realidade* (1966 e 1972) e *Fatos e Fotos* (1965). Há uma valorização de fotos também nos trabalhos de Walter Firmo sobre a Amazônia pelo *Jornal do Brasil* (1964) e de José Marqueiz pelo *O Estado de S. Paulo* (1973) sobre os índios kranhacarores. A série “Receita para São Paulo”, do *Jornal da Tarde* (1971), destaca-se pelo projeto gráfico inovador. Os títulos criativos, a valorização dos espaços em branco e o efeito obtido com o recurso de “sangrar” as fotos nas margens tornam a diagramação dinâmica, sem perda de informação para os leitores. É possível afirmar, portanto, uma valorização da imagem em reportagens na unidade “Questões sociais”;

– Curiosamente, nas matérias sobre os índios kranhacarores, de *O Estado de S. Paulo* (1973), e prisão e suspeita em Cuba, do *Jornal do Brasil* (1974), os jornalistas José Marqueiz e Humberto Borges atuaram, respectivamente, como fotógrafos. Desempenhando papel inverso, o fotógrafo Walter Firmo escreveu o texto na série sobre a Amazônia, do *Jornal do Brasil* (1964);

– O estilo narrativo, que particulariza os detalhes, segue uma estrutura romanceada (auge e declínio da ação) e apela a valores duais, não está presente apenas em temáticas sociais. Matérias com viés político também apresentam textos construídos com base nestas estratégias discursivas. A série de *O Globo* (1970) sobre o presidente Costa e Silva ilustra bem o domínio dessa técnica pelo jornalista Carlos Chagas. Outros trabalhos combinam o estilo narrativo com outros formatos – descritivo e dissertativo – através de convenções jornalísticas consagradas, como narrativa em 3ª pessoa, sem adjetivações e seleção dos assuntos mais importantes no lead;

– Três séries jornalísticas optaram por uma narrativa em 1ª pessoa dentro de um modelo conhecido como “reportagem de vivência”, projetando o jornalista como personagem dos acontecimentos. Foi o caso das matérias sobre a psicanálise, da *Última Hora* (1969), Amazônia, de *Realidade* (1972), e prisão e suspeita em Cuba, do *Jornal do Brasil* (1974). Através desse recurso, uma influência do *new journalism* americano, o repórter transmite impressões pessoais sobre fatos por ele presenciados em linguagem normalmente leve e bem humorada;

– Quanto aos gêneros jornalísticos, importa fazer algumas considerações. Os trabalhos sobre a Amazônia, do *Jornal do Brasil* (1964), e o futebol brasileiro, também do *JB* (1967), têm características mais próximas de um ensaio do que propriamente de uma reportagem. A edição especial sobre a Amazônia, de *Realidade* (1972), reúne uma combinação de vários gêneros (entrevistas, perfis, serviços, artigos, etc). Já o prêmio para a matéria da *Folha de S. Paulo* (1978) sobre o presidente Figueiredo foi o único no período (1964-1978) conferido para uma entrevista. De todas os trabalhos premiados, a série sobre o presidente Costa e Silva tem a particularidade de pertencer ao formato de depoimento;

– As fontes em “off” assumem um papel preponderante especialmente nos trabalhos sobre os “superfuncionários” públicos, de *O Estado de S. Paulo* (1976), e o assassinato de Cláudia Lessin, da revista *Veja* (1977). As duas matérias, publicadas no contexto da abertura política, destacam o empenho pessoal do repórter ou da equipe em obter informações sigilosas. Ressaltam ainda a impossibilidade de acesso a dados oficiais. No caso do assassinato de Cláudia Lessin, a revista manteve em sigilo os nomes de 18 personagens para construir uma única matéria (“A ascensão da cocaína”);

– Em quatro trabalhos premiados, predominam a observação direta e o esforço memorialístico do jornalista, reduzindo a participação das fontes como agentes principais na construção noticiosa. Foi o caso da reportagem-ensaio sobre a Amazônia, do *Jornal do Brasil* (1964), da reportagem-depoimento sobre o presidente Costa e Silva, de *O Globo* (1970), da matéria sobre os índios kranhacarores, de *O Estado de S. Paulo* (1973), e da entrevista com o presidente Figueiredo, da *Folha de S. Paulo* (1978);

– Na unidade “Política nacional”, as matérias privilegiam o uso de fontes oficiais. Em “Política internacional”, ao contrário, as séries valorizam o depoimento de personagens comuns. Em “Questões sociais”, há também uma prevalência das fontes autorizadas (especialistas, autoridades, etc.), à exceção da reportagem sobre a psicanálise, da *Última Hora* (1969), e da edição especial sobre a Amazônia, de *Realidade* (1972). No caso da *Última Hora*, o repórter Luís Edgar entrevistou cerca de 50 fontes, entre psicanalistas, personalidades e pessoas comuns. Muitas foram identificadas por pseudônimos ou apenas pelo primeiro nome, pois o tema psicanálise ainda era considerado tabu na época;

– Na unidade “Política internacional”, um outro aspecto aproxima as reportagens da revista *Realidade* (1966) e do *Jornal do Brasil* (1974): apesar de as temáticas envolverem a situação de países caribenhos (República Dominicana e Cuba) no contexto da Guerra Fria, ambos os trabalhos fogem de questões no plano político-ideológico. Os veículos optaram por privilegiar a questão comportamental e fatos amenos do cotidiano dos moradores;

– Finalmente, observamos uma tendência quanto ao tempo médio de apuração dos trabalhos premiados: de dois a três meses. Esse dado confirma a valorização da apuração verticalizada, com prazo de produção das matérias bem superior ao dispensado pelas redações para a cobertura do dia-a-dia, do *hard news*. A edição sobre a Amazônia da revista *Realidade* (1972) levou nove meses para ficar pronta, sendo cinco de viagem, resultado de um trabalho coletivo. A série sobre os “superfuncionários” públicos, de *O Estado de S. Paulo* (1976), também foi realizado em equipe. As demais foram produzidas por um repórter ou, no máximo, por uma dupla de profissionais.

A fase das entrevistas com organizadores, julgadores e premiados ajudou a confirmar algumas impressões e refutar outras questões a respeito dos critérios de julgamento, dos jornais vencedores e das categorias em disputa. Os depoimentos contribuíram, sobretudo, para esclarecer certos pontos pouco discutidos na memória do concurso. Um dos episódios

controversos ocorreu durante a edição do Prêmio Esso de 1966, quando a comissão resolveu não conceder o prêmio na categoria principal. A justificativa do jornalista Guimarães Padilha, integrante do júri, reforçou o caráter consensual da decisão, atribuindo à falta de liberdade de imprensa a ausência de reportagens mais “investigativas” merecedoras daquele reconhecimento. Foi a única vez na história do programa que nenhum veículo recebeu a *lâurea máxima*

Na análise dos veículos premiados, a pesquisa tentou identificar, do mesmo modo, os motivos pelos quais os jornais alternativos nunca foram contemplados com o Prêmio Esso de Jornalismo. Era uma questão relevante tendo em vista a importância da experiência alternativa no mercado jornalístico brasileiro nos anos 1960 e 1970. Do conjunto de entrevistas, pudemos observar que havia um desinteresse mútuo: da imprensa “nânica” pelo programa da Esso, por uma questão ideológica, e do programa pelos órgãos desse segmento. Na perspectiva dos julgadores, os alternativos – muitos sem periodicidade regular – não se enquadravam nos atributos valorizados pelo prêmio. Excepcionalmente na edição de 1976, os depoentes revelaram uma disputa acirrada entre a série “Assim vivem os nossos superfuncionários”, de *O Estado de S. Paulo*, e uma reportagem sobre a morte de Vladimir Herzog, do jornal alternativo *Extra* (RS). Prevaleceu o trabalho do *Estadão*.

O surgimento de diferentes categorias se relacionou com as transformações ocorridas na imprensa brasileira a partir dos anos 1960. O concurso acompanhou a valorização do fotojornalismo e a tendência da segmentação das editorias, criando prêmios específicos para reportagem econômica, esportiva e científica. Outras formas de patrocínio simbólico (distinções especiais, votos de louvor e menções honrosas) ampliaram o poder de consagração do programa da Esso. O telejornalismo, identificado pelos pares como um “negócio”, um veículo associado ao entretenimento, só veio a fazer parte do prêmio em 2001. A criação tardia do Esso de Telejornalismo indica como a concepção de “verdadeiro jornalismo”, formador de opinião e representante dos interesses do público, está muito centrada no suporte impresso.

O Estado de S. Paulo e *Jornal do Brasil* foram os diários que mais souberam se ajustar aos critérios de julgamento no período 1964-1978. Dos 15 trabalhos consagrados na categoria principal, quatro foram publicados no *JB* e três no *Estadão*. A pesquisa identificou alguns pressupostos que orientavam o trabalho das comissões: ineditismo do tema, interesse

público, boa técnica de redação, apresentação geral da matéria, iniciativa do repórter e condições em que o trabalho foi realizado, dentre outros. A partir dos anos 1980, numa outra conjuntura histórica, o papel hegemônico dos dois jornais foi assumido pela *Folha de S. Paulo* e *O Globo* por circunstâncias as quais não caberia detalhar aqui.

Durante o processo de abertura política, as comissões julgadoras passaram a conferir um reconhecimento maior a reportagens com viés mais crítico e fiscalizador das ações do governo. Nesse período, há uma retomada de um processo de autoconstrução dos jornalistas como investigadores, a quem caberia revelar práticas de corrupção e outros crimes que detentores do poder tentavam manter em segredo. O fortalecimento de uma certa identidade “investigativa” foi favorecido a partir do impacto da morte de Vladimir Herzog e da retirada da censura nos principais jornais e revistas do país.

Reafirmamos, contudo, que não há uma ruptura ou evolução de uma dada representação sobre o jornalismo que possa vir a formar uma identidade única. Concordamos com a ideia de múltiplas identidades. Na análise das matérias, vimos a disposição dos jornais em se auto-referenciar também como veículos prestadores de serviços, atendendo a reivindicações mais imediatas dos moradores. Portanto, se num determinado período, um sentido hegemônico, como a ênfase na questão do jornalismo “investigativo” ou de “utilidade pública”, apresenta contornos claramente definidos, em outros essa percepção não aparece com tanta nitidez.

A idealização em torno desses diferentes papéis tem forte carga simbólica para o campo jornalístico. A exemplo dos demais campos da vida social, o jornalismo adota estratégias e reforça determinadas representações para legitimar sua atuação na sociedade. A auto-imagem construída em torno da defesa da liberdade de imprensa mantém-se, por exemplo, como valor intrínseco da atuação dos jornais. Através desse discurso, o jornalismo se fortalece como instituição de poder, pois a liberdade de imprensa é um valor importante não apenas para um grupo específico, mas para a manutenção de uma sociedade em bases democráticas. O que queremos ressaltar, portanto, é que esses ideários não podem ser dissociados da perspectiva de validação social do campo jornalístico.

FONTES PRIMÁRIAS

COLEÇÕES DE PERIÓDICOS

1. Jornais

1.1. Analisados:

Jornal do Brasil – 07/01/1964 a 12/01/1964; 04/11/1964; 16/08/1967; 30/08/1967; 07/03/1974; 10/03/1974 a 14/03/1974; 20/07/1975 a 25/07/1975;

O Estado de S. Paulo – 19/09/1967; 27/01/1973; 06/02/1973 a 11/02/1973; 01/08/1976 a 04/08/1976;

Jornal da Tarde – 17/08/1971; 24/08/1971; 01/03/1972; 02/03/1972; 06/03/1972;

Última Hora (RJ) – 17/07/1969 a 30/07/1969;

O Globo – 02/01/1970; 07/01/1970 a 09/01/1970; 04/02/1970 a 06/02/1970;

Folha de S. Paulo – 05/04/1978 e 06/04/1978; 01/11/1978; 05/11/1978

1.2. Consultados:

Jornal do Brasil – 01/11/1964; 14/12/1968; 11/09/1973; 28/07/1974; 02/05/1981; 02/07/1981; 31/12/1995; 16/12/1999

O Estado de S. Paulo – 02/04/1964; 18/06/1981; 18/12/1996

O Globo – 15/12/1956; 19/12/1956 a 21/12/1956

Folha de S. Paulo – 30/11/1978

Correio da Manhã – 13/09/1957; 31/03/1964 a 02/04/1964; 11/09/1969

Correio Braziliense – 09/12/1977; 30/11/1978

Tribuna da Imprensa – 03/12/1980

O Bondinho – 12/11/1971 a 26/11/1971

La Nacion (Argentina) – 03/10/1969

2. Revistas

2.1. Analisadas:

Fatos e Fotos – 15/02/1964 a 07/03/1964; 04/04/1964; 06/06/1964; 13/06/1964

Realidade – Abril/ 1966; Outubro/ 1971;

Veja – 31/08/1977 a 28/09/1977

2.2. Consultadas:

Revista Esso – Jan/ Fev 1953

Veja – 05/11/1975; Nov/ 1978 a Fev/ 1979; Fev/ 1983

3. Outros periódicos

Almanaque Abril 1976. São Paulo: Editora Abril, 1975

Almanaque Abril 1984. São Paulo: Editora Abril, 1983/1984

Anuário Brasileiro de Media 1976-1977. São Paulo: Publinform, 1976/1977

Anuário Brasileiro de Mídia 1979-1980. São Paulo: Publicações Informativas, 1979/1980

Novo Manual de Redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992

TEXTOS LEGISLATIVOS

Artigo 153 da Constituição de 1946

Decreto nº 33.814, de 11/09/1953

Lei nº 2004, de 03/10/1953

Diário do Congresso Nacional, pp. 793 a 799, de 30/01/1959

DEPOIMENTOS E ARTIGOS

ALVES, Marcio Moreira. *Marcio Moreira Alves II (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 1998, p. 7

ANTUNES, Américo. “Autocrítica de um crime da imprensa”. In *Revista Imprensa*, dezembro de 1994

DINES, Alberto. Artigo na coluna “Jornal dos jornais”. In *Folha de S. Paulo*, 03/07/1977

PEREZ, Fabio. “O dia em que a testemunha calou”. In *Revista Imprensa*. Ano 1, volume 5, janeiro de 1988, p. 12

VALLE, Ney Peixoto. Entrevista. In *Jornal-laboratório das Faculdades Integradas Hélio Alonso*, novembro de 2005.

OUTRAS FONTES

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/ FGV)

Regulamento do Prêmio Esso de Jornalismo – edições 1995 e 2007

ENTREVISTAS REALIZADAS

1. Organizadores

Ney Peixoto do Valle (13/11/2009)

Ruy Portilho (03/11/2009)

2. Julgadores

Alberto Dines (20/10/2009)

Carlos Lemos (19/10/2009)

Celso Japiassu (05/10/2009)

Guimarães Padilha (09/10/2009)

Murilo Melo Filho (22/10/2009)

Zevi Ghivelder (07/10/2009)

3. Premiados

João Máximo (09/11/2009)

José Itamar de Freitas (09/12/2009)

Luis Edgar de Andrade (27/10/2009)

Raimundo Rodrigues (14/11/2009)

Vital Battaglia (29/10/2009)

Walter Firmo (11/11/2009)

BIBLIOGRAFIA

1. Livros e artigos

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. *Eles mudaram a imprensa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ADGHIRNI, Zélia Leal. “O jornalismo entre a informação e a comunicação: como as assessorias de imprensa agendam a mídia”. Trabalho apresentado à seção temática 6 (Jornalismo) do VII Colóquio Brasil-França. Intercom, Porto Alegre, 2004.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE, Afonso de. “A narrativa jornalística para além dos *fait-divers*”. *Facom/UFJF*, v.3, n.2, 2000, pp. 69-91.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

ANTUNES, Priscila. “Bombas em Riocentro: militares y otras memórias”. In *Memórias militares sobre la represión em el Cono Sur: visiones en disputa em dictadura y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005. pp. 71-106.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

ARGOLO, José Amaral. *Reflexões sobre o jornalismo investigativo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004

ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus, 2004.

BAHIA, Juarez. *Três Fases da Imprensa Brasileira*. Santos, Ed. Presença, 1960.

_____ *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. SP, Ática, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____ *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____ *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1990.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, Poder e Público (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

_____ *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1985.

BIRD, S. Elizabeth e DARDENNE, Robert W. “Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias”. In TRAQUINA, Nélon (org.) *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1999, pp. 263-277.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____ *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

_____ *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____ *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the News: a Mythology for Middle America*. Urbana & Chicago: Univ. Of Illinois Press, 1991. 278p. Trad. Para o português de MTGF de Albuquerque. Rev. Téc. de A. de Albuquerque.

CAREY, James W. “Why and how. The dark continent of american journalism”. In MANOFF, Robert and SCHUDSON, Michael. *Reading the news*. New York: Pantheon Books, 1986, pp. 146-196.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

CARVALHO, Alessandra. “Contando a história da ditadura militar: grande imprensa e a construção da memória no Brasil democrático”. Trabalho apresentado no XXIII Congresso da Lasa – Washington, 2001.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

CASTILHO, Marcio. “A autoconstrução do repórter como investigador policial: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso (1976-1981)”. In LOPES, Fernanda Lima e SACRAMENTO, Igor (orgs). *Retórica e mídia – estudos ibero-brasileiros*. Florianópolis: Insular, 2009

CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

CURADO, Olga. *A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo*. São Paulo: Alegro, 2002.

DARNTON, Robert. “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica”. In: *O beijo de Lamourette*. Companhia das Letras, 1990.

ENNE, Ana Lucia. “Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa”. Texto apresentado no 2º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, 2004.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. *Censura e liberdade de expressão*. Rio de Janeiro e São Paulo: Distribuidora Record, 1974.

FONSECA, Gondin da. *Que sabe você sobre o petróleo*. Rio de Janeiro: São José, 1957.

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

JUNG, Milton. *Jornalismo de rádio*. São Paulo: Contexto, 2005.

KLÖCKNER, Luciano. “O repórter Esso e a globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial”. Texto apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação - Intercom, Campo Grande/MS, 2001.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2004

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991

_____ *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____ *Petróleo: contratos de risco e dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____ *O que são multinacionais?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. São Paulo: Global Editora, 1980.

MÉDICI, Emílio G. *A verdadeira paz*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo - Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MOLICA, Fernando (org). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MORAES, Leticia Nunes de. *Cartas ao editor: leituras da revista Realidade (1966-1968)*. São Paulo: Alameda, 2007.

- MORAIS, Fernando. *Chato, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- MOREIRA, Sonia Virginia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991
- ORTIZ, Renato. “A procura de uma sociologia da prática”. In *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 7-29.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. *O texto na TV: manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.
- PEREIRA, Fabio Henrique. “Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalista como profissão”. In Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, BOCC, Corvilhão, Portugal, 2004.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Multinacionais no Brasil: aspectos sociais e políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- _____. “Memória e identidade social”. In *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.
- REIS FILHO, Daniel (Org). “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In FICO, Carlos, CASTRO, Celso, QUADRAT, Samantha, et all (orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. pp. 119-139.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50”. Texto apresentado no GT Estudos de Jornalismo no XI Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- _____. “Velhos jornalistas: memória, velhice e identidade profissional”. In FREIRE FILHO, João e VAZ, Paulo (orgs.). *Construções do tempo e do outro: representações e discursos midiáticos sobre a alteridade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- ROUSSO, Henry. “La necesidad del olvido”. In BARRET-DUCROQ, Françoise (dir.). *Por qué recordar?*. Foro Internacional Memória e História. Unesco/Sorbonne. Buenos Aires: Granica, 2002.
- ROXO, Marco Antônio. “Jornalistas: o sindicato no dilema entre a militância e o profissionalismo”. Texto apresentado no XI Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- _____. “Da luta de classes ao jornalismo neoliberal: imprensa e poder na década de 1980” In *Revista Eco-Pós*, v.8, n.2, agosto-dezembro 2005, pp. 88-107

SCHUDSON, Michael. “A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão”. In TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

SCHLESINGER, Philip. “Os jornalistas e a sua máquina do tempo”. IN: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado - O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. RJ, Civilização Brasileira, 1999.

SOLOSKI, John. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. In TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of a collective memory*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1992. 299p. Cap.1: Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority. P.1-13. Traduzido para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. técn. De A. de Albuquerque.

ZILBERMAN, Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro da (Org.). “O inteligível, o interpretável e o compreensivo”. In *Leitura: Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

2. Edições comemorativas

BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis (org.). *Uma história escrita por vencedores: 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006

LUZ, Olavo e BORGES, Manoel (org.). *25 anos de imprensa no Brasil – Prêmio Esso de Jornalismo*. 1980.

MIRANDA, Guilherme J. Duncan e PORTILHO, Ruy (org.). *Prêmio Esso: 40 anos do melhor em jornalismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

3. Teses e dissertações

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público*. Niterói, tese de doutorado, Dep. de História/UFF, 1996.

BARROS, Antonio Theodoro de Magalhães. *Última Hora e a renovação da imprensa brasileira*. Niterói, tese de concurso público para professor titular do Departamento de Arte e Comunicação Social, UFF, 1º semestre de 1978.

CASSOL, Ivone Maria. *Prêmio Esso e as transformações da reportagem: uma reflexão sobre a reportagem e o jornalismo impresso nos últimos 40 anos na Região Sul*. Porto Alegre, dissertação de mestrado, PUCRS, 1997.

DIAS, Maria Silene dos Santos. *Dependência e controle na imprensa da abertura*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, UFRJ, 1984.

GAZZOTI, Juliana. *Veja e os governos militares*. São Carlos (SP), dissertação de mestrado, UFSCAR, 1998.

HOINEFF, Nelson. *Uma investigação sobre a crise mundial de papel de imprensa e alguns de seus reflexos na linguagem do jornalismo impresso brasileiro*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, UFRJ, 1976/1977.

HONS, André Séguin des. *Os diários do Rio de Janeiro: 1945-82*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IFCS/UFRJ, 1982.

LOPES, Fernanda Lima. *Autorreferenciação e construção da identidade jornalística*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, UFRJ 2007.

MAGNO, Ana Beatriz. *A Agonia da reportagem - das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo*. Brasília, dissertação de mestrado, UnB, 2006.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ, 2000.